LIBRARY OF PRINCETON
JUL 2 1975
THEOLOGICAL SEMINARY

BX
1467
.R42
G83
1960

Digitized by the Internet Archive
in 2014

https://archive.org/details/velhasigrejasesu00guer

FLÁVIO GUERRA

SÉRIE Evocações Históricas do Recife

Velhas Igrejas e Subúrbios Históricos

DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E CULTURA

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE

Climério Pereira e Silva
[illegible] cordialmente
abraço do
[illegible]

ICINFORM
PRINCIPE, 526
Recife

[illegible] ilustre itinerante Dr Paul Frings
[illegible] do CEPAI, ofereço "Melhor Ingresso
[illegible] Históricos" no feliz ensejo de XXII
[illegible] Panagem pelo Recife.
Cordialmente, Climério Pereira e Silva
Olinda, 03 de maio de 1973.

Oferta da
[illegible]

DO MESMO AUTOR já publicado

Pernambuco e a Comarca de São Francisco

Edição da Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura do Recife — Recife — 1951

A Questão Religiosa do Segundo Império Brasileiro

(Fundamentos Históricos) — Prêmio Joaquim Nabuco da Academia Brasileira de Letras — Irmãos Pongetti Editores — Rio — 1953

Arrecife de Sam Miguel (Série "Evocações Históricas do Recife" — I)

Edição do Arquivo Público Estadual de Pernambuco — Recife — 1954

Lucena — Um Estadista de Pernambuco

Prêmio Joaquim Nabuco da Academia Pernambucana de Letras — Edição do Arquivo Público Estadual/Imprensa Oficial — Recife — 1958

Um Programa de Silos e Armazéns

Recife — 1959

EM PREPARO:

— Uma História do Tempo de Luís do Rêgo

FLÁVIO GUERRA

Série EVOCAÇÕES HISTÓRICAS DO RECIFE (II)

VELHAS IGREJAS E SUBÚRBIOS HISTÓRICOS

DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E CULTURA
PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE

... O recifense não está ligado às suas Igrejas só por devoção aos santos, mas de um modo lírico, sentimental: porque se acostumou à voz dos sinos chamando para a missa, anunciando incêndio; porque em momento de dor ou de aperreio êle ou pessoa sua se pegou com Nossa Senhora, fêz promessa, alcançou a graça; porque nas Igrejas se casou, se batizaram seus filhos e estão enterrados avós queridos. Outrora era nas Igrejas que se enterravam os mortos. O turista indo a uma Igreja velha do Recife há de dar com inscrições marcando catacumbas e jazigos. De famílias antigas. De recifenses de quatro costados. Ainda hoje se recolhem os ossos, em urnas, à sombra dos altares da Virgem e dos Santos. E, marcando-as, palavras de saudade: "filhinho querido", "mãezinha do coração", "nossa adorada Teté". O que na Europa é luxo reservado aos reis no Escurial e aos grandes poetas e aos sábios e estadistas da abadia de Westminster e no Pantheon, nesta boa cidade que o turista está vendo foi até pouco tempo direito de todo burguês devoto de Nossa Senhora.

GILBERTO FREYRE

IGREJA DE NOSSA SENHORA DO PILAR

"Em Fora-de-Portas
Eu vou me lavar
As minhas mazelas
No rio deixar".

NO velho bairro do Recife, antiga freguesia de S. Frei Pedro Gonçalves, de onde se projetou a cidade, existe uma velha igreja levantada sôbre os alicerces de um desaparecido Forte, e que, dentro de tôda a austeridade de suas linhas arquitetônicas, parece querer evocar aquêle passado glorioso de lutas, durante os primeiros instantes da invasão holandesa, em princípios do século XVII.

E' a igreja de Nossa Senhora do Pilar, na praça do mesmo nome e ali bem próximo da Alfândega.

Naquele local que era, na época acima citada, inteiramente banhado pelas águas do mar, que até ali avançava ainda impetuoso, existiu o Forte de S[illegible] Jorge, de tão vivaz história, quando da invasão batava.

Aquela fortificação ren[illegible] XVI e quem primeiro oferece notícia [illegible] *azão do Estado do Brasil* — 1612, o qual [illegible] ala da [illegible] o à custa do povo e do "do senhor da terra, o donatário", [illegible]to lá pelas alturas dos princípios de 1597, sendo orientadas as obras pelo jesuíta Pe. Gaspar de S. João Peres.

Êste religioso, segundo nos conta Pereira da Costa, foi em fins daquele ano enviado para o Rio Grande do Norte, incorporado à expedição militar comandada por Manuel Mascarenhas, "e destinada a sua conquista e colonização, *por ser um grande arquiteto e engenheiro para traçar e dirigir a construção de uma fortaleza*".

Quando Matias de Albuquerque soube da aproximação dos flamengos, mandou reparar atentamente o forte, armando-o com duas baterias aos lados. Consistia essa fortificação, a modo de palácio feudal, de quatro frentes, com tôrres circulares nos ângulos, dois andares e cinco torneiras por face, em cada lado.

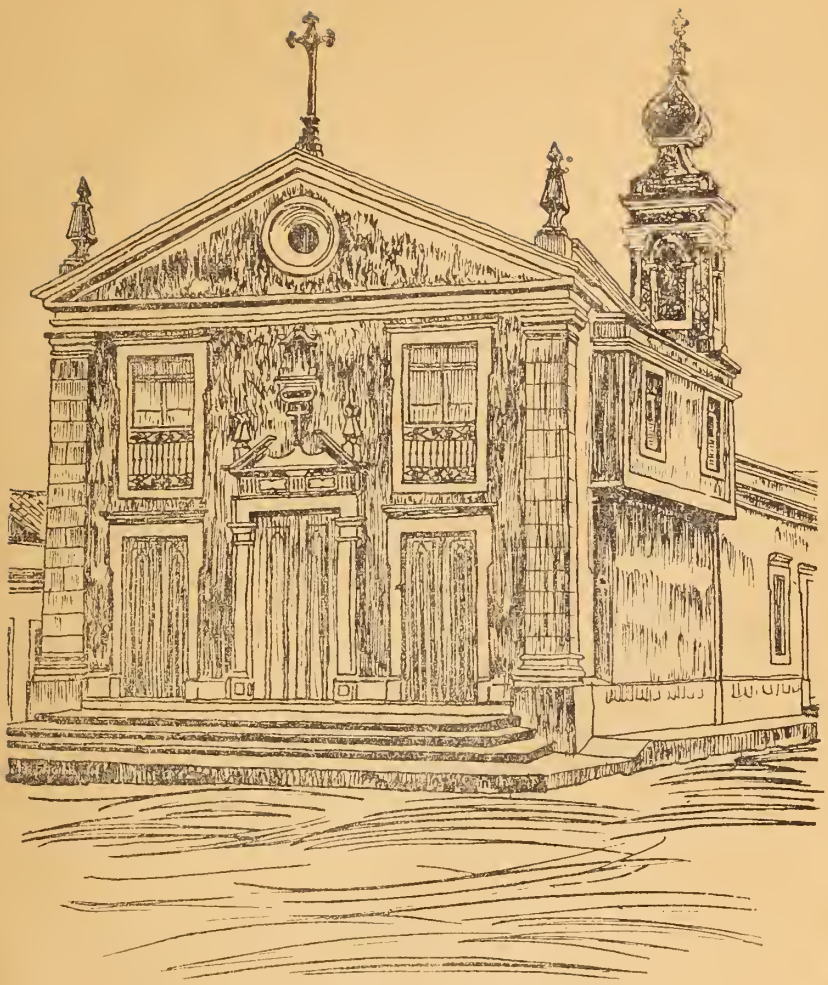
Era seu comandante o bravo pernambucano legítimo capitão Antônio de Lima, que, valentemente, com apenas 37 homens de guarnição resistiu durante mais de vinte dias aos invasores, numèricamente superiores, bem armados e municiados, sòmente capitulando na última instância, quando estavam caídas as muralhas, descavalgadas as peças e ferido ou morto um grande número de soldados.

Perdida Olinda, o governador Matias de Albuquerque, com apenas vinte homens, recolheu-se ao Recife, indo para a chamada *Asseca*, que era a corruptela de *Ilha Sêca*, ou seja o pontal formado na junção das águas dos rios Beberibe e Capibaribe, e que, na baixa da maré, permitia a ida a pés enxutos até o forte de São Jorge.

Os holandeses, irritados com a extraordinária atividade daquela fortaleza, continuadamente, à boca da barra, bombardeando-lhe os navios e embaraçando um ataque invasor mais completo, decidiram atacá-la por terra, despachando, então, uma tropa escolhida de mil e quinhentos soldados veteranos e alguns gastadores (?), levando também grande material de guerra e mais "oito escadas, granadas e outros artifícios de fogo"; cada escada era acompanhada de dez homens, seguidos de mais vinte e cinco e um capitão, para a operação de subida, enquanto que outro oficial, com mais cem homens escolhidos, tomava conta do ataque direto contra a porta, para forçar a entrada.

O nosso São Jorge, como dissemos, era defendido apenas por 37 homens, sob o comando do capitão Antônio de Lima, auxiliado pelo sub-capitão Alonso de Albuquerque, os alferes Jacinto Barreto, Antônio Borges, o sargento Luís Fernandes e mais o graduado civil Belchior Velho.

O ataque teve início pouco depois das dez horas da noite de 20 de fevereiro de 1630 e os nossos resistiram tão galhardamente, que os flamengos chegaram a suspeitar que ali estivesse uma tropa muito maior, recuando, então, pela manhã na maior desordem e deixando no campo mais de 200 homens, entre mortos e feridos, além das escadas, muita munição e



Igreja de Nossa Senhora do Pilar

armas. Dos nossos apenas morreram cinco soldados, ficando feridos oito.

Esta vitória levantou o moral dos pernambucanos e, logo pela manhã, o general-governador Matias de Albuquerque estêve no forte incentivando e orientando os defensores, enquanto uma quantidade enorme de voluntários começou a descer do interior, entusiasmada com as notícias sôbre o forte de São Jorge.

Entretanto, como seria de esperar, não resistiu a fortaleza a um segundo ataque maciço dos invasores: E no dia 2 de março capitulou ante uma ação mais poderosa, conjugada das fôrças terrestres do General Lonck e das fôrças de mar sob a orientação do próprio almirante Waerdenburgh, comandante-chefe das fôrças holandesas, assinando a capitulação o comandante do Forte do Picão, Manuel Pacheco de Aguiar, e mais o bravo pernambucano comandante Antônio de Lima.

O heroismo dos defensores do forte lançou a semente vivaz do exemplo, e, levada a notícia da capitulação aos distritos vizinhos, mais aumentou a marcha dos patriotas a caminho do Recife, para se porem às ordens de Matias de Albuquerque, na guerrilha das emboscadas.

Escritores flamengos chegaram a comentar a resistência do Forte de S. Jorge, dizendo que "nisto praticaram os pernambucanos verdadeiras maravilhas".

Desaparecida a resistência dos fortes do Recife, ficaram os batavos inteiramente senhores da povoação, e o Forte Velho de São Jorge foi logo convenientemente reparado, sendo guarnecido com mais quatro canhões de ferro. Mera obra de fachada, porque tempos depois, em 1637, estava êle completamente abandonado pelo comando holandês.

Sôbre isto cita Pereira da Costa um documento flamengo daquele ano, segundo o qual se comentava que "... fora do Recife se encontra primeiro o castelo denominado de São Jorge. Achando-se êle muito arruinado, os administradores do hospital pediram-no para o serviço de enfermaria, com a promessa de o repararem inteiramente e conservarem-no à sua custa".

Com a restauração de Pernambuco, depois de 1654, já não se falava mais do Forte de São Jorge, e apenas encontramos no "Inventário do que se achou nas fôrças do Recife", uma referência ao "Forte de Terra", situado entre o Forte do

Brum e as baterias do Porto do Recife, que fica na entrada da rua dos Judeus" (hoje rua do Bom Jesus).

Abandonada assim e em ruínas, foi a velha e valorosa fortificação doada pelo governador Aires de Sousa Castro, conforme carta de sesmaria datada de 31 de maio de 1679, ao capitão-mor João do Rêgo Barros, Provedor da Fazenda Real. E rezava a carta de doação que o favor era "das vinte e cinco braças de terra no sítio em que estava o forte velho, com todos os seus úteis, e era para nêle se fundar uma igreja de Nossa Senhora do Pilar".

Segundo Loureto Couto, em 1746, "saindo-se do arco do Bom Jesus, fica a língua de areia que serve de estrada para a enseada de Olinda, e onde a poucos passos estão fundados os quartéis em que se recolhe a gente de guerra, que vem nas armadas, a grande casa da Junta e uma comprida rua que formam 140 casas e tem por coroa a igreja de Nossa Senhora do Pilar".

Êste trecho era a antiga zona do bairro do Recife chamada Fora-de-Portas, pois ficava para além das portas do Arco do Recife, ou de Bom Jesus, que se levantava onde hoje está mais ou menos a praça Artur Oscar. É, incontestàvelmente, da construção da antiga capela de Nossa Senhora do Pilar que vem o povoamento de Fora-de-Portas, isto pelas alturas do ano de 1683, data do término das obras de sua construção, que tiveram seus alicerces plantados em 1680. João do Rêgo Barros utilizou nas obras da construção do templo todo o material do demolido forte, entre tijolos, pedras e até mesmo as muralhas, cujos vestígios até bem pouco tempo se viam nas suas proximidades.

Além daquelas 140 casas de que fala Loureto Couto, havia também uma casa nobre e grande, que era a residência de João do Rêgo Barros, à direita da igreja.

E o autor desconhecido de "Calamidades de Pernambuco", escrito em 1710, informa que "adiante, indo sempre ao norte, fica uma boa ermida de Nossa Senhora do Pilar, imagem milagrosa, como testemunham muitos painéis e seus devotos manifestavam".

Fora-de-Portas é uma velha zona do antigo Recife e hoje pràticamente desaparecida, pelas constantes modificações operadas ali, que alteraram inteiramente sua primitiva feição urbana. Mas pode-se ainda hoje determinar o seu centro como sendo a velha igreja de Nossa Senhora do Pilar e a rua

atual de São Jorge, que é exatamente aquela *língua de areia,* de que fala Loureto Couto.

Ali, quando não estava ainda difundido entre os recifenses o uso dos banhos salgados, eram comuns os banhos de rio, como terapêutica popular para diversos males da saúde. E o próprio folclore regista isto em seus versinhos populares:

"Em Fora-de-Portas
Eu vou me lavar
As minhas mazelas
No rio deixar.

Em Fora-de-Portas
Eu vou me lavar.
Se eu cair no fundo
Mandai-me tirar".

Ainda da Igreja de Nossa Senhora do Pilar é sabido que tendo João do Rêgo Barros de se transportar a Portugal, a fim de prestar contas do dinheiro na côrte, visto que na capitania exercia as funções de Provedor da Fazenda-Real, embarcou medroso de não conseguir a aprovação das ditas contas, "porque elas não estavam tão boas e sãs", como diz uma notícia da época. Recorreu, então, a Nossa Senhora do Pilar e conseguiu em Lisboa, milagrosamente, livrar-se de quaisquer dúvidas sôbre sua honorabilidade.

Grato pelo favor obtido, mandou então fazer uma imagem da Santa, mais ou menos de dois palmos e meio e trouxe-a para o Recife, colocando-a solenemente naquela igreja. Essa imagem, considerada no seu tempo como uma das mais milagrosas, não sabemos que fim levou. Mas seus prodígios tiveram fama, e a obra coeva *Santuário Mariano* referindo-se a ela, diz assim:

"Todos os mareantes buscam esta Senhora e uns vêm darlhe as graças por livrá-los das tormentas e perigos do mar, e outros pedir o seu favor para que os defenda e lhes dê bom sucesso nas navegações, e como fica o santuário defronte da barra, tanto quando chegam a avistar, salvam a Senhora com a sua artilharia".

João do Rêgo Barros faleceu em 1712, recolhido prêso na Fortaleza do Brum, onde se encontrava desde fins de 1710,

por se ter envolvido ativamente na revolução dos Mascates nesse ano. O seu corpo foi enterrado em lugar hoje não identificado na Igreja de Nossa Senhora do Pilar.

A tradicional capela ainda conserva internamente o tipo de sua construção originária, em a qual particularmente sobressai a abóbada semi-esférica da capela-mor, revestida de azulejos raríssimos. A bela imagem da padroeira, em vulto natural, e que se acha no altar-mor é legítimamente portuguêsa, e foi mandada buscar em fins do século passado, na cidade do Porto, pelo comerciante português Luís Gomes da Fonseca Oliveira, seu devoto.

O aspecto exterior do templo tem sofrido várias modificações, inclusive a colocação da tôrre, na parte central do edifício, ao lado esquerdo. A maior reforma, contudo foi a que se procedeu entre os anos de 1898 e 1906, pelo vigário da paróquia, o Padre João Augusto do Nascimento Pereira, auxiliado pelos moradores de Fora-de-Portas.

O templo, depois dessa modificação, foi aberto definitivamente ao culto público no dia 22 de abril daquele último ano.

IGREJA-MATRIZ DA BOA VISTA

"... blocos de pedra que eram precisos três ou quatro juntas de bois para tirá-los de bordo e levá-los até a Igreja".

D. Manuel Vieira de Lemos Sampaio, penitenciário da Sé e governador do bispado de Olinda, por Provisão de janeiro de 1805, desmembrou da freguesia da Sé, da qual era curato, o território da Boa Vista, criando-o então como freguesia própria, "limitando-se ao norte com a freguesia de N. S. da Piedade de Santo Amaro das Salinas e com a freguesia das Graças, a éste com as freguesias dos Afogados e também das Graças, a sudeste com a de São José e a leste com Santo Antônio".

A 21 de maio dêsse mesmo ano, a carta régia respectiva confirmava esta Provisão, nomeando-se, então, o padre Gabriel Soares Bitencourt como primeiro vigário da freguesia.

Desde 1771, entretanto, que já funcionava a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Boa Vista, com assento na Igreja da Santa Cruz, localizada no pátio do mesmo nome. E em 1784, tendo recebido por doação do bispado um grande terreno ao fim do Aterro da Boa Vista (hoje rua da Imperatriz), "e de frente para a antiga rua do Hospício dos padres esmoleres de Jerusalém", a referida Irmandade deu início aos trabalhos de construção de uma grande Igreja, a qual foi transformada depois em matriz, tendo sido aberta ao culto público, embora ainda incompleta, a 4 de maio dêsse mesmo ano.

A 9 de junho de 1793 já se encontravam concluídas a capela-mor, duas sacristias e pela metade a nave. E naquele mesmo dia, em solene procissão, foi feita a trasladação do Santíssimo Sacramento da Igreja da Santa Cruz para o seu novo santuário.

Caminhando morosamente, por falta de recursos financeiros da Irmandade, as obras da grande Igreja, sòmente em 1822 foi que se pôde cuidar dos serviços de pintura dos painéis decorativos, douração da capela-mor, ornamentos no resto do corpo do Templo, com entalhes, e refundidos em belo estilo.

Os trabalhos de douramento da capela-mor e de tôda a Igreja foram feitos pelos artistas Francisco José Pinto e Manuel João Pinto, pela quantia de 3:100$000.

A obra de talha ornamental provém desta mesma época e foi executada pelo artista-entalhador Antônio Basílio. Do mesmo modo os altares que ladeiam a capela-mor, tendo tudo custado 500$000. O artista Joaquim Carneiro Leal igualmente colaborou naqueles serviços.

Os grandes painéis decorativos foram executados pelo pintor Caetano da Rocha Pereira, tendo custado 224$000.

Êstes serviços em 1844 já se encontravam concluídos, contrastando, porém, com a pobreza da fachada, de perspectiva modestíssima levantada de simples alvenaria e pedra comum, quando a idéia inicial fôra de a compor suntuosamente com pedra de cantaria de Lisboa, em blocos maciços.

E tanto foi assim que, desde 1837, a Assembléia Provincial tinha votado a Lei número 41, de 9 de junho, dando uma concessão de três loterias, no valor de 51:200$000 cada uma, a fim de atender ao serviço das obras daquela igreja-matriz.

Mas por carência de transporte, dificuldade de levantamento integral dos créditos concedidos e outras razões técnicas, sòmente em 1858 foi que começaram a chegar as primeiras remessas de pedra de cantaria de Lisboa, em blocos maciços de mais de uma tonelada cada um, e as grandes estátuas ornamentais que iriam compor a suntuosidade da fachada.

Blocos de pedra que os jornais da época diziam ser preciso três ou quatro juntas de bois para tirá-los de bordo e levá-los até a Igreja.

Em 1879, o desembargador Francisco de Assis Oliveira Maciel tomou a sério o término dos trabalhos de acabamento do Templo, e, a despeito da campanha iniciada para levantar os fundos necessários, nada de concreto infelizmente obteve. Sòmente mais tarde, foi que o monsenhor Franklin da Silva, então vigário da freguesia, conseguiu terminar os serviços, levantando-se as duas tôrres de leste e de oeste e colocando-se as grandes estátuas dos evangelistas São Marcos, São Mateus, São Lucas e São João e mais a expressão simbólica do San-

Igreja-matriz da Boa-Vista

tíssimo Sacramento, esculpida no Recife, na própria pedra de cantaria, por um artista desconhecido.

As obras da fachada, segundo nos conta Sebastião Galvão, orçaram em cêrca de 300:000$000, sendo o seu estilo semelhante ao santuário do Bom Jesus do Monte, em Braga, Portugal.

Serviu a igreja da Boa Vista por muito tempo, como era aliás costume antigamente, de cemitério local, conforme se nota das atas da Câmara Municipal do Recife do ano de 1849, muito embora já fosse ela considerada, não obstante incompleta, um Templo luxuoso naquele tempo, com honras de possuir até *cadeirinhas* para transporte dos senhores párocos, quando se destinavam à administração do Santo Ofício a moribundos.

A situação topográfica da Igreja, muito embora o seu tamanho à época fôsse bem imponente, não era, contudo, saliente, pois que se levantava bem em frente à rua do Hospício dos Padres Esmoleres de Jerusalém, que não era larga como hoje, deixando-se visìvelmente de observar a suntuosidade do edifício.

Até às primeiras décadas desta centúria, a parte principal daquela rua, que ia da frente da matriz até atingir o trecho onde hoje vemos o Teatro do Parque, nada mais era que simples garganta, apertada, mal dando para passar, quase espremidos, os velhos bondes de burro.

Do outro lado, onde hoje há uma sorveteria, existia uma vendola de um português chamado Martins, e no oposto a loja do Ganches.

A rua do Hospício data de 1735, quando João da Costa Monteiro, *Síndico dos Santos Lugares de Pernambuco,* comprou por escritura pública de 4 de dezembro dêsse ano, a João de Medeiros Sobrinho, "um sítio de terras no bairro da Boa Vista, para o fim de se construir um hospício para residência dos padres esmoleres de Jerusalém".

E em meados do ano seguinte o padre Fr. João dos Martírios, franciscano da referida Ordem dos esmoleres, instalou o prefalado hospício, sob a invocação de São João Batista, dando início às obras de construção do edifício.

O tal *sítio de terras* do dito hospício compreendia tôda a extensão da área hoje ocupada da esquina da rua do Riachuelo até a altura do antigo edifício do C.P.O.R., com sua profundidade de leste a oeste, em direção completa da rua do Pires, na inteira amplitude do atual Hospital Militar.

A Igreja da Boa Vista, que ficava na perspectiva da antiga rua do Hospício, tomando-lhe quase tôda a abertura, tinha, como ainda hoje conserva, o predicado de Matriz, com real preponderância em todo o movimento religioso do bairro.

Religioso e também cívico às vêzes, como quando o seu vigário, padre Antônio Jácome Bezerra, tomou parte, como um autêntico revolucionário, na revolta pernambucana de 1817, e dos púlpitos ainda em construção fazia constantemente verdadeiras pregações político-revolucionárias.

Quando se verificou a grande peste de *cólera-morbus* em 1871, a imagem do Senhor Bom Jesus dos Passos, da Igreja do Corpo Santo, foi levada de penitência para a Igreja da Boa Vista, aí permanecendo por mais de três meses, até que se extinguiu aquela chamada *peste de febre ruim*.

E durante muito tempo foram recordados os versinhos que os fiéis cantavam, em suas permanentes orações naquela Igreja-Matriz, aos pés do Senhor dos Passos:

"Senhor! Pelos Passos
Pra salvar a humanidade,
Da cruel peste livrai
Ao povo desta cidade!"

Anteriormente, em 1840, já a imagem do Senhor dos Passos estivera hospedada na Igreja da Boa Vista. Foi quando surgiu uma grave e demorada desinteligência entre os padres do Carmo e a Irmandade do Corpo Santo, tendo a imagem, por determinação do bispado, sido recolhida ali, até que fôsse solucionada a pendência.

Sempre foi, a Igreja da Boa Vista, como se vê, o agasalho da imagem milagrosa do Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos.

É êste templo um dos mais belos do Recife, notando-se nêle a particularidade de, no seu altar-mor, não haver imagens. Apenas o Santíssimo Sacramento, e mais as bandeiras brasileira e pernambucana ladeando o oratório.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

"Culto de amor, cantos e flôres
Entre harmonia e contentamento,
Te ofertam todos os pecadores
Oh! Santa Virgem do Livramento."

ESSA igreja, em sua construção atual, remonta a 1882, quando a 9 de setembro foi aberta definitivamente ao culto religioso, pois que a sua mais recente reforma, ocorrida em 1902, quando da gestão do juiz da Confraria respectiva, coroonel Paulo Mafra, não chegou a interromper os serviços religiosos, nem tampouco afetou o aspecto arquitetônico inicial.

Em 1694, porém, no mesmo local de hoje, em um terreno que fazia parte das chamadas "hortas da igreja de São Pedro dos Clérigos", onde se entroncavam dois desaparecidos canais, ali abertos pelos holandeses, já existia uma igrejinha modesta sob a invocação de Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos, "onde celebravam-se com decência e esplendor, todos os atos do culto", no dizer de um cronista, "para o que mantinha a respectiva irmandade, já instituída, um capelão e um mestre-de-capela"; e nas contas de 1695, do primeiro livro de despesas da irmandade, verificaram-se verbas despendidas com trabalhos de pintura da capela, executados pelo pintor José Pinhão de Matos, de bastante referência na época.

Era, entretanto, de qualquer modo uma obra modesta, sempre recebendo reformas, continuadas modificações, até alcançar o ano de 1830, quando a Irmandade, tendo como juiz o irmão benfeitor Julião Portela da Silva, resolveu demoli-la, levantando em seu lugar uma Igreja maior.

E o historiador Pereira da Costa comentou a existência de um livro, verificado por êle, e hoje infelizmente inutiliza-

do, com o fim de apurarem-se tôdas as despesas havidas com as obras da referida igreja, como constava mesmo do título de abertura "*Livro para lançamento das despesas que se houver de fazer com a obra de Nossa Senhora do Livramento, que teve princípio em 8 de agôsto de* 1830".

Voltemos, entretanto, ao período da primitiva igreja, quando iremos encontrar, lá pelas alturas de 1711 e 1712, a consignação de verbas diversas para as obras de frontispício e acabamento dos altares, entre despesas com materiais e operários, pagando-se aos pedreiros 320 réis por dia, e aos serventes 100 réis.

E data justamente de 1715 a referência à Igreja de Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos, no livro "Narração Histórica das Calamidades de Pernambuco".

Dêsse último ano até 1717 o artista entalhador João da Costa Furtado pacientemente se encarregou das obras de talha respectivas. Em 1720, por motivos que desconhecemos, pagou-se a um artista estranho, que não aquêle entalhador, a importância de 50 mil réis — bastante elevada ao tempo — pela feitura da porta principal da Igreja.

Nesse mesmo ano foi instalado na sacristia "um lavatório de pedra da Paraíba", trabalho de raro valor artístico, e que ainda existe na sacristia da Igreja atual.

Em 1722 o padre Frei Agostinho de Santa Maria mencionou, no volume IX de sua obra sôbre o *Santuário Mariano*, a existência da capela de Nossa Senhora do Livramento, como estando completamente concluída. E ainda é Pereira da Costa quem nos conta que a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz do Corpo Santo, "com o fim de socorrer as necessidades espirituais da população da banda de Santo Antônio, pela distância em que fica da igreja-matriz, cuja paróquia nessa época compreendia todo o território da então vila do Recife, resolvera instalar na Capela de Nossa Senhora do Livramento um santuário, elevando-se daí o templo ao predicado de igreja paroquial".

Isto ocorreu pelas alturas de 1726 e, para corresponder com a importância de tal honraria, a Irmandade do Santíssimo Sacramento, mediante um acôrdo de compensação religiosa, resolveu mandar construir ali uma sacristia adequada, cuja despesa orçou em 321$000, inclusive os paramentos e as alfaias, dotando-se também a tôrre respectiva de um sino novo, "especialmente destinado a chamar os fiéis ao acompanhamento do viático".

Igreja e Largo do Livramento. Meados do século XIX. Pouca diferença existe da feição atual.

O vigário Dr. Manuel Freire de Andrade, da Igreja-matriz de S. Frei Pedro Gonçalves (ou Corpo Santo) foi o autor dessa combinação, tendo o bispo diocesano, D. Frei José Fialho, feito a devida colação eclesiástica, e concordado pela Irmandade de Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos, o respectivo juiz, alferes Francisco de Almeida Pessoa.

De 1734 a 1743 sofreu a Igreja uma reforma, e neste último ano, na segunda-feira 9 de setembro, foi feita a sagração solene, oficiando no ato o religioso capuchinho do Hospício de Nossa Senhora da Penha, Fr. João Pedro. Como era usual, ao tempo, o sino grande da Igreja foi devidamente batizado, recebendo nessa ocasião o nome de *Martinho João do Livramento*, servindo de padrinho o capitão João da Silveira, "que fêz uma oferta de 36$000, isto é, noventa cruzados na moeda da época". Era então juiz da Irmandade o irmão João Pereira de Oliveira.

Durante quase cem anos permaneceu assim a Igreja do Livramento, nela celebrando-se, com tôda a solenidade e aparato, os atos do culto católico, até atingir o ano de 1830, que, como vimos, marcou a fase da nova e definitiva reforma do Templo.

Diga-se de passagem que as novas obras foram confiadas ao mestre-pedreiro Francisco José da Paz, com um salário de 1$200 diário, vencendo os ajudantes 800 réis e os serventes 240 réis.

Quando em 1822 as obras da nova construção estavam em grande adiantamento, foi colocada no nicho, ainda hoje existente, uma imagem de Nossa Senhora do Livramento, de vulto natural e esculpida em pedra. Nessa ocasião reabriu-se a Igreja ao culto público com tôda a solenidade, muito embora os trabalhos externos e de revestimento ainda não estivessem concluídos.

A Irmandade era pobre, e em seu socorro veio o poder público, autorizando, pela lei provincial n.º 32, de 16 de junho de 1836, uma loteria anual de cinqüenta contos, em favor dos trabalhos de construção. Pela lei n.º 54, de 18 de abril de 1838, foi autorizado um desdobramento daquela loteria, e em 9 de maio de 1842 nova lei provincial, desta vez sob o número 104, permitiu outra concessão de loterias, agora no valor de sessenta e quatro contos. A lei n.º 16, de 9 de agôsto de 1848 e a de número 283, de 9 de maio de 1851, concederam os últimos favores para o término das obras, dizendo a esta altura

o poder público, no artigo 42 desta última lei que "o favor ora concedido à Igreja do Livramento, poderia ser dividido em uma ou duas partes, conforme convier à Irmandade".

Em 1840, o artista de fama Cândido Ribeiro Pessoa foi incumbido do serviço de douração do altar-mor e dos salientes laterais. Data, porém, de 1851 o término dêstes serviços de douramento e mais os de pintura, aí por outro pintor e mestre dourador de nome João Batista Correia.

Era fiscal dos serviços, por parte da Irmandade e com o título de "mestre gratuito de tôdas as obras", o irmão e ex-juiz João Batista Fernandes. Funcionava como juiz o irmão Albino de Jesus Bandeira. E com solenidade, a 3 de maio de 1852, foi levantada no alto do frontispício da Igreja a grande cruz, ricamente ornada e inteiramente trabalhada em ferro, e que ainda hoje ali se acha. Trabalho de rara riqueza técnica, executado no grande estabelecimento industrial da época, a *Fundição Aurora*, da firma Starr & Cia, que apenas rerebeu 60$000 pela mão de obra, ofertando todo o material empregado.

Sòmente em 1856, como consignam os documentos consultados, foi que ficaram concluídos os trabalhos da Igreja, quando se levantou o consistório e se completou o composto ornamental da fachada.

É um templo de linhas clássicas e coloniais, embora em certos contornos apresente algumas considerações de uma bela perspectiva mais moderna. Contudo, os seus traços arquitetônicos são sóbrios. A fachada principal é mesmo de uma certa imponência e elegância, com traços em relêvo, alguns de pedra de cantaria e outros de granito lavrado.

Ergue-se em uma grande elevação sôbre o nível do terreno e de bela perspectiva para uma rara e invejável posição urbana, ao fim de uma larga rua, a do Livramento, e amparando a abertura de outras duas: a rua da Penha e a rua Direita. Tem à frente uma regular área tôda cercada de gradis de ferro, com três belos portões, sôbre uma ampla escadaria de pedras.

Sua torre mede 25 metros. A imagem de Nossa Senhora da Conceição, invocada no altar-mor, substituiu em 1852 a antiga e pequenina, que ali havia desde a criação da Irmandade, pelas alturas de 1694. Esta, todavia, ainda hoje é conservada no consistório da Igreja.

Grande obra de arte em madeira é o teto dêsse consistório, que apresenta uma linda distribuição em relêvo, na pró-

pria madeira, dos traços simulando os raios do Santíssimo, e em tal disposição que cobre tôda a amplitude do salão.

Aí ainda existem dois grandes painéis sôbre madeira, de um colorido queimado, e de pintores desconhecidos, representando um a Apresentação e o outro o Desposório de Nossa Senhora. Há, também, duas outras telas, provàvelmente do século XVII, sendo uma do mestre-de-Campo José de Vaz Salgado, em uniforme de grande gala, e a outra de outro oficial desconhecido e também em grande uniforme.

Outra relíquia existente na Igreja é o grande armário, espécie de contador, feito todo de jacarandá lavrado, embutido na parede, para a guarda de objetos do culto. Alteroso e belíssimamente entalhado, êsse móvel é uma das mais raras obras clássicas religiosas, ainda existentes nas Igrejas do Recife. Deve datar de 1843.

Uma das grandes devoções dêsse Templo foi a dedicada a Nossa Senhora do Bom Parto, sôbre cuja ereção da Irmandade respectiva, regista a história êste incidente religioso:

A 24 de agôsto de 1702 os irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento concederam ao capitão Carlos Correia de Albuquerque uma licença para que o mesmo fundasse naquele Templo uma Irmandade sob a invocação de Nossa Senhora do Bom Parto, e permissão para que esta nova associação religiosa levantasse no lado esquerdo do corpo do Templo, junto ao altar-mor, um altar e nêle pusesse uma imagem da sua padroeira, podendo festejá-la, "sem que para isso importasse uma doação ou venda".

Ressalvava ainda a concessão da Irmandade do Livramento que a nova congênere não poderia fazer obra de espécie alguma sem o seu consentimento, e que tôda e qualquer que "excedesse de cinco mil réis, não poderia ser feita pelo procurador, sem o consentimento de sua Irmandade, isto é, do escrivão e mordomo, aos quais prestaria contas anualmente, depois da festa de Nossa Senhora do Bom Parto".

E o Santíssimo Mariano do ano de 1722 insere uma notícia sôbre "a imagem de madeira e estofada de ouro, de Nossa Senhora do Bom Parto, do altar de Nossa Senhora do Livramento do Recife, que é muito venerada na sua particular capela, e com ela têm devoção não só as mulheres da vila do Recife, como também as de Olinda, porque tôdas esperam que Nossa Senhora do Bom Parto lhos dê muito felizes, e assim a buscam com muita devoção".

Em 1827 surgiu, porém, uma grave desinteligência entre as duas Irmandades eretas na Igreja, principalmente porque a de Nossa Senhora do Livramento já se mostrava enciumada com o prestígio da outra, que aos poucos ia absorvendo o interêsse popular-religioso, que deveria haver pela invocação principal, substituindo-a pela de Nossa Senhora do Bom Parto.

Daí resolver, então, esta última Irmandade, remover a imagem da sua Santa e se instalar na Igreja de São José de Riba Mar. Obstada em seu desejo pela associação religiosa efetiva da Igreja, os irmãos do Bom Parto, furtivamente, altas horas da noite, encostaram escadas no templo, nêle penetrando pelas janelas e retirando a imagem milagrosa e suas alfaias, depois de terem destruído o altar respectivo e suas talhas ornamentais.

Dessa lamentável ocorrência foi feito pela Irmandade do Livramento um circunstanciado relatório, enviado ao governador do bispado. Ao que respondeu êste com o seguinte despacho, datado de Olinda, 22 de julho de 1827:

"Louvamos muito que os suplicantes evitassem disputas, que sempre trazem consigo desassossegos e pecados; estamos prontos para lhes dar tôda a satisfação e aprovamos o que aqui se expõe".

E no dia 1.º de outubro do mesmo ano verificou-se a colocação festiva de nova imagem, concedendo o bispo quarenta dias de indulgência a *tôda e qualquer pessoa que devota e religiosamente rezar uma Salve-Rainha de joelhos à mesma Senhora.*

Outro incidente curioso foi o que ocorreu em 1880, quando uma pitoresca procissão abalou o Recife, servindo de comentários e considerações durante muito tempo:

Existia na Igreja do Livramento, incorporada desde 1788 na Igreja de São Pedro dos Clérigos, e dali mudada para aquela em 30 de maio de 1840, a Irmandade de Santa Cecília, venerada como a padroeira dos músicos. Por parte da Irmandade do Livramento foi-lhe concedido um nicho ao lado superior do altar-mor da Igreja, para a colocação da imagem de Santa Cecília, ficando, porém, a outra irmandade na obrigação de zelar e ter sob sua inteira responsabilidade o cuidado de limpar e ornamentar devidamente o referido altar-mor.

Por muitos anos permaneceu êsse estado de coisas, até que em 1888, ao morrer o irmão, professor de música muito conhecido no Recife, Teotônio José de Sousa, estalou um sério desentendimento.

Na ocasião do entêrro não se verificou uma esperada consideração por parte dos responsáveis pela Igreja, sendo recusada a entrada do corpo pela porta principal do Templo, a fim de ser feito o depósito, havendo, apenas, a concessão de se verificar isto através de uma modesta porta lateral.

Em sinal de protesto os irmãos de Santa Cecília resolveram levar o corpo para a Igreja de São José de Riba-Mar, de onde foi conduzido depois para o cemitério de Santo Amaro, com grande acompanhamento.

Não satisfeitos, convocaram os irmãos uma assembléia para o dia 12 de novembro, em a qual, depois de acaloradas discussões, ficou resolvido mudar-se a Irmandade incontinenti para a Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

E, como recordou Mário Sete, "dito e feito. Metem nos baús o arquivo e a papelada; apanham as lanternas, a cruz alçada, as varas dos juízes, põem no andor a imagem de Santa Cecília, revestem-se das opas, e em plena tarde saem da Igreja afora, numa imprevista procissão que espanta os moradores da vizinhança".

Outra Irmandade, hoje desaparecida, cuja imagem do Santo padroeiro, entretanto, ainda existe na Igreja, foi a de S. Gonçalo Garcia, santo de côr parda, nascido na Índia, martirizado em 1597 e beatificado pelo Papa Urbano VIII em 1627. Foi instalada esta Irmandade na Igreja do Livramento no dia 12 de setembro de 1745 e prolongou a sua atividade até 1808, quando desapareceram todos os vestígios da mesma. Foi uma instalação solene, tendo o sermão encomiástico sido recitado pelo famoso historiador Frei de Santa Maria Jaboatão, que nêle fêz o elogio dos chamados homens pardos de Pernambuco. Trabalho de grande repercussão, e que fêz depois parte do livro "Jaboatão Místico, em Correntes Sacras dividido", editado em Lisboa no ano de 1758.

A Igreja do Livramento foi de grande repercussão, com comentadas festas externas, hoje infelizmente desaparecidas, e celebradas sempre nos meados de setembro. A devoção da Santa padroeira chegou a provocar versos populares, servin-

do de pretextos para disputas de glosas entre os poetas de princípios dêste século:

"Culto de amor, cantos e flôres,
Entre harmonia e contentamento,
Te ofertam todos os pecadores,
Oh! Santa Virgem do Livramento

ou então:

GLOSA

De Maria o Livramento

MOTE

"Deus criou de barro um ente
Cheio de dons e candura,
Que bela manufatura
A obra do Onipotente!
Ergue-se um homem fulgente
Do paraíso portento...
Com infuso entendimento
Prevarica temerário
Pelo que foi necessário
De Maria o Livramento".

Mote êste escrito pelo irmão Manuel Rodrigues de Azevedo, poeta popular ao tempo e apelidado de "Manuel Cabra", que faleceu com adiantada idade, sendo enterrado em lugar hoje incerto na própria Igreja do Livramento.

O Imperador D. Pedro II foi, certa vez, em sessão de assembléia-geral, de 28 de setembro de 1845, eleito juiz perpétuo e protetor da Irmandade, tendo da côrte aceito o cargo, conforme aviso do seu Ministério, datado de 15 de novembro de 1846. Por êste motivo, durante tôda a vigência do govêrno Imperial, as solenidades da festa anual em louvor à padroeira, passaram a ser honradas com aparato militar, de uma guarda de honra, prestada por um corpo do exército.

Hoje a Igreja de Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos não tem mais aquela imponência religiosa e

mesmo profana de outrora. Vive quase de recordações, sem mais celebrar suas tão comentadas festas populares.

Seu belo templo, a despeito de sua imponente perspectiva, vive, contudo, abafado em uma zona hoje completamente comercial, sem merecer mais aquela devoção religiosa tão profundamente arraigada de antigamente, porém, com os seus atos normais de serviço do culto, que ainda são celebrados com tôda regularidade.

A única cerimônia religiosa que hoje ali se efetua com maior repercussão, é a chamada Missa do Comércio, rezada todos os Domingos às 12 horas, no altar de Nossa Senhora da Soledade, cuja Irmandade, ereta na Igreja desde 1765, obteve a 30 de outubro de 1929 essa concessão do arcebispo D. Miguel de Lima Valverde, consagrando a sua Santa como padroeira dos Empregados no Comércio do Recife.

A Igreja faz parte da paróquia de Santo Antônio.

IGREJA DO ESPÍRITO SANTO

"Trino Deus, bom, infinito,
Vosso Templo profanado!
Lugar mais do que sagrado,
Santo!"

DATA de 26 de abril de 1655 a ordem régia, firmada por D. João IV, concedendo licença aos padres jesuítas para "fundarem um colégio na povoação do Recife, em uma igreja que pertencera aos herejes franceses da seita de Calvino".

Êste templo, bem como *duas moradas de casas de casas de sobrados,* junto a êle situadas, tinha o general-governador Francisco do Rêgo Barreto, em 1654, doado aos referidos jesuítas, para que nêles dessem logo início aos exercícios de suas funções.

No Inventário dos prédios deixados no Brasil pelos holandeses, e por êles construídos, estão aquêles imóveis caracterizados como situados "ao entrar da porta da trincheira de Santo Antônio, da serventia que vem dos Afogados, e por detrás das ditas casas de sobrado ficava a Igreja dos Franceses, que foi fabricada à ordem do Flamengo".

Em Barlaeus (1647), nas suas importantes estampas sôbre o Recife durante a invasão holandesa, encontramos duas gravuras sob a denominação de *Templum Galiicum,* mostrando que aquela Igreja calvinista não era pequena e possuía até uma interessante tôrre e grandes dependências laterais.

De posse dos terrenos em que estavam levantados os sobrados doados, e que era uma área bem regular, trataram os jesuítas de erguer um grande edifício para o seu colégio, e em 1686 deram início a uma grande reforma na Igreja, de modo a melhor integrá-la nas disposições dos templos cató-

licos, e de acôrdo com aquelas plantas sóbrias, prediletas da Ordem no mundo inteiro.

Para término dos trabalhos de reconstrução, muito contribuiu a ajuda financeira de várias pessoas abastadas da povoação, notadamente o capitão Antônio Fernandes de Matos, "homem generoso e possuidor de avultada fortuna", no dizer de cronistas, e Domingos Pereira Baracho, que doou em 1688 uma casa que possuía na rua da Cadeia Velha, na zona do Recife, "para do seu rendimento prover-se as obras da Igreja".

Concluído o novo Templo em 1689, sòmente em 1691, a 17 de dezembro, foi que se realizou a solenidade da sagração, pelo bispo diocesano, D. Matias de Figueiredo Melo, ficando a Igreja sob a proteção de Nossa Senhora do O', passando a funcionar nela duas Irmandades: a da padroeira, fundada e mantida pelos alunos do Colégio dos Jesuítas, e a da Santíssima Trindade, instituída pelo rico cirurgião, Dr. Manuel da Fonseca, que "vinculou a renda de três casas de sua propriedade para a manutenção da Ordem".

Verificando-se em 1759 a expulsão dos padres jesuítas dos territórios portuguêses, diante da ação política do Marquês de Pombal, foi o Colégio fechado e desocupado, passando a Igreja para os cuidados do bispo diocesano, que nomeou para tomar conta da mesma e do edifício do Colégio, um administrador "com os vencimentos de 80$000 anuais, correndo tôdas as despesas do culto e serviço da casa por conta da fazenda pública".

Surgiu dessa época uma fase de decadência da bela e imponente Igreja do Colégio dos Jesuítas, que chegou a um quase abandono, furtando-se alfaias, luzeiros, lanternas, imagens e sinos, pois de lá transferiram para a Igreja do Salvador, de Olinda, o seu grande sino da tôrre principal, que ficou naquele templo olindense até 1808, "quando foi apeado do campanário, por estar inutilizado".

Quando em 1787 o templo foi visitado pelo novo bispo Fr. Diogo de Jesus Jardim, era tal a "incúria e o abandono ali encontrados", que aquêle diocesano determinou ao padre Maurício Manuel de Oliveira Miranda que tomasse tôdas as providências para uma relativa restauração.

E as despesas com os serviços correspondentes subiram a 37$810, entre toalhas para os altares, despendendo 43 varas de pano de linho (17$400); consêrto de imagens e pintura das mesmas (5$400); uma cortina de Ló fino para o encêrro do S. S. Sacramento no trono (1$860); 20 oitavas de galão

Praça 17 em fins do século XIX — Ao fundo vê-se a Igreja do Espírito Santo e ainda restos do antigo Colégio dos Jesuítas.

de ouro, para a chave do sacrário (7$840); consêrto da chave de bronze do lavatório (400 rs) e 20 côvados de brim para cobrir os altares (4$920).

Em 1799, verificando-se sérios desentendimentos entre a Irmandade do SS. Sacramento da Igreja de Santo Antônio e o pároco da mesma, determinou o bispo D. Azeredo Coutinho a trasladação do Santíssimo daquela Igreja para a do extinto Colégio dos Jesuítas.

Com a transferência do regimento de artilharia da guarnição de Olinda para o Recife, no ano de 1816, foi a Irmandade de S. João Batista dos Militares, composta exclusivamente de oficiais e praças de artilharia, trasladada para a Igreja do Espírito Santo, por concessão do governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro.

Em 1817, porém, foi a Irmandade dissolvida, Reorganizada em 1823, foi novamente dissolvida, voltando a imagem para Olinda.

Deflagrada a revolução de 1817 em Pernambuco foi o Templo entregue à mais vil profanação, quando da chegada das tropas comandadas pelo governador-general Luís do Rêgo, remetidas da côrte para combater os últimos anseios dos insurretos.

Instalada que foi a sede do govêrno daquele general no Colégio dos Jesuítas, anexo à Igreja, os seus soldados levaram o desrespeito ao ponto de alojar dentro do Templo, no recinto do próprio santuário, cavalos de ajudantes-de-ordens e de outros oficiais.

Reagindo contra tal profanação, populares fizeram distribuir profusamente na vila, e afixar nas esquinas de diversas ruas do Recife, em 1821, nas proximidades da saída do general Luís do Rêgo, êstes versinhos:

"Trino Deus, bom, infinito,
Vosso Templo profanado!
Lugar mais do que sagrado,
Santo!"

O abandono àquela altura, atingira o auge. Tinham sido inteiramente retiradas suas riquíssimas alfaias e ornamentos, luzeiros, etc. As imagens totalmente apeadas dos altares e recolhidas a outras igrejas, quando não pecaminosamente

furtadas. A imagem de S. Jerônimo fôra recolhida à matriz de Santo Antônio e a de N. S. da Paz à igreja da Soledade. Quanto à de Santo Inácio Loiola, o patrono da ordem dos jesuítas, fôra atirada em um armazém de arrecadação militar, nas proximidades da Igreja. A imagem de Nossa Senhora do O', padroeira do Templo, esta desaparecera.

Em 1823 foi instalado no seu vasto consistório o Tribunal de Relação, e na sacristia passou a funcionar um armazém de materiais bélicos. Em um dos corredores estêve instalada uma Sala de Audiências públicas, enquanto o corpo do Templo servia sucessivamente de Escola de Instrução Primária, Repartição de Vacinas, e até de Teatro para representações, sendo o palco levantado no local da capela-mor, no santuário, para espetáculos da Sociedade Dramática Natalense.

No ano de 1855, porém, a Irmandade do Espírito Santo, então funcionando provisòriamente na Igreja da Conceição dos Militares, solicitou a posse do Templo.

Em entendimentos com o Presidente da Província, Dr. Bento da Cunha Figueiredo, visto que o edifício fazia parte da Fazenda Nacional, pelo fato da extinção da Ordem dos Jesuítas e confiscação dos seus bens, aquela Irmandade contou com a inestimável ajuda e incentivo do religioso capuchinho Fr. Caetano de Messina, então Prefeito do Hospício de Nossa Senhora da Penha.

Fácil foi convencer-se o Presidente, que era profundamente religioso, da "necessidade de salvar-se de inevitável perda tão belo monumento, promovendo a sua restauração".

Das negociações resultou a entrega do Templo, desde que a Irmandade providenciasse uma restauração condigna e a entregasse em curto prazo, novamente ao culto religioso, sob a invocação, não mais da padroeira inicial, Nossa Senhora do O', mas agora do Divino Espírito Santo.

A sagração deveria ser solene, devendo também a Irmandade comprar dois sinos para as Tôrres e franquear o Templo com tôdas as imagens, alfaias e paramentos "necessários à celebração de qualquer festa ou ato religioso de caráter nacional".

Ao fim foi estipulada a obrigação de se mandar celebrar no altar-mor todo domingo e dia santificado u'a missa ao meio-dia.

Tomando posse do Templo no dia 29 de maio de 1855, a irmandade deu logo início aos trabalhos, mas sòmente em 1856

foi que se mudou dali o Tribunal de Relação, última repartição que insistira em permanecer.

Contudo, no dia 8 de setembro de 1855, a Irmandade, com o Templo mais ou menos restaurado, organizou uma belíssima festa de ação de graças, celebrando o bispo D. João da Purificação Marques Perdigão, solenemente, o ato religioso de reconciliação canônica da Igreja

E no dia seguinte trasladou-se a Irmandade do Espírito Santo, da Igreja da Conceição dos Militares para ali, em aparatosa procissão, conduzindo o símbolo do Espírito Santo e o Santíssimo Sacramento para o novo Templo.

Durante a restauração do edifício apenas foi mantido o traço marcante da destruição feita anteriormente, na supressão da tôrre maior, visto que ela perdera o seu traçado airoso inicial, por uma justa determinação do governador Luís do Rêgo, em 1819, que a fêz demolir, para em seu lugar instalar um telégrafo semafórico.

Comprovando-se a necessidade de continuar aquêle serviço de informações náuticas, foi êle considerado e mantido durante a restauração e por muito tempo depois.

De 1870, conforme contrato lavrado em outubro daquele ano, com o mestre-carpina Francisco Ricardo da Costa, data o altar-mor ainda hoje existente.

Vários nomes tem tido até hoje a praça onde está localizada a Igreja, e onde existiu o Colégio dos Jesuítas: Pátio do Colégio, Praça D. Pedro II, Praça 1817 (mais vulgarmente conhecida como Praça 17), e finalmente Largo do Espírito Santo.

O Colégio anexo à Igreja era todo voltado para o lado norte-este, pois que não havia a passagem que hoje conhecemos, entre os fundos do Grande Hotel e o oitão da Igreja. Êsse espaço era todo ocupado pelo edifício do antigo Colégio dos Jesuítas, e do lado do mar nada mais havia do que um espaço baldio, sem serventia e de precária passagem.

Durante muito tempo funcionou ali a Faculdade de Direito do Recife, e, por isto, nesse período da ocupação estudantil, era o Largo do Espírito Santo um dos pontos mais importantes e movimentados da cidade, com seu jardinzinho rodeado de grades, e onde os estudantes promoviam suas festas, davam vaza ao seu entusiasmo e valorizavam sua cultura.

Tempo longínquo a recordar os mestres de Direito Adolfo Cirne, Adelino de Luna Freire, Neto Campelo, Gervásio Fioravante e muitos outros.

A Igreja a êsse tempo adquirira uma grande importância, como que se compensando das humilhações anteriormente sofridas. Tornou-se ela solene, assistindo aos primeiros sermões de Dom Frei Vital, depois sagrado bispo em 1872, rezando ali o seu primeiro *Te-Deum* e desafiando a fôrça da maçonaria brasileira, então poderosa e vivaz.

Templo também procurado e profusamente cheio de assistentes, durante os célebres sermões do Padre Júlio Maria, um dos maiores oradores sacros de princípios dêste século.

Ali as horas de civismo pernambucano tiveram também preponderância, fazendo vibrar a alma da mocidade, em discursos flamejantes, odes de despedidas, verbosidade, calor e entusiasmo, quando do embarque do 14 de artilharia para Canudos; na célebre questão da Trindade; no entêrro de Martins Júnior; nos dias faustosos de Nabuco; quando do nosso incidente com a Bolívia; na ocasião da visita de Lucila Simões; no desembarque de Sacadura Cabral e Gago Coutinho e em muitas outras ocasiões.

Igreja que teve seu apogeu nos princípios desta centúria, com sua missa do meio-dia, na qual se reuniam as mais elegantes e aristocráticas famílias pernambucanas. Pretexto para exibição de vestidos caros, modas e perfumes franceses, luxo e importância, com os carros imponentes à porta e a rapaziada, tôda *dandy,* formando alas para ver chegar as elegantes, as "granfinas" da cidade.

Um cronista da época chegou a traçar êste aspecto pitoresco da realização daquelas missas:

"Os bondes descendo dos arrabaldes deixavam grupos e mais grupos na esquina da Livraria Francesa, na rua 1.º de março com Imperador. E já dali os "bilontras" acompanhavam as suas preferidas, malgrado o olhar prevenido das mamãs ou a bengala agressiva dos velhos. Na missa do Espírito Santo inauguravam-se as modas sensacionais do Recife de ontem — as saias balões; as blusas de gola alta; os chapéus de

longas plumas, as saias estreitas, as zitas, os penteados de cachos supostos, os *mitaines*, os boleros escoceses; as gravatinhas com ponteiros de metal, as marrafas douradas e os vestidos de meia manga, até que a tantas solteironas de braços finos fizeram torcer os narizes e protestar:

"— Indecentes!"

Largo que o progresso matou, modernizou, sufocou e outra vez fêz cair no ostracismo o velho Templo.

Tiraram-lhe os estudantes do seu meio; derrubaram o Colégio; arrancaram as grades e desmancharam o jardim; estreitaram o espaço; ergueram dentro dêle suntuosos edifícios; comerciaram os seus arredores e imoralizaram até a sua freqüência, com a presença de mulherio e anormais viciados.

E agora a velha Igreja e seu largo vivem sossegados, dentro de suas recordações...

IGREJA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO (FRONTEIRAS)

"Uma Capela e uma Promessa..."

UMA esquecida zona urbana do Recife e que, todavia, fala muito ao nosso sentimento cívico, justamente por ter pousado, durante a invasão holandesa, para o painel das grandes epopéias nacionais, é a chamada Estância, no bairro da Boa Vista, compreendendo a rua das Fronteiras, um trecho da rua Dom Bosco e precisamente a Capela (ou Igreja) da Estância, sob a invocação de Nossa Senhora da Assunção.

Em 1630 constituía aquêle trecho um grande sítio pertencente a João Velho Barreto, abastado colono, estando ali edificada uma grande vivenda do proprietário e algumas modestas casinhas pertencentes aos moradores.

Verificando-se a invasão holandesa, foi o sítio ocupado por uma fôrça de 180 homens, sob o comando do capitão Antônio Ribeiro de Lacerda, que descera de Ipojuca com o fim de auxiliar na defesa do Recife, e que "com a gente que trouxe se postou nas casas de João Velho Barreto, para tomar as entradas e saídas da povoação", assim informa Duarte de Albuquerque em suas *Memórias Diárias*.

Pouco tempo durou ali o capitão Antônio Lacerda, porque logo no mês de março foi designado para ocupar a defesa do pôsto do Passo do rio dos Afogados, passando, então, o sítio de Velho Barreto a ser ocupado por Luís Barbalho Bezerra, com uma tropa variada de índios e colonos.

Organizando-se em 1645 a guerra definitiva contra o invasor, e criando-se, para atender ao rigoroso assédio, várias estâncias e pontos fortificados, foi aquêle sítio, à saída da povoação, confiado a Henrique Dias, o oficial negro e sua gente, tôda ela também de côr, o qual, avançando um pouco mais,

além da casa da vivenda da estância, ocupou uma outra pertencente ao rico holandês Gillis Van Luffel, na qual, segundo Pereira da Costa, "existia uma espécie de tôrre de onde se descortinava todo o Recife, sendo assim um ponto extraordinàriamente estratégico".

Dessa privilegiada posição, as fôrças de Henrique Dias observavam o movimento das tropas inimigas, ocasionando-lhes, então, graves derrotas, de tal modo ofensivas que enfureceram o próprio general Segismund Von Sckoppe, comandante em chefe do exército holandês, a ponto dêle "tomar de uma fôrça de dois mil soldados escolhidos sob seu comando e atacar com furor a estância de Henrique Dias", isto no dia 5 de agôsto de 1648.

Prevenidos como estavam, pelo pôsto observador, de tão sério movimento de tropas, os pretos de Henrique Dias defenderam-se com tal disposição que, ao receberem reforços, passaram à ofensiva, debandando o inimigo, "que deixou em campo cêrca de 50 mortos e mal podendo conduzir o estúpido número de feridos".

Foi tão feroz a luta que os negros, ao calor da alegria, embriagados de entusiasmo pela vitória que desmoralizara pessoalmente a vaidade do orgulhoso general batavo, decapitavam os cadaveres dos inimigos e expunham as cabeças espetadas nas pontas das suas próprias lanças, a fim de aterrorizarem ainda mais os holandeses.

Em face dêsse espetacular resultado, o sentimento religioso de Henrique Dias enraizou-se profundamente e, em ação de graças, resolveu consagrar a Nossa Senhora da Assunção a capelinha que mandara erigir em 1646, nas fronteiras da estância, para a celebração dos exercícios religiosos.

A construção tinha sido feita à custa dos maiores sacrifícios e riscos, transportando-se as telhas de uma olaria situada a grande distância, junto ao cemitério dos índios, na altura dos "Coelhos", conforme dá notícia o *Valeroso Lucideno* do Frei Manuel Calado, perto do local onde hoje se ergue o Hospital Pedro II.

A Capela era modesta "enquanto se aguardava o término da luta, para erguer-se um monumento mais duradouro à Virgem que lhe protegera em tão rudes combates".

O ato régio de 29 de abril de 1654, conferindo graças e mercês aos heróis da guerra de libertação, proporcionou ao governador Francisco Barreto poderes para baixar a provisão de 26 de setembro de 1656, "tendo respeito aos muitos mere-

cimentos que o governador Henrique Dias tinha granjeado em servir à Coroa de Portugal, nas guerras de Estado, lhe fazia doação, em nome de Sua Magestade, das casas que foram do flamengo Van Luffel, bem como das olarias que foram de Gaspar Roque e tôdas as terras anexas a elas, junto ao rio Capibaribe, até a ilha de Santo Antônio".

Antes dêstes favores o prêto governador já tinha recebido, por especial dádiva de D. João IV, "a concessão de uma data de terras para fundação de um monumento cuja época e extensão nada se sabe".

Aí foi que se ergueu a "capelinha de Nossa Senhora da Assunção", das Fronteiras da Estância de Henrique Dias, cuja cobertura hoje atinge, como já dissemos, principalmente a rua das Fronteiras e parte da rua Dom Bosco, onde, em 1895, se levantou o prédio do colégio das irmãs de caridade da Ordem de São Vicente de Paula.

A despeito, porém, de tôdas estas concessões, o bravo governador dos negros nunca pôde ver em vida, como sempre desejou, perpetuada no imóvel definitivo a sua devoção à Santa que tanto o ajudara nas vitórias conquistadas, pois morreu completamente pobre em junho de 1622, sendo as despesas do seu funeral, num total de 48$700, pagas pela Fazenda Real, por ordem do governador Brito Freire.

Subsistiu, entretanto, o Regimento dos Henriques pugnando pela promessa feita pelo seu falecido titular, e em 25 de agôsto de 1688 o rei D. Pedro II, de Portugal, mandava que o governador da Capitania "informasse sôbre a petição dirigida à coroa, pelo mestre-de-campo do Regimento de Henrique Dias, solicitando auxílio para a construção da capela da Estância".

E Pereira da Costa lembra que os sucessores do Regimento dos Henriques, o mestre-de-campo Antônio Gonçalves Caldeira, depois o capitão José Luís Soares e mais tarde o mestre Domingos Rodrigues Carneiro, tudo fizeram para construir uma capela condigna, substituindo a pequenina levantada pelo patrono do seu Regimento.

Sòmente quase cem anos depois, a 27 de abril de 1748, foi que, finalmente, se firmou na secretaria do governador D. Marcos de Noronha um ato idêntico ao lavrado em 16 de setembro de 1710 e que depois fôra anulado, segundo o qual ficavam esclarecidas e determinadas as bases para a construção de uma igreja condigna, de modo a servir depois de Matriz, "se porventura se criasse uma paróquia na localidade".

Concluído nesse mesmo ano, foi o templo aberto à devoção pública do culto divino, enquanto sua administração era entregue de início ao comandante e oficiais, já agora não mais do Regimento dos Henriques, que desaparecera, mas do Têrço dos Henriques, que lhe sucedera.

Depois de 1823 a administração passou a ser feita segundo uma indicação do juiz de Capelas, porém sempre recaindo a escolha em pessoas de côr preta.

Seus últimos administradores militares foram o tenente-coronel Duarte Gomes de Figueiredo, comandante do quarto batalhão dos Henriques, tenente José Isidoro da Silva, ainda desse batalhão e o sargento-mor Francisco José de Melo, "preto de honradas côres", no dizer do padre Joaquim Dias Martins, que o relacionou como um dos célebres mártires pernambucanos, tendo sofrido as maiores perseguições no govêrno impiedoso de Luís do Rêgo.

Em 1848 os poucos oficiais e praças que restavam do batalhão dos Henriques organizaram uma irmandade para administrar diretamente a capela; a duração dêsse organismo, porém, foi curta, sòmente até 1871, ano em que, no dia 19 de novembro, foi fundada a Sociedade dos Henriques, no consistório da Igreja, que a esta altura tinha o pomposo título de Imperial Capela, concedido por graça especial de D. Pedro II, quando visitou Pernambuco em 1859.

Tinha a sociedade o objetivo de manter viva a devoção a Nossa Senhora da Assunção e administrar a Igreja da Estância, sendo seu primeiro presidente o major reformado Salvador Henrique de Albuquerque.

Estava fadado, porém, o velho sonho do bravo comandante negro, a ficar sempre no ostracismo, caindo no olvido e nas penumbras do passado distante, porque, esgotado o entusiasmo da fundação, mergulhou a Igreja no esquecimento, sendo administrada por irmandades estrangeiras, e hoje pelas irmãs de caridade do colégio próximo.

Contudo, sua projeção venerável é històricamente orgulhosa, porque manteve sempre, embora modestamente, a promessa do seu bravo fundador, projetando-se através dos séculos e perpetuando o agradecimento pelas graças alcançadas da Virgem da Assunção, durante as lutas contra o holandês invasor.

Até 1823 não se viam nas proximidades das fronteiras da Estância construções de valor, ali sòmente existindo, segundo Pereira da Costa, uma casa no pátio da Igreja e um grande número de cabanas "que serviam de coutos a malfeitores". Anomalia esta que o presidente Afonso de Albuquerque Maranhão, em Portaria de 1.º de julho daquele ano, pretendeu remediar, mandando destruir tôdas as choupanas e proibindo que de novo se levantassem.

Hoje, entretanto, na Igreja da Estância, como é mais conhecida, ainda se celebram atos religiosos, e ela está bem conservada, ostentando ainda orgulhosamente na sua fachada o emblema real, que lhe outorgou o título honroso de Imperial Capela.

IGREJA (BASÍLICA) DE NOSSA SENHORA DA PENHA

"Dlengo, dlengo, dlengo,
Seu bispo eh! Vem!
Frade da Penha
Não deve a ninguém.
Só come bolacha
De quatro vintém..."

BONACHÕES e barbudos, como sempre têm sabido ser os bondosos frades capuchinhos, estavam Fr. Colombino de Nantes, Fr. Buonissimo, Fr. Giosia, Fr. Cyrillo de Mans e Fr. Anastácio de Andiené a bordo de um navio vindo da Guiné Francesa, com um carregamento de escravos, e em o qual êles tinham pedido passagem.

Durante a viagem foi, porém, a embarcação atacada por piratas holandeses, sendo os religiosos jogados no porão, juntos com os africanos, e tranportados para as costas de Pernambuco, onde foram atirados pelas alturas de 1641.

Nesse tempo gemia a metrópole do Nordeste brasileiro sob o domínio flamengo, e governava a colônia o príncipe Maurício de Nassau, que piedosamente mandou alojar os capuchinhos, porém separados, nos conventos então abandonados e arruinados de S. Bento, de S. Francisco e do Carmo em Olinda.

E ali começaram êles a desenvolver todo um boníssimo e confortante apostolado religioso, animando os olindenses humilhados e deprimidos, nêles impregnando um sentimento profundo de esperança e próxima libertação.

Dessa atividade nos dá notícia êste trecho do atestado do padre Antônio Bezerra, vigário da paróquia de S. Pedro Már-

tir de Olinda, datado de 16 de julho de 1649, e que Pereira da Costa diz ter verificado:

"Assim percorriam por um e outro lado, administrando com zêlo e solicitude os Sacramentos, manifestando-se sempre religiosos pobres e cuidadosos, sem nunca demonstrar sombra de interêsse com as esmolas que os católicos desta capitania lhes davam por amor de Deus, e construíram um hospício nas proximidades de Olinda".

Sabedor disto, D. João IV mandou da côrte uma Carta Régia de recomendação, ao bispo e ao governador-geral do Brasil, a 14 de julho de 1646, dizendo, entre outras coisas, que "informado de que edificados os portuguêses do modo de vida exemplar dos missionários capuchinhos, residentes na vila de Olinda, os amavam e faziam dêles a estimação de que era bem, a êste respeito e por ser os religiosos vassalos de El-Rei cristianíssimo, os favorecesse em tudo que houvese lugar, e que assim fazendo os haveria por muito bem servido".

Não satisfeitos, porém, os capuchinhos com o seu mistér religioso, foram mais além e começaram a entrar ativamente, a partir de 1645, na guerra já definida e desencadeada pelos pernambucanos contra a dominação holandesa.

E contam crônicas do tempo que "no combate da Casa Forte, ferido a 17 de agôsto de 1645, *um frade leigo capuchinho*, entendido na arte militar, dirigiu o assalto ao último reduto dos holandeses, entrincheirados na casa de vivenda do engenho de D. Ana Pais, e com tanta perícia e valor, que venceu o inimigo".

E do atestado do padre Antônio Bezerra, atrás referido, ainda extraímos esta informação, a respeito da ajuda dos irmãos capuchinhos na luta contra o invasor batavo:

"Na atual guerra contra os holandeses sempre acompanharam os pedestres milícias, animando-os em quase todos os conflitos".

Terminada a guerra de restauração em 1654, o mestre-de-campo general Francisco de Figueiredo, escrevia para a corte uma carta de 20 de junho, a respeito dos serviços prestados pelos padres capuchinhos:

"O zêlo com que os capuchinhos franceses serviram a V. Majestade, a caridade com que assistiam nos hospitais, o desvêlo e prontidão com que se achavam presentes nos combates contra os inimigos, me obrigam a declarar, que, em qualquer

Igreja da Penha: "... suas frequentadoras assíduas, suas beatas são típicas".

emergência se manifestaram solícitos e abrazados de um zêlo particular, quer pela glória de Deus, quer pelo serviço de V. Majestade, o que ainda mais luminosamente demonstraram pela restauração dêste domínio, em que se distinguiram não sòmente como piedosos religiosos, mas também como heróis insignes".

E aos religiosos, para que permanecessem então indefinidamente na capitania, foi-lhes doada, pelo general-governador Francisco Barreto, "uma casa de sobrado no bairro de Santo Antônio do Recife, aonde celebrassem os ofícios divinos, até que seja levantada a sua Igreja e seu hospício", onde realmente êles se instalaram em 1655.

Estas são as primeiras notícias históricas sôbre o aparecimento em Pernambuco, quiçá no Brasil, dos frades capuchinhos da Ordem francesa, fundada na Borgonha, e que foram os responsáveis pelo levantamento da Igreja de Nossa Senhora da Penha, no Recife.

A 19 de abril de 1656, o Tabelião Domingos Dias Timbó, da vila de Olinda, recebeu em seu cartório a visita do abastado colono Belchior Alves, que em seu nome e no de sua mulher dona Joana Bezerra, mandava lavrar a escritura pública de doação de um grande terreno seu, situado no lugar denominado *Fora de Portas de Santo Antonio,* e em favor dos padres capuchinhos franceses, para que os mesmos construíssem ali o seu hospício e competente igreja.

Tinham os doadores obtido e apresentavam a devida licença régia; representando os padres, como aceitantes da doação, compareceram os seguintes religiosos: Fr. Cirilo de Mans, Fr. Fabiano, Fr. Jorge e Fr. Antônio de Nantes.

E rezava a escritura que a porção de terra doada, ficava naquela que os doadores possuíam na povoação de Santo Antônio, "para as bandas das Cinco Pontas, indo correndo pela estrada que vai para os Afogados, e contavam de 40 braças, que começavam da cêrca que tinham os padres, na banda do norte, correndo pelo ponteiro da rua que vai para as Cinco Pontas, até preencherem as referidas 40 braças e correndo para o mar 24 braças e meia, compreendendo a doação tôdas as casas, árvores de frutos, coqueiros e benfeitorias que existam dentro da terra doada".

O concurso generoso dos moradores da aldeia do Recife não decepcionou os padres capuchinhos, que logo construíram o seu hospício e respectiva Igreja, nesta colocando em seu altar-mor a imagem de Nossa Senhora da Penha, segundo a

invocação baseada na lenda do aparecimento da Virgem Santa ao pastor Simão Pedro, nas fraldas dos Pirineus, às margens do rio Gave, protegendo-o contra um feroz crocodilo que ia atacá-lo, estando êle dormindo.

Esta invocação calhou emocionalmente no ânimo da população recifense, e em pouco tempo tornou bem popular a fama dos capuchinhos, que então passaram a ser conhecidos, como ainda hoje o são, simplesmente como os *Frades da Penha;* em 1691 êles já eram bastante considerados, e seu hospício cogitado, quando se tratava de obras de caridade oficiais. E tanto foi assim que naquele ano, no correr de uma terrivel epidemia de febre, teve o govêrno que criar três cemitérios extras na povoação, e que foram estabelecidos nos seguintes locais: bairro do Recife, nas imediações da Igreja da Madre de Deus, ou seu próprio quintal; Salinas de Santo Amaro e no quintal do hospício dos padres de Nossa Senhora da Penha.

Todavia, a atividade religiosa e missionária dêsses padres em Pernambuco não foi contínua e ininterrupta. Em princípios do século XVIII, em virtude de querelas políticas internacionais, ficaram estremecidas as relações entre a França e Portugal, tendo chegado, por isto, ordens expressas do reino para que aquêles religiosos fôssem embarcados imediatamente para Lisboa, fechando-se o Convento e a Igrejinha, removendo-se arquivos e liquidando-se todos os sinais da passagem dos mesmos na povoação.

E a 9 de fevereiro de 1701 o secretário de Estado, Mendo de Fóios Pereira, escrevia a D. Fernandes Martins Mascarenhas de Lencastre, então no govêrno de Pernambuco, dando-lhe instruções expressas para o embarque dos capuchinhos franceses a bordo dos navios da "Junta do Comércio Geral".

Conta, então, a tradição o horror do embarque, com o povo chorando pelas ruas, citando-se até o patético de um dos padres ajoelhando-se na praia perante os fiéis e pedindo perdão a Deus para os seus perseguidores, porém predizendo graves calamidades para a colônia.

Em Lisboa, ficando provada a conduta estritamente religiosa, nobre e caridosa que os capuchinhos franceses sempre tiveram no Brasil, foi pelo monarca português revogada a ordem de banimento e autorizados os frades a regressarem ao Brasil.

Entretanto, o padre provincial do Convento de Borgonha, ao qual estavam êles sujeitos, não consentiu no seu retôrno e chamou-os à França.

Ausentes os capuchinhos, o vigário-geral do bispado tomou posse do Templo e do Hospício, com todos os seus bens, alfaias, móveis, paramentos, etc., e autorizou, depois de ter recebido uma Ordem Régia neste sentido, aos padres da Congregação de S. Filipe Néri, da Madre de Deus, a ocupá-los provisòriamente, enquanto faziam obras no seu recolhimento.

Durante êsse tempo o Fr. Jerônimo de Gênova, superior capuchinho da Ordem Italiana dêstes religiosos barbados, e procurador da mesma em Portugal, pediu a El-Rei D. João V "a mercê de entregar aos capuchinhos italianos o Hospício e a Igreja de Nossa Senhora da Penha, que pertenceram aos padres franceses da mesma Ordem, os quais sem o agasalho com que eram recebidos nas suas viagens de ida e volta das suas missões a Angola e São Tomé, viam-se então na contingência de assistirem em casa de seculares, com incômodos recíprocos".

O Rei concordou e, em carta datada de 18 de março de 1709, autorizou o governador Sebastião de Castro e Caldas a entregar aos referidos capuchinhos italianos o Hospício e o Templo de Nossa Senhora da Penha, no Recife.

A Pernambuco chegaram, então, os religiosos Fr. Bernardo de Sarracena, Fr. Domingos de Casena e Fr. Angelo Capri, daquela ordem italiana, e em agôsto do ano seguinte tomaram posse do Convento e da Igreja.

Em 1725, por decreto da Congregação de Fide, foi a missão dos capuchinhos italianos em Pernambuco elevada ao grau de Prefeitura, sendo nomeado o padre Fr. André Mornico o seu primeiro Prefeito.

Reconhecendo em 1733, o Fr. Boaventura de Potremole, então administrador da Ordem, que a primitiva Igreja já não atendia às exigências da grande devoção dos habitantes da localidade, que tinham aumentado consideràvelmente, resolveu ampliá-la, fazendo grandes reformas e sagrando-a no ano seguinte, com a colocação no altar-mor das relíquias dos santos mártires Honorato Valentino e Inocêncio. Foi sagrante o bispo da diocese, D. José Fialho.

Em 1745 o novo prefeito, Fr. Carlos José de Spezia, substituiu a primitiva imagem de N. S. da Penha por outra de vulto natural, modelada pelo escultor genovês Marangnone, de

muito nome na época, a qual ainda é a mesma que se vê hoje no altar da nova basílica da Penha.

E no período de 1773 a 1784 novas reformas foram levadas a efeito em todo o edifício.

Data de 1793, a 15 de fevereiro, o encontro no cemitério de Santa Ciríaca, em Roma, dos restos mortais de S. Urbano. A pedido do Fr. Joaquim do Cento, prefeito em 1805, foram as relíquias, depois de autenticadas, remetidas para o Recife, onde chegaram "sagradas e seladas" a 17 de abril daquele ano, sendo conduzidas em solene procissão no dia 4 de junho e colocadas em túmulo e altar, que mandaram os capuchinhos preparar no próprio corpo da Igreja.

Tollenare, que visitou o Recife em 1817, oferece do local onde existia o Templo a seguinte notícia:

"Um pequeno mercado junto de uma igreja oferece à minha vista montões de raízes de mandioca, bananas, ananases, cajus, mangas e laranjas. As vendeiras, mui sucintamente vestidas, algumas de cachimbo ao queixo, preparam grosseiros manjares para o povo; a sua nudez não é atraente; a algumas, porém, não faltam graça e elegância nos movimentos".

Estavam, assim, os capuchinhos italianos já bastante radicados em Pernambuco, no seu mister de missionários e catequistas, afora as essencialidades do sacerdócio católico, quando em 1831 um decreto do govêrno da Regência do Império, datado de 25 de agôsto, proibiu a "permanência nestas terras da chamada Associação Religiosa dos Missionários Capuchinhos".

Ato de verdadeiro esbulho por parte dos poderes da Regência Imperial, a que todavia humildemente, sem a menor reação, se submeteram os *frades-barbadinhos*, com uma piedade e contrição dignas de referência nas páginas da história eclesiástica do Brasil.

Passou, destarte, o Templo a ser administrado novamente pelo bispado, que designou a Irmandade de S. José da Agonia, ali ereta desde 1740, para assumir os encargos respectivos, enquanto o Hospício passava, por fôrça da mesma lei de 25 de agôsto, a ser ocupado pela *Roda dos Expostos*, a cargo da Administração dos Estabelecimentos de Caridade, tendo-se transferido para ali no dia 8 de julho do ano seguinte.

Dêste Templo testemunho também interessante é o de Daniel Kidder, que estêve no Recife em 1839:

"O Hospício dos Barbadinhos, ou Capuchinhos Italianos, foi convertido em recolhimento para enjeitados. Nenhuma das Igrejas se sobressai pela beleza ou pela suntuosidade de sua arquitetura".

Em 1850 reconheceu o govêrno Imperial a injustiça que fôra cometida, e a Igreja retornou à posse dos Capuchinhos italianos, segundo a Lei provincial n.º 80, de 2 de maio daquele ano, mudando-se o Asilo de Expostos para um grande prédio situado na rua da Aurora.

Êste mercado de que fala Tollenare era, em linhas grosseiras, o atual mercado de S. José, existente defronte da Igreja (Basílica) de hoje. Ao tempo era, como se admite, cheio de balcões grosseiros, com mulherio e homens acocorados pelo pátio, vendendo verduras ou frutas. Viam-se cavalos e animais soltos estropeando, enlameando; peixeiros desovando ou entornando vísceras de peixes por ali afora; um grande chafariz ao centro da praça, a enlamear ainda mais o chão grosseiro, e onde os negros iam com seus baldes ou grandes vazilhames buscar água para os seus *senhores;* vendedoras de doces e alfelôs, mascates, ambulantes, almocreves descarregando seus cavalos; fressureiros, vendedores de passarinhos, etc., tudo invadindo os oitões e as calçadas da Igreja e do Convento.

Em 1869 entenderam os capuchinhos de transformar a sua Igreja em um grande Templo, e a construíram dentro do estilo suntuoso de Santa Maria Maior, de Roma, sendo responsável pelas obras o arquiteto Fr. Vicente de Vicenzia, construtor que tinha sido de grandes templos dos capuchinhos para sua ordem na Europa e até na Ásia.

A pedra fundamental, entretanto, sòmente foi lançada no ano seguinte a 6 de novembro, e a 270 palmos afastados do local da Igreja existente. Concluído o novo Templo em 1882, foi êle sagrado festivamente no dia 22 de janeiro, pelo bispo do Maranhão, D. Antônio Cândido de Alvarenga, com a assistência do bispo de Olinda, D. José Pereira da Silva Barros, o conde de S. Agostinho.

Todo o edifício obedece à ordem artística coríntia.

É um templo majestoso com 65,70 de comprimento por 28,40 de largura. Sua configuração é de uma cruz latina, contendo três naves com um suntuoso zimbório, cuja chave se

eleva a 43 metros de altura, tendo no alto uma elegante clarabóia, sôbre a qual se vê colocada uma colossal imagem de Nossa Senhora da Penha.

Por trás dêsse zimbório sobem duas esguias e elegantes tôrres de 40 metros cada uma, sob forma quadrangular, que se transforma do meio para cima em perspectiva octogonal.

O *frade da Penha* é hoje em Pernambuco uma figura popular. Poucos estrangeiros existem na Ordem. Quase todos são brasileiros, ou aqui residem há muitos anos.

E a Igreja de Nosa Senhora da Penha é algo de emocionalmente radicado no espírito sentimental da velha cidade do Recife. É um Templo popularíssimo. Exerce uma atração especial sôbre o povo simples do centro da cidade. Suas frequentadoras assíduas, suas *beatas* são típicas, no dizer de Mário Sete — aquelas velhuscas de mantilhas ruças, de trajos fora da moda, de grandes terços antigos, resmungando contra os "desrespeitos de hoje"...

É uma Igreja digna de referência pelo seu pasado histórico, pela abnegação e doçura dos seus fundadores e dos atuais ocupantes do seu Convento, pela imponência do edifício, pela grandiosidade e beleza do seu interior, com seus vetustos e ao mesmo tempo belíssimos altares, além dos maravilhosos painéis, trabalho do pintor pernambucano Murilo Lagreca, em meados dêste século, espalhados às vêzes em grandes alturas, mas sempre impressionantes pela técnica e objetividade do artista.

Um Templo onde tudo é grandioso e belo.

CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (JAQUEIRA)

"... a cuja memória dedicão êste monumento sua saudoza espoza e seus onze filhos..."

ESSA Capelinha, pequenina e modesta, plantada no caminho de Dois Irmãos, ali pelas alturas de Ponte de Uchôa, é realmente uma jóia artística e um primor de recordações históricas.

O seu todo construtivo exterior é tìpicamente colonial, simples, sem artifícios de estilo rendilhado ou convexo, aperfeiçoamento de técnica, notando-se mesmo nêle até um grosseiro semi-analfabetismo dos oficiais pedreiros do seu tempo, na rude inscrição do frontispício, onde se parte o curso das sílabas da referência respectiva.

Todavia, no seu interior é que sentimos a grandeza, a projeção, a finura e a técnica dos artistas de antanho. Que belas colunas, que harmoniosas cornijas, que deliciosos amparos de pulpitos, todos de aspecto ornamental em ouro e branco, que ainda hoje, com seu madeirame rendilhado e partes aqui e ali castigados pela fúria imbecil dos iconoclastas, conservam suas côres firmes e saudáveis.

E o altar-mor, que estêve muito tempo despojado das suas imagens, aquelas que escaparam ao furto e ao abandono, e guardadas na Igreja de São José do Manguinho, que linhas contrastantes, porém paradoxalmente agradáveis, imponentes e senhoriais, oferece...

Todo o corpo interno da Igreja, onde não atinge a extensão do ouro e do branco, é decorado com belíssimos azulejos dos mais raros que se encontram nas igrejas de Pernambuco, os quais, embora do mesmo estilo daqueles dos con-

ventos franciscano e carmelita, todavia são mais notáveis pelo colorido ímpar e harmonia.

Enquanto isto, no alto, logo à entrada, por baixo do côro, e mesmo na nave central, vislumbramos deliciosos painéis sacros, de traços tão fortes e material de côres tão completo, que o tempo não conseguiu deslustrar ou esmaecer.

Três grandes retratos a óleo, representando São João Batista e S. Filipe Neri, Santo Antônio e São Henrique, focalizam a técnica pinturesca do seu tempo.

Na sacristia um pitoresco lavatório de pedra, estilo oitocentista, com uma típica torneira longa de bronze, é um primor de relíquia histórica; quase todo o madeiramе do côro, as telhas, as portas principais, suas aldrabas, dobradiças, ferrolhos e ferraduras de ferro e bronze, são as mesmas de sua construção primitiva.

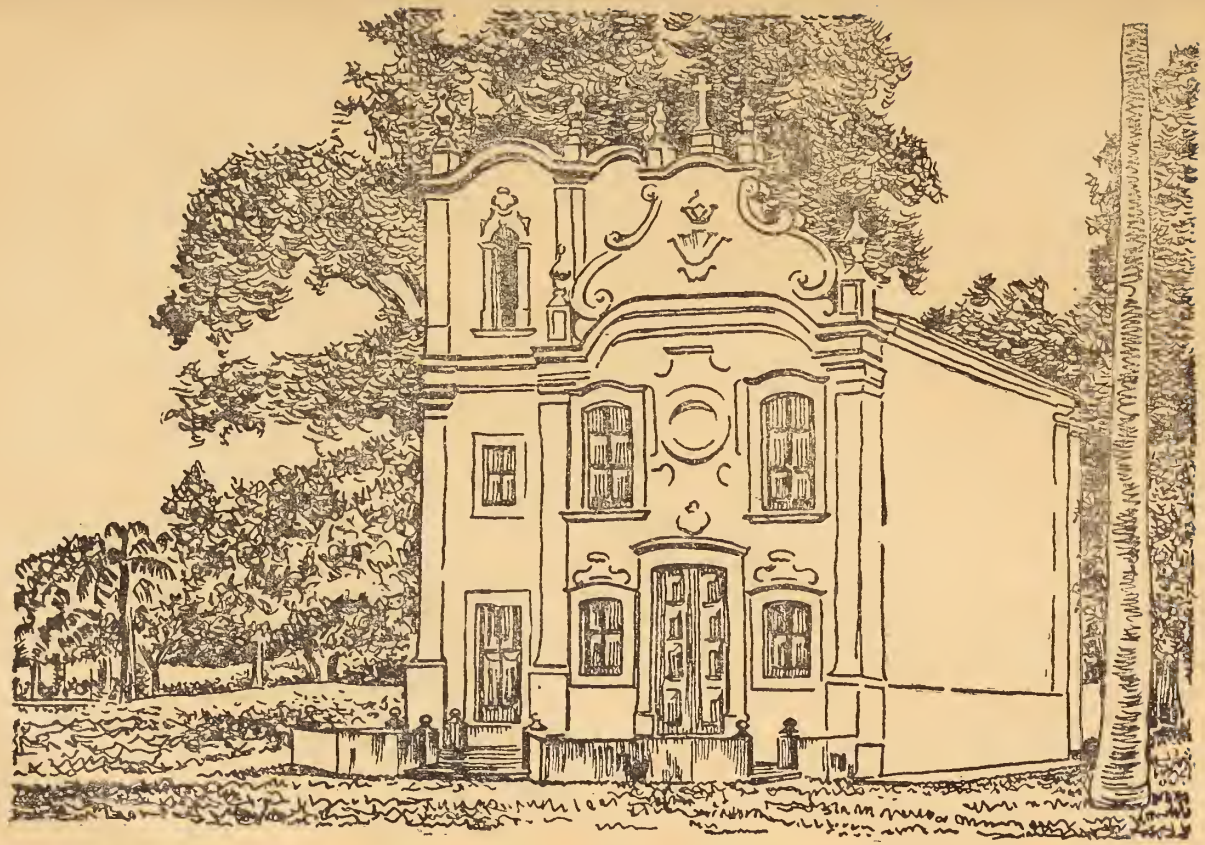
Essa Igrejinha, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, remonta, podemos dizer, ao século XVIII, quando o capitão Henrique Martins, então mestre-de-Campo e comandante de um Têrço auxiliar da praça do Recife, era o proprietário daquelas terras, que tinham pertencido em parte ao capitão Antônio Borges Uchoa, antigo senhor do Engenho da Tôrre, o qual havia construído no século XVII uma ponte que ligava seu engenho àquelas terras, onde residia a família de sua mulher, vindo daí aquêle nome, ainda hoje conhecido, de Ponte de Uchoa.

A 8 de janeiro de 1766 resolveu o capitão Henrique Martins levantar uma capelinha, sob a invocação referida, doando para isto à cúria olindense uma data de terra avaliada em *cento e vinte mil réis*, julgada boa por sentença do provisor do bispado, Dr. Antônio Pereira de Castro, em Olinda, a 5 de fevereiro do mesmo ano.

Em 1767 arrematou ainda o mesmo capitão as terras do Arraial do Poço da Panela, e, em 1770, em virtude de um voto de sua mulher, fêz doação de *cem mil réis* em dinheiro e o terreno necessário à construção de outra capela, nessas novas terras.

Embora estivesse encravada a capelinha no sítio da Ponte de Uchoa, com grandes jaqueiras existentes em seu redor e em terrenos próximos, o povo fêz, com o tempo, mudar o nome do local, ficando ela conhecida como "Capela da Jaqueira", e cuja referência ainda hoje conserva.

Tendo morrido em agôsto de 1782, envolvido com um processo de desfalque na tesouraria do bispado de Pernambuco,



Capela de Nossa Senhora da Conceição (Jaqueira)

teve aquele capitão todos os seus bens seqüestrados, inclusive aquelas terras. Indo à hasta pública foram arrematadas por Domingos Afonso Ferreira. Mas, no começo do século XIX, o sítio já pertencia ao português Bento José da Costa, considerado como "o mais rico homem do Recife", e cujos restos mortais hoje repousam por baixo do altar-mor da Igreja, onde ainda se lê, esmaecida pelo tempo, em uma laje, esta inscrição em grandes letras:

"Aqui jaz o coronel
BENTO JOSÉ DA COSTA
Falecido em 10 de Fevereiro

de
1834

na edade de 75 anos
a cuja memória dedicão êste monumento
sua saudosa espoza e seus onze filhos".

Êsse português era coronel de Milícias e também comandante de um corpo de guarnição da praça do Recife, além de ser abastado comerciante e capitalista. Amigo íntimo do governador Luís do Rêgo Barreto, com êste compôs o govêrno de Pernambuco em 1821, como membro da Junta Constitucional governativa, eleita naquele ano.

Domingos José Martins, o herói revolucionário de 1817, naquela época tinha chegado da Inglaterra, cheio de idéias republicanas, modernismos, eufemismos e um conseqüente exterior vaidoso de *dandy*. Ocasionalmente veio a conhecer a linda Maria Teodora, uma das filhas do rico português, senhor da terra da Jaqueira, e que tinha mandado reconstruir com mais imponência a antiga capelinha, dando-lhe ares de grande templo, "e tendo gasto para mais de *cinco contos de* réis sòmente em alfaias, decorações e pinturas".

Ficou o môço revolucionário perdidamente enamorado da filha de Bento José da Costa, sendo correspondido. E logo a solicitou em casamento, contra os costumes da época, que não permitiam semelhante atitude, pois que a escolha dos maridos dependia exclusivamente da preferência paterna.

Recusado o pedido, não esqueceu o apaixonado a linda Teodora, e, uma vez vitoriosa a revolução de 1817, voltou à casa dos pais de sua escolhida, desta vez não como simples pretendente, porém como um vencedor, impondo sua escolha.

Não foi novamente recusado. E o casamento foi logo celebrado pelo padre João Ribeiro Pessoa de Melo, que obteve até a dispensa da Cúria, sendo oficiado ali, na Capelinha da Jaqueira, com grandes festas, das quais participou o povo na vila; e no Largo do Erário, "para dar maior realce ao acontecimento", como disse um comentador do fato.

Mais tarde, relegado ao desprezo, pelos herdeiros de Bento José da Costa, o sítio das Jaqueiras veio a servir até de campo de futebol, derrubando-se quase tôdas as belíssimas e centenárias jaqueiras ali então existentes.

Depois, mais abandonada ainda, com o fechamento do campo de futebol e retalhamento das terras em lotes para construções modernas, ficou a Capela no meio de um matagal, tôda conculcada, servindo de pasto às maiores degradações, como coito de desocupados e até recanto para espúrios encontros amorosos.

E não é só. O vandalismo permitiu aos bárbaros o mau trato das obras de arte existentes, que atingiu quase a uma destruição total, o que se não verificou graças à oportuna intervenção, em 1954, do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que tratou de isolar o templo em meio a um aprazível parque, restaurando-lhe a construção inicial e suas riquezas arquitetônicas e de arte. Os trabalhos de ajardinamento do Parque ocorreram na gestão do Prefeito José do Rêgo Maicel, segundo os planos do paisagista e arquiteto Roberto Burle-Mark.

E hoje ainda ouvimos, embora de raro em raro, quando ali se verificam alguns casamentos, o badalar dos sinos centenários de bronze existentes e que escaparam milagrosamente á destruição.

CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (JOÃO DE BARROS)

"João de Barros, O Sujo..."

EM 1656 uma grande data de terras das chamadas da Boa Vista, no lado sul, sul-este, foi doado, por benemerência real, ao mestre-de-campo Henrique Dias. Estas terras estavam encravadas na extensa área quadrada, depois chamada de *Sítio de Nossa Senhora da Soledade*, em virtude de, nas suas proximidades, ter sido construída em 1718 a igreja sob a invocação daquela santa.

Em 1700, porém, já aparecia como dono daquelas terras o proprietário Manuel Coelho Lemos, que as negociou nesse ano com os padres jesuítas do Colégio do Recife, atuando como reitor dêste o padre Domingos da Rocha.

Com a primeira expulsão dos jesuítas, seu banimento e confisco dos seus bens, foi a propriedade posta em hasta pública pela fazenda real, arrematando-a perante a provedoria, a 23 de agôsto de 1763, o português João de Barros Correia.

Êste lusitano foi uma das grandes fortunas do tempo e era muito conhecido no Recife, onde tinha, nas proximidades daquelas terras que arrematara, uma das maiores oficinas de ferreiro da época, com privilégio de todos os fornecimentos de ferragens e consertos nos navios que demandassem o pôrto.

Era conhecido por *João de Barros, o sujo*, pela maneira pouco asseada com que se apresentava e trajes com que se vestia.

Profundamente católico e cioso também de uma certa posição econômica, a despeito do seu aspecto desagradável, *João de Barros, o sujo* mandou construir uma bela e majestosa casa para sua residência (hoje infelizmente desaparecida), e

junto resolveu levantar uma capela em louvor a Nossa Senhora da Conceição, em substituição de um pequeno oratório ou nicho que ali existia, desde os fins do século anterior, aproximadamente 1678.

Em 1767, construída a capela em substituição ao oratório do século anterior, compareceram o ferreiro e sua mulher no cartório, registrando como patrimônio da mesma "um sítio de terras nas proximidades, por escritura pública de 21 de março".

É ainda hoje um santuário de reduzidas dimensões, com um só altar na capela-mor, em que está colocada a imagem da santa padroeira.

Em 1813, a 3 de agôsto, seus proprietários já não eram mais o João de Barros e sua mulher, mas o comerciante João Antônio de Sá Leitão e sua mulher dona Ana Joaquina da Conceição, que naquela data restringiram, em escritura pública, o patrimônio apenas ao terreno onde está levantada a Capela, e passando-a para a propriedade e uso do bispado de Olinda e Recife, conforme sentença julgada pela provisor da diocese, D. Manuel Vieira de Lemos Sampaio.

Sòmente em 1879, porém, é que foi a Capela declarada Igreja pública.

Antes, pelas alturas de 1821, começou o atêrro dos mangues e alagados, que existiam com abundância na parte leste do templo, rasgando-se com isto uma estrada com início na antiga casa de *João de Barros, o sujo*. O governador Luís do Rêgo, que se interessara pessoalmente pela abertura daquela estrada, dado que assim se facilitaria o escoamento para o lado norte da vila, encarregou o capitão-engenheiro Luís Francisco de Melo Tavares, do serviço de atêrro, tendo muitos dos moradores da redondeza contribuído com o trabalho gratuito dos seus escravos.

Mas o nome do fundador da igrejinha, reformando o antigo oratório de Nossa Senhora da Conceição, que fôra levantado, como vimos, pelas alturas de 1678, tomou projeção como tendo sido o incentivador do progresso daquela zona, e não foi esquecido pelo povo, que passou logo a chamar a estrada de *Estrada de João de Barros*.

Em vários jornais da época, como por exemplo o Diário de Pernambuco, encontramos anúncios com referência à mesma, tais como: "Vende-se uma propriedade na Estrada de João de Barros"; "A cocheira está situada na Estrada de João de Barros, que vai da Soledade para Belém"; "precisa-se falar

com F. M. C. na propriedade de Gerino, na Estrada de João de Barros, próxima à Soledade".

Começa com intensidade em meados do século XIX o retalhamento daquelas terras entre vários donos, surgindo disto casas e um arruamento bem movimentado.

Isto deu margem a que em 1870 a municipalidade resolvesse determinar um nome oficial para o trecho. E o escolhido foi rua Paulino Câmara. Houve grita, protesto, reclamações; e a consagração popular exigiu da edilidade a volta do antigo nome.

Recuou a Câmara e no ano seguinte passou a vigorar oficialmente o nome, que ainda hoje é conservado, agora com mais importância, de *Avenida João de Barros*.

No seu início ainda existe, para uso do culto, administrada pelos frades da Ordem dos franciscanos, a velha capelinha que, na sua devoção à Nossa Senhora da Conceição, remonta ao século XVII, de um pequenino santuário ali levantado.

IGREJA DO SENHOR BOM JESUS DOS MARTÍRIOS

"Quando Vos vejo exangue,
Da Santa Cruz pendente,
Jesus, minh'alma sente
Quanto vos devo amar".

O sargento-mor José Marques do Vale e sua mulher D. Ana Ferreira eram muito piedosos. E por isto preocupavam-se demasiadamente com o sossêgo de suas almas, quando morressem.

Tinham uma especial devoção pelos martírios de Jesus Cristo e não puderam então recusar-se ao pedido que fizeram os irmãos pretos da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios, da vila do Recife, fundada na Igreja do Hospital do Paraíso, pouco antes de 1782.

E no dia 27 de março dêsse ano foram pessoalmente ao tabelionato de João Bernardo de Lima Gondim, da vila do Recife, e mandaram lavrar uma escritura pública de doação de um terreno seu "situado no extremo da rua de Hortas, da banda de Santo Antônio do Recife", em favor daquela Irmandade, cuja mesa regedora estava representada no ato pelo provedor Inácio Cardoso Pereira, pelo escrivão Félix da Rocha Carvalho, os procuradores Simão dos Santos Pereira e José do Nascimento e os irmãos Diogo de Barros; José Francisco de Sousa e Roberto Pereira da Silva.

E estipulava a cessão que no dito terreno deveria ser construída pela referida Confraria uma Igreja, sob a invocação do seu padroeiro, o Senhor Bom Jesus dos Martírios, e nela "a obrigação da manutenção do culto divino, o compromis-

so da celebração da festa do invocado, com solenidade, e a sua procissão anual, na sexta-feira da quarta semana da quaresma, sendo nesse dia obrigada a mandar celebrar u'a missa por alma dos doadores do terreno, sem o que *não poderá sair a procissão...*"

Ficaram aí tranqüilos o sargento-mor e sua esposa. Estariam para todo o sempre aos cuidados do seu santo protetor.

Mas, pertencendo as terras da rua de Hortas ao patrimônio da Câmara do Senado da cidade de Olinda, e tendo ocorrido com a doação apenas a transferência de uma ação possessória, ficou a Irmandade com o encargo de pagar um aforamento anual perpétuo de 855 réis pelo terreno, que media cinqüenta e cinco palmos de testada.

Necessitando os irmãos da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios de um patrimônio capaz de fazer face às despesas com a manutenção da capela, que pretendiam erigir, o padre Antônio Gurjão, "alma piedosa e boa, devoto do Senhor dos Martírios", no dizer de um cronista, doou para aquêle fim uma casa térrea, localizada na rua de Santa Teresa, "na banda de Santo Antônio, avaliada em cento e vinte mil réis", o que foi julgado bom, por sentença do provisor do bispado, cônego João Soares Barbosa, em provisão lavrada no cartório de Olinda, no dia 24 de abril de 1784.

Não possuindo a Irmandade recursos bastantes para dar comêço às obras, sòmente em 1791 é que elas tiveram início, ficando concluídas cinco anos depois, quando foi o Templo festivamente sagrado e aberto ao culto para o público.

Antes, entretanto, em seu local existia uma pequena capela, quase oratório, desde a data da cessão do terreno até o início das obras.

Em 1884 sofreu o edifício uma grande reforma, sendo mantido, porém, o seu aspecto arquitetônico inicial e fachada, fazendo-se internamente algumas modificações, como seja a abertura de duas ordens de arcos nas paredes laterais da nave do Templo.

Os irmãos fundadores da Confraria, no ano do seu compromisso, pagavam a jóia de 1$280 para os irmãos pretos e 2$000 para os brancos e pardos, todos os quais, porém, tinham direito a sepultura e sufrágios.

É uma igreja típica, situada na atual rua Augusta, uma das velhas artérias do também velho bairro de S. José, e que

sucedeu à rua de Hortas. A sua procissão é uma das primeiras da época quaresmal; e a ladainha do Senhor dos Martírios

"Quando Vos vejo exangue,
Da Santa Cruz pendente,
Jesus, minh'alma sente
Quanto vos devo amar".

cantada devotamente pelos irmãos, seguida de outros versos, do mesmo modo piedosos e tradicionais, lembra anualmente aos devotos recifenses, à população católica da cidade, o início de mais um período quaresmal.

IGREJA DE SANTO AMARO DAS SALINAS

"Quem fala de Santo Amaro
É pior do que o cão,
Morrendo não pode entrar
No trono da salvação".

FILHO de pais nobres e abastados, nascido em Olinda, onde se criou e plasmou tôda a sua personalidade cívica e de bravura, Francisco do Rêgo Barros era em 1593 juiz ordinário e de órfãos, vereador e presidente da Câmara de Olinda.

Nos fins do século XVI a mais alta autoridade na administração da capitania, abaixo do governador, era o chamado *Juiz mais Velho* do Senado e da Câmara de Olinda.

E êste, no ano em que começa esta narrativa, era ainda Francisco do Rêgo Barros, irmão do capitão-mór João do Rêgo Barros, e que se tornaram os troncos de tradicional família pernambucana, da qual em 1838|1841 tivemos Francisco do Rêgo Barros, Conde da Bôa Vista, o mais eficiente presidente que Pernambuco teve durante o Império.

Desnecessário, por isto, será falar-se mais das qualidades públicas dessa autoridade da capitania, cuja sede ficava situada em Olinda, mui embora residisse aquêle juiz do outro lado do rio Beberibe, quase defronte da ilha de Antônio Vaz, em uma *boa casa*, na expressão típica de Duarte de Coêlho de Albuquerque, em suas "Memórias Diárias". E, segundo Pereira da Costa, também "em posição mais ou menos fronteira do forte do Brum, na margem oposta", e de topografia excelentemente estratégica.

Francisco do Rêgo Barros mantinha nas redondezas de sua residência grandes serviços de aproveitamento de sal, sendo sua propriedade mais conhecida como *"As salinas"*.

E conta-se que em 1630 — ano fatídico da invasão holandesa — já era patente a animação da localidade pela indústria da fabricação do sal, "cujos estabelecimentos ativantes funcionavam e via-se mesmo acentuadamente manifestado um núcleo de animada povoação em seu tôrno".

Tendo os holandeses, depois de desembarcados nas praias de Olinda e do Recife, se firmado nas lutas para a conquista de tôda a capitania, a 11 de julho de 1630 intentaram a primeira investida contra aquêle reduto mal protegido das salinas de Rêgo Barros.

Percebidos por Lourenço Cavalcanti, então de vigia nas salinas, foram recebidos com grossa metralha, sendo obrigagados a retirar-se, depois de três horas de luta.

"Durante a porfia, êles para fazer faxina e nós para impedí-la, os obrigamos a retirar-se sem ela, e deixar ali degolados para mais de 70", como refere o Marquês de Basto em suas *Memórias*.

Do outro lado, dos pernambucanos, morreu o capitão Santos da Costa e o seu alferes, "que haviam poucos dias tinham chegado de Portugal, em socorro".

A despeito do revez, os flamengos voltaram à carga em 23 de setembro, e, apesar da resistência dos locais, conseguiram incendiar a *boa casa* da propriedade, muito embora tivessem depois de recuar, sem poder firmar-se nas Salinas, e deixando no campo vinte e seis mortos.

Rêgo Barros reuniu então tudo que pôde, formando uma tropa de trinta homens brancos bem armados e quarenta pretos seus escravos e mais seis carros de mantimentos, e foi apresentar-se ao general Matias de Albuquerque.

Com o tempo, porém, caíram afinal as Salinas em poder dos batavos e naquela zona foram levantados vários fortes holandeses, entre êles um denominado *das Salinas*.

Intensificando-se a luta contra os invasores em 1654, a 15 de janeiro daquele ano, dia consagrado a Santo Amaro, os pernambucanos conseguiram uma vitória espetacular na conquista daquela fortaleza, e em condições tão inesperadas, que os nossos admitiram como um milagre daquele santo.

Expulsos os holandeses, retornou Francisco do Rêgo Barros à posse das suas terras e salinas, agora com o título de capitão, fôro de fidalgo da Casa Real e o hábito da Ordem de Santiago, por especial mercê de D. João IV.

Faleceu poucos anos depois; e seu filho mais velho, o capitão-mor Luís do Rêgo Barros, em 1681, a exemplo do seu ir-

mão João do Rêgo Barros, que mandara levantar, sôbre os alicerces do velho Forte de São Jorge, a Igreja de Nossa Senhora do Pilar, mandou construir sôbre as ruínas do forte holandês *das Salinas* uma capela sob a invocação de Santo Amaro, o protetor do seu pai, que sempre o invocara, dizendo ser êle "a quem na emprêsa sempre tomamos por guia".

Ao mesmo tempo instituiu o vínculo ou morgado de Santo Amaro das Salinas, naquela propriedade que herdara, vindo daí a referência histórica ainda hoje conhecida no local.

Extinto êste vínculo em 1835, em virtude das disposições da Lei de 1831, que aboliu os morgados no Brasil, e acontecendo a morte do seu último administrador, João Policarpo do Rêgo Barros, ficaram alodiais os bens do morgado, cabendo a capela e terras adjacentes ao quinhão que tocou ao major José Joaquim do Rêgo Barros, que mandou reparar o templo em 1842.

Por esta altura já projetavam os moradores da localidade erigir uma Irmandade na Igrejinha, sob a invocação do seu padroeiro. E passados os anos concretizou-se esta idéia.

Em 1870 o Conde da Bôa Vista, Francisco do Rêgo Barros, e José Joaquim do Rêgo Barros, únicos herdeiros então daqueles derradeiros vestígios do antigo morgado, transferiram os seus direitos sôbre a propriedade para a Irmandade em organização, segundo a idéia e os planos do idealizador desta, o mestre-carpinteiro de muita fama na época, Manuel Rufino da Cunha Couceiro, e pela quantia de cinco contos de réis.

Compreendia a cessão "a Capela e terrenos adjacentes, com a extensão de 450 palmos de norte a sul, sôbre a que vai do alinhamento marginal da estrada de Olinda, ao poente, até 20 palmos além da fachada lateral do Templo, ao nascente, inclusive o terreno pelo mesmo ocupado e o seu respectivo quintal".

Fizeram os Irmãos de Santo Amaro ligeiras reformas no edifício, e nesse mesmo ano foi o Templo aberto ao culto público, estabelecendo-se daí a tradicional romaria popular, que focalizou em todo Pernambuco o nome de Santo Amaro das Salinas, atribuindo-se-lhe vastos poderes milagrosos.

Desde aquela época que com grande pompa e alegria se festeja ali, em janeiro de cada ano, a festa daquele santo.

E Henry Koster conta em seu *Diário de Viagem* que, em 1809, muito antes de estar aberta a Igreja ao culto público, já ali havia festas em louvor ao padroeiro:

"Não perdi festa alguma e, entre outras, fui a de Santo Amaro, curador de úlceras, em cuja çapela vendem pedacinhos de fitas, como amuletos, e muitos homens do povo as amarram ao tornozelo ou no pulso, usando-as até que se desfizessem".

Ameaçando, porém, ruir o edifício, a Irmandade a custa de muito esfôrço, procurou fazer grandes obras de reforma, com uma geral remodelação mesmo do prédio, cujos trabalhos foram concluídos a 30 de novembro de 1894.

Nota-se hoje um aspecto interessante da Igreja, em posição lateral para a avenida principal e a frente virada para o nascente, quando deveria ser o contrário, isto é, a igrejinha com sua frente voltada para avenida principal. Mas conta a tradição que nas várias tentativas que foram feitas para adotar justamente esta posição correta, virando-se, portanto, o altar-mor para a frente contrária em que se acha, no dia seguinte misteriosamente encontrava-se a imagem voltada para a sua primitiva posição, sem que mãos humanas tivessem feito tal modificação. Era como que um protesto do santo à modificação profana que pretendiam dar à sua posição histórica, imposta pelos desejos do fundador da Igreja.

Fantasia ou lenda, o fato é que a voz do povo assevera, e a imagem do santo milagroso continua voltada. Piedosa crendice popular...

E por isto, quando um protestante conhecido nas redondezas, pretendeu, nos fins do século, ridicularizar essa lenda sôbre a teimosia do santo, um poeta popular escreveu, entre outras, essa quadrinha:

"Quem fala de Santo Amaro
É pior do que o cão,
Morrendo não póde entrar
No trono da salvação".

A Igreja conserva em dia todos os seus hábitos religiosos, e ali são regularmente celebrados os atos do culto divino.

IGREJA DE SÃO JOSÉ DO RIBA-MAR

"Sulcamos desta vida
O oceano tempestuoso;
A Ti José Glorioso,
Pedimos a Salvação

Tu que venceste ileso
As ondas do pecado,
Nos leva ao pôrto amado
Da celestial mansão!"

ÊSTE Templo católico, um dos mais velhos da cidade, e localizado no bairro de São José, foi iniciado como uma simples capelinha, pelos carpinteiros do Recife, em 1653.

A sua Irmandade, entretanto, sòmente surgiu em princípios do século XVIII, sendo, assim mesmo, uma das mais antigas da capitania de Pernambuco.

Em um têrmo de vereação da Câmara do Recife, datado de 1774, encontra-se uma referência àquela Irmandade, estando na época sob a vigência de um regulamento aprovado em 1735. Donde se vê que desde aquele último ano ela já funcionava. E a sua Igreja, de uma tradicional majestade, pela área ocupada no bairro de S. José, tendo sido construída como uma simples capelinha no século anterior, surgira como modesta obra de devoção popular, sem nenhuma orientação religiosa oficial.

Embora já hoje se não observe o primitivo regulamento, visto que novos estatutos foram aprovados em 1838, é interessante recordar-se que a fundação dessa igreja se deve aos oficiais carpinteiros e marceneiros da vila, e exclusivamente aos seus cuidados a respectiva manutenção até aquela data. Foi

dita igreja levantada sob o signo de São José dos Carpinteiros, seu padroeiro, que exerceu aquela profissão.

Em 6 de junho de 1752 o provisor do bispado de Olinda, cônego João de Soares Barbosa, aceitando como em condições regulares o patrimônio daquela Irmandade, deu uma sentença favorável em seu pedido "aforando um terreno situado nas terras do Curado, na rua Julião de França, fora da Porta de Santo Antônio".

O patrimônio da Irmandade estava estimado em *cem mil réis* e vencia anualmente 6$250.

E na sentença ainda determinava o provisor do govêrno eclesiástico que a Irmandade deveria construir logo ali a sua Igreja em pedra e cal, substituindo a capelinha existente, e que ela deveria ter no mínimo cinco degraus, sem o que não se concederia a licença para a bênção.

Compareceram antes, a 27 de maio do mesmo ano, o juiz, o escrivão e o procurador da Irmandade, todos da profissão de carpina, marceneiros, calafates e anexos, requerendo licença para construir a sua Igreja "naquelas terras aforadas no campo do Curral, junto à Cacimba chamada do Cajueiro, em terras do padre Mateus Correia".

Sòmente, entretanto, quatro anos depois, em 1756, foi que tiveram início as obras, as quais pararam no ano seguinte, por falta de meios à Irmandade para prosseguir.

Em 1788 D. Tomás José de Melo tomou conta do govêrno de Pernambuco, e logo sua atenção se voltou para aquela interessante igrejinha inacabada.

Conta Fernandes Gama acêrca do interêsse do novo governador:

"D. Tomás que se mostrava devoto do pai putativo de Jesus Cristo, quis proteger esta construção; porém as esmolas dos fiéis eram poucas, e outros meios não haviam. D. Tomás lembrou-se, para remediar esta falta, de um expediente, que, atendendo-se à alta posição a que o cargo de general o elevava, não merecerá certamente o título de inocente. As embarcações que vinham a êste pôrto perdiam as âncoras no fundo e, muitas vêzes, por falta de aparelhos próprios, e outras para não se demorarem, deixavam êsses ferros e retiravam-se. Aproveitando-se D. Tomás dessa ocorrência, mandou rocegar pelo patrão da barra os ferros deixados no fundo, que seus donos não vinham buscar, e tomando-os por perdidos, mandou-os depositar na praia de S. José. Depois convidando

Igreja de São José do Riba-mar

os negociantes desta praça, e muito bem podem ser os próprios donos das âncoras, ordenou que fôssem estas arrematadas, e que se entregassem a quem mais desse, assistindo o próprio D. Tomás à arrematação; e como algumas vêzes acontece que motivos reprovados vêm a ter resultados pios, a adulação de alguns negociantes levou os ferros a altos preços, e um chegou mesmo a ser arrematado três vêzes, porque os arrematantes, dando o dinheiro do lanço, deixavam o ferro para São José. Desta sorte a obra da Igreja de São José até aquêle tempo tão falta de recursos, logo teve fundos para continuar com rapidez".

Demorou-se, todavia, e só em 1797 é que ficou definitivamente pronta, sendo aberta ao culto público.

Em 1838 o novo regulamento da Irmandade passou a permitir que, mediante uma jóia de quatro mil réis, qualquer artista de qualquer profissão pudesse pertencer ao seu quadro, quebrando, assim, aquela tradição de só se permitir o ingresso dos marceneiros, dos carpinteiros, tanoeiros, calafates e qualquer serviço que se relacionasse com madeira.

Nesse período já desfrutava a Irmandade de certo prestígio, tanto que em 1847 se preocupava a Câmara Municipal com a importância do Templo, mandando, na sessão de 6 de setembro, "que se tapasse o beco contíguo à Igreja de S. José de Riba-Mar porque a afeia".

Em 1902 a mesa regedora, sob a presidência do capitão José Machado Sobrinho, deu um aspecto mais imponente à arquitetura do Templo, mandando levantar uma tôrre e ornando a fachada e as varandas das cinco janelas de frente com símbolos de martelos, pregos, compassos e esquadros, que lembrassem definitivamente a profissão dos irmão fundadores.

E êste aspecto ainda hoje é conservado.

Durante muitos anos, no dia da festa do seu padroeiro, a 19 de março, realizava-se uma bonita procissão, com todos os membros da Irmandade devidamente paramentados, levando nas mãos qualquer instrumento que determinasse a sua profissão, e cantando, com muita devoção, os versos em louvor ao seu santo patriarca:

"Sulcamos desta vida
O Oceano Tempestuoso
A Ti José Glorioso
Pedimos a salvação

Tu que venceste ileso
As ondas do pecado,
Nos leva ao pôrto amado
Da Celestial mansão!"

Na Igreja estão eretas ainda as Irmandades do Senhor Bom Jesus dos Aflitos, N. S. da Luz e N. S. do Bom Parto, e sua Irmandade mantenedora chama-se hoje "Confraria do Patriarca São José em Sua Igreja do Riba-Mar", que mantém um capelão celebrando todos os atos do culto católico e solenizando também festivamente a data dos Santos padroeiros das Irmandades, e o de sua invocação.

É digna de admiração pela beleza dos seus ornamentos, das talhas e do dourado, além da disposição fisionômica das imagens e dos capitéis, muito próxima, em trabalho escultural, das imagens da Igreja de S. Francisco, em Salvador.

No fôrro do teto de madeira há um grande painel emoldurado, representando São José, tendo em seu contôrno, sôbre a cimalha, doze grandes medalhões com o busto dos apóstolos, em vulto natural.

É trabalho pinturesco de artista desconhecido.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DO TÊRÇO

"Viste cobrir de beijos muito berço,
De cravos brancos muitos noivos.
E de boninas e de goivos
Mil caixões enfeitar".

HÁ um trecho no velho Recife que ainda conserva muitos dos seus traços urbanos antigos: o tradicional Pátio do Têrço, ali no bairro de São José, a merecer o sentimentalismo de uma recordação.

Quando os holandeses, sob a orientação do príncipe Maurício de Nassau, pretenderam dar uma côr moderna à cidade conquistada, e iniciaram a drenagem dos terrenos alagados, com a abertura de canais e mais um levantamento de trincheiras com fossos e estacadas, naquele local foi centralizado um grande reduto para o andamento daqueles serviços.

Depois, com a expulsão dos flamengos, ali ficou definida a posição como sendo a "estrada da cidade, para quem viesse do lado do continente". E, tanto foi assim, que no comêço da antiga rua dos Copiares — hoje Cristovão Colombo — existiu até às alturas de 1700 um nicho com uma imagem de Nossa Senhora, ante a qual os viajantes, ao chegarem à vila, se ajoelhavam para rezar um têrço à Virgem Santíssima.

Diga-se de passagem que esta antiga rua dos Copiares, naquele tempo avançava do meio da estrada, englobando o referido nicho, onde hoje está levantada a Igreja de Nossa Senhora do Têrço.

E determinamos aproximadamente aquela data, porque no livro "Calamidades de Pernambuco", verificamos que não mais existia ali no ano de 1710 aquele nicho, e em seu lugar já se verificara a sua substituição, como diz o cronista, por "uma

igrejinha modernamente fabricada, em 1710, com esmolas de fiéis".

Fala Pereira da Costa que em uma crônica da Irmandade de Santa Rita, por êle verificada, se comprova que esta Irmandade "foi instalada a 19 de setembro de 1726, na *capela de Nossa Senhora do Têrço*, que a êsse tempo tinha um sacerdote por administrador, verificando-se, assim, que era uma instituição particular".

De tudo veio a focalizar-se, então, já a partir daquele período, aquêle local como sendo a rua do Têrço, conforme vimos na carta de sesmaria do governador Duarte Sodré Pereira, datada de 1728, concedendo a João Rodrigues Pinto "sessenta palmos de terra na *rua de Nossa Senhora do Têrço*, na banda de Santo Antônio do Recife, com o fôro de cinqüenta réis anuais por palmo".

Reconstruída a capela em 1740, por iniciativa de uma Irmandade sob a invocação de Nossa Senhora do Têrço, foi, porém, em meados do século XIX quase que totalmente demolida, para em seu lugar levantar-se o templo que ainda hoje existe, cuja conclusão ocorreu em fins de 1873, sendo em janeiro do ano seguinte sagrada pelo bispo diocesano, D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, figura célebre nos anais da história político-religiosa do Brasil, e que, por ocasião de se dirigir para aquela cerimônia, recebeu ali, na Igreja do Têrço, uma das maiores homenagens dos seus fiéis.

As imagens existentes no templo, e que são: N. S. do Têrço. N. S. da Soledade, N. S. das Angústias, Santa Rita de Cássia, Senhor Bom Jesus, S. Manuel da Paciência, São Sebastião, Santo Antônio, São Brás e São João, foram solenemente bentas pelo padre João Grego, na matriz de São José, e transportadas para a sua nova igreja em solene procissão na tarde do dia 6 de janeiro.

As obras de entalhamento da capela-mor e de um dos altares, foram feitas pelo mestre José de Sousa, natural de Pernambuco, que teria empreitado o serviço por 2:600$000, mas sòmente tendo recebido 1:500$000, por terem faltado meios à irmandade para solver o seu compromisso.

Aliás êsse caso, bem como outros de falta de pagamento de vários trabalhos da reconstrução do templo, foram explorados pela imprensa daqueles dias, envolvendo escandalosamente o juiz da Irmandade, Lourenço Ribeiro da Cunha Oliveira.

Antes desta grande e última reforma da Igreja do Têrço, importante acontecimento histórico ocorreu ali, em janeiro de

Igreja e Páteo do Têrço de meados do século XIX. Pouca diferença existe atualmente.

1825, quando às portas do Templo foi feita a exautoração, ou degradação das ordens sacras do revolucionário da Confederação do Equador, o Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. Naquele local êle deveria ser enforcado; mas não houve carrasco que se prestasse a justiçá-lo. De modo que o frade revolucionário teve de seguir a pé, pelo meio do povo contrito e penalizado, e da soldadesca, em tôda a extensão do Pátio do Têrço, até alcançar o Largo das Cinco Pontas, onde acabou sendo arcabuzado, junto de outra Igreja, a de São José.

E por esta razão, como se vê em vários jornais antigos, há anúncios, como êste: "houve séria rusga e barulho com ferimentos entre os dois no *Campo das Canecas*".

Foi uma maneira do povo, durante muitos anos, apelidar aquela praça, como espécie de crítica à brutalidade da morte de Frei Caneca.

Mário Sete, que tanto rebuscou as coisas pitorescas do passado recifense, reconhece a importância desta velha Igreja, e diz em um dos seus comentários a respeito de procissões:

"Também o Templo do Têrço, tão típico de nossa cidade, fazia sua procissão da padroeira. E que procissão. Que acompanhamento!"

E o poeta Odilon Nestor, referindo-se àquela tôrre magra, tôda revestida de louça portuguêsa, que lhe embeleza o zimbório, escreveu êstes versos:

"Viste cobrir de beijos muito berço
De cravos brancos muitos noivos.
E de boninas e de goivos,
Mil caixões enfeitar".

Aquela procissão, a que se refere o cronista, verificou-se até princípios dêste século, quando as festas externas da padroeira foram substituídas pelas do Mártir São Sebastião, que se passaram a celebrar com mais pompa até o ano de 1927.

Hoje o velho Templo vive em um melancólico abandono. Porém seus arredores ainda são os mesmos do século passado, com a contextura fisionômica, não obstante as arrancadas do progresso, resistindo e conservando seus traços primitivos.

IGREJA DA SANTA CRUZ

"Um grande crime fatal
Fêz êsse grande sendeiro:
Mandou tirar o Cruzeiro
Da Santa Cruz".

ESSA Igreja bi-centenária, localizada na Boa Vista, é uma das mais conhecidas e visitadas do Recife.

E sua tradição decorre mais do brilhantismo que se verificava até poucos anos passados, em suas festas externas, na celebração da data de sua padroeira, e em suas célebres e lamentadas procissões quaresmais

O Pátio da Santa Cruz, assim chamado o largo onde está situado o velho Templo católico, é um dos logradouros mais conhecidos dos recifenses.

Não porque êle hoje produza algo de especial, capaz de impor-se na vida da cidade. Pelo contrário, atualmente é até um trecho sossegado, algo bucólico, como a recordar sòmente o passado, destilar emoções e saudade dos antigos moradores boavistanos. Mas, porque, êle vive exatamente à sombra de glórias passadas, que transportaram a projeção do seu nome até os nossos dias, com a mesma vivacidade dos períodos áureos.

Pátio da Santa Cruz e adjacências, nos grandes dias de Festas de Santana ou de N. S. do Perpétuo Socorro, até a década de 1945.

O Recife sempre deu muito valor às festas profanas das suas igrejas. Nos tempos de pouco cinema, quase nenhum teatro, raríssimas diversões públicas, nos dias primeiros dêste século, as festas religiosas eram sempre ansiosamente aguardadas.

E a da Santa Cruz era a mais particularmente comentada no seio das conspícuas famílias recifenses. Era um festejo quase todo familiar. As festas do Carmo, da Penha, de Santo Amaro, do Livramento eram promíscuas. Atraíam elementos suspeitos da cidade: marginais; o mulherio alegre; os desocupados...

Na primeira, por exemplo, não raro havia confusões, tiroteios, e eram conhecidos e comentados os constantes choques, atritos entre militares do exército, da polícia e da marinha, quando ali estavam de folga.

A da Santa Cruz, porém, principalmente por se efetuar em bairro mais limpo, mais recatado, mais familiar, era uma festa instintivamente escoimada daqueles elementos suspeitos, que ali se sentiam até mal, deslocados, fora do seu ambiente.

Conta um cronista do tempo, sôbre estas festas externas da Igreja da Santa Cruz:

"Reuniam-se ali tôdas as famílias da Boa Vista e dos arrabaldes em nove noites seguidas, animadas, esplêndidas. Calçadas e janelas cheias. Pátio de espremer quem lá se metesse. Igreja sem um lugar vazio. Luzes, barraquinhas, bandeiras, coretos, fogos de vista, tabuleiros de bolos, gelados, sorvetes. A Charanga tocando. A 7 de setembro tocando. A banda do 14 tocando. As famílias que residiam no pátio tinham hóspedes durante o novenário inteiro. Camas pelos corredores, pela sala de visitas, pelos sotãos. E as mesas elásticas com tôdas as tábuas..."

A notícia histórica mais antiga que se conhece da Igreja da Santa Cruz é o Breve Pontifício do Papa Clemente XII, datado de 7 de janeiro de 1732, concedendo indulgências plenárias à Irmandade do Senhor Bom Jesus da Via Sacra, "que se havia de erigir canônicamente pelo ordinário do lugar, na paroquial Igreja da Santa Cruz, do lugar da Boa Vista, da diocese de Pernambuco, debaixo da invocação da mesma Santa Cruz, chamada da Via Sacra".

Donde se vê que já antes daquele ano (1732) existia aquêle templo religioso, em plena função do seu culto.

Sebastião de Vasconcelos Galvão, em publicação de 1899, diz que a Igreja da Santa Cruz foi ereta em 1711, começando a funcionar em 1716. Mas não esclarece a fonte onde teria colhido tais dados, em vista do que não podemos endossar a informação; e principalmente porque Sebastião da Rocha Pita, muito mais antigo que Vasconcelos Galvão, em sua *História da América Portuguêsa*, concluída em 1732, fazendo uma des-

crição do bairro da Boa Vista depois de 1724, não trata da existência daquele Templo católico.

O que é real, em face de tudo isto, é que a Igreja deve ter sido concluída entre o período que vai de 1716 até pouco antes de 1732.

Em 23 de setembro de 1742 o governador de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire, atendendo ao que lhe requerera o padre Gabriel Malagrida, missionário jesuíta, concedeu licença para êle construir um recolhimento para mulheres "junto à Igreja da Santa Cruz, na Boa Vista".

Dêsse recolhimento, se foi mesmo levantado, nenhuma notícia encontramos.

Estão eretas na Igreja as Irmandades: Confraria do Senhor Bom Jesus da Via Sacra, da qual já nos temos referido; da Senhora Santana, que foi instalada a 2 de agôsto de 1807, e teve o predicamento de Confraria por provisão do bispo D. Manuel dos Santos Pereira, a 20 de maio de 1896; e a Irmandade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, de cujo início não conseguimos localizar a data.

É um templo de modesta presença, e serviu durante muito tempo de paróquia, até que em 1793 foi o Santíssimo Sacramento transferido para a Igreja da Boa Vista, provisòriamente construída, e que recebera os foros de Igreja-Matriz.

Em frente à Igreja havia, bem no meio do pátio, um bonito e alteroso Cruzeiro de pedra, com o qual implicou o governador Luís do Rêgo Barreto, mandando-o demolir em 1821.

O recifense, que não tolerava o arbitrário e violento governador-general português, ridicularizando-o constantemente em sua *verve* popular, logo explorou êsse abuso anti-religioso. E pela cidade começaram então a circular uns versinhos intitulados *Pelo Sinal*, que dizia entre outras coisas:

"Um grande crime fatal,
Fêz êsse grande sendeiro;
Mandou tirar o Cruzeiro
da Santa Cruz".

Durante muitos anos, até a década de 1920, havia uma procissão muito emotiva e que focalizava extraordinàriamente o Pátio da Santa Cruz.

Era a procissão de Encontro, no último Domingo antes da Páscoa. Um andor conduzindo Nosso Senhor Bom Jesus dos Aflitos (ou dos Passos), saia da Igreja de São Gonçalo, também na Boa Vista, e se dirigia para ali, enquanto outro com a imagem de Nossa Senhora da Soledade, saindo momentos depois da Igreja da Santa Cruz, fazia um percurso pequeno, de modo a encontrar-se defronte do Templo com o primeiro cortejo.

Um momento culminante de emoção.

Conta um cronista daquele tempo:

"O encontro da Mãe Angustiada com o Filho Sofredor dava-se no pátio. Nossa Senhora parava olhando para Jesus, que se arcava sob o pêso da Cruz e trazia o rosto banhado de suor e gotejando sangue. A dor imobilizava-os uns minutos defronte um do outro. Evolavam-se da Igreja os cânticos das môças e os aromas de incenso. Os sinos dobravam. Era uma cena tocante. Depois a procissão, uma só, percorria o bairro, unindo os dois andores — O Filho à frente, levando a cruz; a Mãe atrás, carregando a sua amargura..."

A Igreja faz parte da paróquia da Boa Vista e suas irmandades, de Santana e N. S. do Perpétuo Socorro, mantêm ali em dia um capelão, com o exercício de todos os atos religiosos.

É pois um Templo atuante, bem conservado, limpo, e as festas externas, embora mais modestas, sem o esplendor e fama do passado, ainda ali se realizam, todo mês de agôsto.

IGREJA DA MADRE DE DEUS

"Os padres eram sujeitos a um regulamento interessante, sobressaindo a exigência de nunca andarem sós, pois só saíam de dois em dois. Não assistiam festas e nem acompanhavam enterros ou procissões".

NO convento da Madre de Deus vendem almanaques, estampas, histórias da Virgem e dos Santos e outras da mesma espécie, tamanho reduzido, impressos em Lisboa".

Assim se expressou um viajante inglês, chamado Henry Koster, dando suas impressões sôbre o Recife, visitado por êle em 1810.

E de 1715 já vinha esta informação do clássico cronista de "Calamidades de Pernambuco":

"Nesta povoação está um convento da Congregação de São Felipe Neri a que chamam da Madre de Deus, por ser a grandiosa igreja dêle dedicada a esta Senhora".

Porém data de 15 de outubro de 1681 a provisão régia, no govêrno de D. Pedro I de Portugal, "concedendo licença para a fundação de um hospício na povoação do Recife, com a declaração de que nêle só assistissem até o número de oito religiosos", tendo respeito ao que foi representado por parte do padre João Duarte do Sacramento, *prepósito* da Congregação instalada no oratório de Santo Amaro de Pernambuco.

Êste padre Sacramento tinha chegado em Pernambuco vindo diretamente de Portugal em 1659, trazendo como seu companheiro o padre João Rodrigues Vitória, com quem instalou uma congregação, transformada depois no Oratório de São Filipe Néri, de Roma, isto em agôsto de 1662.

De fato, essa Congregação, estabelecida com sua capela e recolhimento nos arredores de Olinda, no lugar denominado Água Fria, e dedicando-se aos serviços de catequese e redução dos índios, já tinha obtido pelas alturas de 1672 uma licença da Câmara para dar início na povoação do Recife, em um terreno que lhe fôra doado pelo capitão Antônio Fernandes de Mota, um dos colonos mais ricos da época, a construção de uma igreja e de um hospício, para agasalhar e recolher os missionários, quando em trânsito para os sertões, em serviço catequético, e cujos alicerces foram lançados naquele mesmo ano.

"Por ficar a de Santo Amaro (em Olinda) muito distante e aquela do Recife ser de muita utilidade para a redução dos índios com que êles lidavam, e a distância dos sertões de muito trabalho para os missionários que os penetravam", diziam êles em suas razões ao reino.

A Câmara autorizou a construção da igreja e da casa, proibindo porém que esta tivesse *portas para o lado de fora*, por não poder ostentar ainda o luxo do título de hospício, mas, apenas, permanecendo como casa de recolhimento, ou residência, na dependência da igreja.

Todavia, a requerimento do povo, em 1683, o bispo de Olinda solicitou do governador D. João de Sousa, e êste autorizou, a abertura de *portas para a rua*

Em 1679 contava a Congregação doze padres, sendo que seis estavam sempre em missões e os outros nos trabalhos locais de religião, recebendo por mercê "quatro pipas de vinho, livres de direitos, anualmente e mais 500 arrôbas de açúcar branco, nos dízimos da capitania, tudo para uso da casa e da sacristia".

Por provisão de 20 de janeiro de 1684 aceitou el-rei D. Pedro II, de Portugal, o título de protetor da Congregação de São Filipe Néri do Recife, do Brasil, "enquanto houver nos padres o fervor de penetrar nos sertões e trazer os índios ao grêmio da igreja e às leis civis".

Em 1689, por concessão régia, passou o hospício para a categoria de *casa principal* da Congregação, reduzindo-se a de Santo Amaro, a uma simples colônia de recreio, ou "férias, para curativo e convalescença dos padres", segundo observa Mariz, um cronista da época.

Era, entretanto, insegura a construção da igrejinha da Madre de Deus, levantada que fôra de tijolos grossos, sem estarem cozidos, mas simplesmente secos ao sol, a que chama-

vam de *adobes*, mais ou menos idênticos àquilo que hoje empregamos em construções de taipa. Além do mais era bem pequena, sem confôrto, não comportando o número sempre crescente de fiéis e ameaçando ruir. Seu próprio quintal, em 1691, pelo abandono em que se achava, quando de uma epidemia que devastou quase tôda a capitania, serviu de cemitério público, sendo mesmo conhecido como "O Cemitério da Madre de Deus".

E quando em carta régia de 5 de abril de 1707 foi autorizada oficialmente a denominação de Igreja da Madre de Deus, aquêle mesmo padre antes referido, João Duarte do Sacramento, prepósito da Congregação, deliberou apressar a demolição da pequena igreja, para em seu lugar levantar-se um templo majestoso, que fizesse jus àquela honraria de "proteção régia", visto que já em março de 1706, tinha sido colocada a primeira pedra da obra, que foi dada por pronta em 24 de março de 1720, quando concluído o frontispício.

Para isto dispunham os padres de alguns recursos e mais o auxílio que o soberano português tinha mandado dar "despendendo-se primeiro o dinheiro das esmolas que se tinha e a despesa necessária para a sua conclusão". E o governador Sebastião de Castro Caldas mandou logo que o engenheiro da capitania examinasse o estado das obras, levando-se depois o competente orçamento do que fôsse preciso ao andamento final dos trabalhos de construção do templo.

Para a construção da nova Igreja os padres de São Filipe Néri aproveitaram um banco de areia que ficava no extremo sul da península, e sòmente aterrada a parte que lhe era necessária, e bem assim a casa contígua para residência provisória dos padres.

Prolongando-se depois êsse atêrro atingiu um estreito para dar entrada à velha ponte do Recife, que ao tempo terminava ao meio da rua da Cadeia, hoje Avenida Marquês de Olinda.

O prestígio que gozavam na metrópole os padres da Madre de Deus era maior em conseqüência particularmente não só do grande trabalho despendido por êles nos serviços de catequese e redução dos índios, como também da sua habilidade e interêsse em difundir a instrução na capitania, não apenas a secundária, mas particularmente a superior, através de cursos especializados, que tiveram a sua maior intensidade após a chegada do padre Fr. Bartolomeu do Pilar, que foi depois bispo do Pará.

Eram estudos profundos de filosofia e teologia, arte e magistério, proporcionados pelos padres da Congregação de São Filipe Néri, que chegaram a provocar na própria côrte admiração e respeito, a ponto de ser baixada a provisão régia datada de 15 de março de 1755, permitindo que os alunos daquele hospício da Madre de Deus fôssem aproveitados na Universidade de Coimbra, sem prestarem exame de admissão.

E mais tarde, em 1777, a rainha dona Maria I concedeu à Congregação o direito de difundir o ensino público de filosofia racional, para depois, em 1787, permitir o desdobramento desta disciplina, recomendando-se a admissão de um professor leigo, percebendo 160$000 anuais.

Em princípios do século XIX ainda eram bem evidentes os resultados dêsse curso jurídico, podendo-se apontar como seu aluno de teologia, naquele período, o padre Muniz Tavares, um dos mártires da revolução pernambucana de 1817, e que do hospício saiu para ordenar-se presbítero na Bahia; o padre Joaquim Dias Martins, autor do célebre livro "Mártires Pernambucanos", também sacerdote da referida Congregação, e enterrado na igreja em 1823; e mais o padre José Arantes, formado depois doutor teólogo pela Universidade de Coimbra, morrendo como Deão da Sé no Faro, Algarve, em 1870.

A 12 de janeiro de 1711 nova provisão foi baixada para auxiliar às obras da nova igreja e do hospício, "com cinco mil cruzados pelo tempo de cinco anos". Os trabalhos foram concluídos em 1712.

Em 1754 idealizaram os padres um aumento do seu convento, já agora com recursos mais amplos, em conseqüência do rendimento dos ensinos secundário e superior, e obtiveram, então, por ordem régia, de 5 de dezembro, um terreno no sítio chamado do Lamarão, "ficando porém uma parte reservada para os reparos das embarcações, caminhando êste trecho para o Forte do Mato".

Informa Pereira da Costa que "dêste terreno naturalmente vinham uns chãos na rua e entrada do torreão do convento e pôrto do cais do mesmo, da parte esquerda, arrendados e com benfeitorias pertencentes ao rendeiro", como consta de um inventário da Congregação, a que se procedeu em 1767.

Para se ter uma idéia da importância e tamanho do convento da Madre de Deus e sua área, basta que hoje admiremos a vastidão do que resta dêle, bem modificado, é óbvio,

nos seus traços arquitetônicos iniciais, com as obras efetuadas em 1841, porém com as mesmas linhas mestras da sua fundação, o prédio atualmente ocupado pela Cooperativa e Sindicato dos Usineiros de Pernambuco, e que já foi também a Alfândega do Recife. Prédio hoje grandemente reduzido na parte que se comunicava com a Igreja, a qual foi demolida para a abertura da atual rua da Alfândega, quando do govêrno de Francisco do Rêgo Barros, o conde da Bôa Vista.

A Igreja permaneceu sob a direção dos padres seus fundadores até 1830, e que eram figuras bastante populares do Recife, sendo apelidados de *Sacos de Carvão*. Soares Mariz, citado por Pereira da Costa, diz que o oratório de São Filipe Néri foi fundado em 17 de julho de 1671, em Portugal, obtendo-se do papa Clemente X a aprovação dos estatutos da ordem. Os padres eram sujeitos a um regulamento interessante, sobressaindo a exigência de nunca andarem sós, pois só saíam de dois em dois. Não assistiam a festas nem acompanhavam enterros ou procissões. O apelido de *Sacos de Carvão* era por causa da côr rigorosamente preta dos seus hábitos. Conta-se que havia entre êles e os religiosos da Ordem de São Francisco, apelidados de *Sacos de Cinza,* uma certa rivalidade, procurando cada um sobrepujar o outro em talento e cultura. Realizavam-se às vêzes entre os padres discussões de teses canônicas, e de uma feita saindo vitorioso um padre de São Francisco, vira-se êste para o padre do Oratório e lhe diz pilhèricamente: "— Veja V. R. quantos sacos de carvão são necessários para produzir um só de cinza..."

Quando a carta de lei de 9 de dezembro de 1830 extinguiu no Brasil a ordem da Congregação de São Filipe Néri, dispôs-se como propriedade do Erário dos bens imóveis, anotando-se entre êles "o chamado sítio da Cruz das Almas dos padres", ou seja o grande terreno que começava na Tamarineira até encontrar a estrada de Beberibe. Terreno êste onde hoje, em grande parte, está o Asilo de Alienados.

Ás irmandades pobres do Recife e suas igrejas foram distribuídos os ornamentos e as alfaias, "que não fôssem de ouro ou de prata", e os móveis artísticamente entalhados, enquanto se doava ao Curso Jurídico de Olinda a grande biblioteca de mais de quatro mil volumes. Quanto ao hospício, em obediência ao aviso imperial de 23 de dezembro de 1825, de D. Pedro I, os padres já o tinham entregue ao govêrno da província, para que ali fôsse instalada a Alfândega do Recife, o que se verificou em 17 de junho de 1826.

A grande e majestosa Igreja da Madre de Deus é uma obra imponente e respeitável, que ainda conserva aquêle estilo do século da sua fundação, de aspecto típicamente específico de uma original planta luso-brasileira, com suas dependências: sacristia, corredores, consistório, tribunas, "numa unidade harmônica, em oposição à igreja espanhola-barroca, que apresenta uma distribuição espalhada".

Muitos dos belíssimos painéis que ornam o seu interior são trabalhos do pintor pernambucano Sebastião Canuto da Silva Tavares, de muita fama em Pernambuco nos princípios do século XIX.

Foi o Templo entregue a uma administração eclesiástica provisória até 10 de junho de 1835, quando foi baixada a lei-provincial n.º 8, determinando ficasse sujeito à Irmandade de Santana, ali erata desde 1814.

A notícia religiosa mais importante dêste templo, de meados do século passado até os nossos dias, é a saída todo ano dali da tradicional procissão de Passos. A secular imagem milagrosa do Senhor Bom Jesus dos Passos, carregada no andor, quando daquela procissão, é trabalho do célebre escultor em madeira, Manuel da Silva Amorim, pernambucano de nascimento, mas educado na Europa, e considerado o maior *santeiro* do século XIX.

CAPELA DO MORRO DA CONCEIÇÃO (ARRAIAL)

"É do oiteiro a beleza infinda,
De Bagnuolo a Boa Vista impera,
Em tempos idos da vida ainda
Os tristes dias da derrota fera..."

EM junho de 1635 verificou-se a capitulação do forte real do Bom Jesus do Arraial Velho, que durante cinco anos rechassou todos os ataques dos holandeses, tendo sido entregue sòmente depois dos maiores sofrimentos, após três meses de cêrco completo, quando o inimigo despejava sem cessar os seus projéteis, e eram baldos todos os esforços, com soldados morrendo de fome, porque já se havia consumido tudo, até mesmo gatos, couros, tudo enfim que pudesse prestar-se à alimentação, e por terra já tinham sido postas tôdas as muralhas e baluartes da fortificação.

O assédio batavo no Arraial Velho partia de quatro grandes redutos colocados nas suas imediações, com fogos continuadamente convergindo para a praça sitiada.

Êsses postos de ataque estavam situados no antigo Passo do Fidalgo, hoje Santana, sob o comando do capitão Inderson; outro onde hoje vemos o Largo da Casa Amarela, às ordens do capitão Ernestus; outro na Casa Forte, comandado pelo capitão Tourlon; um nas fraldas do atual morro da Conceição, às ordens do capitão Cristianz; e o maior e mais importante na cabeça do mesmo morro, então chamado de oiteiro de Bagnuolo, e sob o comando do capitão Verdoes.

Vê-se, pelo exposto, a grande importância histórica daqueles trechos da cidade, e dos quais nos vamos refirir, nesta recordação, ao último, de grande projeção hoje: O morro da Conceição, ao tempo chamado de oiteiro de Bagnuolo, e onde

o reduto militar do capitão Verdoes, pela sua posição estratégica e grossa artilharia de que dispunha, foi que causou maiores danos à praça sitiada.

Aquêle nome era conseqüência de ter o mestre-de-campo Conde de Bagnuolo, comandante de um têrço napolitano, começado a construir na sua chapada um grande forte, que não pôde, porém, concluir, pelo levantamento ali do referido reduto ofensivo contra o Arraial Velho.

Terminada a invasão holandesa, passou aquêle trecho a ser conhecido como Oiteiro da Boa Vista, pela excelente e bela visão que dali se descortina.

Em 8 de dezembro de 1904 foi ali festivamente inaugurado, por iniciativa do bispo diocesano, D. Luiz Raimundo da Silva Brito, um grande monumento consagrado ao dogma da Imaculada Conceição, passando então o trecho a ser conhecido como Morro da Conceição, cuja referência ainda hoje perdura.

Naquele ano comemoravam-se os cinqüenta anos da proclamação pelo Papa Pio IX do referido dogma, vindo daí aquela homenagem do bispado de Olinda e Recife.

As obras da construção foram entregues ao engenheiro Lafaiete Bandeira, erguendo-se uma "elevada base quadrangular, fechada no alto, sôbre cornijamento de contôrno, por um gradil de ferro, do seu plano surgindo um nicho gótico, composto de quatro colunas fechadas por uma alterosa cúpula de coroação, vendo-se ao centro dêsse nicho uma imagem da Virgem em grande vulto, assentando sôbre uma peanha".

Contam as crônicas que no dia da inauguração verificaram-se grandes festejos, ali acorrendo cêrca de vinte mil pessoas.

Ainda o bispo D. Luís da Silva Brito mandou erigir próximo ao monumento uma Capela, para louvar a Virgem. Foi inaugurada em 14 de julho de 1906; e, com ligeiras modificações, é a mesma que ainda hoje ali se vê. Tôda construída em gótico, medindo uma altura aproximada de vinte e cinco metros, com um coronamento em lanterna e flecha de cimento armado. Trabalho arquitetônico que teve como projetor e executor o engenheiro Rodolfo Lima, então muito conhecido e que mandou levantar a obra através de uma técnica revolucionária ao tempo.

E quando hoje, nos dias festivos do novenário, precedendo a tradicional festa do Morro da Conceição, que todo ano se celebra a 8 de dezembro, uma grande massa humana de-

vota e piedosa, para ali se desloca, rendendo louvor à Virgem, o visitante deve recordar também a grandeza histórica do lugar.

Junto aos versos de Gaspar Regueira Costa, tão declamados no tempo da bênção do monumento, e dos quais damos esta estrofe:

"Salve, Filha do Céu! Em teu olhar resplende
A meiga luz do Bem que a humanidade aclara;
Desenha-se em seu Ser essa pureza rara
Que os nossos corações a Fé radiante acende".

devemos também declamar aquela estrofe popular, que tão vivamente recorda a grandeza histórica:

É do oiteiro a beleza infinda,
De Bagnuolo a Boa Vista impera,
Em tempos idos da vida ainda
Os tristes dias da derrota fera".

É um dos pontos mais pitorescos do Recife, e sua Capelinha tem hoje radicado nome e resonância na vida da cidade.

IGREJA DE SANTA CECÍLIA

"Não resta dúvida quanto à iniciação do bairro da Boa Vista, projetando-se das proximidades da capelinha do sítio da Conceição dos Coqueiros".

UMA pequena igrejinha situada na entrada da rua da Conceição, no bairro da Boa Vista, e sob a invocação de Santa Cecília, a padroeira dos músicos, tem uma saliência digna de menção, nos estudos sôbre a história do Recife.

Notemos, de passagem, que êsse templo tem sido bastante desprezado e está até condenado no plano urbanístico da cidade, que prevê o seu arrazamento, para um melhor alargamento da rua da Conceição, já hoje uma artéria quase que inteiramente comercial.

Muito pouca gente sabe que dali, em fins do século XVI, foi que teve início a projeção populacional do bairro da Boa Vista, hoje de tanta importância no conceito urbanístico da cidade. Pereira da Costa, nos seus Anais, diz ter visto uma escritura datada de 19 de agôsto de 1683, lavrada por Francisco Dias de Leão, tabelião da vila de Igarassu, em casa do chamado Engenho Novo, daquele Têrmo, e segundo a qual o capitão Miguel Rodrigues Sepúlveda vendera ao capitão Filipe Santiago, pela quantia de quatrocentos e noventa e sete mil réis, "um sítio de terras de sua propriedade, defronte de N. S. do Carmo da Boa Vista, da outra banda do rio, *junto à ponte onde tinha uma casa de sobrado, com árvores e quatrocentos pés de coqueiros de frutos, ou os que na verdade se achassem* cujas terras comprara o referido capitão Sepúlveda a Francisco Rodrigues, genro do mestre-de-campo Henrique Dias, e ficavam encravadas na data que a êste fôra feita pelo governador e capitão-general de Pernambuco, Francisco

Barreto, em 1658, compreendendo *todo o bairro da Boa Vista, junto do rio Capibaribe e até a ilha de Santo Antônio*"

O capitão Filipe Santiago e sua mulher dona Lourença Maciel de Andrade, por motivos desconhecidos, revenderam a referida data de terras, pela mesma quantia de 497$000, dois dias depois daquela primeira operação de compra e venda. A nova escritura foi lavrada pelo tabelião Diogo Rodrigues Pereira, aparecendo como comprador o capitão-mor Cristóvão de Barros Rêgo, na pessoa do seu bastante procurador Luís Rodrigues de Araújo, verificando-se a operação no chamado *sobrado-grande do sítio da Boa-Vista,* que estava arrendado ao colono Antônio Gomes Pessoa.

Cristóvão de Barros Rêgo levantou ali uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, localizando-a bem em frente à sua casa de vivenda, dentro de um extenso coqueiral (aquêle referido na escritura), vindo daí a referência histórica de Capela de N. S. da Conceição dos Coqueiros. Estava isto situado onde conhecemos hoje a rua da Conceição, e que ainda conserva, assim, a referência àquela santa.

Nada se sabe exatamente sôbre a data da fundação da referida capela, e apenas há de positivo o testamento do referido capitão-mor Cristóvão de Barros Rêgo, falecido em 1694, e do qual o cuidadoso autor dos "Anais" anotou o seguinte: "O sítio da Boa Vista, no qual havia fundado a dita capela, com tôdas as casas, escravos e árvores e mais dois mil cruzados em dinheiro para se pôr a juros, etc".

O fundador desta capela foi positivamente o incentivador do desdobramento urbano da Boa Vista, por ter em suas terras levantado a primeira capela de culto público — *a capela é o símbolo histórico brasileiro de iniciação populacional* —, isto muito antes da sua morte em 1694, e providenciado a construção de várias casas para residência dos seus moradores. Além do mais, já no fim de sua vida, instituiu o Vínculo da Boa Vista, de fundação idêntica aos chamados morgados.

Foi êle um grande pernambucano, de família ilustre, tendo servido em tôda a campanha da restauração, contra os holandeses, e, como honra excepcional, não sendo português de nascimento, foi agraciado pela côrte com o foro de cavaleiro da casa real, o hábito de Cristo e a comenda lucrativa da mesma ordem. Faleceu em sua propriedade no *Sítio da Boa Vista* e foi sepultado na capela de Nossa Senhora da Conceição "em uma sepultura aberta na parede da capela-

mor, ao lado do Evangelho, selada com uma pedra em que se viam esculpidas as suas armas em relêvo", dizem as notícias do tempo.

O vínculo da Boa Vista continuou sendo administrado pelo seu filho João Marinho Falcão, mestre-de-campo do têrço dos auxiliares das freguesias de Ipojuca e Muribeca.

Extinguindo-se os Vínculos e os Morgados, pelas leis de 30 de junho de 1860 e 19 de maio de 1863, foi o Vínculo da Boa Vista, e que era então o mais importante, e conhecido como o *Vínculo de Nossa Senhora da Conceição dos Coqueiros*, vendido pelos seus herdeiros a João Henrique da Silva e sua mulher dona Josefa Maria dos Passos e Silva. Em 31 de janeiro de 1882 os descendentes dêste último dono fizeram doação da capelinha à Irmandade de Santa Cecília, visto as terras do extenso vínculo já terem sido loteadas e passadas para vários proprietários.

A capelinha, quando da doação, estava quase tôda em ruínas, não tendo a irmandade podido reconstruí-la. Sòmente em princípios de 1899 — 17 anos depois — com a interferência da própria diocese, foi que tiveram início as obras definitivas, sendo ela aberta ao culto público na manhã de 30 de abril daquele ano, dando a bênção o padre Augusto Franklin Moreira da Silva. passando, a partir daí, a invocação a ser feita por Santa Cecília, sua nova padroeira, protetora dos músicos e da irmandade regedora.

Conta-se que do aspecto original da velha capelinha de Nossa Senhora da Conceição dos Coqueiros se notava "uma grande porta de entrada com duas janelinhas laterais, guarnecidas de balaústres de madeira exteriormente, e o seu campanário era uma janela lateral do côro, para o qual se subia por uma escada exterior, colocada numa pequena quadra lateral descoberta, com uma porta de entrada ao correr da modesta fachada; todos os objetos e alfaias eram de ouro e prata e havia nela uma primorosa estante de altar, coberta de tartaruga".

Nada disto ali existe hoje, a não ser a primeira imagem de Santa Cecília e a quase trissecular imagem de Nossa Senhora da Conceição, posta em um nicho colocado bem ao alto do altar-mor.

O extenso bairro da Boa Vista não se projetou realmente ùnicamente daquele trecho que ora focalizamos, pois que a ponte lançada por Nassau em 1643, na direção continental, ligando a ilha de Antônio Vaz com o outro lado do rio, deu

precisamente a indicação preliminar do novo bairro, que mais novos e amplos desdobramentos planiciais, à custa de insistentes aterros, foram também definindo. Recordamos aí os aterros do Cassimiro, hoje transformados nas ruas da Aurora, União, Saudade e Riachuelo; os aterros da Asseca, compreendendo a rua do Lima, Parque 13 de Maio e adjacências; o aterro da Boa Vista, hoje rua da Imperatriz, e muitos outros que deram uma feição definitiva ao moderno bairro.

Todavia, do grande sítio da Conceição dos Coqueiros, em tôrno da sua capelinha (hoje chamada de Santa Cecília), foi que começou a crescer o núcleo populacional intenso, que séculos depois se condensou naquelas deliciosas moradias, com as quais Daniel Kider ficou encantado, ao referir-se "às vivendas à beira do rio, com suas estátuas de louça e agradáveis aspectos".

Não resta dúvida que a Igreja de Santa Cecília, hoje modesta, teve uma bela iniciação histórica, projetando-se como um dos pontos básicos do progresso urbano do Recife.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DA BOA VIAGEM

"Do luar que brilha suave
E a carícia branda do vento,
Na alva areia da praia gigante
És Boa Viagem doce amante
Enlevando nosso sentimento

A notícia mais remota que conhecemos da Igreja de N. S. da Boa Viagem é a escritura datada de 6 de janeiro de 1707, segundo Pereira da Costa, em a qual Baltasar da Costa Passos e sua mulher dona Ana de Araújo Costa, proprietários de várias terras naquela zona, doaram ao padre Leandro de Carvalho o local em que havia *um oratório ou presepe a Jesus, Maria e José*, "juntamente com o solo que estava perto, que era um sítio de terras na Barreta, com cem braças de frente e uma légua de fundo, desde a praia até o rio Jordão".

Muito religioso, êste doador mandou dar por testamento, ao patrimônio da capela, mais um sítio anexo, "com 500 braças de frente sôbre outras iguais de fundo".

Sôbre êsse padre Leandro de Carvalho e a invocação da igreja temos ainda esta notícia extraída dos informes históricos de Loureto Couto:

"Natural de Pernambuco, nobre pelo nascimento e mais ilustre pelas virtudes — os pobres sempre foram credores da maior parte dos seus desvelos — o quanto possuia empregou em obséquios de Maria Santíssima, e para que, no patrocínio da Senhora segurassem todos os pescadores na viagem dêste mundo e felizes fizessem os sucessos das navegações, mandou fazer uma imagem com título da Boa Viagem, e a colocou em uma magnífica igreja que erigiu para a parte do meio dia, dis-

tante duas léguas do Recife, sôbre as praias do mar, para que todos acudam, como acodem, com imenso concurso, a procurar o seu patrocínio, pondo as suas esperanças nesta Senhora, cujo cuidado é levar-nos sempre ao desejado pôrto de salvação, porque ela é no tempestuoso mar da vida, a esperança firme e a âncora segura de um outro mundo".

Não há informações seguras a respeito da data exata da abertura da igrejinha, mas o Frei Jaboatão, em um sermão escrito, nos dá esta notícia:

"... na Igreja da Boa Viagem, na praia da Candelária, fazendo a festa anual o reverendíssimo Inácio Ribeiro Nóia, mestre da capela no ano de 1730".

Donde se deduz que naquele ano já funcionava a referida igrejinha, com o seu culto religioso aberto de forma regular.

Foi um dos templos religiosos, embora modesto, de maior rendimento patrimonial do Recife, no tempo da colônia. Basta que se diga que em 1760, segundo ainda nos dá notícia Pereira da Costa, o seu usufruto era de cinco grandes sítios, quatro pequenos e vinte casas térreas no povoado, além de um pequeno sítio de coqueiros na praia, doado pelo padre Luís Marques Teixeira, com o único compromisso de tirar-se da sua renda "a quantia necessária para se conservar acesa dia e noite a lâmpada da capela-mor da Igreja".

Com a morte do padre Leandro passou a administração do templo e seus bens para o ermitão Manuel Luís, natural de Portugal, e que morreu em 1756, "com a fama de santidade", segundo dizia ainda Loureto Couto.

Se há no Recife um subúrbio que de uns 20 anos para cá tenha tomado um impulso extraordinário, êste é positivamente Boa Viagem. Quem hoje conhece esta imponente e moderníssima zona residencial da cidade, tão cheia de suntuosos edifícios de apartamentos, prédios majestosos residenciais, com as ruas quase tôdas calçadas, boa luz, o melhor hotel da cidade, ponto de turismo, com uma população das mais densas, escolhida entre as classes mais afortunadas do Recife, quem hoje vai ali com seu carro deslizando no moderno calçamento, a luz pública fluorescente, mal pode calcular que há poucos decênios passados Boa Viagem nada mais era que um local

ermo, um aglomerado pobre, insulso, quase desconhecido, sem pertencer ao grupo suburbano mais importante do Recife antigo.

Em 1908, há apenas 51 anos passados, Sebastião Galvão, no seu Dicionário Histórico e Geográfico de Pernambuco, informava que em Boa Viagem "apenas se contavam umas 60 casas de construção regular, desalinhadas e uma capela. A Povoação só tem vida dos meses de setembro a março, quando muitas pessoas vão nela passar a estação dos banhos salgados, que são naquela época sem nenhum perigo, pela bondade da praia, que é baixa e rasa, e por não ser o mar tão bravo como em outros lugares da costa".

E nessa época já existia para lá uma linha de bondes de burros intermediária, inaugurada em 1899, mas que sòmente funcionava durante a estação balneária.

Pelas alturas de 1920, porém, já ali se encontravam algumas boas casas de residência, observando-se entre elas as pitorescas construções feitas do aproveitamento de *vagons* da estrada de ferro, já usados e mandados adaptar pela administração da antiga Great Western (hoje Rede Ferroviária do Nordeste), para a residência dos súditos inglêses, altos funcionários dela, visto que no subúrbio já havia, desde 1858, uma estação da via-férrea, ligada à praia pròpriamente dita, "por uma estrada de rodagem, com uma extensão de 1400 metros e 4 metros de largura e calçada com pedras irregulares".

Mas já os poetas cantavam a praia em seus lânguidos devaneios populares:

"Do luar que brilha suave
E a carícia branda do vento,
Na alva areia da praia gigante
És Boa Viagem doce amante
Enlevando nosso sentimento".

Sòmente durante o govêrno de Sérgio Loreto, a partir de 1922, foi que Boa Viagem começou a ter maior impulso, quando se construiu a Avenida Beira-Mar, ligando a praia ao Recife pelo bonde elétrico.

Depois da segunda grande guerra mundial, com a construção dos Aeroportos civil e militar no Ibura, que lhe fica bem próximo, e levantamento pelos norte-americanos do Hospital e do Parque da Aeronautica um pouco mais além, quase em Piedade, foi que o progresso no local tomou então um impulso mais definitivo.

Está Boa Viagem situada a onze quilômetros ao sul do Recife, e pertence a sua Igreja à paróquia de Nossa Senhora da Paz, dos Afogados. Antigamente ali se chamava a zona da Barreta, que compreendia, em meados do século XVII, "tôda a costa que se extende dêsde o frontal do Pina até a povoação das Candeias".

É hoje ponto obrigatório de turismo, zona de elegância, subúrbio dos mais luxuosos que se têm erguido no Recife.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, DO BAIRRO DE SANTO ANTÔNIO

"Agostinha foi noiva feliz
De Gaspar, honesto marceneiro,
Mas Gonçalo, tolo e moleirão,
Agostinha entregou sem reação,
A um astuto, esperto aventureiro..."

DOMINGOS Loureto Couto escreveu sôbre a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, localizada na rua Estreita do Rosário, em pleno coração do bairro de Santo Antônio:

"Os homens pretos e cativos se mostram tão afetuosos no amor e serviço da Mãe de Deus, a Senhora do Rosário, que êles mesmos, ainda que pobres, resolveram fundar uma formosa igreja em que êles são os fundadores e administradores. É êste um templo de curiosa e suntuosa estrutura e o seu frontispício, pomposa fábrica de pedra branca, é admirável desempenho da arquitetura edificativa".

Êste velho templo católico da cidade do Recife é dado por Sebastião Galvão como tendo sido iniciado pouco antes de 1725 e sòmente concluído em 1777. Isto, porém, apenas referindo-se ao prédio atual, com ligeiras modificações introduzidas até nossos dias. Porque o templo pròpriamente dito, em sua fundação religiosa, teve seu início em meados do século XVII, de acôrdo com Pereira da Costa, que dá notícia de um relatório do tesoureiro da Irmandade, datado do ano de 1678, referindo-se a "um pau de jacarandá com o qual se fêz o púlpito". E de 1699, quando resolvera ainda a Irmandade gastar no seu templo 229$750 para o *douramento do retábulo da capela-mor*. Pelas alturas de 1706 já os irmãos estavam dis-

postos a mandar buscar em Lisboa todos os materiais necessários para forrar-se a capela-mor com frisos de ouro.

Robert C. Smith, da Universidade de Pensylvania, nos Estados Unidos, especialista em arquitetura religiosa, publicou certa vez um itinerário bem interessante e documentado sôbre tôdas as atividades e despesas verificadas com a construção, serviço ornamental e ordem da atual igreja, durante quase todo o período do século XVIII.

E ali são recordados os nomes do entalhador Manuel Pais de Lima, que trabalhou na "entalha do frontispício" em 1715, pela importância de 265$000; do entalhador Manuel Alvarez, que recebeu 5$160 por uns "floroens que fez". Os oficiais marceneiros e carpinteiros que trabalharam durante vários dias de 1720 "em consertar o edifício e deitar abaixo um campanário", e ainda os serviços efetuados durante o ano de 1723, "quando a irmandade determinou fazer de novo as *sineiras para se porem os sinos que forem necessários para a igreja*", recordando-se os lugares donde foram tiradas as pedras necessárias para todos os serviços e os nomes dos irmãos que atenderam, fornecendo gratuitamente materiais e escravos para trabalhar.

Grandes reformas continuaram oferecendo-se no templo, durante os anos de 1725, 1739, 1767 e 1777.

Smith, ainda com sua perícia e técnica, fala sôbre a atual fachada da Igreja, que traz a data daquele último ano, e considera-a estilìsticamente pertencente de fato à segunda metade do século XVIII.

"Á primeira vista", diz êle, "não se encontram reminiscências daquela maneira sóbria e geométrica que caracteriza os fins do século XVII e princípios do XVIII, nas igrejas de São João dos Soldados ou Nossa Senhora da Conceição de Olinda, ou na primitiva fachada da Sé dessa última cidade. A ornamentação monumentalmente ampla ao redor das janelas e das portas e o tratamento do óculo central, cuja rica guarnição sugere, na sua disposição, a forma de uma cruz, proclamam nítidas relações com o frontispício de São Bento de Olinda, que data de 1761, e a igreja do Convento de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, rematando-se no característico tabernáculo da padroeira, possui ligações diretas com várias igrejas importantes do Recife da segunda metade do século XVIII, inclusive o Carmo, São Pedro dos Clérigos e uma igreja posterior, Nossa Senhora do Livramento. Parece tudo inteiramente produto de uma só época".

Fernando Pio, recordando a vida do mestre-pedreiro Paulo Luiz Fiesco e sua atividade nos serviços dessa igreja, durante o século XVIII, oferece esta notícia assás interessante:

"Sabemos que, reunida a 21 de dezembro de 1748, a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos de Santo Antônio, conjuntamente com as irmandades de Santa Efigênia, Santo Elesbão, São Benedito e Santo Antônio de Catalagirona, numa sessão do consistório geral ou mesa conjunta, pensaram em deliberar como fazer o novo interior da igreja, porquanto a obra já executada atingia a altura do grande arco da Capela-Mor. Para êste assunto foi chamado o pedreiro Paulo Luiz Fiesco, a fim de apresentar sugestões e pareceres sôbre o plano de trabalhos".

Evidencia-se, porém, embora o atual edifício do templo, com tôda a sua arquitetura e traçado estilista, remonte realmente à metade do século XVIII, que a sua fundação pròpriamente dita vem de fins do século anterior.

Tudo isto fazendo referência ao aspecto material do templo em si e suas fundações como edifício.

Porque no traçado religioso e costumes correspondentes a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos tem uma bem longa, saborosa e pitoresca história:

Os negros que começaram a ser transportados como escravos para o Brasil, procediam das mais diversas tribos ou *nações* africanas, como as Benguela, as Cambindas, as Angolas, as Cassanges, as Moçambiques, as Congos e muitas outras. E cada uma destas *nações* tinha o seu dialeto, seus costumes, ritos sagrados religiosos, etc. Tranportados para terras longes e estranhas, como humilhantes escravos, uniam-se então na dor e na miséria, constituindo-se muitas vêzes em novas *nações*, com costumes mesclados, a receber influências dos hábitos isolados de cada uma, ritos ancestrais, adaptados e harmonizados com o novo meio-ambiente e sua condição de escravos.

A primeira e mais pujante manifestação dêste espírito associativo africano no Brasil, é a demonstração dos Quilombos, quando da guerra dos Palmares, nos seus agrupamentos entre o Cabo de Sto. Agostinho e o rio de São Francisco.

Rocha Pombo nos dá notícia pormenorizada dêsses pagos, falando dos reis que viviam ali venerados nas suas Massumbas (palácios), com seus conselhos de anciãos, seus gene-

rais e suas danças, seus batuques, maracatus, ritos de Xangô, festa dos reis magos ou dos mortos, purificações, etc.

E esta tendência associativa dos africanos transbordou dos Quilombos para as próprias cidades, constituindo-se religiosamente a seu modo, no respeito, porém, aos princípios católicos da colonização portuguêsa.

E é Pereira da Costa quem escreve, no seu "Folclore Pernambucano", sôbre tal assunto, assegurando que "tinham êles por padroeira a Nossa Senhora do Rosário e celebravam em seu louvor festas e danças de uso do seu país natal; essas danças eram batuques e maracatus".

Havia, porém, uma nação africana, — o Congo — cujos negros gozavam de uma atenção especial e certos previlégios, nesta ornamentação religiosa, podendo eleger um rei, o seu *Muchino riá Congo*, como chamavam em idioma pátrio, que reinava sôbre tôda a gente das demais nações africanas, residente no distrito de sua jurisdição, fôsse ela africana ou crioula, livre ou não. Tinha ela como padroeira a N. S. do Rosário, que segundo Henry Koster, era pintada às vêzes de prêto, organizando-se daí uma irmandade religiosa.

.E data de 8 de maio de 1711 o primeiro compromisso da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Olinda, autorizando a coroação de um rei do Congo nas festas da Irmandade.

Vê-se daí que a Irmandade mantenedora da Igreja do Rosário, do bairro de Santo Antônio, no Recife, foi fundada como fazendo parte das formações africanas existentes no Brasil-colônia.

Foi o mestre Arthur Ramos quem observou que a "necessidade de defesa e proteção obrigava os negros a se reunirem em agremiações religiosas, onde pudessem pugnar pelos seus desejos de liberdade. Dêste modo surgiram as irmandades do Rosário, com as festas dos reinados e dos Congos, na dupla origem africana e européia, consubstanciadas nas coroações e passeatas processionais".

A irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, apesar do seu nome, admitia também, pelas alturas do século XVII, o ingresso de mulheres em sua companhia. E tanto era assim que Robert C. Smith encontrou nas listas de receita dos anos de 1674 e 1675 vários nomes de "Mordomas e Juízas dos Angolas e dos Crioulos", ao lado de homens que ocupavam os mesmos cargos.

Confraria pobre, naturalmente pela quase miserável condição dos seus membros, durante os séculos de sua fundação e seguintes, foi, entretanto, bem conduzida, o que se vê pelo cuidado da escrituração feita pelos vários tesoureiros.

A título de curiosidade, graças a pesquisa a que se procedeu, damos abaixo uma destas contas:

1682

Gastos feitos na festa de N. Senhora do Rosário dos Pretos, êste ano de 1681 que acabou em 1682, por mim Tesoureiro Amaro Gonçalves Cordoniz:

Deu a irmandade pela música ao mestre da Capela de Vespora:

Missa e Procissão	10$000
Pela missa ao padre vigário	6$000
Aos acólitos para assistir a missa	4$000
Pelo Sermão ao R. Padre Vigário	8$000
A um môço que fêz a figura de São Cristovão	$320
Pela missa ao Padre Vigário que coroou os Reis	2$000
Soma tudo	30$320

Lançado em conta corrente da Irmandade às fls. 119.

Em 1691 a falta de dinheiro era tão grande que o vigário pregador recebeu apenas 10$000; e em 1721 nem isto, sendo pago em *doces* (?). Todavia não faltava dinheiro para os músicos e para os animadores nos dias de festa. Pela música, em 1722, foi dado ao mestre Pedro Lobato 16$000; com o mesmo fim, três anos depois, o reverendo mestre Inacio ganhou igual importância. Nos pagamentos lançados após havia as seguintes rubricas: "aos tocadores das danças sete patacas e cordas de viola 640 e mais dois pares de sapatos aos dançantes, com uma esmola que se pagou ao capelão".

Conta Loureto Couto, segundo seu estilo original:

"Hé certamente de grande edificação e ternura, ver o fervor, zelo e dispendio, com que servem a sua Senhora. Todos os dias do ano, sem que os estorve algum acontecimento, cantão o terço com ladainha. Nos sabados, cantão o canto do ór-

gão, a ladainha as sinco horas da tarde, e as sete da noite o terço. Nos dias de preceyto assistem todos a missa do capelão que beneficião com canto de orgão, rezão o terço e a noute a porta da egreja outro".

Durante o século XVIII a história da irmandade e sua Igreja sofreu um pouco em sua moral, verificando-se incidentes entre os irmãos, com várias expulsões:

Em 1722, por exemplo, o irmão Manuel Teixeira, responsável pela limpeza do templo, empenhou com um agiota a coroa de Nossa Senhora, "*para dar hua saya a hua sua concubina*". O irmão Pedro Gomes era um pouco violento e, em uma reunião da mesa, desavindo com o juiz Roiz de Andrade, sacou de uma espada para matá-lo; "não conseguiu, cortando-lhe o chapeu e o benaculo, com desdouro de sua pessoa na sacristia da mesma igreja". Em 1726 o irmão Leonel de Amorim, responsável pela conservação e asseio, foi privado do seu ofício por ter perdido objetos de uso e valor e por completa falta de limpeza "mettendo limoens nas gavetas do caixão dos ornamentos e laranjas athé que apodrecião". Em 1727 verificou-se a expulsão do procurador Inácio Lopes Maia, que fazia os pagamentos das novas obras da igreja, "por ser assoluto e dezobidiente em não ter respeitado ao Nosso Irmão Juiz deante do nosso Reverendo Padre Capelan".

Tinham os irmãos pretos da Irmandade do Rosário, uma especial maneira religiosa, e às vêzes até meio grotesca, de atuar, sem que, entretanto, jamais o fundamental sentimento religioso católico dêles fôsse quebrado.

Conservavam, como vimos, o sistema da coroação dos reis do Congo, com o ritual afro e procissão com maracatus, em cortejo régio, com arqueiros à frente, dois cordões de damas de honra, símbolos religiosos, gatos, jacarés e bonecas enfeitadas, dignitários e por fim o rei do Congo e a rainha sob uma umbela guardada por arqueiros e seguidos dos músicos.

Entre êles havia também um sentimento muito arraigado de solidariedade humana e mesmo caridade para com o próximo.

Contam crônicas e documentos da Irmandade que em 1722 se verificou a lamentável história tragi-cômica, que fêz época no Recife, de uma enjeitada que os irmãos pretos do Rosário recolheram e criaram na sacristia da Igreja, "e por cuja manutenção responsabilizou-se a irmandade, sendo a menina chamada de N. Snra. Agustinha do Rosário".

Ela cresceu e fêz-se môça, sustentada pelos irmãos pretos, tornando-se prendada pela educação que os mesmos irmãos lhe deram, passando depois para a casa do confrade Gonçalo Dias. Nos meados daquele ano ficou noiva de um marceneiro residente nas Alagoas, de nome Gaspar Gomes dos Reis, considerado um bom rapaz e de ótimos costumes.

Satisfeitos, acudiram caridosamente os irmãos para preparar o casamento, constituindo um dote de cem mil réis, de muita valia no tempo.

Foi quando apareceu um misterioso personagem, dizendo-se o pai de Agustinha, a enjeitada, e levando-a da casa de Gonçalo Dias com o seu rico dote, para destino ignorado. Dizem os documentos que a Irmandade ficou também sem "as ricas doze patacas já gastas em preparativos para a cerimônia das bodas", representando, então, muitos irmãos contra o referido Gonçalo Dias, "por sua omissão e pouca conta que fêz da caridade e da irmandade, entregando a dona Enjeitada a um homem que a veio buscar por mando de um seu pai que lhe pareceu, sem dar parte ao juiz ou Capelão dela, dizendo só que o dito pai não queria que casassem a dita filha com outro homem".

O caso fêz sucesso no Recife daquele tempo e falam até de versinhos satíricos, que escreviam nas portas da Igreja:

"Agostinha foi noiva feliz
De Gaspar, honesto marceneiro.
Mas Gonçalo, tolo e moleirão,
Agostinha entregou sem reação,
A um astuto, esperto aventureiro".

Havia também em Olinda uma irmandade do Rosário dos Homens Pretos, organizada nos mesmos moldes da do Recife. Mas lamentàvelmente existia entre ambas uma profunda rivalidade, avivada mais pela desinteligência popular que existia entre os nobres de Olinda e os chamados *mascates* do Recife.

E por mais de uma vez, justamente porque era obrigação, durante as festas religiosas da capitania em Olinda, que para ali fôssem as irmandades da "cidade-ribeira", os irmãos da sede tratavam com muito pouca hospitalidade aos irmãos do Recife, "criando distúrbios e precipitando-se às vêzes em

cima dêles, ameaçando-os com espadins, rasgando a sua roupa e procurando aproveitar-se da prata recifense", conta ainda o pesquisador Robert Smith.

Por isto resolveu, desde 1727, a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos do Recife, "para evitar os resultados inevitáveis da cachaça dos ditos irmãos, não ir mais para a *vila soberba dos cinco morros*, como assim mesmo se refere a ata da reunião que determinou tal proibição.

Com o advento da república, depois de 1889, foi que se modificou o sistema religioso da irmandade, pelo desaparecimento da escravidão no Brasil e proibição daí do complexo racial. E passou ela, a partir daquele instante, a receber em seu seio irmãos de qualquer côr, com direito a voto e julgamento, e modificação do sistema administrativo e das festas religiosas, que começaram a ser inteiramente enquadradas nas conjunturas e disposições dos cânones em vigor nas irmandades católicas e ordens religiosas.

Hoje o templo e sua Irmandade vivem no crepúsculo e na modéstia das fôrças derrubadas; têm uma vida quase melancólica, e apenas não tombam inteiramente para um integral desaparecimento, pela resistência que ainda existe por parte de alguns abnegados.

A Irmandade mantenedora já foi uma das mais ricas da cidade, durante o século XIX, possuindo para usufruto valiosos imóveis nas ruas do Fogo, Larga do Rosário, Santa Cecília, do Rosário e Estrada do Arraial. Tudo isto, porém, foi misteriosamente dilapidado e o seu patrimônio é constituído hoje apenas do sacrifício pessoal e abnegação dos atuais irmãos.

Estão abrigadas na Igreja três Irmandades: a de Nossa Senhora do Rosário, da freguesia de Santo Antônio, que atualmente, pela permissão da entrada de irmãos brancos, perdeu aquêle prenome inicial "dos Homens Pretos"; a de N. S. Bom Jesus das Chagas, que se mudou da Igreja do Paraiso, quando esta foi demolida em 1934. Esta irmandade promove todo ano, durante a quaresma, uma das mais tocantes e belas procissões da cidade. E a Irmandade de São Benedito — o Santo de côr Preta —, que juntamente com a primeira constituem hoje o grande esteio da vida ainda ativa do templo, em suas funções religiosas.

Esta última irmandade, organizada, como simples confraria em 1753, nos mesmos moldes de uma já existente em Olinda desde 1739, fundada por provisão do ministro provincial

Fr. Manuel da Ressurreição, instalou-se inicialmente no convento de Santo Antônio do Recife. Em princípios do século atual começaram os irmãos pretos de S. Benedito a notar um certo desprezo por parte dos irmãos brancos da Ordem Terceira de São Francisco, composta, como ainda hoje é, de homens ricos ou de destaque no Recife.

De tal modo se foi acumulando êste desprêzo dos brancos e até umas certas exigências descabíveis dos próprios religiosos franciscanos do Convento de Santo Antônio, que a confraria de São Benedito, reunida em assembléia geral, resolveu no dia 29 de setembro de 1907, pela manhã, abandonar a Igreja da Ordem Terceira e pedir guarida no templo dos irmãos de Nossa Senhora do Rosário.

E revestidos de suas opas brancas com capuz pardo, lá se foram os irmãos pretos pela manhã afora, carregando em modesto andor a imagem do seu padroeiro, o glorioso santo preto, cantando suas ladainhas, em procissão que escandalizou a cidade pelos motivos que a determinaram.

No altar-mor da igreja e no nicho existente no alto do templo, estão as imagens seculares de Nossa Senhora do Rosário, que vêm do tempo da fundação da Igreja. Também existe uma velha imagem de São Benedito no consistório desta Irmandade, e que é a mesma do ano de 1753.

No templo realizam-se todos os ofícios religiosos do ritual católico. Faz parte da paróquia de Santo Antônio do Recife.

IGREJA DE N. S. DA CONCEIÇÃO DOS MILITARES

"No Recife existe um templo
De que é patrona benigna
A Virgem dos Militares;
Dêle a entrada se divisa
Um fusco painel traçado
Por mão de patriota artista,
Que êsse padrão nos recorda
A brasílica valentia".

A irmandade mantenedora dessa Igreja, não resta dúvida que vem de princípios do século XVIII, pois que o documento mais antigo que se conhece dela, segundo nos revela Pereira da Costa, é um livro de entrada de irmãos, cujo primeiro assentamento, ou têrmo, foi lavrado a 8 de dezembro de 1725.

Segundo consta de raros relatórios arquivados, foi orgazada por oficiais e praças dos corpos de linha da guarnição do Recife, "militares de primeira linha dos corpos de fuzilaria e cavalaria, aceitando-se também pessoas que por quaisquer serviços relevantes ou esmolas dadas, sejam julgadas pela irmandade suas benfeitoras".

Vê-se daí, portanto, que tinham sido excluídos os militares da arma de artilharia, isto porque êstes tinham já uma irmandade sua: a de São João Batista, que funcionava na igreja de Santa Teresa.

Relativamente à fundação da Igreja e posses financeiras necessárias para tal empreendimento, nada nos foi possível obter sôbre datas e outros elementos certos.

Mas o que não padece dúvida é que antes de 1710 ela já existia regularmente funcionando como templo religioso, pois que o clássico autor de "Calamidades de Pernambuco" nos dá a notícia de que naquele ano "havia uma bonita igreja construída pelos militares em louvor a Senhora sua Padroeira".

E de 1757 chega-nos esta notícia de Loureto Couto, ao descrever o Recife daquele período: "Os militares do regimento da guarnição desta praça, fundaram uma formosa igreja, que dedicaram à Senhora da Conceição, a que servem com grande devoção".

Segundo ainda Pereira da Costa, em 1777 verificou-se uma grande reforma no edifício do templo.

Exteriormente o prédio não oferece perspectivas dignas de menção, porém internamente seus adornos ainda hoje dão uma idéia das grandes somas que devem ter sido gastas pelos militares, para embelezar o templo da sua padroeira.

Até 1823 existia no frontispício um escudo das armas reais portuguêsas, o que autenticava ainda mais a grandiosidade do templo e o prestígio da irmandade mantenedora. Porém com a proclamação da independência do Brasil, foram aos poucos desaparecendo dos edifícios públicos brasileiros todos os vestígios da metrópole, verificando-se, por isto, aquela retirada do escudo, do frontispício da Igreja.

O fôrro do côro é decorado com um valioso painel representando a primeira batalha dos Guararapes, verificada a 19 de abril de 1648, cujo trabalho foi executado em 1781, por ordem do governador José César de Menezes, aparecendo nêle uma legenda explicativa do feito militar dos pernambucanos, na luta contra o invasor holandês.

Contudo não foi possível até hoje descobrir-se o seu autor, figurando como uma obra de um pintor anônimo. Parece ser ainda dêsse mesmo artista o belíssimo trabalho do teto da Igreja, em o qual, a certa altura — à esquerda da nave central — se observa uma visão da Virgem, trazendo Jesus ao ventre: Uma audaciosa concepção pictórica para a época, de perspectiva abstracionista. Há quem aceite a tese de serem êstes trabalhos frutos do pintor João de Deus Sepulveda.

Mas, com referência ainda ao painel sôbre a batalha dos Guararapes, um poeta popular do Recife antigo escreveu esta graciosa estrofe:

"No Recife existe um templo
De que é patrona benigna
A Virgem dos Militares;
Dêle a entrada se divisa
Um fusco painel traçado
Por mão de patriota artista,
Que êsse padrão nos recorda
A brasílica valentia".

Muniz Tavares, em palestra pronunciada no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, em 27 de janeiro de 1863, referindo-se também a êsse painel, disse:

"No fôrro do côro de uma de nossas igrejas, que o militar brasileiro protege e defende particularmente, oferece-se à nossa vista a descrição daquela mesma batalha. O painel não é de Rafael, de Urbino, nem de Corrégio; foi, porém, de um artista pernambucano, patriòticamente inspirado. Êle pintou com a fidelidade o que o seu cérebro encerrava — deixou-nos uma memória, para que jamais esquecêssemos o dia em que o batavo destroçado desapareceu dentre nós. Sinto ignorar o seu nome para consigná-lo aqui respeitosamente".

Em 18 de maio e 21 de julho de 1789 o Papa Pio VI, em pontifícios especiais, concedeu privilégios espirituais "a igreja dos militares de Pernambuco, que se invoca à Virgem Santíssima da Conceição".

Data dêsse tempo até o ano de 1853, a saída durante a quaresma daquela Igreja da célebre *procissão dos Fogaréus*, e que o bispo D. Manuel Pereira aboliu nesse último ano.

Era famosa e grotesca essa procissão: Um bando de homens armados de paus e archotes, saía dali na quarta-feira da semana santa, representando os judeus à procura de Jesus para prendê-lo. Havia um travestido de Judas, guiando a turba para prender o Salvador. Penetravam em todos os templos onde houvesse o Santo Sepulcro e dêle se retiravam ràpidamente depois de correr o adro da igreja com mesuras. Era, como disse um cronista do tempo "uma espécie de repre-

sentação animada, que por fim degenerava em farras, bebedeiras, desatinos e afoitezas".

Um dos maiores benfeitores da igreja foi o mestre-de-campo João Lôbo de Lacerda, falecido em 1767. Quando era coronel do regimento de infantaria da praça do Recife, instituiu em seu testamento, lavrado quatro anos antes de morrer, que se revertessem todos os seus bens como patrimônio da Igreja e da irmandade. Legou, com isto, além de imóveis, muitos objetos de ouro e prata, imagens, baixelas, móveis preciosos, livros raros, etc.

Nos anos de 1744 a 1745, governou êle a Paraíba, de onde regressou a Pernambuco, aqui tendo morrido, sendo o seu corpo sepultado na sua Igreja, em frente do altar da sacristia.

Em agôsto de 1843, no dia dez, a mesa ereta de Nossa Senhora da Conceição dos Militares aprovou novo Compromisso (Estatutos), outra vez reformado e ampliado em 1945, quando se estabeleceu definitivamente no seu artigo 2:

"Reger-se-á a Irmandade por uma mesa, composta de um Presidente, um vice-dito, um Tesoureiro, um Secretário, um Procurador e dez Mesários. Nos três primeiros cargos sòmente poderão servir oficiais efetivos ou reformados do Exército e da Armada, podendo o de Tesoureiro, porém, ser exercido por oficiais do Exército e da Armada e igualmente por civis e oficiais da Fôrça Pública, na falta absoluta daqueles".

Infelizmente, a ausência de melhores arquivos da Irmandade, os quais não foram devidamente conservados pelas várias mesas regedoras, num flagrante índice de irresponsabilidade e incúria, nos impossibilitou de conseguir outros informes sôbre o traçado histórico do templo.

Dêsse templo católico é também admirável a escultura ornamental de madeira de seus altares, capela-mor e tribunas. Do forro deve salientar-se o belo e arrojado entalhamento, que contorna a nave, em forma de varandas, com figuras e impressionantes ornamentações.

IGREJA MATRIZ DE SANTO ANTÔNIO

"Nisto vem o sr. Bispo
Lá vai repique geral;
O garrita dá sinal,
O meão faz din-din-dão
O grande bate também".

ESSA solene e interessante Igreja do Recife está localizada no principal centro urbano da capital pernambucana, contrastando com suas linhas tìpicamente barrocas e vetustas, de uma austeridade quase bi-centenária, com todo o dinamismo da verticalidade arquitetural das pesadas construções modernas em seu redor espalhadas, no início precisamente da principal artéria da cidade, a Avenida Guararapes, e fronteando lateralmente outra grande rua, a Avenida Dantas Barreto.

Aliás, refira-se de passagem o grande cuidado que têm tido os governos municipais do Recife em proteger e conservar as linhas originais do velho templo, em seu traçado geométrico, sem que perca qualquer perspectiva, e impondo-se no coração da cidade pela grandeza e sobriedade das suas linhas barrocas, de típica construção colonial portuguêsa setecentista, em contraste com um traçado moderno de ruas e edifícios.

No ano de 1752 determinou o governador capitão-general Luís Correia de Sá, que se removesse um depósito de pólvora existente próximo a umas trincheiras de defesa, levantadas ainda pelos holandeses, junto ao Hospital do Paraíso (hoje desaparecido), para um sítio mais distante do povoado, por estar ali oferecendo perigo, e após mandou vender em hasta pública o antigo depósito.

Arrematou, então, *a casa da pólvora com todos os seus pertences, dependências e terras, pelo preço e quantia de um conto e dusentos e sessenta mil réis,* o mestre-de-campo José

Vaz Salgado, na qualidade de Juiz da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Corpo Santo, com o fim de erigir no mencionado lugar uma igreja.

Naquela época funcionava a irmandade na Matriz do Corpo Santo, hoje desaparecida e localizada no bairro do Recife, com profundidade paroquial estendida até a chamada "banda de Santo Antônio", inclusive o atual bairro de São José. Pela grande área urbana sob jurisdição e desenvolvimento religioso, com o conseqüente aumento da população do Recife, começavam a verificar-se incidentes e queixas nas igrejas do Rosário, do Paraíso, Livramento e São Pedro dos Clérigos, situadas naquela chamada "banda de Santo Antônio".

E, assim, com a compra feita da casa da pólvora, pela irmandade, realizou-se ali, a 3 de junho de 1753, a festiva solenidade do lançamento da pedra fundamental de uma igreja para a nova paróquia, denominada de Santíssimo Sacramento do bairro de Santo Antônio da cidade do Recife, com tudo concordando e orientando o próprio bispo, D. Frei Luís de Santa Teresa, que ainda autorizou instalar provisòriamente ali, no edifício já existente, uma capelania, enquanto não se construísse a igreja definitiva.

E logo fêz a trasladação festiva do Santíssimo Sacramento, que já se achava na Igreja de Nossa Senhora do Livramento, dando-se, aos poucos, andamento às obras de levantamento do templo.

Em 1764 o irmão Antônio dos Reis adquiriu *duas moradas de casas térreas situadas na rua em frente a igreja e foreiras do morgado de Alagoas, João Marinho Falcão, para aumentar o terreno do templo.*

Em 1765 estava o edifício parcialmente concluído, mas já aberto ao culto público. Quanto à desanexação oficial da irmandade e criação da paróquia de Santo Antônio, como independente e autônoma, sòmente em 1789 foi que se verificou em definitivo.

O templo foi concluído em 1790, tendo as obras até êsse ano custado 34:819$814.

Com a declaração, como vimos, em 1789, da autonomia oficial da paróquia de Santo Antônio, surgiu uma séria dificuldade na divisão eclesiástica do Recife setecentista; verificava-se àquela altura que a mantenedora da nova paróquia continuaria sendo a Irmandade do Santíssimo Sacramento do

Corpo Santo, instalada na freguesia de S. Frei Pedro Gonçalves, o que não era lógico.

Mas a construção do templo e bens patrimoniais de terrenos e outros estavam sob a responsabilidade daquela irmandade, que os adquirira. Resolveu-se, então, convocar uma reunião extraordinária da Irmandade no dia 4 de fevereiro de 1791, para resolver o impasse, sendo ao final acordado que ficariam pertencendo à irmandade do Corpo Santo os irmãos que morassem no bairro do Recife, e constituindo uma nova confraria os devotos residentes na *banda de Santo Antônio*. Submetido o acôrdo à decisão do bispo, foi êle homologado e passado a têrmos legais de escritura pública.

Contudo, os atos de compromissos de regime da nova Ordem não foram regularmente aprovados em tempo devido perante a mesa de Consciência e Ordens, nem tiveram confirmação régia, tudo em conseqüência do mau encaminhamento dos documentos necessários ao Conselho Ultramarino.

Por causa disto entendeu o vigário Inácio Alves da Silva, em 1798, que a igreja-matriz de Santo Antônio não pertencia à Irmandade do Santíssimo Sacramento, bem como as suas alfaias, paramentos, etc., e que tudo eram bens da Cúria. Impediu, então, o acesso dos irmãos ao consistório e às sacristias, trancando e recolhendo as chaves do templo.

O bispo D. Frei Diogo de Jesus deu razão ao vigário, e determinou até uma ação judicial, indo os oficiais de justiça ostensivamente prender o guarda do templo, pago pela irmandade. Dessa atitude recorreu a Ordem à Corte da Relação, que lhe deu ganho de causa, determinando ao "prelado que cesse da opressão feita e desista do êrro cometido".

Irritada a Cúria em sua vaidade, e substituído o antigo antístite por um novo bispo, D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, determinou êste a transferência do Santíssimo Sacramento daquela Igreja para a capela do colégio dos jesuítas. Desta medida de privativa ação eclesiástica, não puderam os irmãos recorrer para a Justiça.

Sabendo que o incidente já abalava a consciência católica da cidade, o novo bispo publicou uma pastoral datada de 12 de agôsto de 1799, em a qual falava da solenidade do ato de transferência do Santíssimo Sacramento, concedendo, então, *quarenta dias de indulgência a todos que acompanhassem a procissão de trasladação, que seria feita com aparato de fôrça militar*.

E na data marcada — 18 do mesmo mês — compareceu êle pessoalmente, às 4 horas da tarde, para presidir a procissão. Grande, porém, era a agitação popular em tôrno da igreja, receando-se mesmo um sério conflito, pois que o povo estava contra a retirada do Santíssimo de sua Igreja-matriz.

Teve a esta altura receio o bispo, e reunindo na capela-mor do templo o vigário e os irmãos do Santíssimo, fêz uma alocução no sentido de harmonizar os interêsses recíprocos. Foi feliz no seu intento, pois que ficou acertada a posse das chaves do templo pelo vigário, ficando a Irmandade com as chaves do corredor do lado sul, onde estava o consistório, até que a Corôa portuguêsa, à qual se iria imediatamente interpor um recurso conjunto, decidisse a respeito da posse do templo e dos bens.

Satisfeitos todos, no final foi rezado pelo próprio bispo, na mesma tarde, um solene *Te-Deum* de ação de graças.

Divulgada a notícia, foi tal a alegria do povo, que os paroquianos de Santo Antônio "conservaram por três dias iluminadas as fachadas de suas casas", segundo rezam as crônicas.

Sòmente em princípios do século seguinte foi que a Côrte resolveu o assunto, baixando a provisão régia de 7 de setembro de 1807, em a qual demandou inteiramente em favor da irmandade, outorgando-lhe todos os direitos sôbre o templo e seus bens, inclusive alfaias, paramentos, ornamentos, etc.

Talvez ainda engolfados pela repercussão desta vitória, foi que alguns anos depois os irmãos do Santíssimo entraram novamente em atrito com o bispado, desta vez com o célebre ato de rebeldia clerical, que serviu de estopim para a explosão do choque entre a Igreja, o Estado Imperial e a Maçonaria, rebentado em fins de 1872, e que valeu a pena de interdição baixada contra a igreja, em janeiro de 1873, pelo bispo D. Frei Vital, a qual se prolongou por quase três anos, depois de abalar a alma nacional, com a célebre página histórica do Brasil, e usualmente chamada de Questão Religiosa do Segundo Império Brasileiro.

Correu na época, justamente por causa dêsse choque anti-religioso, no velho Recife, um boato divulgado por conta e risco talvez da Maçonaria, que se tinha constituído aberta-

mente o *pivot* de todo o incidente religioso, iniciado com aquêle interdito contra a matriz de Santo Antônio:

Dizia a malidicência que Dom Frei Vital, "dono de uns belos olhos e de umas lindas barbas, contava entre as pessoas de suas relações uma senhora de rara beleza, a quem nunca visitava durante o dia. Deixava cair a noite para fazer o seu cavaco, depois que o Recife provinciano já dormisse... A matriz de Santo Antônio, entretanto, tinha um sacristão que se excedia no zêlo de seus deveres, e ficava à espreita para tocar os sinos, como mandava o protocolo, quando S. Rvma. discretamente passasse. Mal o via sair, corria à tôrre da igreja e repicava maldosamente os sinos, com escândalo, saudando, como era das regras da irmandade, a maior autoridade eclesiástica da província, o que atraía às janelas muita gente. O bispo, dominando sua indignação, descia vagarosamente a rua, distribuindo cumprimentos e bênçãos e, mal chegava à esquina, regressava ao Palácio. Um meio só restava, para evitar tal espionagem: suspender a irmandade e fechar a igreja..."

E logo o folclore, os versinhos populares, tomaram conta do ocorrido:

"Nisto vem o sr. Bispo,
Lá vai repique geral;
O garrita dá sinal,
O meão faz din-den-dão
O grande bate também..."

Em 1842 e 1864 fizeram-se grandes reformas no edifício, completando definitivamente a beleza do velho templo religioso, que tão de perto fala ao sentimento cristão e amor histórico dos recifenses. Do seu aspecto arquitetural exterior quem bem se exprime é o técnico em arte religiosa, o fotógrafo Germain Bazin: "A fachada da igreja de Santo Antônio, igreja construída entre 1753 e 1756, apezar de simples, é uma das expressões mais típicas desta grande eloqüência barroca, própria do Recife, e que a arte de Portugal não apresenta com a mesma intensidade. A harmonia delicada desta fachada é infelizmente prejudicada pelos edifícios modernos que a cercam".

São do pintor pernambucano, de muita fama no Recife, durante o século XIX, Sebastião Canuto da Silva Tavares, os vários painéis existentes no corpo da igreja. Aliás do mesmo pintor são vários quadros ainda existentes em diversas outras igrejas da cidade, notadamente da Madre de Deus, Santa Rita e São Francisco do Recife.

Talvez pelas vastas dimensões do seu consistório e posição central do templo na cidade, durante quase tôda a metade do século XIX era ali que se reuniam os colégios eleitorais do Distrito do Recife, para eleger seus deputados e senadores, de acôrdo com o sistema eleitoral então vigente, isto é, de eleições indiretas.

O cemitério de Santo Antônio foi de grande evidência até meados do século passado: era um *quadro* existente junto a essa igreja, e votado exclusivamente a certa ordem de inhumações, consideradas na época humildes ou humilhantes. "Era uma separação social até na própria morte, aplicada aos suicidas, escravos, acatólicos, condenados, etc". Teve grande atuação nos primeiros dias do govêrno de Luís do Rêgo, por ter servido de túmulo aos corpos esfrangalhados ou decepados dos heróis condenados da revolução pernambucana de 1817.

Outro acontecimento de nota ali ocorreu, servindo de muito comentário em certa fase do Recife velho: em uma tarde de procissão, verificou-se a morte do pardo Manuel Francisco de Carvalho Lessa, que em 1879, estando a repicar os sinos em *folguedo com outros rapazes* despencou da tôrre e bateu num tabuleiro de doces, falecendo instantâneamente. Entre os que se encontravam na tôrre com Manuel, estava Jesuíno Jerônimo de Farias, que dois anos antes, também caíra do alto da igreja do Carmo, matando três pessoas e ficando gravemente ferido durante muitos meses.

E hoje, vivendo ainda em grande apogeu de sua função religiosa, mantida ainda, em plena harmonia com o clêro, agora pela mesma irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio, de passado tão vivaz e cheio de incidentes, o antigo templo dentro do Recife que se renova e toma ares de môça bonita e vaidosa, não perde a sua imponência e austeridade, impondo-se sempre perante o conceito religioso e mesmo profano da população recifense.

IGREJA DE SÃO JOSÉ DO MANGUINHO

"Lá na venda do Manguinho
Deixei quartose galinhas
Todas grandes, todas gordas
Todas formosas e lindas".

O atual edifício da igreja de S. José do Manguinho data do ano de 1933, quando no dia 29 de setembro foi o templo aberto oficialmente ao culto público divino, tendo dado a bênção sagratória o vigário-geral da arquidiocese, monsenhor Ambrosino Leite, representando o arcebispo D. Miguel de Lima Valverde, que se encontrava viajando.

Mas os fundamentos da Igreja remontam a meados do século XVIII, isto pelas alturas de 1741, embora não se possa afirmar tal coisa, pela ausência de documentos concretos que corroborem tal afirmativa, correndo a informação por conta de Sebastião de Vasconcelos Galvão, que se contradiz mesmo nesse particular.

O que é certo, porém, é a existência do templo em 1759, segundo uma escritura de venda que fizeram o sargento-mor Luís Ferreira do Rêgo e sua mulher dona Guilhermina Fisher, no dia 28 de março daquele ano, que diz a certa altura: "um sítio de terras no lugar das Salinas na Olaria do Lucas, chamado de Manguinho, que com a demarcação da capela do sítio de São José, na estrada adiante, confinando na levada que deságua na gamboa do Capibaribe, terras essas que pertenciam a irmandade de São Pedro dos Clérigos do Recife".

Quanto ao seu fundador, segundo informações do pesquisador Fernando Pio, foi o padre Francisco Sales que, "com donativos adquiriu, sem patrimônio canônico constituído, mas fazendo êle para as despesas do culto, de uma casa de sua propriedade, situada junto à mesma capela".

Aquêle sacerdote era filho do capitão de ordenanças da praça do Recife, Francisco de Sales e Silva "homem de muitas letras e autor dramático", como rezam as crônicas.

Não sabemos a origem do nome de Manguinho posto naquele sítio. Mas naturalmente, segundo recorda Pereira da Costa, quando da construção da capela aquela localidade já era mais ou menos povoada, e foi citada em uns versos de um romance joco-sério, de 1775, da lavra do Padre Antônio Gomes Pacheco e por êle recitado em homenagem ao governador José Cezar de Menezes:

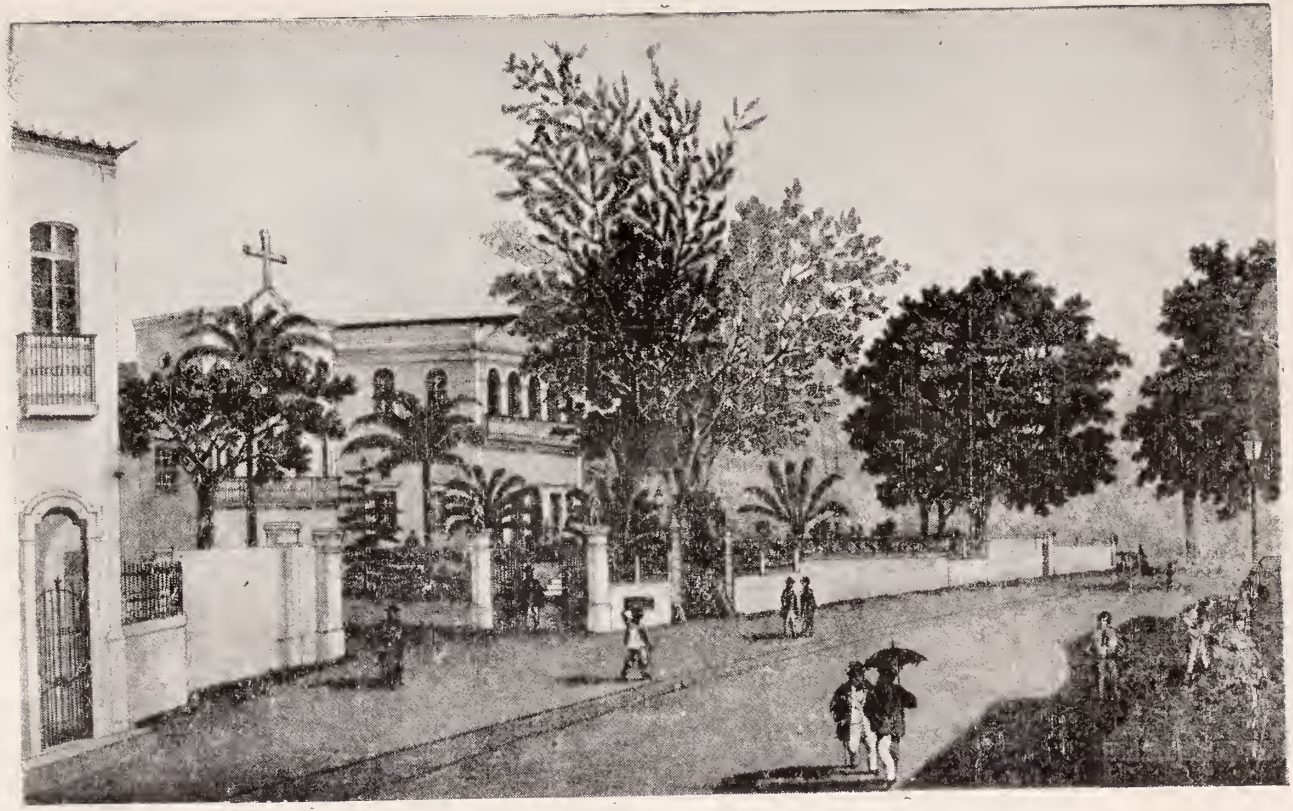
"Lá na venda do Manguinho
Deixei quartose galinhas,
Todas grandes, todas gordas
Todas formosas e lindas".

Ao tempo da sua fundação não havia ali mais do que vários sítios de terras, pois que a antiga estrada real do Manguinho de São José, sòmente foi aberta pelas alturas de 1802, por determinação do governador interino Manuel Xavier Carneiro da Cunha, ao tempo também Deão da Santa Igreja Catedral de Olinda.

A capelinha era de devoção particular, como se deduz do ofício do governador Cunha Menezes, datado de 23 de novembro de 1773, dirigido ao cabido de Olinda, "estranhando e opondo-se à nomeação que se fizera de um administrador para a capela de São José do Manguinho, tendo ela seu proprietário, a quem competia dita nomeação".

Mas em 1790, no dia 7 de julho, por provisão do juiz Provedor de Capelas, foi Manuel de Carvalho Medeiros nomeado administrador da capelinha, função que exerceu até 1828, quando se afastou, sendo substituído pelo seu genro Gaudino Agostinho de Barros, que morreu no ano de 1831, em ação no antigo arco do Bom Jesus, em Fora-de-Portas, ao lado de Joaquim Nunes Machado, defendendo a cidade do Recife dos assaltos da tropa desenfreada, quando da Setembrisada daquele ano — Rev. Inst. XLIX — Pg. 126.

Aquêle primeiro administrador, mais conhecido por *Carvalhinho,* foi figura estreitamente ligada à história de Pernambuco, sendo apontado como o delator, ao governador Cae-



Sítio do Manguinho. Gravura de autor desconhecido. Meados do século XIX. Já se vê ao fundo a antiga Igrejinha de São José.

tano Pinto de Miranda Montenegro, dos nomes dos implicados na revolução de 1817.

É interessante recordar-se, segundo uma pesquisa feita ainda por Fernando Pio, o Inventário dos bens patrimoniais da Igreja, naquele ano de 1828, quando foi investido Gaudino Agostinho de Barros na sua administração:

"... o quintal da capela com 16 laranjeiras, uma grande cacimba e uma meiágua no fundo que servia de estribaria; uma casa junto à igreja e uma outra pequena próxima à estrada; uma imagem grande do padroeiro S. José, as de Nossa Senhora do Carmo, Santo Antônio e São Pedro de Alcântara e as necessárias alfaias e ornamentos do culto".

Em 1845 sofreu o templo a sua primeira grande remodelação, graças à iniciativa do Visconde de Lóio. E em 1870 já estava êle sob a jurisdição da Mitra, tendo servido de igreja-matriz da paróquia da Graça até o ano de 1878.

Embora localizada junto ao palácio atual do arcebispado não tem nenhuma ligação administrativa direta com a Cúria, sendo sua atual mantenedora a Irmandade das Almas do Recife, antigamente chamada de Irmandade das Almas do Purgatório de S. Frei Pedro Gonçalves, e organizada no dia 1.º de dezembro de 1654, ano da restauração pernambucana, na antiga e hoje desaparecida igreja do Corpo Santo do Recife, sendo seu primeiro juiz Manuel Figueiredo da Costa.

Em 1913, quando foi resolvido, por imposição urbanística, que se demolisse a velha igreja do Corpo Santo, passou aquela irmandade a funcionar provisòriamente na igreja de São José do Manguinho, segundo determinação do arcebispo D. Luís Raimundo da Silva Brito, lavrada a 11 de janeiro daquele ano.

A igrejinha de Manguinho oferecia, então, um aspecto lastimável de abandono e quase ruínas, crescendo a vegetação até no interior do templo, estando as paredes externas gravemente rachadas, cobertas de lodo e sujas. Ante tal estado decidiu a Irmandade das Almas fazer uma limpeza e reparos iniciais no templo, gastando-se nisto a importância de ..... 3:903$000, considerada elevada para tempo, e mudando-se a irmandade solenemente no dia 16 de fevereiro de 1913.

E era de ver, a partir daquele dia, a modificação que se operou na velha igrejinha, celebrando-se todos os cultos divinos, com missas solenes, grandes orquestras, além de freqüência desusada de todos os irmãos e respectivas famílias. Foi

nomeado seu capelão o cônego João Augusto do Nascimento Pereira.

Contudo o estado de conservação, a despeito daquelas reformas de emergência, continuou fornecendo sérios riscos. E, além do mais, a igreja era já pequena e o número de fiéis aumentava cada dia.

Diante disto, em 1922 foram despendidos mais quatro contos de réis em serviços de pintura interna, conservação e envernizamento dos móveis. Para logo no ano seguinte "fazer-se a mosaicagem das dependências térreas e gastando-se mais 1:850$000 na revisão da coberta e destruição de morcegos".

Em 1933, depois de acertada a permanência definitiva da Irmandade das Almas na igreja de São José do Manguinho, passando o templo para patrimônio da ordem, ficou resolvido que se derrubasse quase totalmente o velho edifício, levantando-se em seu lugar outro de arquitetura inteiramente nova, maior e mais moderna.

E assim foram contratados os serviços do arquiteto Jaime de Oliveira, sendo os trabalhos de remodelação total do edifício orçados em cento e cinqüenta contos de reis, estando assim constituída a mesa regedora que resolveu encaminhar ao arcebispo os planos finais para a execução das obras: Juiz Joaquim Soares da Silva, Escrivão José Rodrigues de Sousa, Tesoureiro Fernando Pereira de Sá e Procurador Benedito Nunes da Silva.

Os serviços foram iniciados em março de 1933, sendo reaberta a igreja solenemente no dia 29 de setembro daquele mesmo ano, dando a bênção, como anotamos de início, o monsenhor Ambrosino Leite.

Merece especial referência a imponente imagem de S. José, padroeiro da Igreja, quase em vulto natural com dois metros de altura, colocada em um nicho devidamente aberto no alto do frontispício do templo. É obra talhada em cimento armado, executada pelo artista português Casimiro Correia, mesmo no Recife, tendo custado 3:500$000. É um monumento admirável pela perfeição das linhas e pureza das minudências esculturais.

IGREJA (BASÍLICA) DE NOSSA SENHORA DO CARMO

"Senhora do Carmo
Mãe dos Carmelitas,
Socorrei as almas
Que vivem aflitas".

"Senhora do Carmo,
Oh! Virgem Maria!
Vinde em meu socorro
Na última agonia!"

O Inventário dos prédios construídos pelos holandeses no Recife, organizado em 1654, logo após a expulsão dos invasores, menciona na rubrica 293: "Fronteira às Cinco Pontas, pela banda do rio, entre a fôrça de Santo Antônio, está uma grande casa chamada a Boa Vista, com suas galerias e janelas, e no alto da mesma casa um torreão, obra flamenga vistosa. Estas casas são quartel do ajudante do tenente Roque Ferreira".

Neste palácio, que escapou da destruição da cidade Maurícia, determinada pelos holandeses em 1645, quando pràticamente rebentou a luta pela restauração pernambucana, durante muito tempo habitou o príncipe Maurício de Nassau, que o tinha como residência de recreio, pela sua bela posição, plantado à beira de ameno rio e voltado para o continente, no lado poente.

E o nome de Boa Vista ou Schoonzit foi mesmo determinado pelo príncipe holandês, justamente em virtude daquela posição urbana.

Em época não precisada, porém que se determina como sendo antes de 1675, foi feita aos religiosos carmelitas a doa-

ção do referido palácio, que estava quase em ruínas, a fim de que nêle estabelecessem "um hospício e uma capela na banda do Recife", sendo seu primeiro vigário-prior o padre-Frei Cristóvão de Cristo.

E aceitamos aquêle ano de 1675 baseado em informes de Pereira da Costa, que diz ter verificado uma carta régia expedida naquele ano, "mandando que os frades do Carmo existentes no Recife se recolhessem ao convento de Olinda".

A 5 de maio de 1679 o governador Aires de Sousa Castro lavrou uma carta de sesmaria, pela qual "tendo respeito ao que o padre-vigário Fr. Cristóvão de Cristo, e mais religiosos do hospício de N. S. do Carmo da povoação do Recife lhe representaram em petição, em como os oficiais da câmara lhes deram as casas em que residiam para seu recolhimento, mas onde viviam com descômodos, cercados d'água, no meio da maré, e carecendo de fazer algumas oficinas e quintal para seu maneio, solicitavam a mercê de uma sesmaria de cem braças de salgado, que cercavam em redondo a dita casa, para os referidos fins; e ouvidos a respeito o provedor da fazenda real e procurador da coroa, que se manifestam, pela solicitada concessão; lavrou o governador a referida carta na forma requerida, e achando-se as terras em questão devolutas, e não prejudicando a terceiros, assim as doava para sempre as lograr a dita religião, com todos os úteis que nelas se achassem, tudo fôro, livre e isento de tributo, fôro ou pensão alguma, e só com a obrigação de darem os padres pelas ditas terras caminhos livres ao Conselho na forma do estilo". (Textuais).

Esclarece-se, assim, que o convento dos carmelitas no Recife e respectiva Igreja, foram fundados inicialmente nas ruínas do antigo Palácio da Boa Vista, construído por Maurício de Nassau, estendendo-se após por mais uma "grande data de terras salgadas doadas aos religiosos", pelo governador Aires de Sousa Castro".

Naquelas terras e ruínas, surgiu, pois, o convento, mais conhecido como *Carmo Velho* e a capelinha anexa, sob a invocação de N. S. do Destêrro, tudo dentro de um vasto coqueiral, tendo ao lado uma grande senzala.

Daquele trecho um cronista oferece-nos a seguinte informação histórica:

"Campeava aquela igreja nas imediações da atual, de N. S. do Carmo, de modo que a sua sacristia ficava no extremo da fachada lateral do atual convento, no salão do refeitó-

Igreja do Carmo e Largo do mesmo nome. Gravura de princípios do século XIX.

rio, como indicava o seu respectivo lavatório, uma bonita peça de mármore branco, que ainda logramos ver, entre duas portas que dão entrada para o andar térreo do vistoso pavilhão de três pavimentos, extremo do edifício, que, não ha dúvida é o mesmo que centralmente se via disposto no belo alcaçar holandês da Boa Vista, situado à margem do rio, olhando para o poente. Foi com o desaparecimento do primitivo convento, que os alagados das suas imediações, dos quais surgiram as ruas do Cano ou da Paz e da Palma e da Concôrdia, se ficaram chamando de *Carmo Velho*, denominação ainda não de todo esquecida, principalmente entre gente antiga".

Mas em 1685 o capitão Diogo Cavalcanti de Vasconcelos, rico proprietário em Goiana casado com uma irmã de Vidal de Negreiros e devoto de Nossa Senhora do Carmo, propôs aos religiosos carmelitas auxiliar na construção de uma nova igreja, se esta mudasse a sua invocação para a de sua padroeira.

E na confirmação disto passou uma escritura pública, lavrada a 18 de agôsto daquele ano, segundo a qual se obrigou a fazer por sua conta, contanto que se respeitasse a nova padroeira e êle e sua espôsa tivessem sepultura aos pés do altar-mór, a riquíssima capela-mor, com todos os seus ornatos, painéis, respectivas tribunas, artística abóboda e as belíssimas cadeiras do côro, dotando ainda valiosos paramentos, alfaias de ouro e prata, além de legar, para a conservação da dita capela-mor, grande parte dos seus bens.

Sem patrimônio e sem côngruas, porque sòmente em março de 1687 foi que el-rei D. Pedro II, de Portugal, concedeu licença para funcionamento do convento do Recife como asilo próprio, as obras de reforma continuaram lentas até atingir o ano de 1690, quando foram ativadas, na administração do padre Fr. João de São José, que finalmente as concluiu até fins do século, mas apenas internamente e ainda são as mesmas que hoje conhecemos: verdadeiras obras de arte e magnificência.

Isto no que concernia à capela-mor, pois que outros altares e o resto do corpo do templo aos poucos foram sendo providenciados, com a mesma suntuosidade da capelania-mor.

O altar do Santíssimo Sacramento, por exemplo, foi concluído e sagrado em 1696 e cedido pelos carmelitas para os exercícios da Ordem Terceira que acabava de ser fundada. O altar do Senhor Bom Jesus dos Passos foi ereto às expensas do padre Manuel do Monte Carmelo, cuja família era uma

das mais abastadas da vila, tendo sido terminado pelas alturas de 1705.

Faltava, porém, compor a igreja ainda de grandes e solenes sinos, órgão, paramentos e alfaias, tudo à altura da grandiosidade do templo. E em socorro disto veio el-rei D. José V, que concedeu, em alvará datado de 17 de março de 1743, "quatro mil cruzados das sobras da Provedoria da Fazenda Real, pagos em quatro anos".

Todavia, o conseguido intento do capitão Diogo Cavalcanti Vasconcelos, de mudar a invocação de N. S. do Destêrro para Nossa Senhora do Carmo, modificando o antigo *Carmo Velho*, trouxe sérios aborrecimentos, pois em 1744, com uma provisão régia datada de 24 de maio, o governador Henrique Luís Pereira Freire, atendendo a certas queixas e mais informações que lhe tinham sido endereçadas, proibiu que se prosseguisse nas obras externas do templo, principalmente das tôrres e da fachada, representando ao soberano em Portugal contra "os carmelitas descalços que construíram um hospício com uma igreja no Recife sem ordem régia".

Ficaram dêste modo suspensos por vários anos os trabalhos e sòmente em 1767 é que foram êles concluídos, dando-se aí como definitivamente prontos o convento e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, do Recife.

A piedade do antigo capitão Diogo Vasconcelos, no Recife, pela santa milagrosa do Carmelo, cuja devoção já se fazia na velha Europa há quase um milênio, não ficou em vão. Concluídas as obras da Igreja, idealizada por êle, passados alguns anos, o Papa Pio X, em Breve Pontifício, datado de 16 de julho de 1908, conferiu à Nossa Senhora do Carmo o padroado da cidade do Recife.

E logo em 1917, por resolução do corpo capitular da basílica de São Pedro de Roma, no dia 15 de julho e em devido Breve Pontifício, passou o templo dos carmelitas no Recife a gozar de honrarias de "Patriarcal Basílica Vaticana", com direito a "tôdas as indulgências e graças espirituais, indultos e privilégios apostólicos, conferidos por concessões pontifícias, e confirmadas e codificadas pelo Papa Benedito XIV na sua Constituição".

De fato, o templo, como monumento de arte religiosa, é imponente, pela grandiosidade e beleza das obras internas, sendo hoje uma das igrejas mais notáveis e impressionantes da capital pernambucana. Tem ela três capelas-mores e mais nove altares laterais, além de outras três na parte interna pos-

terior do templo, podendo-se rezar simultâneamente quinze missas e sobressaindo-se que cada uma das referidas divisões religiosas oferece cunhos arquitetônicos e de arte especiais, com raras riquezas de talhas, quase tôdas em ouro e branco. Os trabalhos de tornearia dos balaústres e das varandas no corpo da igreja, projetando-se lateralmente por tôda a nave, são admiráveis pela sua beleza artística. As cadeiras corais, vetustas e imponentes, que ladeiam a capela-mor principal, dispostas em duas ordens, são do mais legítimo jacarandá trabalhado, em difíceis colunas salomônicas, e únicas no gênero em Pernambuco e talvez no Brasil.

Há também vistosos painéis, ricos azulejos e belos vitrais, tudo contribuindo para a espetacular e impressionante beleza do templo. E ainda hoje, como registo digno de menção, essas obras de arte religiosa centenárias são conservadas pelos carmelitas, não tendo o templo sofrido constantes reformas como era comum em quase tôdas as igrejas centenárias do Recife.

O edifício é de uma profunda solidez, pois as paredes externas medem dois metros e dez centímetros de grossura. Seu frontispício é bastante gracioso, todo rendilhado de artísticos arabescos. A tôrre atinge uma altura de cinqüenta metros. Na fachada, em hierárquica disposição, estão as imagens esculpidas em pedra, da Virgem do Carmo e dos santos Elias e Eliseu, iniciadores da vida monástica no Monte Carmelo.

No centro do côro da Capela-mor há um artístico castiçal feito de preciosa e rara madeira, dourado em contôrno e com as figuras simbólicas da Ordem carmelita gravadas em alto relêvo. Sustenta êsse castiçal original, uma vela especial, a que os carmelitas chamam de *Vela Maria,* que sòmente é acesa aos sabados e dias de festa de Nossa Senhora.

Simboliza uma evocação das milagrosas aparições de Nossa Senhora do Carmo, e seu uso foi adotado desde tempos imemoriais, em tôdas as igrejas carmelitanas de Portugal e do Brasil.

Ainda hoje se fala no Recife e se recordam as imponentes festas verificadas em 1919, quando se realizou, na tarde do dia 21 de setembro, na praça da Faculdade de Direito, a coroação canônica da imagem de Nossa Senhora do Carmo, como padroeira da cidade.

Foram de fato grandes e aparatosas cerimônias públicas, revestidas de tanta imponência e apoio popular espontâneo, que, segundo rezam as crônicas "jamais aqui se viu, onde a

riqueza do cerimonial se confundia com a piedade dos fiéis e a imponência sacerdotal dos príncipes da igreja presentes se nivelava com o amor e a adoração de todo recifense à Virgem do Carmo, naquela tarde linda e louvada por todos os seus filhos desta cidade, sem exceção".

Quase todo o episcopado brasileiro tomou parte nas festas religiosas programadas, e supervisionadas pelo então arcebispo de Olinda e Recife, D. Sebastião Leme, depois cardeal, e que teve destacada atuação no Rio de Janeiro, quando da revolução de 1930, que depôs o presidente Washington Luís.

As coroas de Nossa Senhora do Carmo e do Menino-Deus, e os respectivos escapulários, guardados em casa-forte e sòmente usados nos dias de festas, são de ouro do mais fino quilate e cravejados de raras pedras preciosas e pérolas, além de representar uma obra de paciente valor artístico de desenho e gravação.

Foi inteiramente custeada por subscrição eminentemente popular, e tanto entusiasmo havia a êste respeito na população recifense, que até poetas se inspiravam e compositores compunham músicas, em favor daquela obra de piedade cristã:

"Para que melhor se possa,
A' Virgem do Carmo agradecer,
Daremos, Oh! Santa, o nosso amor.
Cantamos tuas glórias até morrer,
Quando confortas a nossa dor.
A ti, Oh! Mãe de valor,
Te damos no ouro,
Nas pedras, no entardecer,
Tôda a nossa piedade, e amor!

Do convento dos Carmelitas do Recife é tradicional a cultura e a investidura de muitos religiosos pernambucanos que ali professaram, recebendo ordens sacerdotais: Frei do Amor Divino Caneca, o quase lendário patriota da chamada "Confederação do Equador", a revolta pernambucana de 1824; Fr. Pedro de Santa Mariana, o célebre matemático que foi perceptor e educador de D. Pedro II; Fr. Carlos de S. José e Sousa, que foi bispo do Maranhão; Frei Leandro do Sacramento, fundador do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, cé-

lebre pelos seus estudos sôbre floricultura e botânica; e muitos outros.

As festas com que os carmelitas festejam anualmente, no dia 16 de julho, o dia de sua padroeira, são das mais concorridas e comentadas ainda hoje no Recife.

Precedidas de um novenário com suntuosas cerimônias religiosas e também com grandes festas profanas populares externas, elas são parte da vida e da tradição da cidade, arrastando para a praça fronteiriça da Igreja e ruas adjacentes verdadeiras massas humanas, durante os dez dias do novenario e da festa.

As músicas religiosas, cantadas durante as nove noites, como parte da liturgia, e acompanhadas por grandes orquestras, são de uma beleza sem par, e tempo até houve, há poucos anos passados, que eram irradiadas e ouvidas com particular piedade em todos os lares.

Os cânticos das ladainhas e as jaculatórias, com belos solos cantados por tenor e às vêzes contralto, com grande orquestra, por si só valem como obra de cultura e sensibilidade artística, no campo musical religioso, merecendo audição e respeito:

"Senhora do Carmo
Mãe dos carmelitas
Socorrei as almas
Que vivem aflitas".

"Senhora do Carmo
Oh! Virgem Maria!
Vinde em meu socorro
Na última agonia!"

É, pois, a Igreja-Basílica de Nossa Senhora do Carmo, do Recife, sob todos os aspectos, motivo de reverenciado orgulho e tradição da cidade do Recife.

IGREJA (CONCATEDRAL) DE SÃO PEDRO DOS CLÉRIGOS

"É um baroco sugestivo e nítido. A porta principal, ladeada por colunas duplas, é de efeito inesquecível. Pelo interior os trabalhos de talha dourada e jacarandá-mármore de Lisboa e objetos do culto são preciosos. A igreja com suas duas tôrres domina a praçuela silenciosa, com permanente ar de vida colonial". — Luís da Câmara Cascudo.

UMA das mais belas igrejas do Recife é a de São Pedro dos Clérigos, localizada no bairro de Santo Antônio, hoje apertada entre velhas ruas solapadas e sujas, sofrendo também a ameaça de um modernismo brutal que cresce e avança, apertando com braços tentaculares as tradições e o respeito pelos monumentos históricos.

Todavia, assim mesmo imprensada e ameaçada. ela é soberba em seus traços arquitetônicos, lembrando o Santuário de Santa Maria Maior, de Roma, também com a sua nave em estilo otogonal, encimada por um grande painel, que se estende por quase todo o teto, e representando o apóstolo São Pedro, no seu gesto clássico de bênção.

A idéia da fundação dessa Igreja remonta a princípios do século XVIII, quando foi instituída a Irmandade de São Pedro dos Clérigos do Recife, a 26 de junho de 1700, segundo uma deliberação do bispo D. Fr. Francisco de Lima, natural de Lisboa, e que possuía em seu palácio, e de sua propriedade, uma antiga imagem de São Pedro, ofertando-a à Irmandade, que ainda hoje a conserva no consistório da igreja.

Entretanto, sòmente muitos anos depois é que foi baixada, a 30 de abril de 1728, a provisão do bispo D. José Fialho,

autorizando a construção da Igreja. A irmandade tinha comprado, para tal, um terreno, naquele mesmo ano, ao padre Agostinho Cabral de Almeida, testamenteiro do sargento-mor Belchior Alves Camelo, rezando a escritura: *huma horta e seis moradas situadas no meio da rua das agoas verdes, no bairro de Santo Antônio, da vila do Recife.*

Todo o templo é uma soberba obra de arte religiosa, guinada de belíssimas, alterosas e elegantes tôrres, imponente cúpula, graciosas peanhas otogonais, enquanto os mais belos ornamentos pinturescos, executados pelo pintor pernambucano João de Deus Sepúlveda, ornam o teto e algumas laterais.

Êstes trabalhos custaram 450$000, sendo as tintas importadas de Lisboa, e foram ao tempo consideradas caros e exorbitantes, sendo de meados do século XVIII. O pintor Sepúlveda trabalhou durante quase quatro anos no penoso serviço, deitado numa cama de lona suspensa em carretéis, passando às vêzes ali, como disse um cronista, "de manhã à noite, combinando tintas e pintando com paciência e tenacidade surpreendentes". O seu ajudante Luís Alves Pinto recebeu duzentos mil réis, e fêz a tela: "O primado de São Pedro", no fôrro do côro.

Os trabalhos de talha e arabescos, as simetrias e as saliências, rendilhadas algumas, e as pesadas portas são obras delicadíssimas de entalhamento e paciência.

Para êsse templo religioso teve o historiador Pedro Calmon a seguinte expressão quando o visitou em 1940: — "Essa é uma das mais lindas igrejas do Brasil!"

E o técnico em arte religiosa, Germaine Bazin, assim informou: "— Esta igreja tem uma nave de planta otogonal sôbre um desenho elíptico. A fachada grandiosa é de um espírito ainda próximo do século XIX; é de um tipo quase único, com a sua elevação vertical realizada pelo estreitamento da parte central. O pináculo das duas tôrres, a cúpula pequenina sôbre um tambor otogonal são emprestados das tôrres de Braga. Essa grande igreja não tem equivalente em Portugal".

Câmara Cascudo dá êste testemunho: — "E um barroco sugestivo e nítido. A porta principal, ladeada por colunas duplas, é de efeito inesquecível. Pelo interior os trabalhos de talha dourada e jacarandá-mármore de Lisboa e objetos de culto são preciosos. A igreja com suas duas tôrres domina a praçuela silenciosa, com permanente ar de vida colonial".

Igreja (Concatedral) de São Pedro dos Clérigos

A planta para construção do templo foi idealizada pelo mestre-de-campo Manuel Ferreira Jácome, tendo sido devidamente aprovada em reunião da Irmandade, no ano de 1728.

A sagração verificou-se a 30 de junho de 1782, com u'a missa solene a que assistiram o deão da Sé de Olinda e o governador José César de Menezes, dando a bênção o bispo D. Tomás da Encarnação Costa Lima. Realizaram-se a esta altura grandes festas populares, tendo o governador da capitania, "sido acompanhado de grande comitiva e de um pelotão de tropas com barretinas vermelhas".

Antes da inauguração, porém, o prédio, mesmo em construção, servira de 1734 até 1739 de igreja-matriz, visto ter a irmandade de Nossa Senhora do Livramento resolvido empreender várias obras urgentes na capela-mor da sua igreja, transferindo o sacrário para a igreja em construção de São Pedro. Desde 28 de junho de 1729 que o templo tinha sido parcialmente sagrado pelo bispo Fr. José Fialho.

E note-se que a essa altura êle já era imponente, pois que o autor de "Calamidades de Pernambuco", dando notícias do Recife naquela época, escrevia sôbre "a igreja da irmandade de São Pedro dos Clérigos, que está quase completa com *tôda a grandeza de sua austeridade*".

Entre as relíquias que a igreja possui destacam-se duas dos apóstolos São Pedro e São Paulo, as quais se encontram em uma caixa de prata na pedra do altor-mor. Foi uma oferta do vigário de Igarassu, padre Manuel Félix da Cruz, estando elas autenticadas pelo Rev. Francisco Massua da Imaculada Conceição, patriarca de Constantinopla.

Seus altares são notáveis obras-primas de escultura e de traçado e desenhos, destacando-se o altar-mor de entalhes em madeira mármore, retábulos sinuosos expressivos, tendo as imagens de São Paulo e Santo Antônio ladeando a principal de São Pedro, que ostenta nos grandes dias de festa um cruxifixo de ouro com a cruz sextavada e título esmaltado, oferta do padre Manuel da Silva Santiago. Trabalho de arte rarissimo, que ainda apresenta como adornos três cravos de diamantes, pesando 83 oitavas e meia, e duas voltas de cordão grosso de ouro maçiço. A cruz, que é tarrafa, contém uma relíquia do Santo Lenho.

O frontispício da igreja tem ao alto uma cruz de ferro que, com a varanda, foram obras executadas entre os anos de 1828 e 1829. Encimam as duas belíssimas tôrres laterais dois anjos de bronze, simbolizando o juízo final. Tôda a fachada

e pilastras internas são de calcáreo da praia, material de difícil utilização.

Em 1817 o governador Luís do Rêgo Barreto, irreverentemente determinou que o regimento então chegado das Alagoas, ocupasse os corredores e outras dependências da igreja, transformada assim em asilo militar. Protestou o então provedor, padre Inácio de Sousa Prata, e o arbitrário governador sòmente mandou retirar as fôrças ali aquarteladas, quando a própria Irmandade, por sua conta, alugou "quatro moradas de casas no beco da Viração, que corre junto ao templo, a fim de dar-lhe alojamento, livrando-se do desrespeito e da ofensa a Deus e dos soldados que tinham vindo destruir uma revolução de padres" (típica referência à participação do clero na revolução pernambucana de 1817. N.A.), "salvaguardando, assim, os tesouros artísticos da sua igreja, da destruição a que não escaparam em parte nessa e noutras ocasiões semelhantes, as de outras Igrejas", como disse em uma Conferência o padre José do Carmo Barata.

Em meados do século XIX apresentavam a capela-mor e os altares sinais evidentes de ruína nas riquíssimas obras de talha, bem como nas próprias paredes e teto do edifício.

Solicitou então a Irmandade de S. Pedro dos Clérigos, depois de reunida em sessão de 16 de dezembro de 1858, que os padres Joaquim Rafael da Silva, Inácio Francisco dos Santos e José Leite Pita Ortigueira dessem "um parecer sôbre a situação da igreja e meios de restaurar as partes estragadas".

Deliberou essa comissão, entretanto, que fôsse investido o padre Inácio Francisco dos Santos na direção dos trabalhos de reparo no templo; e êste sacerdote, verdadeiro abnegado, ante a situação paupérrima da irmandade, que não dispunha de meios, enfrentou sòzinho o problema, conseguindo esmolas, doações e o apoio do bispo diocesano, D. João Perdigão.

Mandou buscar entalhadores em Lisboa, entre os quais o célebre mestre Bernardino José Monteiro, movimentou também artistas da terra, e, ao final, tendo gasto cêrca de quarenta contos de réis e dirigido pessoalmente os trabalhos, após quase onze anos, deu por prontas as reformas, principalmente a capela-mor, por êle mesmo desenhada, tendo dado a nova bênção sagratória o abade Fr. José do Patrocínio, de São Bento. Foi êle também quem confeccionou o sacrário de jacarandá, ainda hoje existente e o projeto de rara magnificência artística e pessoalmente substituía qualquer operário em qualquer serviço.

A irmandade de S. Pedro dos Clérigos foi uma das poucas no Recife que se submeteram pacìficamente aos conselhos e às ordens do bispo D. Frei Vital, durante os agitados acontecimentos do período de 1872|1875, chamados històricamente de "A questão religiosa do Segundo Império Brasileiro".

Em obediência à circular daquele bispo, datada de 20 de dezembro de 1872, e contrariando a maioria rebelde, quase absoluta, das antigas irmandades recifenses, determinou a mesa regedora, por unanimidade de votos, na sessão de 24 de abril de 1873, que fôssem eliminados todos os irmãos que estivessem iniciados na maçonaria, a não ser que abjurassem pùblicamente à mesma.

E não ficou sòmente nisto o apoio a D. Vital. Muitos irmãos, afrontando perseguições, severas críticas e até prisões, constituíram-se abertamente em intransigentes defensores do bispo combatido, e no consistório da igreja chegou a funcionar uma organização, criada especialmente para defender o bispo e o seu ponto de vista de combate à maçonaria.

E conta-se que D. Frei Vital nunca se esqueceu desta piedade filial e obediência prestada pelos irmãos de S. Pedro dos Clérigos; tanto que, depois de anistiado e chegando ao Recife, vindo da prisão, no dia 6 de outubro de 1876, ao ser consultado, ainda a bordo do navio que o trouxera, onde desejaria fazer o seu sermão, respondeu logo: "— Na minha querida igreja do Príncipe dos Apóstolos".

Goza a igreja de S. Pedro dos Clérigos dos foros e honras de Concatedral do Arcebispado de Olinda e Recife, conforme decreto do Papa Bento XV, datado de 26 de junho de 1918.

No ano seguinte, a 6 de setembro, foi feita solenemente a sua sagração naquela honraria, rezando-se às 18 horas um solene *Te-deum* e havendo após a bênção do Santíssimo Sacramento. Durante a cerimônia fêz o sermão gratulatório o cônego João de Barros Uchoa, considerado o melhor orador sacro do tempo no Brasil. Foi uma festa da maior solenidade, a ela comparecendo todo o cabido metropolitano, doze bispos e cinco arcebispos, além de autoridades civis e militares, estando presente o governador do Estado, Dr. Manuel Antônio Pereira Borba.

As últimas reformas feitas ali foram entre 1928 e 1929, na gestão do cônego Jerônimo da Assunção, então provedor da Irmandade, pois àquela altura, "a igreja ameaçava uma ruí-

na total, parecendo querer desabar, com o travejamento do consistório amarrado de arame e com escoras".

Não havia dinheiro em caixa na irmandade, mas o provedor não recuou e às custas de contribuições, venda de patentes de novos irmãos, etc., conseguiu restaurar o templo, onde, no dia 29 de junho de 1929, se realizaram grandes festas comemorativas do bi-centenário, havendo solene pontifical, rezado pelo arcebispo D. Miguel de Lima Valverde, e à tarde uma grande procissão percorreu as ruas do bairro de Santo Antônio.

É pois essa bi-secular igreja um orgulho do sentimento religioso e um patrimônio da cultura arquitetônica e de arte religiosa dos recifenses.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, DO BAIRRO DA BOA VISTA

"... não quero flôres, nem luto, nem chôro; quero um ataúde de chita preta, com uma cruz de madapolão e um jazigo na irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, do bairro da Boa Vista". — Pereira da Costa.

A irmandade mantenedora dessa igreja, que foi fundada em agôsto de 1738, no bairro da Boa Vista, do mesmo modo que aquela outra de Santo Antônio, também se chamava Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. O que se diferenciava entre elas era a referência aos bairros onde estavam localizadas.

Lògicamente, pelo padrão social modesto dos seus membros, seu patrimônio era pobre, limitando-se a "uma casa térrea de pedra e cal, situada na rua da Glória, e que tinha sido comprada pelos irmãos em 1777, pela importância de oitenta mil réis". Porém sòmente dois anos depois, no dia 23 de janeiro, foi que passaram a escritura pública de posse. A essa altura a propriedade *rendia oitocentos réis mensais de aluguel,* e foi avaliada pelo provisor do bispado, o cônego Dr. João Soares Barbosa, em cento e oitenta mil réis.

Em 1786 decidiram os irmãos pretos de Nossa Senhora do Rosário, da Boa Vista, mandar construir a sua própria igreja, visto que estavam eretos na igreja da Santa Cruz, e já possuíam, como vimos, o patrimônio necessário para conservação de uma igreja, e foram tratando de reservar recursos materiais.

Conseguiram o terreno necessário, localizado no antigo sítio do Vínculo de Nossa Senhora da Conceição dos Coquei-

ros, (hoje rua da Conceição) e doado pelos herdeiros do mestre-de-campo João Marinho Falcão.

A pedra fundamental foi solenemente lançada no dia 26 de julho de 1788, celebrando o ato o deão da Catedral de Olinda, Padre Dr. Manuel de Araújo Carvalho Gondim.

Em 1789, embora não estivesse o templo pronto, transferiu-se logo a irmandade para ali, instalando-se na sacristia, que já estava concluída.

Sem dispor de maiores recursos, não puderam os irmãos apressar as obras, e sòmente se verificou o seu término em meados de 1813, por conseqüência quase vinte e cinco anos depois. Mas em 1808, mesmo sem estar o templo totalmente pronto, já a irmandade ali festejava o dia de sua santa padroeira, isto depois que o cônego João Rodrigues Mariz dera naquele ano a bênção sagratória.

O edifício infelizmente não foi construído com o devido cuidado e era, além do mais, de acanhadas dimensões para o sempre crescente número de fiéis que para ali acorria. De modo que planejaram os irmãos, logo após a sua abertura, naquele último ano, conseguir novos meios para levantar um templo majestoso no lugar da modesta capelinha, que já ameaçava ruir.

Em 1809 chegara de Portugal o vibrante revolucionário de 1817, Gervásio Pires Ferreira, um dos mais sólidos e ricos comerciantes da época em Portugal, embora sendo pernambucano, e que para aquêle país se deslocara, saindo do Recife ainda bem môço. Tendo retornado à sua terra natal, comprou um grande sobrado existente junto à antiga igrejinha do Rosário da Boa Vista, indo nêle residir.

Devoto daquela santa, logo se impressionou com a decadência do templo e procurou ajudar financeiramente os irmãos pretos, a fim de se levantar uma igreja maior e mais condigna, o que êles desejavam.

Os irmãos Inácio Antônio da Silva e Maria Eugênia do Rosário, entusiasmados com a ajuda do rico Gervásio Pires, trataram de conseguir outras esmolas avulsas e deram início em 1815 às obras do novo templo.

Não conseguimos localizar a data exata do término dessa reforma, mas o que é certo é que à época da morte de Gervásio Pires Ferreira, ocorrida em 1831, já estava o templo concluído, pois que os restos mortais daquele protetor foram ali enterrados.

Quanto à tôrre, porém, sòmente foi ela erguida em 1896.

Por essa igreja tinham também uma especial devoção o historiador Pereira da Costa, que determinou em seu testamento "não querer, quando morresse, nem flôres, nem luto, nem chôro, mas ser enterrado em ataúde de chita preta, com uma cruz de madapolão, em um jazigo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, do bairro da Boa Vista".

A imagem da santa padroeira Nossa Senhora do Rosário é um belíssimo trabalho de escultura sacra em madeira, quase em tamanho natural, e foi oferecida por João da Ponte Rêgo, em 1789, que a mandou vir de Lisboa, isto quando a irmandade ainda nem sequer tinha a sua igreja pronta.

Além do altar-mor, possui o templo os altares de Nossa Senhora da Assunção de São Sebastião, de S. Benedito e do Senhor Bom Jesus da Cruz.

Até fins do século passado saía daquela igreja, durante a Semana Santa, uma das procissões mais concorridas do seu tempo: a do senhor Bom Jesus da Cruz, que se trasladava até o bairro de Santo Antônio, percorrendo-o quase todo.

A Festa da padroeira ainda hoje se festeja com imponência no dia 15 de agôsto de cada ano, encerrando-se com uma bela procissão, levando a imagem de N. Sa. da Assunção.

A igreja tem vida normal, com capelão próprio, nela celebrando-se todos os atos da liturgia católica.

IGREJA DE SANTA TERESA

"... para curativo dos doentes do Exército de S. M. Fidelíssima, que marchou para salvar esta capitania dos males suscitados pelos rebeldes revolucionários".

A Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo foi fundada no ano de 1695 e confirmada em Breve apostólico de 20 de outubro dêsse ano, no convento dos religiosos carmelitas, sendo nomeado seu primeiro comissário o Fr. Manuel da Anunciação e eleito seu primeiro prior o sargento-mor engenheiro Pedro Moreira de Melo.

Naquele tempo tinham os padres do Convento do Carmo iniciado a construção de uma pequena capela para uso da ordem, e que depois abandonaram antes de concluir, para levantar outra mais importante bem próximo, em melhor terreno.

Neste novo templo êles cederam o altar do Santíssimo Sacramento para os exercícios daquela Ordem Terceira, que acabava de ser fundada. Era óbvio, então, que precisassem os irmãos carmelitas mandar levantar o seu templo próprio. E em sua ajuda foram os próprios religiosos do Convento do Carmo, ofertando-lhes, em doação pública, lavrada pelo Tabelião Manuel Cardoso Rabelo, a 24 de abril de 1696, "a capela que está começada com todos os alicerces e parte da parte do evangelho, vindo da capela-mor para o corpo da igreja, com tôdas as mais terras em que está, para nêles fazerem o consistório, sacristia e casa para uso da dita irmandade e exercícios dela e suas sepulturas; e nas ditas terras doadas e capela começada poderão livremente e sem impedimento algum erigir as obras que necessárias forem; cujas terras doadas declaram que houveram por doação e esmola para seu pa-

trimônio que dela fêz o senhorio alferes Pascoal Coelho de Freitas e sua mulher dona Catarina Cardoso", etc. etc.

De posse daquelas doações os irmãos da Ordem Terceira do Carmo e que eram — como ainda hoje são, diga-se de passagem — recrutados sempre entre pessoas de destaque e dinheiro do Recife, iniciaram sem sacrifício em 1700 o acabamento da sua capela, sob a invocação de Santa Teresa de Jesus.

Dispondo de vastos recursos financeiros, concluíram sem dificuldades o templo em 1710, sendo sua abertura solene efetuada no dia 16 de outubro.

Não era, contudo, uma igreja na expressão exata da referência, podendo-se mesmo considerar sòmente, como de fato era, uma simples capela, pois que os templos das ordens terceiras não podiam ser considerados como igrejas, não se admitindo neles nem sequer o uso de sinos.

Mas em 1787 excepcionalmente o papa Pio VI, em piedoso breve, datado de 4 de outubro, concedeu à Ordem Terceira do Carmo do Recife a graça extraordinária de possuir um sacrário perpétuo com o Santíssimo Sacramento, minúcia ritualística sòmente permitida em igrejas de funcionamento religioso normal.

Como simples capela, o templo apresentava naquele ano, porém, um aspecto de real preponderância artística, dado que bastava para isto a existência dos riquíssimos e belíssimos painéis representando os passos da vida de Santa Teresa, pintados em seu interior, e mais os trabalhos já impressionantes de talhas e dourados em alguns altares, principalmente a capela-mor.

O serviço de pintura tinha sido entregue ao cuidado da mão hábil e já célebre na época do pintor João de Deus Sepúlveda, que acabara de pintar o fôrro da igreja de S. Pedro dos Clérigos, sendo os seus trabalhos admirados, ainda hoje como verdadeiras obras-primas de arte.

O trabalho foi contratado inicialmente com aquêle artista em 20 de abril de 1760, acrescido dos serviços de douramento das molduras, para apenas cinco painéis, pela importância de 345$000; mas em 30 de novembro do mesmo ano ampliou a mesa regedora o contrato com Sepúlveda e encomendou "uma continuação dos painéis para o fôrro e lados da igreja, tudo num total de 20, inclusive dois grandes por cima das portas travessas que entram para o Cruzeiro". Em 1761,

terminados êstes serviços, foram encomendados mais três painéis, para completar o fôrro.

Quanto às belíssimas portas do templo, que ainda hoje ali existem, entalhadas, são de madeira maciça, datam de 1796, tendo sido fabricadas pelo mestre marceneiro Matias Antônio Quaresma.

Nos princípios do século passado foram feitas grandes reformas no lado externo do templo, sendo levantadas as suas tôrres, feito os gradis que ainda lá estão, e a 13 de outubro de 1837, desaparecida a proibição, foi ela reaberta e sagrada oficialmente como Igreja, sob a invocação de Santa Teresa de Jesus, sendo sagrante o bispo diocesano, D. João da Purificação Marques Perdigão.

Em 1817, logo após a revolução pernambucana de março dêsse ano, surgiu no Recife uma violenta epidemia de bexiga, que se prolongou até 1819, "ceifando milhares de vidas e provocando luto e desolação", como conta Otávio de Freitas em seu livro "Os nossos médicos e a nossa medicina".

O governador-general Luís do Rêgo oficiou então ao Convento do Carmo para servir de Hospital Militar, "para curativo dos doentes do Exército de S. M. Fidelíssima, que marchou para salvar esta capitania dos males suscitados pelos rebeldes revolucionários". Os religiosos deveriam desocupar o prédio e se recolher ao Convento do Carmo em Olinda.

Compreendendo o que isto significaria de mal para os carmelitas, os irmãos da Ordem Terceira abnegadamente foram em auxílio dêles e requereram a permanência dos religiosos em uma parte insulada da sacristia, contanto que não abandonassem totalmente o seu convento. Ante o prestígio de muitos irmãos, figuras de projeção na capitania, aceitou Luís do Rêgo as ponderações apresentadas e concordou com a utilização parcial do Convento.

Em 1877, quando da célebre sêca verificada nos sertões nordestinos, o Recife encheu-se de retirantes, e nesta altura a igreja de Santa Teresa serviu durante muitos meses de asilo, sendo até ali montada uma enfermaria, sob a responsabilidade do Dr. Inácio Alcebiades Veloso.

Mas ainda em 1817 surgiu outro incidente, desta vez mais sério, porque Luís do Rêgo, já tendo atendido quando da ocupação do Convento como Hospital Militar, julgou que estava havendo um desrespeito à sua autoridade.

O grande quintal existente nos fundos da igreja de Santa Teresa há muito que vinha atraindo a atenção dos poderes pú-

blicos, que andavam à cata de terrenos devolutos em lugares sagrados, junto a templos católicos, para servir de cemitérios públicos.

Tanto que em 1806 o capitão-general Caetano Pinto de Miranda Montenegro, então governador de Pernambuco, baixara uma ordem determinando o uso do "quintal da Capela de Santa Teresa da Ordem Terceira do Carmo, como cemitério para serem sepultados os corpos que houvessem de falecer de negros novos e mais alguns indivíduos, visto que os lugares onde êstes se costumavam sepultar estavam cheios".

Protestando a Ordem Terceira contra aquela medida, aquiesceu temporàriamente o governador Montenegro. Mas em 1817 voltou, desta vez Luís do Rêgo, novamente à carga, agora insistindo severamente no cumprimento daquela ordem.

Reagiram outra vez os Terceiros; e a ira de Luís do Rêgo, de cuja violência e arbitrariedades a história nos tem falado, logo mandou prender e pôr a ferros os irmãos que tinham assinado a resposta de protesto, principalmente o secretário José Ribeiro do Amaral.

Levados depois a palácio, na presença do próprio governador, foram por êle severamente repreendidos e ameaçados de destêrro, caso dificultassem outra vez quaisquer providências do seu govêrno.

Recuaram, então, os Irmãos Terceiros, e Luís do Rêgo manteve a ordem, transformando o quintal da Igreja de Santa Teresa em Cemitério Público. Sòmente em 1826 é que foi definitivamente resolvido aquêle *impasse,* ficando acertado, com ordem Imperial, que não se utilizasse jamais aquêle quintal como cemitério "não só pela pequenez do terreno, como também por ficar na gema da povoação e ser além disto tão úmido que com qualquer pequena chuva fica inteiramente alagado".

Da Igreja de Santa Teresa saía até as últimas décadas do século XIX, uma das procissões mais concorridas e comentadas do tempo: a do Triunfo, com grande pompa e longo acompanhamento, carregando 14 andores com cenas da Paixão de Jesus.

Entre 1854 e 1858 procederam-se a várias reformas no templo, mas a última data de 1929, na gestão do prior Raul Neves Batista, tendo sido o dito templo solenemente reaberto no dia 2 de outubro daquele ano.

IGREJA DE SANTA RITA DE CÁSSIA

"... você vai até a Santa Rita Velha, ou fica em Santa Rita Nova?..."

ANTIGAMENTE a rua de Santa Rita, no bairro de São José, na direção — lado sul — da Praça do Mercado Público, era mais conhecida como *Rua da Praia dos Coqueiros,* já se tendo antes, nas alturas dos fins do século XVII, chamado *Rua do Fagundes,* apelido de um português, muito rico, que ali morava, tendo construído as primeiras casas, "com vários pés de coqueiros em seu redor", vindo desta circunstância, naturalmente, o nome de *Rua da Praia dos Coqueiros.*

No dia 19 de abril de 1726 tinha sido instalada na então capela de N. S. do Têrço uma irmandade sob a proteção de Santa Rita de Cássia, cuja imagem milagrosa existia em um dos altares da referida capela.

E como aspiravam mui lògicamente os irmãos de Santa Rita à construção de uma igreja própria, recorreram ao governador e capitão-general José César de Menezes, também devoto daquela santa, para obterem um terreno com o fim de levantar o templo pretendido.

Conseguiram então, que o abastado colono e sargento-mor da capitania, José Marques do Vale, doasse, por interferência do governador, um vasto terreno de sua propriedade, existente na *Rua da Praia dos Coqueiros.*

E mediante escritura pública, passada no cartório do escrivão Manuel da Filgueira, em Olinda, no dia 12 de abril de 1783, confirmou-se a doação feita pelo sargento-mor e sua mulher, dona Ana Ferreira, que exigiram, porém, que se colocasse igualmente no altar-mor da Igreja a ser construída, as imagens de Nossa Senhora da Conceição e São José, e fôsse

permitido naquele mesmo altar serem enterrados, depois de mortos.

Concordaram os irmãos, e festivamente no dia 17 de dezembro de 1783, sendo então bispo de Olinda Dom Antônio Tomás da Encarnação Costa Lima, foi solenemente lançada a pedra fundamental da igreja de Santa Rita de Cássia, estando presente e tendo sido considerado como fundador e protetor, o governador José César de Menezes, além do sargento-mor Manuel Gomes dos Santos, do capitão-mor Antônio José Souto, do tenente-coronel D. Jorge Eugênio Lócio, o juiz-de-Fora, Dr. Antônio de Sousa Correia, o juiz da Irmandade, capitão Manuel Ferreira Viana, o deão da catedral de Olinda, dr. Manuel de Araújo de Carvalho Gondim, que foi quem deu a bênção, e mais outras pessoas.

O patrimônio da irmandade compunha-se apenas de uma casa térrea situada na rua Nova, no valor de duzentos mil réis, a qual dava um rendimento anual de cento e cinqüenta mil réis, o que foi julgado bom, por sentença do bispado.

Mas em julho do ano seguinte o irmão Antônio Vieira Cardoso e sua mulher, dona Josefa Maria de Sousa, aumentaram aquêle patrimônio, com a doação de outra casa, esta agora localizada em *chãos foreiros da mesma rua da Praia dos Coqueiros*.

Com o auxílio do governador da capitania, as obras prosseguiram rápidas, e no dia 16 de dezembro de 1784 estavam concluídas, verificando-se a bênção solene do templo, ministrada pelo vigário da matriz do Corpo Santo, Fr. João da Cunha Menezes.

Entretanto, a irmandade mantenedora da capela de Nossa Senhora do Têrço, onde funcionara até aquela data a irmandade de Santa Rita de Cássia, enciumada com a proteção que esta ordem estaria recebendo do governador, proibiu a retirada da imagem antiga daquela santa ali existente, e invocada pelos irmãos, a qual iria ser colocada no altar-mor da nova igreja.

Ante essa dificuldade tiveram os irmãos que *trocar* (adquirir) uma nova imagem para levar em procissão solene no dia da abertura do templo ao culto público.

Tal fato não deixou a ironia popular passar despercebido, e até bem pouco tempo eram bem conhecidas dos recifenses aquelas expressões:

"— Você vai até a Santa Rita Velha, ou fica em Santa Rita Nova?..."

Determinando isto, o velho trecho que conhecemos hoje como o largo da Estação Rodoviária, era conhecido até bem pouco como o Cais de Santa Rita Nova, porque por ali foi que passou a procissão com a nova imagem da Santa, saindo ostensivamente da capela do Têrço e seguindo para a nova igreja, que fica naquelas proximidades.

E os irmãos de Santa Rita, gratos ao governador José César de Menezes, tomaram a deliberação oficial de mandar gravar no alto da capela-mor as armas daquele capitão-general, as quais ainda hoje ali estão.

Em maio de 1790 foram bentas e colocadas nos seus altares as imagens de Nossa Senhora da Conceição e S. José, ao lado do altar-mor, conforme exigira o doador do terreno da igreja, e mais as de S. Caetano e do Coração de Jesus, cuidando-se até fins daquele ano da colocação dos púlpitos, do fôrro do teto, pintura e douramento.

A tôrre sòmente em 1831 é que foi terminada, bem como os últimos pormenores das obras da fachada.

Os painéis internos são belos trabalhos do pintor Sebastião Canuto da Silva Tavares, que pintou também alguns dos painéis das igrejas da Madre de Deus e de Santo Antônio.

Entre 1869 e 1870, quando juiz da irmandade o major Jerônimo Emiliano de Miranda Castro, novas reformas foram introduzidas; até que em 1889, quando ocorreu um grande incêndio ali na noite de 17 de outubro, foi o templo despojado das suas imagens, piedosamente recolhidas na igreja de São José de Riba-Mar, fazendo-se então, as últimas modificações e reparos.

O fogo teria destruído quase totalmente a capela-mor, escapando, porém, milagrosamente, sem sequer ter sido chamuscada, a imagem de Santa Rita de Cássia, o que mais aumentou a sua devoção. E os trabalhos ficaram concluídos em agôsto de 1890, quando foi reaberto o templo.

Ùltimamente a igreja tem estado em lastimável abandono, e em 1950 o deputado estadual Pedro Afonso propôs na Assembléia Legislativa de Pernambuco, sem sucesso, aliás, que o Estado socorresse com uma verba de oitenta mil cruzeiros para as obras de proteção e conservação do templo, considerando em suas razões "que é um dever constitucional e patriótico ser defendido um vasto acervo de coisas de arte religiosa, que ali não deve ser deixado no abandono".

IGREJA DO CONVENTO DE SANTO ANTÔNIO

"Do que venho de narrar,
Apesar de ser bolônio,
Pode o padre Santo Antônio
Muito bem corroborar;
O que não é de esperar
Proceda d'outra maneira
Atenta a sua fieira
Sua afeição, valentia,
Pois junto a mim noite e dia
Não desertou da trincheira".

NÃO foi sem grande alegria religiosa que o prelado-mor da custódia da Ordem dos franciscanos no Brasil, Fr. Leonardo de Jesus, recebeu um pedido por escrito dos moradores no povoado do Recife, para ser fundado também naquela localidade um convento da Ordem.

E reunindo a junta em Olinda, logo atendeu no dia 28 de de outubro de 1606 ao pedido, escolhendo para ser o padroeiro do novo convento ao padre Santo Antônio.

Porém havia o problema de um local adequado, e ao encontro disto foi Marcos André, o mais abastado colono do Recife, dono da ilha dos Navios — hoje bairro de Santo Antônio — e que a comprara a um dos filhos e herdeiros de Jerônimo de Albuquerque, falecido em 1548, mandando passar a 14 de dezembro do mesmo ano, pelo tabelião Paulo de Sousa, da vila de Olinda, e na casa do Ouvidor-Geral da Capitania, Dr. Lopo Soares, uma escritura de doação à ordem dos franciscanos de um terreno "de cinqüenta e seis braças de testada, ao longo da praia de norte a sul e de leste a oeste e para trás todo comprimento que tiver a dita terra, dita ilha dos navios, obrigando-se ainda o doador a dar a outorga de sua mulher

Domingas Jorge, quando lhe fôsse pedida e tomando a dita terra em sua têrça, caso lha fôsse negada, a fim de ficar firme e válida a doação". (Êste trecho da rua do Imperador era considerado uma praia, pois a maré até lá avançava, chegando quase às portas do convento).

Mandou o prelador-mor imediatamente para o Recife, a fim de dar início e andamento aos trabalhos do novo recolhimento, os padres Fr. Antônio de S. Boaventura, Fr. Bernardino das Neves, Fr. Gaspar de Santo Antônio e Fr. Manuel de Santo Antônio, ficando todos sob a prelazia do primeiro.

Foi construída logo uma casa modesta para habitação provisória dos frades e anexo um pequeno oratório para os exercícios religiosos.

As obras prosseguiram lentas e sòmente terminaram entre 1612 e 1613, no tempo do novo guardião Fr. Bernardino de S. Tiago. Para os serviços da igreja e a lâmpada do Santíssimo Sacramento, receberam, por mercê de concessão régia, pago pela Alfândega da vila de Olinda, em 29 de abril de 1620: "uma pipa de vinho, duas arrobas de cêra lavrada, um quarto de azeite e outro de farinha de trigo, para as hóstias; quanto a Santo Antônio, padroeiro do convento e da igreja, passaria a receber o sôldo de soldado".

Em 1627, com o aumento da serventia do culto e maior movimento de religiosos ali, andaram os frades querendo ampliar suas instalações, e recorreram, então, aos moradores vizinhos, Manuel Francisco e sua mulher Isabel Gomes, residentes em uma casinha dentro de um terreno de 30 braças de testada, para o lado esquerdo sul e comprado a João Feijó, genro de Antônio Vaz, propondo aos mesmos adquirirem aquelas terras para o aumento do convento.

Concordaram os piedosos vizinhos, e a escritura foi passada, ainda pelo Tabelião Paulo de Sousa, da vila de Olinda, e na casa de Antônio Mendes de Azevedo, perante as testemunhas de lei.

Deram os religiosos aos vendedores, como pagamento da transação, um negro pescador, de nome Antônio, sua companheira, de nome Margarida e mais uma criança de ambos, tudo avaliado em noventa mil reis, o que foi julgado bom.

São êsses os fundamentos históricos do convento e da Igreja de Santo Antônio, dos frades franciscanos do Recife, antes de se verificar na capitania, de 1630 até 1654, a invasão e o domínio dos holandeses.

Quando isto ocorreu era guardião o Fr. Luís da Anunciação, que abandonou o convento com os demais frades, recolhendo-se no Arraial do Bom Jesus.

Ocuparam os flamengos as terras da ilha dos Navios e, onde estavam o convento e sua igreja, levantaram uma praça de guerra defensiva, com o título de Forte Ernesto, nome que os locais xingavam e, de propósito, em sinal de protesto e também veneração ao seu santo, passaram a chamá-lo de Forte de Santo Antônio, mas que na verdade nada mais era que uma série de trincheiras, ou pequenas fortificações, em forma circular.

Segundo o pesquisador de notícias religiosas, Fernando Pio, tornou-se tão sensível o entrelaçamento entre a igreja, o convento de Santo Antônio e o forte Ernesto, que éste chegou a chamar-se algumas vêzes *Fortaleza T'cloostèr* (Fortaleza do Convento), conforme se pode verificar no velho "*Caerte van de Haven van Fernambocque mit der Stad Maufitia-Dorf Reciffe* 1639", por J. Venigbooun.

Quando foram expulsos os holandeses, e Pernambuco voltou à sua vida normal, retornaram os frades, dirigidos pelo Fr. Damião de São Francisco e pelo padre Custódio, ao seu antigo convento e Igreja, àquela altura bastante estragados e maltratados, tratando de repará-los e recuperar o tempo perdido.

E contam notícias coevas, anotadas pelo Fr. Bonifácio Muller, cronista oficial da Província Franciscana de Santo Antônio, que o mestre-de-campo André Vidal de Negreiros, a quem tinha sido entregue, no dia 27 de janeiro de 1654, logo após a assinatura da capitulação dos holandeses, a ocupação da cidade Maurícia, "... foi entrando na fôrça de Santônio que o inimigo fabricou no convento dos capuchos, ficando êle no meio para alojamento sacrílego dos soldados herejes, e na Capela-Mor da igreja um armazém de pólvora, tudo estando arrombado e ofendido".

Em 1685 os franciscanos já estavam outra vez firmados na povoação, observando-se nesse ano que o governador da capitania, João da Cunha Souto Maior, baixara uma *ordem de ação* a Santo Antônio do Recife, para que fôsse tomar parte na guerra dos Palmares, visto que êle recebia o sôldo de soldado. E o santo — em imagem, naturalmente — seguiu na companhia do Fr. André da Anunciação, que era o capelão das fôrças expedicionárias, rumo ao campo de batalha, e de lá sò-

mente regressando "depois da completa destruição da república Palmarina".

E tão arraigada era a crença da presença do santo, como figura militar atuante na capitania, que em versos populares se invocava às vêzes o seu testemunho:

"Ao Conselho Ultramarino
Que tão justiceiro é,
Zebedeu praça de pé
Filho de Brás Vitorino,
Bem môço, quase menino,
Para Palmares marchou
Pelo que lá se estrepou
Sendo um dos desgraçados,
Que voltaram aleijados
E por fim nada ganhou.

Do que venho de narrar,
Apesar de ser bolônio,
Pode o padre Santo Antônio
Muito bem corroborar;
O que não é de esperar
Proceda d'outra maneira,
Atenta a sua fieira
Sua afeição, valentia,
Pois junto a mim noite e dia
Não desertou da trincheira".

E a respeito daquela posição militar do Santo Fr. Gomes Teixeira, em interessante livro "Santo Antônio de Lisboa", escreve: "Apesar de ser sacerdote, não o fizeram capelão do regimento, mas sim, oficial combatente, porque o Capelão vai na guerra atrás dos batalhões, a cuidar dos feridos e dos mortos, e a imaginação dos soldados queria ver à frente e conduzí-los, como chefe inspirado, o Santo de sua terra".

Depois no Recife o Santo passou a ocupar o lugar de soldado no antigo forte do Buraco, passando a receber 13$440 por ano. A 13 de setembro de 1716 o governador D. Lourenço de Almeida, de Pernambuco, promoveu-o ao pôsto de tenente, agora com um sôldo de 32$400 anual; decisão que foi

confirmada por D. João V em abril do ano seguinte. Êstes soldos eram religiosamente pagos aos frades franciscanos, mas findaram desaparecendo na curva do tempo, dêles no Recife só se conhecendo as últimas notícias até 1831.

A igreja e o convento de Santo Antônio que hoje conhecemos não são na sua totalidade os mesmos daqueles dos fins do século XVII e princípios do seguinte. Do período que vai de 1760 até 1763, o Frei Jaboatão, em seu *Orbe Seráfico* informa que êles "logravam uma singularidade, de permanecer ainda agora no mesmo ser em que foi traçado em o seu princípio", quer dizer ainda aquela disposição arquitetônica ideada pelos padres fundadores. Ainda, segundo Jaboatão, os serviços de pedreiro, que deram aquela antiga feição aos edifícios, eram obras do mestre Manuel Gonçalves Olinda, "que também assistiu as obras do Convento de Ipojuca".

Mas a fachada atual é bem diferente daquela que o cronista do "Orbe Seráfico" e as gravuras de Claes Jansz (1630) e Post (1644) nos dão notícias. Ela hoje é de feição típicamente barroca, com volutas e conchas.

Todavia, faltam informações mais precisas que melhor orientem um trabalho capaz de fixar a época certa e bem assim pormenores de reformas; e o próprio cronista Fr. Bonifácio Mueller, em completo e recente trabalho, nada pôde descobrir e oferecer de concreto sôbre êsse particular.

A fachada do templo apresenta uma entrada imponente com cinco pórticos: três que sustentam o frontispício, outro do lado sul, onde se encontra o nicho de Santo Antônio, e o quinto ao norte, que dá passagem para a Portaria do convento.

Entretanto, tomando-se por base as datas encontradas pelo historiador Alfredo do Vale Cabral em um dos dois leões de barro que existem no adro da igreja, ali colocados simbòlicamente como "guardas e defensores do edifício", as reformas talvez tenham sido concluídas entre 1773 e 1775; e a data de 1770 hoja gravada no frontispício dá uma idéia final de que entre aquêle período que vai de 1770 até 1775 é que deve ter o edifício tomado aquela feição arquitetônica que ainda hoje conhecemos.

Dela diz Germain Bazin: "A fachada dispõe-se segundo um tipo constante que permanece igual durante mais de um século. Uma única tôrre colocada um pouco atrás, contraria sutilmente o efeito piramidal do todo e torce a composição por

um desvio em diagonal, da qual resulta um ritmo nìtidamente barroco".

Sôbre os leões de pedra, declara Bazin, que a influência oriental vem ainda reforçar a tendência barroca em Pernambuco, pois quase iguais aos dois leões de Fô, existentes nas duas extremidades do pátio de São Francisco, em João Pessoa, são aquêles dois que encontramos no pátio da igreja do convento de Santo Antônio do Recife, sòmente que êstes estão cozidos e deitados. E declara enfàticamente aquêle técnico em arte sacra: "Sem dúvida foram êles imitados de qualquer cerâmica chinesa, trazida por missionários franciscanos".

Esclarece-se com tudo isto que substancialmente o que se tem verificado nesse templo, do século XVIII para cá, são apenas serviços de conservação e pequenos reparos, tendo-se mantido, pois, aquela mesma feição barroca setecentista.

Importância e beleza que impressionaram sobremaneira, em fins daquele século, um súdito inglês que estêve no Brasil, capitão Charles Johnson, cujas memórias de viagem, cercadas de um certo mistério, apareceram em Londres como sendo "uma história de piratas", e que a certa altura do seu interessante trabalho destacou a importância da igreja dos franciscanos no Recife, sôbre as outras, dizendo: "Há na cidade três mosteiros e seis igrejas muito pobres, exceto uma do convento dedicado a Santo Antônio, a qual é revestida de preciosas pinturas e dourados".

O interior do templo é realmente de uma beleza impressionante, destacando-se, por exemplo, os belos azulejos que representam cenas da vida de Santo Antônio, e que ornam paredes. Segundo o Frei Bonifácio Mueller, êsses azulejos devem ter sido importados de Portugal entre 1720 e 1750, notando-se nêles a uniformidade das molduras, que apresentam invariàvelmente as figuras de seis anjinhos e mais três cabecinhas no alto do centro. Apenas dois diferem um pouco, apresentando sòmente as figuras de dois anjinhos.

O seu altar-mor é digno de contemplado, tendo ao centro uma bela imagem do Sagrado Coração de Jesus, e ladeando-a as imagens de Santo Antônio, do lado do Evangelho e São Domingos na epístola. Esta posição é a mesma desde a fundação. Apenas a imagem do Sagrado Coração de Jesus substituiu um antigo trono do Santíssimo Sacramento.

Os outros dois altares são invocados, um por Nossa Senhora da Imaculada Conceição, do lado esquerdo, e outro por São Francisco de Assis, no lado contrário. Estes dois altares

foram contratados em 1854 ao mestre entalhador Joaquim Hilário da Assunção.

As pinturas do teto são finíssimos trabalhos do século XIX, obras do pintor Sebastião Canuto da Silva Tavares, que também pintou nas igrejas de Madre de Deus e Santa Rita.

Os trabalhos de marcenaria, sobressaindo-se o elegante púlpito e as belas incrustações entalhadas em madeiras raras, sempre admiradas e comentadas, são clássicos traços técnicos de origem francesa, do seu autor, o mestre-marceneiro Francisco Manuel Beranguer, célebre artista francês que durante muitos anos residiu no Recife, e tinha a sua oficina na rua das Florentinas, bem nos fundos do Convento de Santo Antônio.

Os trabalhos duraram cêrca de três anos, tendo sido iniciados em 1850, depois de um orçamento aprovado de ..... 5:120$000. É de se admitir que no término dos trabalhos se tenha gasto muito mais do que isto.

Mas a maior beleza da igreja reside na sua *Capela Dourada,* ao lado esquerdo da nave, em posição mesmo de profundidade.

A Ordem Terceira de São Francisco do Recife foi canônicamente instalada a 12 de junho de 1695, e tem hoje a sua igreja própria, sob a invocação de S. Francisco das Chagas, levantada em terreno próximo, e da qual nos ocuparemos em capítulo separado.

Antes, porém, de levantarem o seu templo próprio, com um recolhimento para velhice e um hospital anexos, quiseram os irmãos Terceiros erigir logo na própria igreja do Convento uma capela especial e condigna para os exercícios do culto de sua irmandade.

Atenderam os frades aos desejos dos irmãos e cederam "tôda a terra necessária, dentro dos muros do convento, abrindo-se para isso um grande arco dentro da igreja, com a única condição de darem ao convento a esmola ou alcatifa de dois mil réis de cada entêrro dos irmãos, que ocupasse uma cova na capela ou na casa dos exercícios", como rezam as crônicas.

E a 13 de janeiro de 1696 foi lançada solenemente a primeira pedra da capela, presentes entre outros o governador da capitania, Caetano de Melo e Castro, o padre-provincial Frei Jácomo da Purificação, o irmão-ministro da Ordem Padre Antônio Álvares Pinto.

Conta-se que fizeram os Terceiros um contrato com o mestre-carpinteiro, natural de Pernambuco, Antônio M. Santiago, para os serviços de lavramento e colocação da entalha da Capela, isto aos 26 dias de março de 1698, ficando todo o serviço pronto dentro de um ano, e custado 220 mil réis. Quanto à pintura e douração vem até 1700 e o fôrro de 1702, não se sabendo quais os artistas. Os azulejos vieram, especialmente encomendados, de Portugal, e uma bela grade de jacarandá trabalhado, que separa a capela da Igreja, é obra do Frei Luís Machado.

As obras foram prosseguindo aos poucos e concluídas em 1724, nenhuma alteração sofrendo mais até os nossos dias, sòmente se verificando periódicos serviços de conservação, com ligeiros retoques e alguns reparos.

Essa capela conhecida hoje no Brasil inteiro pelo nome de *Capela Dourada,* tem se constituído em ponto de atração turística, interessando sobretudo artistas, que já se transportaram até de outras nações, atraídos pela fama do belo trabalho artístico. O professor Robert Smith, por exemplo, professor de arte da Universidade da Pensylvania, chegou a dedicar a ela um estudo especial, que publicou nos Estados Unidos, intitulado "*The golden chapel of Recife*". E outros mestres de arte do Brasil e de Portugal têm feito igualmente demorados estudos e comentários.

A última reforma mais importante que se verificou na igreja do Convento de Santo Antônio do Recife, digna de referência, não foi precisamente no templo, mas no seu pátio externo, que veio modificar um pouco a sua presença:

Como se sabe, o convento e sua capela, no século XVII tinham sido levantadas na beira da praia, e as águas da maré avançavam em tôda a extensão do atual cais Martins de Barros e meio da rua do Imperador. Com os aterros foram aos poucos surgindo os terrenos mais sólidos, recuando-se as águas, e, como conseqüência, no século XIX o alteroso cruzeiro de Pedra, que ainda hoje se vê em frente à igreja, dentro do adro, teria ficado no lado oposto da atual rua do Imperador, ladeado como era de pequenas cruzes, chamadas da via-sacra.

Mas em 1840 foi removido para o local em que hoje ainda está para dar lugar à construção de prédios naquele lado da rua em que se achava, desde a criação do convento e da igreja. Quanto às menores, da via-sacra, foram guardadas nos quintais da Ordem Terceira.

Sôbre aquela remoção, conta-se um incidente pitoresco: Os frades ter-se-iam recusado a retirar o cruzeiro do local em que estava, não obstante os pedidos e a boa vontade do dono dos prédios que iam ser construídos, o senhor Antônio da Cunha Guimarães. E por isto foram mobilizados operários para pôr abaixo as cruzes. Ciente, tôda a comunidade franciscana da província se reuniu em sinal de protesto, na frente do convento. E quando os trabalhadores chegaram, os frades, com as cabeças encapuçadas, vieram postar-se juntos, enquanto o Frei José de São Jacinto, pregador imperial e capelão militar, gritava em altas vozes: — "ímpios, vêm destruir o símbolo da nossa Redenção; Deus há de castigá-los!"

Desnecessário será dizer-se que os operários recuaram, e o sr. Antônio Guimarães, ao invés de derrubar o cruzeiro, teve de retirá-lo perfeito e plantá-lo no local onde ainda hoje está.

Na vida política e cultural de Pernambuco, os franciscanos do Convento de Santo Antônio sempre tiveram uma atuação de relêvo. Como, porém, os nossos estudos se têm limitado aos movimentos que dizem respeito diretamente à vida das Igrejas do Recife, ou dos seus subúrbios, sòmente focalizando fatos alheios a êsse desiderato quando, de qualquer maneira, mesmo indiretamente há correlação entre êles e a existência dos templos, abstemo-nos de tratar com minudências de fatos outros relacionados com os franciscanos do Recife.

A sua igreja de Santo Antônio, na rua do Imperador, em profundidade histórica na cidade, o que tem de saliente, e vale por quaisquer outros acontecimentos, é o fato específico de ser tão importante que deu até nome e vida ao bairro, que em seu redor se desdobrou e aumentou.

As especiais referências e intenções da invasão holandesa, ao tempo do príncipe Maurício de Nassau, de criar ali e impor històricamente a cidade Maurícia, foram detidas pela projeção e fôrça populista de Santo Antônio.

E quando se esperava, em séculos passados, com a fôrça do progresso impôsto ali pelo príncipe holandês, que ao menos em sua memória ficasse o título de bairro Maurício, eis que o santo dos Franciscanos se impôs, tomou vulto, atendeu ao sentimentalismo popular, e à sombra da antiga igrejinha e depois suntuoso templo, cresceu a área urbana que tomou o nome de bairro de Santo Antônio.

IGREJA DE SÃO FRANCISCO DAS CHAGAS, DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DO RECIFE

"Atrás um negro, um cego, um mameluco;
Um lote de rapazes gritadores:
Eis aí a Procissão de Cinza em Pernambuco!"

A Ordem Terceira de São Francisco do Recife foi canônicamente instalada a 12 de junho de 1695, e tem hoje a sua igreja própria sob a invocação de São Francisco das Chagas, substituindo nos atos religiosos a solene capela-mor, que os Terceiros tinham mandado inicialmente construir ao lado esquerdo da igreja do Convento de Santo Antônio, com entrada mesmo por dentro dêsse templo.

Desejavam, porém, os Irmãos Terceiros ter uma igreja sua, com a frente voltada para a rua, dentro de uma orientação mais moderna, o que era difícil de obter-se com a conservação da sua *Capela Dourada,* dentro da igreja do Convento.

Dêste modo abdicaram da preferência sôbre aquêle rico santuário, e a 18 de novembro de 1801 obtiveram a devida licença do bispado e permissão dos franciscanos, dando logo início às obras de construção. Tinham feito uma permuta e trocado a antiga capela-mor pelo velho edifício da capela dos noviços, que botaram abaixo, para em seu lugar levantar o novo templo.

Não ocupa a igreja dos Terceiros de São Francisco uma grande área, estando situada um pouco antes, e do mesmo lado, do convento de Santo Antônio, na rua do Imperador. Mas é belamente dourada, além de apresentar uma agradável perspectiva externa, dentro de traços considerados mesmo de algum cunho artístico.

A fachada, por exemplo, é de pedra de cantaria, dentro de um insinuante traço arquitetônico, e foi adquirida à irmandade mantenedora da antiga (hoje desaparecida) matriz do Corpo Santo, no bairro do Recife, que a importara de Lisboa para os serviços de reforma do seu templo.

Faltando meios à Irmandade do Santíssimo Sacramento para levar a efeito aquela reforma, vendeu o material importado aos Terceiros, pela importância de dois contos de réis.

As obras da construção da igreja de S. Francisco das Chagas começaram em 1804, e por motivos que não conseguimos precisar, os trabalhos foram interrompidos durante muitos anos, só recomeçando em 1814 e isto mesmo lentamente. De modo que o templo sòmente ficou concluído em 1828, quando, a 16 de setembro, se verificou a bênção solene do edifício, levada a efeito pelo Fr. Manuel de São Filipe.

Segundo Pereira da Costa, a despesa de construção dêsse templo teria andado pela casa de 32:869$073.

A igreja é internamente também de agradável aspecto, com uma perspectiva até relativamente alegre, de certo primor artístico nas talhas, torneamento e douramento.

A notícia histórica mais importante que ocorre dêsse templo é ter servido até 1864 de sede para a saída da célebre e histórica Procissão de Cinzas, que durante século e meio foi aparatosamente praticada no Recife, conseguindo, principalmente naqueles últimos anos, movimentar grandes multidões, que se concentravam nas ruas para contemplá-la.

Era o mais bizarro espalhafatoso préstito religioso — profano de que se tem notícia na própria história do Brasil, sôbre êle falando até escritores estrangeiros que para aqui se transportaram em meados do século passado, atraídos pela sua fama. Por exemplo, Tavares Mendes, de Portugal, em 1859, assim se expressou a seu respeito: "Pelo seu bizarrismo e pelo vulto do seu acompanhamento, fazemos uma idéia da profundidade supersticiosa dêste povo e infantilidade com que trata assuntos tão sérios". Havia uma também em Olinda, porém de modestas proporções.

O célebre poeta satírico de muita fama na história da literatura em Pernambuco, Gregório de Matos Guerra, dedicou

êste soneto-sátira àquela cerimônia profano-religiosa e grotesca do século passado:

"Um negro magro em sofolié justo,
De jóias azorragues dois pendentes;
Bárbaro Peres e outros penitentes;
De vermelho um mulato, mais robusto.

Com asas seis anjinhos, sem mais custo;
Uns meninos fradinhos inocentes;
Dez ou doze bichotes, muitas gentes;
Vinte ou trinta canelas de ombro onusto.

Debita reventia, seis andores;
Um pendão de algodão, tinto em tejuco;
Em parelha dez pares de menores;

Atrás um negro, um cego, um mameluco;
Um lote de rapazes gritadores:
Eis aí a Procissão de Cinza em Pernambuco!"

A Ordem Terceira de São Francisco, que resolvera praticar aquela cerimônia profano-religiosa sob sua inteira responsabilidade, mandara buscar, em Portugal, já em 1708, as imagens necessárias para a organização do préstito, que movimentava nada menos que 18 andores e cêrca de 30 figuras fantasiadas.

A êsse préstito, solene e aparatoso, misto de religioso e carnavalesco, principalmente porque a sua saída era na quarta-feira de cinzas, acompanhavam o clero regular e secular, todos os irmãos do Carmo e S. Francisco, devidamente paramentados, irmandades, confrarias da cidade, de cruz alçada e seus capelães, autoridades civis e militares, além de uma guarda de honra, composta de fôrças armadas.

F. P. do Amaral, em suas magníficas "Escavações", oferece-nos esta crônica completa sôbre um flagrante dos habitantes do Recife, por ocasião daquele desfile:

"Desde as toalhas, cobertas e lençóis pela cabeça, chales e cabeção de *cacundê;* vestidos de *apertar barriga,* de fazendas extravagantes: saias de rêda com o imprescindível *sutuê,* espécie de balandrau, sem capuz, quase sempre de pano fino côr de rapé ou verde-escuro, com uma grande gola de veludo

que ia ter quase ao meio das costas, assim à laia de murça, traje de que usavam as senhoras idosas; e lenços brancos pela cabeça, de que usava também um grande número; pentes de chifre ou de tartaruga, que tinham diversas denominações, como fôssem: telhas, gomos, tapamassa e resplandores, alguns de palmo de altura e muitos dos quais eram cravejados de pedras falsas; descomunais leques da China, com suas figuras de seda estufada e caras de marfim; correntes de S. Bento, cheias de curiosos penduricalhos, que em cambadas continham curiosíssimos objetos, extravagantemente combinados, como um S. Brás dependurado no mesmo elo em que se via um cachorro, uma grelha, um abano, uma viola; em outro, um cupido junto a um chapéu de três bicos, uma lua, um pilão e uma palmatória, e assim por diante; fivelas de ouro, prata e de cobre dourado, quase tôdas embutidas de pedras falsas, algumas das quais, as maiores, eram destinadas aos cintos, outras, porém, as menores, às ligas e prêsas às canelas por longas fitas que, cruzando e recruzando-se, iam ter aos joelhos das senhoras; tais eram em substância os trajes e adornos que então se usavam.

"Se entre o povo mulheril se notavam semelhantes originalidades, entre os homens, quanto aos usos, eram igualmente extravagantes, pois consistiam em calças de ganga, por dentro das botas, colêtes da mesma fazenda ou brancas, com botões de ouro, dos bolsos dos quais pendiam esquisitas cadeias só iguais aos relógios que se usavam e que tinham capa, sobre-capa e... mais capa.

"Ao passo que uns conduziam os formosos fardos a pé para as casas dos amigos, em cujas ruas tinha de passar a procissão de Cinza, outros iam em bonitos palanquins ou cadeirinhas, em cujo bojo, repotreadas, viam-se as senhoras do alto funcionário público, do negociante dinheiroso, carregadas por africanos boçais e que se dirigiam ao mesmo fim: *Ver a procissão*".

Pereira da Costa diz ter lido a seguinte descrição do préstito, em um antigo livro de Tombo da própria Ordem Terceira de São Francisco:

"Entre a cruz da penitência e a da comunidade, ladeada de círios, viam-se diversos anjos representando o juízo final, a justiça divina, o paraíso, a penitência, a memória da morte e a confissão, contrição, satisfação, oração, pureza, obediência e desprêzo do mundo; as figuras da morte, do Inferno, de Adão e Eva, indo esta fiando em uma roca e aquêle com uma

enxada ao ombro, da morte e da Fé, Esperança e Caridade; os símbolos das árvores da penitência e do paraíso; e enfim, um grupo representando os doze mártires do Japão, a que o povo chamava de *Santos Inocentes*, com a figura do tirano, e três anjos, sendo um dêles o defensor, armado de uma lança.

"Depois, dispostos em ordem, viam-se os seguintes andores: de N. S. da Conceição; Cristo com a cruz às costas; S. Francisco também com a cruz às costas; do pontífice Honório III, entregando a S. Francisco, ajoelhado aos seus pés, a bula da confirmação da religião por êle instituída, seguindo-se a êste andor uma figura alegórica da Ordem Terceira, S. Lúcio e Santa Bona, *os bens casados*, levando a santa um queijo na mão direita e o santo uma faca, *para partirem no céu o queijo da castidade;* S. Vibaldo, o *santo do pau-ôco;* Santa Ângela de Fulgino; Santa Isabel, rainha de Ungria; S. Luís, rei de França (Luís IX); Santa Margarida de Cortona; S. Roque; Santa Isabel, rainha de Portugal; S. Ivo Doutor; Cristo dando a S. Francisco três moedas de ouro; S. Francisco recebendo as cinco chagas de Cristo crucificado; e S. Francisco morto. Do centro dos ornatos da parte da frente de todos êstes andores, saíam doze cordões, cujas borlas eram tiradas por anjos. O andor de S. Luís, rei da França, de vulto natural, vinha de 1835, cuja imagem, de um belo trabalho artístico, foi feito pelo habilíssimo escultor Manuel da Silva Amorim.

"Após os referidos andores seguiam-se seis figuras paramentadas, com vestimentas próprias, conduzindo turíbulos, navetas e lanternas de prata, e em seguida o pálio, ladeado por oito lanternas em hastes, também de prata, como igualmente eram as varas do pálio".

Mas à frente do cortejo apareciam algumas figuras semicarnavalescas, que naturalmente não constavam das anotações daquele Livro de Tombo. Logo de saída aparecia uma figura chamada de *Papa-angu*, sem expressão històrica, religiosa ou simbólica, puro tipo de palhaçada, e que recebeu aquêle apelido por batismo popular: uma figura grotesca, ridícula, sempre pulando, vestida com uma túnica de pano creme-escuro e a cabeça e o rosto coberto por um capuz de pano branco, com dois orifícios para os olhos e um para a boca. Era armada de um chicote, que metia por cima da gentalha, do molecório, que lhe atirava petecas, entre vozerio e pagode.

Tão grande era a atenção da cidade para com a procissão de Cinza, que até avisos da edilidade eram baixados a tal respeito:

"O fiscal da freguesia do Recife intima aos moradores das ruas, por onde passa a *procissão das Cinzas,* para que limpem as testadas de suas casas, e varram as ruas, sob pena de multa. Que não se chame de ignorância".

Essa procissão, única notícia histórica importante, de realce, como anotamos anteriormente, da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, sòmente saiu no Recife até o ano de 1864, quando foi suspensa, naturalmente porque já se vinha notando a sua impropriedade nas cerimônias religiosas da então província.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DOS PRAZERES

"O mestre-de-campo General do Estado do Brasil, Francisco Barreto, mandou edificar à sua custa esta capela à Virgem Senhora Nossa dos Prazeres, com cujo favor alcançou neste lugar as duas vitórias memoráveis contra o inimigo holandês".

NO dia 3 de novembro de 1656 o mestre-de-campo general Francisco Barreto, em solene cerimônia, e como consta mesmo da carta de doação, fêz entrega aos monges beneditinos de Olinda, de uma singela capelinha erguida em louvor a N. Sa. dos Prazeres e localizada no próprio campo de batalha, onde em 1643 as tropas pernambucanas da restauração tinham fragorosamente derrotado os invasores holandeses.

Era o cumprimento de uma promessa que fizera à Santa milagrosa aquêle piedoso e bravo soldado, que conduzira as fôrças libertadoras de Pernambuco até à vitória final de 1654.

Dois anos tinham passado, e ali estava a positivação do seu fervor religioso, consubstanciado naquele santuário erguido às suas próprias custas, para que nêle "se rezasse todos os dias uma missa pelas almas dos soldados que morreram nas batalhas dos outeiros dos Guararapes, em serviço de Deus e de Sua Majestade, e recuperaram esta praça e capitanias".

E com justo orgulho, satisfação e até uma certa jactância, fêz colocar no pequeno adro, então existente, uma lápide, em fina gravação seiscentista:

"O mestre de campo general do Estado do Brasil, Francisco Barreto, mandou em ação de graças edificar à sua custa esta capela à Virgem Senhora Nossa dos Prazeres, com cujo favor alcançou neste lugar as duas memoraveis vitórias con-

tra o inimigo holandês, a primeira em 16 de abril de 1648, em domingo de pascoela, vespera da dita Senhora e a segunda em 18 de fevereiro de 1649 em huma sexta-feira, e ultimamente, em 27 de janeiro de 1654 ganhou o Recife e todas as mais praças que o inimigo possuia ha 24 anos".

E recomendou o velho cabo-de-guerra português aos monges de São Bento, que a capela deveria ser melhorada, "se poder ser, para que vá em crescimento e serviço de Deus". Não féz entrega do templo de gratidão à Virgem dos Prazeres desprovido de meios para a continuidade dos serviços religiosos e da solenidade do aspecto arquitetônico e ornamental do templo. Não. A sua gratidão a Santa, que lhe valera nas horas de aflição, desespêro e dúvida, foi ilimitada. Dos seus próprios recursos fêz verter quase tudo que possuía para dar àquela invocação a Nossa Senhora o cunho mais imponente e objetivo possível, em relação ao meio e à profundidade religiosa do tempo.

A capela estava assim descrita no documento original de doação aos beneditinos:

"... estava feita e acabada de pedra e cal, com trinta e seis palmos de comprido e vinte quatro de largo, e de abóboda de tijolo para com um copiar fora da dita capela de vinte palmos de comprido, com a mesma largura; assentada sôbre duas colunas de pedra, é toda a capela e copiar ladrilhado de tijolo. Outro se lhe dá a dita capela provida de um lampadário de prata, que pesa quinze marcos e meia onça, que importa em cincoenta e cinco mil e oitocentos e quarenta réis; Dois castiçais grandes que pesam cincoenta e sete onças, que importa em dinheiro em vinte e sete mil quinhentos e vinte réis; uma salva com suas galhetas, que pesam vinte e seis onças e seis oitavos, que soma em dinheiro treze mil e quinhentos e quarenta réis, tudo avaliado pelo juiz de oficio e aferidor de pesos de Olinda, ourives Manoel Lopes, conforme consta da certidão de 28 de novembro".

De 1676 a 1680 os religiosos procuraram dar andamento ao desejo do doador da capela e iniciaram uma remodelação e aumento do edifício, tendo os serviços respectivos, segundo informações de relatórios dos irmãos beneditinos, abrangido apenas uma nave nova "de três janelas de cada lado, e de dois altares laterais, colocados em dois nichos no frontispício, ficando a ermida primitiva transformada em uma capela-mor, cedendo a antiga porta com o seu alpendre, a cornija de fa-

Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres

chada com o seu frontão no novo e atual arco-cruzeiro; uma pequena sacristia no fundo da ermida, transformada em capela-mor, completou as obras de 1676 a 1680".

E acrescente-se que, para completo e ornamento destas reformas, todo o interior da nova igreja foi revestido de preciosos azulejos, embora o piso continuasse de tijolos e até ladrilhos de barro cozido, por faltarem meios à ordem para empregar a luxuosa pedra de lioz, ao tempo chamada de marmore de Lisboa.

Desta reforma foi que surgiu a construção dos dois altares: o do Senhor Bom Jesus, no lado do Evangelho, e o da Senhora Santana, ao lado da Epístola.

De 1736 a 1748 dirigiu o santuário de Nossa Senhora dos Prazeres o Frei Pedro de Jesus Maria, que ali faleceu no dia 5 de maio dêsse último ano. Contam crônicas que êle renovou todo o madeiramento da capela-mor da igreja, estendendo mais a sacristia e lhe assentou os caixões e o altar principal que hoje existe e os quadros-painéis grandes e os outros pequenos. A imagem de Santa Ana, com o seu resplendor de prata e a coroa das Senhoras, foram obras do seu tempo. Os grandes painéis representando o *nascimento de Jesus, a circuncisão, a adoração dos reis magos e a natividade de Nossa Senhora,* admitem alguns pesquisadores beneditinos que tenham sido pintados pelo monge frei Estêvão do Loreto Joassar, pintor francês de muita fama, e que estêve no mosteiro de Olinda no período de 1742 a 1745, ano êste em que faleceu.

Em 1755 o arquiteto frei Macário de São João levantou uma planta para proceder a uma nova reforma, e chegou-se mesmo a iniciar as obras da fachada da igreja, "com seus três arcos de pórtico e as bases das duas tôrres laterais". Mas acontecendo em 1759 a perseguição do marquês do Pombal aos religiosos da Companhia de Jesus, paralizando também tôdas as atividades dos frades beneditinos, sòmente em 1782 é que vieram novamente movimentar-se estas reformas, que se constituíram quase como as últimas e definitivas.

Desta vez o esfôrço coube ao engenheiro Francisco Nunes Soares, que dirigiu as próprias obras, empregando a mesma técnica que anteriormente já usara na construção da Igreja de S. Bento, em Olinda, na capela da Jaqueira, no Recife, e na Igreja de N. S. do Livramento, de Igarassu, a qual consistia de harmoniosos desenhos por cima de arcos e socos de caráter post-renascentista.

O mestre pedreiro Inácio Pereira, o oficial carpina João Borges e o destro-oficial-canteiro José Luís foram, sob sua orientação, os principais artífices desta obra definitiva. O último, por exemplo, com apenas uns poucos serventes, durante quase dez anos a fio lavrou tôda a pedra que ainda hoje existe na fachada, compreendendo a placa comemorativa, datada de 1782, a cantaria dos cunhais, a moldura das janelas, a tarja do frontão, os balaústres das sacadas, os coruchéus das tôrres. De Portugal, sòmente vieram, para compor a fachada, no mês de agôsto de 1790, "13.358 azulejos brancos. acondicionados em 46 caixões, tudo custando duzentos mil réis".

Em 1801 foi colocada no fundo da nave da Igreja uma cópia do grande painel histórico, que representa aspectos da batalha dos Guararapes, e, em 1874, Vitor Meireles, o grande pintor patrício, ali estêve durante meses a fio inspirando-se para pintar muitos dos seus quadros.

Eis uma síntese da vida dêste belo, histórico e sentimental templo religioso de Nossa Senhora dos Prazeres.

Um templo que recorda a época da invasão holandesa e a luta da restauração pernambucana, com seus generais, soldados e oficiais, que antes das batalhas e das reuniões, antes de partir para as lutas sangrentas, rezavam o seu têrço, oravam à Virgem Santíssima e aos santos da sua preferência, tomavam a comunhão, recebiam a bênção do confessor e saíam para o campo da luta com os olhos fitos no céu, a rezar contritamente: "Ave Maria, cheia de Graça..."

SUBÚRBIOS HISTÓRICOS

... Subúrbios do Recife: velhos, históricos, evocativos, cheios de sombras e recordações. Falando à nossa alma, lembrando um passado viril dos seus coevos habitantes. Tradicionais zonas canavieiras. Desaparecidos feudos açucareiros, com seus velhos senhores de engenho, suas Casas-grandes, Sinhazinhas, senzalas, lamentos de negros nos troncos, fugas de escravos, José Mariano e dona Olegarinha... Soldados holandeses ferozes, herejes, assaltando, matando, pilhando, violentando mulheres: As heroinas da Casa-Forte. O bravo e corajoso velhinho Gaspar Mendonça, impetuoso, indomável, comandando guerrilheiros nas lutas contra os flamengos.

Velhos subúrbios das tradicionais festas populares. Tratos antigos de doações, sesmarias a colonos de boa estirpe e onde foi forjada a têmpera dos nossos heróis e traçadas as linhas mestras de nossa historiografia. Por cada rua que se passa, em cada praça aonde se pára há sempre um sentimento evocativo, e instintivamente sentimos orgulho do velho Recife quatrocentão: Desajeitada e fedorenta aldeia de pescadores, com suas primeiras casas plantadas com suas pernas de pau dentro das marés... Velho burgo que hoje, porém, é todo progresso e dinamismo.

MONTEIRO

"Uns procuram com dinheiro
A festa que lhes convém;
Mas o certo, quem o tem
Só passa bem no Monteiro".

O hoje triste e esquecido subúrbio do Monteiro, às portas de Dois Irmãos, tem uma pitoresca história.

Ali existiu um dos mais importantes morgados canavieiros de Pernambuco, o velho engenho de S. Pantaleão, da era quinhentista, depois mudado, com a sucessão dos seus proprietários, para S. Pantaleão do Monteiro, com sua casa-grande, hoje desaparecida e que se erguia senhorial no mesmo local onde está construído o Grupo Escolar Silva Jardim, a casa de moer, ou a fábrica de açúcar, como chamavam, quase que beirando o rio Capibaribe.

As terras do Monteiro remontam à doação feita em data ignota, porém nos princípios do século XVI, ao colono Manuel Vaz. A primeira notícia mais concreta dessas terras é datada de 5 de dezembro de 1577, quando aquêle colono e sua espôsa, dona Maria Rodrigues, venderam o partido das terras a Jorge Camelo e sua mulher, dona Isabel Cardoso, mediante o pagamento de "vinte mil arrôbas de açúcar branco em dez anos, à razão de duas mil arrôbas por ano", e fazendo ainda parte da venda mais "quarenta peças de escravos machos e fêmeas, sendo quinze da Guiné e vinte e cinco da terra, em que entrarão meia duzia de oficiais de engenho", tudo isto conforme o documento antigo de escritura, passado na vila de Olinda, naquela data.

Conta-se que êsse Jorge Camêlo era "hum homem de distinção e mui fidalgo e que vivia a lei da nobresa", sendo capitão de ordenanças e tendo se conduzido como membro desta-

cado de uma expedição pernambucana que partiu em 1585 para a Paraíba, a fim de combater os índios sublevados.

Em 1593 as terras do Monteiro pertenciam a Fernão Martins Pessoa, casado com dona Maria Pessoa, tendo a filha do casal depois se consorciado com Francisco Monteiro Bezerra, de cuja atividade agrícola e industrial e de seu sobrenome, veio então a referência do Engenho do Monteiro, última denominação e que deu nome depois à povoação que nasceu.

A capela da propriedade, sob a invocação de S. Pantaleão, já existia em 1606, pois que, na "Nobiliarquia Pernambucana" encontramos a notícia do casamento dêstes últimos proprietários a 2 de fevereiro daquele ano, "na Capela do engenho Monteiro".

Não escapou naturalmente da invasão holandesa.

A 3 de maio de 1635, a fim de completar o cêrco para o ataque ao forte real do Bom Jesus, no Arraial, os flamengos invadiram e ocuparam a propriedade, devastando-a e saqueando-a com imenso prejuízo. Depois disto o seu proprietário, ainda Francisco Monteiro Bezerra, alistou-se na guerra da restauração, desencadeada em 1645, como capitão de uma companhia de infantaria, organizada na Várzea, em cuja freguesia estava localizado o seu engenho. E na companhia dos seus filhos João, Miguel, Francisco e Domingos. O terceiro dêstes morreu heròicamente no ataque feito ao forte dos Afogados, enquanto o mais velho, de nome João, também promovido a capitão, fêz parte da memorável reunião da Liberdade Divina, assinando a célebre certidão lavrada no Arraial Novo, a 7 de outubro de 1645.

Passada a invasão holandesa, foi a propriedade restaurada e o engenho reparado, sob a direção daquele João Pessoa Bezerra, herdeiro de Francisco Monteiro Bezerra, verificando-se até um aproveitamento moderno das águas do açude de Apipucos, em uma levada com a queda natural das mesmas sôbre as rodas da aparelhagem de moer cana, que se movimentavam assim hidràulicamente.

Instituiu êle então o Vínculo de Nossa Senhora das Angústias, porém mais conhecido pelo nome de "Morgado do Monteiro".

Devoto de Nossa Senhora das Angústias, invocada então na capela do Colégio dos Jesuítas, em Olinda, teve o seu túmulo no altar-mor daquela mesma capela, onde puseram os padres uma lápide com a seguinte inscrição: "Sepultura do

Capitão João Pessoa Bezerra, Fidalgo da Casa de Sua Majestade e Cavaleiro Professo em 1679".

Depois as terras passaram para as mãos de dona Tomasia Bezerra Pessôa, sua irmã e casada com o primo, Capitão Ribeiro Pessôa.

De sucessão em sucessão atingiu o Vínculo, no ano de 1831, à posse de João do Rêgo Barros e Melo, para desdobrar-se dessa data em diante entre vários aderentes, suscitando até questões foreiras e razões de protestos judiciais na época, como aquela mais séria, que foi apresentada em 1872 por Francisco de Albuquerque Melo contra Urbano Nunes Machado Antunes.

Foi Monteiro, pois, uma propriedade de seqüência final foreira e de desdobramento muito vasto, entre partidos de terras, interêsses de heranças e direitos de "uti-possidetis", com alterações e dúvidas tão complexas e emaranhadas pelas várias ramificações de famílias, que suscitaram aquelas questões e conseqüentes revendas a estranhos, e loteamentos.

Já no princípio do século XIX os donos do engenho tinham abandonado o fabrico de açúcar e desprezado o safrejamento de cana, de modo que as repartidas terras já tinham começado a ser vendidas a estranhos, surgindo aos poucos a povoação de Monteiro, de futurosa perspectiva.

Contudo, ainda hoje existem alguns remanescentes dos antigos donos, como, por exemplo, a família Rosa Borges, por herança do vínculo materno.

Foi mais imperativa, destarte, a fundação do subúrbio. E tanto foi assim que o capitão-general Caetano Pinto de Miranda Montenegro, quando governador de Pernambuco, ali costumava passar a época de descanso, de veraneio, acompanhado de "incensadores" e pessoas de projeção na época.

A própria verve popular focalizou a importância do subúrbio em versinhos, elogiando-lhe o prestígio:

"Uns procuram com dinheiro
A festa que lhes convém;
Mas é certo, quem o tem,
Só passa bem no Monteiro..."

"Papai me compre um vestido,
— Não custa muito dinheiro!
Dos que Naninha tem ido
Ás novenas do Monteiro..."

O tempo, porém, sob uma extraordinária influência de desleixo e abandono, foi aos poucos se assenhoreando do aprazível recanto. Os seus aspectos pitorescos, de recordações históricas, foram desaparecendo ao sabor do tempo e da incúria.

O engenho desapareceu completamente, e a casa-grande, que no início desta centúria ainda resistia, guardando o cunho de sua originalidade colonial, olhando para o norte, foi, como vimos, estùpidamente demolida, para em seu lugar erguer-se um edifício mais moderno.

Quanto à capelinha de São Pantaleão, remontando ao século XVI, já no domínio da serventia popular, chegou a servir algum tempo de igreja-matriz da paróquia de Nossa Senhora da Saúde do Poço da Panela, quando da provisão de 6 de abril de 1883, do bispo Dom José Pereira da Silva Barros.

Em 1921, porém, consumou-se a iniquidade e a capelinha ou por "ameaçar ruir ou por necessidade de alargar-se a praça do Monteiro", foi bàrbaramente demolida, com suas alfaias e imagens recolhidas à Igreja da Casa Forte.

A velha pontezinha, sôbre a levada que vem do açude e abre caminho através da estrada, para atingir o Capibaribe, construída em 1788 e alargada em 1840, também não mais existe. E o velho subúrbio de São Pantaleão do Monteiro, por tudo isto, vive hoje a hora triste e melancólica das recordações, na decadência e no abandono.

APIPUCOS

"On invite messieurs les étrangers a venir jusque lá où ils rencontreront bonne table et a price convenable".

APIPUCOS o velho e pitoresco subúrbio, no caminho de Dois Irmãos, ladeado pelo riacho amoroso que tem o seu nome, aprazível e também senhorial em tempos afastados, da era colonial, hoje sofre quase um eclipse e sua vida torna-se triste, sonolenta, sentimental e tôda embevecida de recordações e saudades.

Saudades do tempo em que era importante, com seu grande e famoso hotel, servindo de veraneio a recifenses ricos e estrangeiros, bem em frente à velha igrejinha e mantendo até anúncios em francês nos jornais da cidade: "On invite messieurs les étrangers a venir jusque lá où ils rencontreront bonne table et a price convenable", ou mesmo em português, oferecendo "bom asseio, serviço ligeiro, trato ameno, comodidade de preço, quartos para alugar, bilhar, gamão, dominós e... palestras".

Subúrbio vaidoso que foi a residência do pioneiro do serviço de transportes urbanos do Recife, Cláudio Dubeux, e que por isto mesmo mereceu dêle a honra de ser um dos primeiros aquinhoados com o serviço de transportes coletivos em diligências, isto pelas alturas de 1847.

O nome Apipucos tem sua origem na expressão familiar do nome antigo Apopucos, por sua vez derivado do tupi Apé Puc, que quer dizer caminho que divide ou se parte, e ainda mesmo da corruptela Apopucu, caminho ou vereda longa. Expressões que, em qualquer das designações, se enquadra perfeitamente no nome familiar hoje em uso.

As terras de Apipucos eram um desdobramento do antigo engenho Monteiro, depois de se ter verificado, pela escritura de 5 de dezembro de 1577, lavrada na vila de Olinda, esta separação, rezando o documento "que as ditas terras, situadas na várzea do Capibaribe, estavam dadas de partido ao colono André Gonçalves, com todos os canaviais e matas".

Montou, então, êste colono ali um engenho movido a animais, que tomou o nome de Apipucos, sendo depois vendido ao colono Leonardo Pereira e passando dêste para Dona Jerônima de Almeida, e depois para Gaspar Mendonça, seu proprietário quando da invasão holandesa em Pernambuco no ano de 1630.

A sua capelinha levantada no mesmo local onde ainda hoje se ergue a atual igreja, foi construída em época desconhecida, sabendo-se apenas que foi de antes daquela invasão, e sua primeira invocação era de Nossa Senhora da Madre de Deus, mudada, passados anos, para Nossa Senhora das Dores, que ainda hoje é conservada.

Não escapou ela, como quase tôdas as suas irmãs dos arredores do Recife à sanha vandálica dos flamengos, sendo pilhada e completamente aniquilada de paramentos, alfaias, móveis, imagens, etc., no dia 15 de agôsto de 1645, levando os holandeses, além disto, o que encontraram, na terra, como seja, gado, escravos, mercadorias, etc., e transportando tudo para o engenho próximo de dona Ana Pais, na Casa Forte.

Os moradores de Apipucos não perdoaram esta maldade dos flamengos e o senhor do engenho, o velhinho Gaspar de Mendonça, reviveu na ocasião aquêle mesmo espírito impetuoso e indomável, que fêz êle bradar certa vez, na sua mocidade, nas ruas da aristocrática Olinda quinhentista, contra os nobres da terra, "que se desse sepultura à justiça que morreu nesta terra e não há quem a enterre honradamente", sendo por isto prêso e recolhido à enxovia durante meses.

Velhinho e mesmo enfermo, segundo narra o Frei Manuel do Salvador, que o acompanhou na empreitada, Gaspar de Mendonça partiu com seus companheiros e seu filho Cristóvão, descalços, pela lama do caminho, com poucas armas até encontrarem as tropas de Vidal de Negreiros, a elas juntando-se e combatendo ferozmente o inimigo.

Apipucos foi uma das primeiras povoações que teve o privilégio de capela curada, com um sacerdote de residência, como se dizia, e que foi, por sinal, um dos signatários do célebre Têrmo de Aclamação da Liberdade Divina, lavrado no

Largo de Apipucos. Gravura de autor desconhecido. Provàvelmente e de 1847, quando Cláudio Dubeux introduziu o serviço de transportes coletivos em diligências.

acampamento dos insurretos a 7 de outubro de 1645, no qual se vê a assinatura do padre João Dias, capelão e cura dos Apipucos.

Restaurada a povoação, voltou o velho engenho a safrejar e trabalhar em 1666, sob a propriedade de Cristóvão Pais de Mendonça, filho do falecido Gaspar de Mendonça.

Em 1687 era seu proprietário Luís de Mendonça Cabral, e, depois, em 1783, o capitão-mor João do Rêgo Barros, "distinto fidalgo e homem de prestígio na capitania", no dizer dos cronistas. Dessa época em diante esfuma-se no passado longínquo a atividade açucareira das terras de Apipucos, "baixando os fogos da fábrica e fechando as janelas da casa-grande", e tomando incremento, então a povoação pròpriamente dita, de modo que já na segunda década do século XIX nenhum vestígio havia do engenho ou da Casa-Grande, apenas resistindo a Capela, já àquela altura provisionada como Igreja e reformada depois em 1887, pelos próprios moradores da localidade.

Diz, porém, Pereira da Costa que possìvelmente aquêles imóveis eram localizados à margem direita do rio Capibaribe, "na larga faixa de terra que corre ao longo da quebrada da colina e fronteiriça com a face lateral da Capela, olhando o poente, com o açúcar fabricado descendo o rio em batéis, para o mercado da praça do Recife".

Em 1849, quando da revolução praieira, travou-se naquele subúrbio um dos mais sérios combates entre as fôrças legalistas e revolucionárias, morrendo destas 20 homens e 115 feridos e daquelas saindo 15 mortos e 25 feridos.

É assim o silencioso e bucólico Apipucos de hoje: Relicário de recordações... cheio de memórias de uma história viril, em um passado longínquo.

De sua igrejinha construída em terreno elevadíssimo e casario oitocentista delineado ao largo, em ambos os lados, de construções conjugadas, altas, com calçadas excessivamente fortes, sôbre alicerces de pedras profundamente enterradas, nota-se francamente ainda a antiguidade do aspecto de povoação pròpriamente dita, que antecedeu as outras mais próximas da cidade.

Ali a indústria açucareira cedo sucumbiu, para dar lugar ao desenvolvimento do povoado, mui embora, talvez por esta antecipação, comparativamente com a sua distância da cidade, não tivesse conseguido manter a palma de superioridade sôbre os outros centros suburbanos.

E hoje, se não bastasse sua história antiga, pelo menos um fato lhe dá relêvo e orgulho: a circunstância de servir de residência da maior cultura sociológica contemporânea, que ali, de sua residência senhorial, tomou até importância para o título, misto de simbolismo e repercussão: Gilberto Freyre, o solitário de Apipucos...

O mestre que, segundo um historiador moderno, reviveu ali em certo tempo o mesmo espírito viril do senhor de engenho Gaspar de Mendonça, que se atreveu, como acima vimos, a bradar pelas ruas de Olinda, contra a prepotência e a injustiça.

PASSAGEM DA MADALENA

"Acorda Adalgiza,
Que a noite desliza
Vem ver o luar,
Vem ouvir o canto..."

O importante subúrbio da Madalena, hoje uma aprazível área residencial, já quase dentro da própria zona urbana da cidade, que se expande cada vez mais, podendo-se, por isto, talvez, considerá-lo um bairro, é incontestàvelmente um dos mais nobres e poéticos trechos do velho Recife, tendo merecido certa vez do cronista Mário Sete esta referência interessante e evocativa:

"Madalena, austera e nobre, possuindo para morar uma porção de solares imponentes, de frente e terraços para o rio, vive dentro de si mesmo, aguentando o declínio sem gemer, sonhando com o seu grande passado, o seu fulgurante enlêvo de outrora".

Venerável zona açucareira do Recife remoto, dos primitivos engenhos de açúcar, com seu cenário de canaviais, carros de bois, moendas, casa de purgar e casa grande, Madalena, como outras zonas, possui, também, a sua sensibilidade evocativa, a agudez penetrante da própria história pernambucana.

Do mesmo modo que Afogados, as terras da Madalena estavam computadas na doação que Duarte Coelho fizera ao cunhado Jerônimo de Albuquerque "*de uma legoa de terras em Capibaribe, no rio dos Cedros*", terminando no lado de cima, com as extremas das terras do engenho de D. Marcos André, depois da Tôrre. Com a morte do doador, a referida sesmaria foi dividida com os filhos, que por sua vez foram vendendo as partes respectivas, vindos daí, então, a parte do

lado direito, e que exatamente é hoje a Madalena pròpriamente dita, ser adquirida por Pedro Afonso Duro, casado com dona Madalena Gonçalves Furtado.

Nestas terras o seu proprietário levantou um engenho de açúcar movido por animais, ficando a propriedade conhecida exatamente como a "Passagem da dona Madalena", e depois, com o tempo e o uso reduzida a referência como "Passagem da Madalena". Anos depois nova venda foi efetuada e, em 1630, como se verifica nas "Memórias Diárias" do Marquês de Basto, o seu novo proprietário era o sargento-mor João de Mendonça, "das ordenanças da Capitania de Pernambuco e agraciado pelo governador Aires de Sousa Castro, em novembro de 1678".

O largo do engenho abrangia uma grande área, onde hoje está localizada a praça João Alfredo, ficando as casas de purgar e moer, ou a fábrica, como mais comumente eram chamadas, localizadas no grande espaço onde hoje vemos um depósito da *Pernambuco Tramways*, e que já foi também a estação da extinta Companhia Ferro-Carril. De frente, levantava-se bem disposto um vasto prédio com dois pavimentos, que era a casa-grande do senhor do engenho, e que ainda hoje, a despeito do tempo e de várias reformas, ali o vemos, quase inteiramente destruído, muito conhecido como o "Sobrado-Grande de João Alfredo".

Esta denominação, bem como a de Madalena, ficaram profundamente arraigados no ânimo popular, tanto que constam mesmo de antigos anúncios insertos em jornais, como o Diário de Pernambuco de 18 de agôsto de 1831, oferecendo para alugar "o sobrado grande da Madalena e sítio anexo", ou o número 55 do jornal "O Cruzeiro" de 1829, que falava de "uma casa térrea junto ao portão do sobrado-grande, que foi do engenho Madalena".

Êsse sobrado-grande era uma casa senhorial, que durante muitos anos, no Império, serviu de residência ao conselheiro João Alfredo.

Durante a invasão holandesa, grande foi a resistência ali notada, e sérios combates verificaram-se em suas várzeas e canaviais. A 21 de março de 1633, por exemplo, partindo alta madrugada do forte Guilherme, nos Afogados, uma fôrça holandesa bem equipada e numerosa, atacou de surprêsa o engenho de João Mendonça, e chacinou os seus defensores, co-

mo se depreende dêstes informes colhidos nos Anais de Pereira da Costa:

"Então sob o comando do capitão D. Antônio de Ortiz", (refere-se Pereira da Costa à defesa do engenho) "e convenientemente guarnecida, não pôde porém resistir, atacada de surprêsa, por uma fôrça muito superior, perdendo na ação 26 homens, entre os quais o capitão Brás Soares, senhor da ilha de Santa Maria, Manuel de Sá, cavalheiro de hábito de Cristo e Dom Miguel Deça, a quem degolaram depois de entregue a guarnição da estância a bom quartel. Ao comandante Ortiz, por ser italiano, não mataram, mas levaram-no prisioneiro com um alferes e outras pessoas. Para perseguirem os nossos soldados, que buscavam a salvação nos alagadiços e nos canaviais, levaram os holandeses bravios cães de fila, que se lançavam sôbre êles".

Reminiscências heróicas do sofrimento pernambucano, resistindo ao invasor flamengo. O engenho, paralizado com a invasão verificada, transformara-se numa estância, como área fortificada, fazendo parte da contínua resistência que então se verificava em vários arredores da povoação do Recife.

Voltando a refazerem-se na estância, os nossos defensores sofreram a 25 de agôsto de 1649 e a 17 de abril de 1651 novos ataques dos holandeses, sendo, porém, felizes desta vez, porque em ambas as ocasiões os atacantes bateram em retirada, deixando grande número de mortos. Desta feita o comando da resistência estava aos cuidados do capitão Antônio Borges Uchoa.

Passada a invasão holandesa, o proprietário das terras procurou então vendê-las, de modo que em fins do século XVII, segundo informa ainda Pereira da Costa, já aparecia como seu dono o Dr. João Rodrigues Colaço, "que foi Juiz de Fora em Pernambuco e depois Ouvidor da Paraíba". Com sua morte passaram as terras, por herança, para o seu sobrinho e afilhado, José Marcelino Rodrigues. E dêste, em linha direta de sucessão, ao Dr. Filipe Néry, falecido em 1894, quando então mais se acentuou o retalhamento que já se vinha verificando da propriedade, em vários sítios.

Note-se, porém, que nos referimos aí mais precisamente à zona canavieira, ou seja o trecho circunvizinho à casa grande do engenho, então em franca ausência de safrejamento, o fogo-morto, como chamavam os antigos.

Já nos princípios do século XIX a zona de cima, nos limites das terras do antigo engenho de Marcos André, na Tôr-

re, estava sendo dividida em diversos lotes, pelos descendentes de Antônio Borges Uchoa — que tinha defendido a estância da Madalena durante a invasão holandesa — surgindo, então, o aprazível subúrbio da Passagem da Madalena, que se juntou depois à divisão do outro trecho.

Em 1838, viajando através do Brasil, tendo demorado no Recife, o reverendo protestante Daniel Kidder já se referia com entusiasmo ao velho e ameno subúrbio, dizendo:

"Madalena, à esquerda da Boa Vista, é outro bairro favorito da cidade. Para lá se vai através de esplêndida ponte de pedra. Êsse bairro apresenta bela aparência, e, pelo que nos informou um antigo brasileiro, é realmente encantador aos feriados"; e comenta de um passeio feito ali: "para os lados da Madalena, caminhando por uma estrada nova, margeada por esplêndidos canaviais", até entrar à direita por uma estrada particular e encontrar o engenho da Tôrre"; e mais adiante fala também de uma pitoresca frase gravada na rocha de uma das colunas da ponte referida, a qual hoje não mais existe:

"Do augusto, o poderoso braço
Te franqueia um livre passo".

Foi assim, talvez combinando sua ancestralidade de zona canavieira, com a nobreza pernambucana, exatamente fundada na monocultura açucareira, que a Passagem da Madalena, também pitorescamente plantada à beira do rio, se tornou o senhorial subúrbio da fidalguia pernambucana de antanho, com seus suntuosos palacetes e solares de respeitabilidade histórica.

Casas edificadas com a frente para o rio, ou com êle banhando as suas retaguardas, porém em qualquer das hipóteses imponentes e poéticas neste delicioso namôro com as águas e honrando a tradição de zona canavieira, alimentada e tratada pela água corrente do Capibaribe. De água, que foi, no dizer de Gilberto Freyre, o elemento nobre da velha paisagem de engenho do nordeste.

Velho subúrbio que era a atração de muito estudante pálido, de fraque prêto, colarinho duro e botas de verniz, descendo o rio de bote e cantando apaixonadamente para a mô-

ça rica, escondida acanhadamente atrás das janelas semi-cerradas, dos palacetes severos às margens:

"Acorda Adalgiza,
Que a noite desliza,
Vem ver o luar,
Vem ouvir o canto..."

Dos tempos saudosos que nos recordam tanto a história poética, pitoresca, sensível e emocionante, como também a distância remota, heróica, resistente e indômita do civismo pernambucano.

CASA FORTE

"As mulatas da Casa Forte
Estão se vendo numa lida,
Sem azeite prá candeias
E algodão prá torcida..."

O velho engenho sucessivamente chamado de Jerônimo Gonçalves, Isabel Gonçalves, mais tarde de Dona Ana Pais, ou também de Tourlon, Nassau, de With, é hoje Casa Forte, denominação que lhe foi dada desde 1645.

Consta nos livros e referências consultadas que êsse engenho foi levantado em meados do século XVI por Diogo Gonçalves, *auditor da gente da guerra em Pernambuco*, no tempo de Duarte Coelho.

Especialmente recomendada pela rainha Dona Catarina, viera de Portugal, em 1535, acompanhando Dona Brites, espôsa do nosso primeiro donatário, a dona Isabel Fróis, de ilustre origem portuguêsa, e que, por motivos desconhecidos, se exilara da côrte lusa, mui embora com reais e cuidadosas recomendações de proteção e amparo.

Cumprindo as instruções, Duarte Coelho dotou-a nupcialmente com uma grande área nas imediações do chamado Passo do Fidalgo, à margem esquerda do rio Capibaribe, no sítio chamado de Santana, de modo a ela poder casar-se com o referido auditor Diogo Gonçalves. Era um terreno fértil, de extensas matas e bom safrejamento, em ótima posição, pela facilidade de escoamento de sua produção açucareira rio abaixo. Ali foi levantada, então, pelo marido de dona Isabel, na profundidade da margem direita do rio, a casa grande e um engenho, ao lado de uma capela sob a invocação de N. S. das Necessidades.

Morrendo o auditor e sua espôsa, passou a propriedade para a filha do casal, também chamada Isabel e casada com Jerônimo Pais de Azevedo. Logo depois, como presente de núpcias, passou então a propriedade para a filha dêste último casal, dona Ana Pais, que se casara com o capitão Pedro Correia da Silva.

Êste morreu em 1630 defendendo o forte de S. Jorge, quando da invasão holandesa, e era, no dizer de Frei Manuel Calado "homem fidalgo e muy brioso".

Viúva, bonita e volúvel, dona Ana Pais, ao contrário das damas do seu tempo, não emigrou de Pernambuco, quando da invasão holandesa. Ficou residindo no seu engenho e logo despertou a atenção e a cobiça dos oficiais flamengos. Dêsse assédio amoroso terminou desposando o capitão Carlos de Tourlon, do exército invasor, aceitando a religião calvinista do novo marido, "com escândalo, horror e vergonha das gentes da terra", como diz ainda o autor do "Valeroso Lucideno".

Desavindo-se com o Príncipe Maurício de Nassau, o capitão Tourlon foi deportado para a Holanda, por ordem de 20 de março de 1637, do Conselho Supremo do Brasil, ao que não se submeteu a espôsa, que recorreu ao Conselho da Zeelândia, em 27 de agôsto do mesmo ano, e ao próprio Príncipe Nassau.

E, como resultado, foi Tourlon perdoado, regressando ao Brasil e aqui ainda permanecendo muito tempo, gozando até das boas graças de Nassau, enquanto sua formosa espôsa pernambucana enchia o governador flamengo de favores e gentilezas "não pela obediência que se devia aos superiores, mas tanto mais a S. Excia., de quem recebiam tantos favores e mercês"...

Algo de estranho, todavia, aconteceu e o marido de Dona Ana Pais foi acusado de alta traição e violentamente deportado, desta vez prêso, para a Holanda, onde faleceu de *morte apressada,* como dizem as notícias.

Dona Ana Pais era, porém, amante das boas posições, e, morto De Tourlon, voltou-se para o burguês Guilherme De With, flamengo de elevada categoria e membro do Conselho Político de Pernambuco, com êle se casando pela terceira vez.

Quando em 1654, a capitulação assinada na Campina do Taborda acabou com o domínio holandês no Brasil, De With foi obrigado a embarcar às pressas para a Holanda, abando-

nando a espôsa, enquanto as fôrças restauradoras vitoriosas confiscavam a propriedade da Casa Forte.

Antes, porém, em 1645, depois de derrotado a 3 de agôsto no monte das Tabocas, pelas fôrças libertadoras pernambucanas, o exército holandês, sob o comando do coronel Henrique Huss, ao recuar desabridamente para o Recife, acampou no engenho de Dona Ana Pais, enquanto patrulhas desabusadas seguiam para a Várzea, onde residiam as famílias dos chefes revolucionários, prendendo dona Isabel de Góis, mulher de Antônio Bezerra, dona Ana Bezerra, sogra de Fernandes Vieira, Maria Luísa de Oliveira, mulher de Amaro Lopes. Quanto a dona Maria César, espôsa de Fernandes Vieira e principal objetivo das prisões verificadas, conseguira fugir, refugiando-se nas matas.

Levada a notícia ao exército libertador, que se achava acampado nas proximidades de Tejipió, logo os chefes Vidal de Negreiros, Camarão e Henrique Dias, resolveram ir em socorro das damas pernambucanas, caminhando debaixo de pesadas chuvas e transpondo o Capibaribe na altura do Cordeiro, até alcançar e cercar pela manhã do dia 17 o engenho de Ana Pais.

Enquanto Camarão e os seus índios protegiam os caminhos, o grosso do exército restaurador atacou o inimigo inesperadamente e com tal impetuosidade, que êste, surprêso, se acovardou e mandou escancarar as janelas do engenho, expondo as matronas aprisionadas à furia das balas.

Julgando que tal atitude fôsse um sinal de capitulação para entendimentos, enviaram os nossos um contingente para parlamentar com os holandeses. Foi êle recebido covardemente e os seus membros arcabuzados estùpidamente à vista dos brasileiros.

Foi uma rematada loucura, dizem os cronistas, pois que os nossos soldados enfurecidos duplicaram de impetuosidade e, quando o próprio comandante Huss, apavorado abriu a janela arvorando a bandeira branca e apresentando o cabo da pistola como sinal de rendição, com dificuldade os chefes militares pernambucanos puderam deter a sêde de vingança dos nossos.

A derrota custou aos flamengos nada menos de 37 mortos, muitos feridos e 332 prisioneiros, inclusive quase tôda a fina flor da oficialidade flamenga. Fato que provocou uma atemorização entre os invasores, determinando o arrasamento por êles das casas do Recife, das àrvores do parque Mau-

rício, e a retirada urgente das tropas dos fortes de Sergipe, São Francisco e Pôrto Calvo e sua transferência para garantia da praça central do Recife e adjacências.

Até fins de 1693 permaneceu a propriedade da Casa Forte como patrimônio do Estado português. Nesse ano, a 28 de novembro, os herdeiros de Guilherme De With firmaram em Haya, com o embaixador português, um tratado de indenização, no sentido de receberem o quanto lhes cabia, como herdeiros do lado paterno da referida propriedade. E no Brasil voltava ela ao domínio dos remanescentes de Dona Ana Pais, a esta altura já falecida.

Assim, seu sobrinho João de Freitas da Silva passou a ser o proprietário, até que, morrendo, a herdou Antônio Freitas da Silva, que foi fidalgo cavaleiro da Casa Real, falecido em 1759.

Seu filho João de Freitas da Silva Neto, sargento-mor do Têrço auxiliar do cabo de Santo Agostinho, como consta da "Nobiliarquia Pernambucana" de Borges da Fonseca, recebeu a propriedade, como herança, não deixando, porém, sucessores diretos, visto ter morrido solteirão.

Foi, destarte, feita a avaliação judicial das terras e obras, para um rateio entre os diversos parentes próximos, surgindo disto, pelo retaliamento da propriedade, o início do subúrbio pròpriamente dito da Casa Forte, principalmente porque todos os beneficiados pela partilha concordaram em ceder gratuitamente ao govêrno a área da grande praça que se estende na frente da Igreja e da casa-grande "não só para aformosear a mesma e servir de praça ou feira, como para perpetuar a lembrança da grande vitória dos brasileiros contra os holandeses".

Em meados de 1810 o padre Dr. José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima — o célebre padre Roma da revolução de 1817 — adquiriu a casa grande do engenho e reformou-a, levantando uma aprazível vivenda, depois caída no abandono, e comprada em 1907 pelas irmãs francesas da Congregação da Sagrada Família, fundada pela Madre Maria de Rodt, que instalaram um grande colégio para meninas, o qual ainda hoje ali se acha, depois de uma suntuosa reforma verificada em 1911.

A capela que remontava a 1672, fôra também abandonada e ficou de tal maneira em ruínas, que em 1865 suas imagens foram depositadas na matriz de N. S. da Saúde, do Poço da Panela, até o ano de 1909. Neste ano o bispo metro-

politano, D. Raimundo da Silva Brito, determinou que se procedesse à restauração do templo, sendo êle sagrado em outubro de 1911, depois de reparado, como Igreja-matriz da paróquia da Casa Forte e sob a invocação do Sagrado Coração de Jesus. Seu trabalho arquitetônico é obra do arquiteto pernambucano Rodolfo Lima.

Hoje, com novas reformas verificadas, é um moderno e belíssimo templo religioso, aos cuidados do monsenhor Odilon Lôbo.

A Prefeitura do Recife em 1933, quando da Administração do sr. Antônio de Góis, reformou completamente o pátio fronteiriço, que servia até então de espaço amplo para comentadas festas populares de Natal e Ano Bom, e hoje vemos ali um dos mais belos parques do Recife, graças à nova remodelação a que se procedeu em 1937, quando da administração do Prefeito Novais Filho.

Belo e pitoresco subúrbio da cidade, sempre calmo, aprazível e preferido, desde os princípios desta centúria, pelos inglêses residentes no Recife para suas residências.

Apareceu também em versinhos populares:

"As mulatas da Casa Forte,
Estão se vendo numa lida,
Sem azeite prá candeias,
E algodão prá torcida".

Imponente trecho histórico, que nos faz lembrar aquelas impressões de um cronista:

"Quem sabendo um pouco do nosso passado colonial, ao ir a Casa Forte não se recorda logo daquela formosa e galante dama pernambucana, Dona Ana Pais, que teve a habilidade de passar conjugalmente pelos seus braços três homens, harmonizando ao calor dos seus beijos portuguêses e holandeses..."

JIQUIÁ

"Seu pastor, seu fazendeiro,
Morador no Jiquiá,
Vim do Rio de Janeiro,
Ver meu povo como está..."

O subúrbio de Jiquiá, um pouco além dos Afogados, na direção tronco ou centro, tem sua história primitiva calcada também em outro feudo açucareiro de Pernambuco-colônia.

Embora hoje materialmente nada exista a respeito do seu passado, como sejam velhos prédios, igrejas, senzalas, fábricas de açúcar, etc., ou, pelo menos, se possam localizar com certa precisão os pontos onde estiverem êles levantados, embora isto aconteça, pode-se, contudo, no desdobrar de uma investigação historiográfica, tomar-se conhecimento do patrimônio patriarcal e histórico, assaz interessante para uma recordação como esta.

Sua referência provém do riacho com o mesmo nome, que nasce em Afogados e toma depois o nome de riacho Vermelho, pela côr típica, enferrujada, das suas águas, ao atingir Areias, indo depois desaguar no rio Tejipió mais adiante. A origem vocabular naturalmente se origina do tupi, que quer dizer "cesto (ou covo) para apanhar peixes".

A 12 de outubro de 1598 já o ouvidor Jorge Camelo procedia à demarcação judicial das *terras do Jiquiá,* donde se deduz a iniciação naquela época do feudo açucareiro, através do *engenho do Jiquiá,* cêrca de dois quilometros dos Afogados e sob a invocação de São Timóteo.

Há referências que o fundador da localidade foi o fidalgo madeirense Francisco Berenguer de Andrade, que tomou parte em um movimento insulado de rebeldia contra o govêrno holandês, em 1639 e que Gonçalves de Melo Neto situa em seu livro sôbre o domínio flamengo em Pernambuco, focalizando também os nomes de Pedro da Cunha Andrade, senhor de engenho na Várzea; João Carneiro Maria, do engenho Ipojuca, Filipe Pais Barreto, do morgado do Cabo, afora outros.

Antes da invasão holandesa, já Berenguer de Andrade vendera a fábrica de açúcar e grande parte das terras a Antônio Fernandes Pessoa, filho adotivo do abastado colono Pedro Afonso Duro, o qual anexou ao seu domínio mais algumas terras próximas, na projeção centro-oeste e compradas a João Gonçalves Carpinteiro e Jerônimo Pais, êste último dono do engenho da Casa Forte.

Êste Fernandes Pessoa também possuía o engenho Sibiró, em Ipojuca, e nêle refugiou-se com a família, quando da invasão holandesa em 1630. Faleceu naquele engenho em 1633. Sua viúva regressou ao engenho Jiquiá, nêle morrendo e se enterrando em 1647.

Herdou a propriedade sua filha dona Ana de Luís da Silva, casada depois com o capitão Francisco Faria Uchoa, que a aconselhou vender a propriedade. Por escritura lavrada, a 3 de outubro de 1657, passou o engenho para o domínio do capitão Antônio Borges Uchoa.

Nessa época a capela tinha a invocação de Santo Antônio, sendo a propriedade chamada mesmo de "Engenho de Santo Antônio do Jiquiá".

Em 1705 aparecem como os seus legítimos proprietários os irmãos Álvaro e Antônio Barbalho Uchoa, surgindo depois o capitão-mor da vila do Recife, Antunes Correia, falecido em 1757.

Era naquela época o engenho uma fábrica moderna, movida por animais. E conta-nos Pereira da Costa da existência, também no local, de um grande armazém — ou Passo, como chamavam — para açúcar e outras mercadorias, além de

um trapiche para acostagem de pequenos barcos com gêneros destinados aos diversos engenhos e povoações das proximidades, no aproveitamento fluvial do próprio rio Jiquiá, junto a sua foz.

Êste estabelecimento, então denominado de Passo de Santa Cruz do Jiquiá, nada tinha que ver com a propriedade e a exploração do engenho, mas deu grande projeção ao local, com o conseqüente aumento do núcleo populacional suburbano, ainda hoje existente. Em frente ao Passo havia um grande cruzeiro de mármore granítico, depois transferido em 1868 para o largo da Igreja de Nossa Senhora da Paz, nos Afogados, pelo povo em uma comovente procissão, conduzida pelo padre-capuchinho da Penha, Frei Fidelis Maria de Eognano. Hoje êle ainda ali se acha.

Dêsse chamado "Passo de Santa Cruz do Jiquiá", constituído até como Vínculo, ou Morgado, a notícia mais antiga que existe é o testamento do Padre João de Lima Abreu, falecido em 5 de abril de 1697, que dizia, entre outras coisas:

"Declaro que entre os mais bens que possuo é o maior o Passo de Santa Cruz de Jiquiá, com todos os seus pertentes e logradouros, com o qual instituo três capelas de missas, as quais se dirão por minha alma em cada ano e estas dirão meus sobrinhos, filhos de minha irmã Graça Nunes, etc., etc.".

Com a morte do padre ficaram com a obrigação de fazer cumprir "as instituições destas capelas de missas por alma do finado", os seus herdeiros, sucessivamente até 1795: André da Silva Faria, Padre João Meira, Padre Manuel Ferreira da Costa, Francisco de Meira Lima e João de Meira Lima, que prestavam contas das suas administrações e cumprimento das disposições testamentárias perante o Juiz-de-Capelas da Capitania.

Em 1835, com a lei imperial de extinção dos Vínculos e dos Morgados, verificou-se a decadência da propriedade, havendo a distribuição dos bens, inclusive os partidos de terras entre vários consenhores.

Em 1819, o governador Luís do Rego Barreto, idealizando a abertura de uma estrada tronco, até atingir Vitória de Santo Antão, já determinara o atêrro da estrada do Jiquiá.

Infelizmente, como dissemos de início, nada existe hoje daquelas edificações centenárias. Houve ali uma febre de demolições, e no Jiquiá de hoje sòmente nos são fortes as recordações de princípios dêste século, ou sejam os tradicionais viveiros de peixes, com suas famosas pescarias durante a Semana Santa, e o célebre campo do Zepelin, onde foi levantada a primeira estação aeronáutica para dirigíveis em tôda a América do Sul.

Vive também das recordações nos versinhos populares do folclore:

"Seu pastor, seu fazendeiro,
Morador no Jiquiá
Vim do Rio de Janeiro
Ver meu povo como está..."

BEBERIBE

"La riviére se nomme Bibaribe; de delá c'est un moulin à sucre avec la demeure du seigneur, et plus haut la chapelle".

UM dos subúrbios mais antigos do Recife é Beberibe, situado a 7.840 metros do centro da cidade e onde hoje se aglomera uma forte população, precisada no último recenseamento em terceiro lugar na densidade demográfica do Recife.

É um pitoresco lugar, ainda com grandes e aprazíveis matas, banhado pelo rio que lhe deu o nome. Sôbre a origem desta referência há várias versões, entre as quais a de Paulino Nogueira, que atribuiu o nome a um ajuntamento das palavras indígenas vila e pype, que quer dizer: *lugar onde cresce a cana*. O Padre Luís de Montoya já dizia que o significado vem de bebé e ribe, que quer dizer voar em bando, referindo-se aos pássaros que se reúnem nas margens do rio, voando depois em bandos; e ainda Alfredo de Carvalho, que atribuiu o nome à expressão tupi Iabebir-y, que quer dizer rio das raias ou peixes chatos. Em qualquer das hipóteses, tôdas elas aliás sujeitas a modificação ortográfica, pelo uso da corruptela, têm como resultado o nome atual de Beberibe.

Em um mapa levantado por Barlaeus, quando da invasão holandesa, encontramos, por exemplo, a referência ao nome de Jababiri, e em vários outros mapas, copiados em Portugal por José Antônio Gonçalves de Melo Neto, anotamos incidentemente a referência do nome de Bibiribe.

Como dizíamos, êsse povoado é um dos mais antigos do Recife e remonta à metade do século XVI, quando florescia bem próspera a cultura da cana-de-açúcar em Pernambuco, e Diogo Gonçalves, auditor da gente da terra da Capitania, pelo seu casamento com dona Isabel Fróis, dama de alta linha-

gem portuguêsa e protegida pela rainha dona Catarina, mulher de D. João III, recebera como dote aquela grande data de terras, que abrangia quase tôda a extensão das zonas de Casa Forte, Várzea e Beberibe.

De posse de tão extensa propriedade, seguindo o ritmo da época, que aconselhava o levantamento dos engenhos de açúcar bem próximos da sede capitânia de Olinda, tratou aquêle auditor de organizar a sede do seu feudo na paragem mais adequada, escolhendo, então, as terras da Casa Forte.

Entretanto, na margem direita do rio Beberibe fêz levantar também outro grande engenho, em uma interessante disposição triangular, com a casa da vivenda bem ao centro, tendo mais ao norte o edifício da fábrica e em outra ponta angular uma capelinha. Nas terras da Várzea levantou igualmente outro engenho, que chamou de Santo Antônio da Várzea.

Falecendo os primeiros donos das terras de Beberibe, passaram elas para seu filho Leonardo Fróis, que aparece como o senhor em 1609, vendendo-as após ao colono Antônio de Sá, que por sua vez teve a propriedade confiscada pelos holandeses em 1637, que a venderam a Duarte Saraiva por dez mil florins, recebendo naquela ocasião o nome batavo de Engenho Eenkalchoven.

O interessante e original aspecto da propriedade foi registrado pelos pintores do Príncipe Maurício de Nassau, e consta de um dos mais belos quadros, existentes na galeria oferecida anos depois ao rei Luís XV, da França, e com a seguinte inscrição: "*La riviére se nomme Bibaribe; de delá c'est un moulin à sucre avec la demeure du seigneur, et plus haut la chapelle*".

Expulsos os invasores, reivindicaram os herdeiros de Antônio de Sá os seus direitos de posse, no que foram atendidos pelas autoridades portuguêsas, indo as terras para o direito de José de Sá e Albuquerque, que não se preocupando mais com a indústria açucareira, transformou a propriedade na Fazenda de Beberibe, em uma légua de terra, como referem documentos antigos, dedicando-se apenas à exploração das matas, em que havia abundantes madeiras de todos os gêneros para construções, e ao fabrico do carvão vegetal.

Em 1739 já aparecia como proprietário das terras o coronel Jacinto de Freitas da Silva, fidalgo da Casa Real, nascido em 1680, remanescente longínquo, mas legítimo, dos pri-

meiros proprietários: D. Diogo Gonçalves e dona Isabel de Fróis.

Aos poucos foi desaparecendo aquêle aspecto senhorial do velho feudo açucareiro, e já em meados do século XVIII não mais havia vestígios da capelinha ou do engenho, enquanto aos poucos se ia verificando uma invasão de novos proprietários, pela negociação de lotes isolados de terras, aparecendo, então, o aspecto de povoado próspero, com aquela indústria de carvão vegetal e uma bem adiantada lavoura de cereais, fabrico de farinha de mandioca etc.

O coronel Jacinto de Freitas da Silva cedeu naquela altura, conforme escritura pública datada de 19 de abril de 1739, uma grande área dos seus terrenos a uma irmandade religiosa, composta de moradores da localidade, para que se erguesse ali um templo religioso, o qual, com algumas reformas, é o mesmo que ainda hoje lá se encontra, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição do Beberibe.

As obras para a construção do templo, iniciadas a 29 de setembro de 1743, sòmente foram concluídas em 1767, quando foi aberta a igreja ao culto público, ficando com o predicado de capela curada, e um capelão próprio. Em 1780 foi entregue ao mestre entalhador Simão dos Santos Pereira a fabricação da obra de talha, ainda hoje existente na capela-mór, e isto pela importância de duzentos mil réis, afora o material.

A grande e última reforma e consertos feitos no templo, foi em 1892, graças à generosidade do capitalista Francisco José dos Passos Guimarães, que concorreu com o dinheiro para tôdas as despesas.

Durante o comentado domínio de Luís do Rêgo Barreto em Pernambuco, foi em Beberibe que se verificou a maior atividade das fôrças que se levantaram em movimento armado contra aquêle capitão-general, ali instalando o seu quartel-general. Movimento que culminou com a derrota do último governador português em outubro de 1821, quando naquelas matas foi assinada a célebre "Convenção do Beberibe", que pôs pràticamente termo ao govêrno de Luís do Rêgo em Pernambuco.

Também em novembro de 1848, em pleno furor da revolução praieira, verificou-se em Beberibe um grande combate entre os praieiros e as fôrças de Tosta.

A povoação tem um clima saudável e ameno, sendo o seu rio, de água-clara, abundante e de excelentes condições potáveis, muito apreciado para banhos, passeios etc.

Em princípios dêste século, quando Beberibe estava no apogeu, referido com insistência e muito procurado, o poeta Aristeu Alves consagrou-o em um belo poema, do qual extraímos êstes:

"Ao norte do Recife airoso e lindo,
Existe um pitoresco povoado,
Que pertencendo à majestosa Olinda
Beberibe será sempre chamado.
Em seu seio se alonga a selva infinda
Onde se oculta o tímido veado;
Tem doces sapotis, goiabas, mangas,
Viçosos araçás, cajus, pitangas..."

"Dois rios em seu longo itinerário
Refrescam-lhe de manso o verde seio;
Do Beberibe o Morno é tributário
Por isto vai depor-lhe o fluido em cheio;
E formam desta sorte um imaginário
Ângulo, cujas linhas sem receio
Encontram-se num doce murmúrio,
Ficando um rio dentro do outro rio".

Tollenare notou em suas crônicas sôbre o Recife, visitado por êle de 1816 a 1817, um interessante aspecto de Beberibe, dedicando estas linhas: "Deixando o Recife passa-se pelo povoado de Beberibe, situado sôbre o rio do mesmo nome, ornado de lindas casas de campo; e que ali se lava quase a maior parte da roupa do Recife, onde há falta de água doce".

Em 1816, no govêrno de Caetano Pinto, foi aberta a estrada que ainda hoje existe, ligando a Encruzilhada de Belém com Beberibe. Naquela altura servia para as linhas da estrada de ferro, ramal da de Recife a Olinda, e o seu tráfego foi aberto ao público em 14 de maio daquele ano. Depois cedeu lugar ao trânsito de bondes elétricos em 1922, e hoje é uma bela e larga avenida calçada e com boas construções, atravessando os pequenos subúrbios à margem dela nascidos: Água Fria, Fundão e Cajueiro.

O centro da povoação pròpriamente dita de Beberibe é relativamente pequeno. Mas nas suas cercanias, em várias direções se estendem numerosos e densos núcleos populacionais, que ali se despejam. Está hoje o subúrbio de Beberibe com a sua divisão administrativa bipartida entre os municípios do Recife e de Olinda.

Velho subúrbio, sempre presente nas modinhas populares, como a lembrar continuadamente sua profunda integração na vida recifense:

"Ai amor
Amor do coração,
Viva Beberibe
Santo Amaro e Jaboatão"

ou então:

"Eu estava em Beberibe
Quando a notícia chegou,
Mataram José Mariano
E o comércio fechou".

e mais:

"Caxangá prá capim verde,
Beberibe prá carvão;
Olinda só tem mamão
E a Estrada Nova valentão..."

É, pois, um subúrbio do Recife que merece particular afeição dos recifenses.

AFOGADOS

"Quem cansado chegar de longa via,
Escutando das aves os reclamos,
À sombra poderá de verdes ramos
Passar as horas do calmoso dia".

O subúrbio dos Afogados, ou comumente chamado hoje de Largo da Paz, tem o início da sua vida quase simultâneamente à do velho e primeiro vilarejo do Recife.

Não calcou o seu desenvolvimento nos feudos açucareiros, como a maioria dos seus irmãos, e teve o seu desdobrar historiográfico de maneira bem diferente.

O velho cronista Frei Rafael de Jesus focaliza a origem do nome "*dos Afogados*", dizendo que "naquela parte sobem as águas do rio, ajudadas pela maré, com uma tão arrebatada fúria, que afogam os que recolhe na passagem". Um antigo escritor do século XVII, Diogo Lopes Santiago, também confirma que "ali corre um rio que enche com a maré e é muito arrebatado e furioso e nêle se afogava muita gente, principalmente escravos negros". E Barlaeus, na sua célebre carta "Ars Principis Guilleilm" trata também do velho braço do rio, chamando-o de *Fluvius Afogadorum*.

São informações que caracterizam exatamente a origem do nome dessa pitoresca povoação, que já em 18 de março de 1633 passava para o panorama histórico-cívico, com as lutas ali travadas entre numerosa fôrça holandesa, sob o comando do coronel Lourenço Van Rembach e os 130 homens do capitão Francisco Gomes de Melo, que defendiam uma pequena fortificação "que a nossa gente tinha no Passo dos Afogados na passagem da ilha de Santo de Antônio, levantada em 1630",

Foi então que os flamengos, pela estratégica posição conquistada, levantaram ali o arraial do seu célebre forte Gui-

lherme, na zona chamada Piranga, onde hoje está localizada a moderna vila dos ferroviários. O forte pròpriamente dito ficava um pouco mais além, mais ou menos á direita da descida da atual ponte dos Afogados, onde se levantam hoje as fábricas do grupo Alimonda Irmãos. O nome Piranga veio por causa da abundância ali de um barro vermelho, (*Pyranga*, na língua tupi) e que se prestava para o fabrico fácil de tijolos e louças.

Todavia, as terras provêm do tempo do donatário Duarte Coelho, logo no início da colonização de Pernambuco, que as doou a Jerônimo de Albuquerque. Morto êste, a sua filha Antônia de Albuquerque vendeu sua parte, justamente aquela localizada nas proximidades do rio dos Cedros, a Álvaro Fragoso de Albuquerque, que por sua vez revendeu a Cristóvão Pais D'Altro. A continuidade possessória foi impossível de reconstituir-se, pelos inúmeros desmembramentos verificados, só se tendo mesmo como última notícia mais concreta a escritura passada em 24 de abril de 1593, à qual se refere o pesquisador Pereira da Costa.

O rio dos Cedros, a que acima nos referimos, é exatamente o mesmo rio dos Afogados, ou seja um braço do Capibaribe, que partindo do lado da Madalena, sai pela ilha do Retiro, beirando após o subúrbio dos Afogados, até alcançar o coração do Recife.

Fato aliás êsse històricamente positivado na "Carta de Sentença dos bens patrimoniais da Câmara do Senado de Olinda", lavrada pelo Ouvidor José Inácio, a 23 de setembro de 1710, que assim se refere: "outrossim declaro ser o rio dos Cedros e que fala o Foral de Pernambuco, o rio chamado do Capibaribe, que cerca a ilha de Santo Antônio pelo lado sul e deságua pela primeira ponte que vai para os Afogados, onde entra a maré que cerca a porta da dita ilha".

Loureto Couto diz que "para o lado sul se alargaram também os moradores do Recife, em uma deliciosa planície chamada o lugar dos Afogados, e fundaram um arraial que se compõe de trezentos e tantos moradores".

E alguns cronistas se referem à obra de Arnoldus Montanus, "América", impressa em Amsterdão em 1671, que focaliza a existência, junto ao forte Príncipe Guilherme, de "um compacto agrupamento de casas, de boa construção de feição flamenga, e, em situação de destaque, uma capela isoladamente disposta".

Esta capela foi depois transformada na igreja de N. S. da Paz, nas proximidades de 1785, quando foi instalada a irmandade respectiva. Esclarecimento histórico êste, que embora não sendo categòricamente confirmado, não chega a exagêro ou contradição, porque em julho de 1790 a irmandade referida já requeria do Senado da Câmara de Olinda, "que mandasse demarcar o terreno em que estava situada a igreja, a fim de evitar contestação de posseiros".

A paróquia de N. S. da Paz, porém, sòmente foi criada a 6 de maio de 1887, conforme lei provincial n.º 88, desanexando-a da jurisdição da Várzea, e nomeando-se dias depois o seu primeiro vigário, padre Cristóvão de Holanda Cavalcanti. Em 1897 verificou-se uma grande reforma no edifício do templo, já reconstruído em 1857.

Comunicava-se o subúrbio com o Recife inicialmente pela "fermosa calçada do pé da fortaleza das Cinco Pontas", de que fala Loureto Couto, e que não era mais do que "o espaço enxuto junto a um dique que os holandeses tinham levantado na margem do rio, até o forte Guilherme".

Posteriormente, arruinando-se esta espécie de doca, o governador Henrique Luís Pereira Freire (1737) tratou de fazer um grande aterro e construir uma ponte, nascendo dêstes serviços o chamado "Aterro dos Afogados", depois rua Oitenta e Nove e hoje Rua Imperial.

Sôbre isto escreveu o cronista Jaboatão, no seu *Novo Orbe Seráfico Brasileiro*.

"Para a ponte dos Afogados, distante meia légua da última rua da povoação que chamam das Cinco Pontas, faz caminho um aterrado de vinte palmos de largura, em linha reta, obra esta de grande conveniência para todo o povo, porque com ela se evitarão os vagares, e mais que tudo, os perigos que experimentavam os passageiros esperando para o trânsito as vazantes, que os embaraçavam uma larga e profunda camboa, onde nas grandes enchentes, a querer tomá-la de vau, muitos se afogavam, ou impacientes da espera os ignorantes do perigo, que por isso chamavam-na o Rio dos Afogados, cujo inconveniente desapareceu com o benefício da ponte e aterrado, passando-se assim por tudo isto a pé enxuto; obra esta, que apesar de feita à custa do povo, foi porém de muita conveniência, e devida ao zêlo e diligências do governador Henrique Luís".

Outro governador, Dom Tomás José de Melo, em 1787, procurou melhorar aquêle atêrro, e contratou os serviços do

engenheiro João Ribeiro do Aragão, e mandando retirar tôda a areia necessária de um vasto terreno próximo, de modo a ficar nesse local uma grande baixa, surgindo disto uns grandes viveiros de peixes, que ficaram conhecidos na cidade como os "viveiros do Muniz", que era o nome do seu proprietário, Antônio José Muniz, e onde hoje vemos parte da belíssima praça Sérgio Loreto e a rua que ainda conserva o nome tradicional de rua do Muniz.

No chamado atêrro foram plantadas frondosas gameleiras, que davam aprazível sombra. E um poeta do tempo, o ouvidor do Recife, Dr. Francisco José de Sales, cantou em versos êste pormenor, de cujo poema destacamos esta quadra:

"Quem cansado chegar de longa via,
Escutando das aves os reclamos,
À sombra poderá de verdes ramos
Passar as horas do calmoso dia".

Além das lutas travadas ali durante a invasão holandesa, o subúrbio dos Afogados tem mais tradições históricas: Na guerra dos mascates, por exemplo, foi ali estabelecido o presídio militar, sob o comando do capitão Manuel da Mota Araújo, e que os mascates atacaram com violência a 7 de setembro de 1711.

Durante a campanha constitucionalista de 1821 Afogados foi teatro de grandes lutas, com saques, incêndios e depredações, conforme notícias de um jornalzinho da época "Segarrega", clamando contra as "barbaridades das tropas de Luís do Rêgo Barreto".

Quando da Confederação do Equador (1824) verificou-se um sério combate entre as fôrças republicanas e as tropas fiéis do império, recém-chegadas da côrte.

Nos mais novos acontecimentos revolucionários de Pernambuco, por ocasião da célebre intentona comunista de 1935, aquêle venerando subúrbio foi o centro de resistência revolucionária, travando-se nas suas ruas e estradas as mais encarniçadas lutas.

Até uma imprensa diária já existiu ali, quando em 1845 a pena de Antônio Borges da Fonseca redigia e fazia publicar o interessante jornaleco "O Verdadeiro", e logo depois o

"Liberal Afogadense", periódico, cujo primeiro número foi lançado a 11 de setembro daquele ano.

Hoje Afogados ou Largo da Paz, assim referido pela veneração da sua Santa Padroeira, é, talvez, juntamente com Casa Amarela, os dois mais progressistas subúrbios do Recife. Tem seu comércio próprio bem abundante, excelentes cinemas, clubes recreativos, postos de Saúde Pública, agências bancárias, farmácias, excelente calçamento, parques de diversões e tudo enfim que é necessário a uma integração progressista definida.

Liga-se hoje diretamente com Madalena e outros subúrbios naquela direção, através da Estrada dos Remédios, da qual nos ocuparemos à parte, e tem, pois, vida própria, sem precisar recorrer aos meios mais abundantes do Recife.

POÇO DA PANELA

"Ave Maria, Mãe de Jesus
No trono excelso onde reinais,
Aos filhos de Eva guiai a luz,
Velai, benigna, por nós mortais".

QUEM da geração de princípios dêste século não se recorda da projeção do arrabalde do Poço da Panela, pitorescamente plantado à beira do rio Capibaribe, ao lado esquerdo da Casa Forte, e onde as célebres festas de N. S. da Saúde, nas proximidades do período carnavalesco, interessavam ao Recife inteiro, tanto nas altas rodas sociais, como nas próprias classes humildes?

Motivo religioso e popular para dar mostras de luxo, de riqueza, de encanto feminil, importância social, um esplendor mesmo, como recordou certa vez um cronista: "na época das maxombombas que, na ocasião eram obrigadas a fazer viagens extraordinárias, de meia em meia hora, com dezenas de vagons apinhados a não mais poder".

Crônicas daqueles tempos ainda falam que as cocheiras se esvaziavam para transportar as famílias abastadas nos seus carros: berlindas, *coupés, landôs*, vitórias, em dias do novenário de N. S. da Saúde, e que alcançavam aluguéis caríssimos e absurdos na época: cem, duzentos e até quinhentos mil réis, provocando escândalos, comentários:

— Isto é um abuso. Não há uma lei que evite êsse roubo?

E a noite da Festa, como disse um jornal do ano de 1899, transformava a praça, o Poço da Panela, em uma sucursal do Paraíso.

O cortejo, com o andor da Santa, todo enfeitado e carregado por môças vestidas de branco, em charola. Môças garridas, cantando:

"Ave Maria, mãe de Jesus,
No trono excelso onde reinais,
Aos filhos de Eva guiai a luz,
Velai, benigna, por nós mortais".

Hoje, quando olhamos o declínio do velho subúrbio, melancólico, decaído, um espectro do que foi, volvemos o pensamento para o passado distante e recordamos, por exemplo, as referências ao seu prestígio oitocentista, que Tollenare, o francês observador que visitou Pernambuco em 1817, apreciou e cantou a candura, inocência e beleza das môças recifenses, morenas, lindas e sem maldade, banhando-se graciosamente núas ali, nas águas mansas e límpidas do rio marginal.

"Mas é nas margens do Capibaribe", dizia êle, "que cumpre ver as famílias inteiras mergulhando no rio e nêle passando o dia, abrigadas do sol em pequenos telheiros de fôlhas de palmeiras. Confesso que fiquei tão surpreendido, quanto encantado, ao encontrar um dia em estado de náiades sem véus, as senhoritas filhas de um dos primeiros negociantes da praça. É raro, assim, não encontrar margens mais risonhas do que as do Capibaribe, quando se sobe em canoa até o povoado do Poço da Panela".

E remata sua observação, acrescentando: "São também lindas as casas de campo, cujos terraços e jardins avançam até o rio".

E falando das festas de igreja, dizia que "as mais célebres são as do Poço da Panela, às quais aflui a sociedade elegante".

Koster, o inglês-luso, que passou aqui, em tratamento da saúde, cêrca de sete anos antes de Tollenare, sem aquela mordacidade que caracterizou o francês, foi mais prático, e do subúrbio notou apenas "a capela construída por subscrição pública, uma fila de casas alinhadas, paralelamente ao rio, tendo muitos casebres de lavandeiras em frente e outras residências esparsas em tôdas as direções".

A história do Poço da Panela vem de meados do século XVIII. A região fazia parte das terras do extinto engenho

da Casa Forte, apenas com plantações de cana, sendo quase que sòmente freqüentada por mulheres que se dedicavam ao serviço de lavagem de roupas, na beira do rio Capibaribe, e ali mesmo residindo em palhoças. Todavia, não havia água potável no lugar, à qual era, então, conduzida do Monteiro e da Casa Forte.

Foi, porém, em um dos sítios margeantes da estrada, que partia dêste último engenho em linha reta para o povoado, e em um declive rampando o rio, descoberta certa vez uma fonte (ôlho) de água abundante, excelente e cristalina. Fêz-se logo uma escavação em tôrno, formando uma cacimba e colocou-se nela uma grande panela de barro sem fundo, para garantir a segurança das paredes do poço. Veio daí o uso popular da expressão Poço da Panela, como designativa do local.

O seu prestígio acentuou-se depois de 1740, quando apareceu no Recife uma epidemia de febre maligna, e os médicos passaram a recomendar, como terapêutica, o uso de banhos no rio Capibaribe, principalmente no "trecho compreendido da ponte do Monteiro, até o lugar chamado Catanda", e onde está precisamente localizado o Poço da Panela, cujo local também oferecia amplas e fáceis condições para embarque e desembarque, construção de banheiros etc.

O cônego Francisco de Araújo Carvalho e o padre Custódio Machado Gaio foram àquela altura, principalmente o último, os incentivadores da fama terapêutica da região, e adquiriram ali alguns terrenos foreiros pelo fôro de 640 réis anuais, levantando nêles as primeiras casas de taipa do povoado, para aluguel.

Aumentando com o feliz sucesso verificado e conseqüente propaganda das qualidades medicinais do Poço da Panela, já em 1755 se viam ali doze casas de taipa e uma de pedra e cal, pertencente ao mestre-de-campo Luís da Cunha, que para lá se transportara gravemente enfêrmo, recuperando, porém, a saúde.

Era proprietário das terras o senhor do engenho da Casa Forte, coronel Jacinto Freitas da Silva, que muito combateu a idéia, levantada pelos moradores, de ali ser construída uma capela, dado que as necessidades religiosas eram satisfeitas em um oratório existente na casa do capitão Luís Ferreira Portugal.

Morrendo o senhor de engenho, sua viúva viu-se atrapalhada com os credores, entre os quais estava o ajudante de

artilharia Bernardo Rabelo Pereira da Silva, um dos mais empenhados na fundação de uma capela ali.

Indo, então, à hasta pública o arraial do Poço da Panela no dia 8 de abril de 1767, arrematou-o pela importância de 1:050$000 o capitão Henrique Martins, também morador naquele local. Era êsse militar então mestre-de-campo e comandante de um têrço auxiliar da praça do Recife e proprietário das terras do sítio da Jaqueira, onde residia a família de sua mulher dona Ana Maria Clara.

Achando-se esta gravemente enfêrma, fêz o capitão Henrique Martins uma promessa a Nossa Senhora da Saúde de doar o terreno necessário para a construção de uma capela, sob Sua invocação, e ajudar financeiramente nas obras, se ela ficasse boa.

Curando-se dona Ana Clara, firmou-se em 2 de outubro de 1770 a escritura de doação de "um terreno com 20 palmos de frente e 70 de fundo, aos moradores do Poço da Panela. para neste lugar se edificar uma capela, sob a invocação de Nossa Senhora da Saúde, além de cem mil réis em ouro para o destino de dar comêço as obras".

O padre Machado Gaio, incontestàvelmente o fundador do povoado, organizou logo uma coleta pública entre os moradores, levantando 250$000 em dinheiro, além de tijolos, cal, madeira e muitos outros materiais, de modo que em 1807 já estava funcionando a Igreja de Nossa Senhora da Saúde.

Em 1820 deu-se a instalação da igreja como Matriz do distrito do Poço da Panela, criado em 31 de julho de 1817, sendo o seu primeiro vigário o padre Antônio Francisco Monteiro. Em 1840 o franciscano Frei José de S. Jacinto, então vigário, reconstruiu o templo, dando-lhe maior proporção, melhor presença e mais adequada conformação interna, como ainda hoje o conhecemos.

Poço da Panela... Velha localidade de muita vida e projeção em nossa sociedade oitocentista e de princípios desta centúria.

Nem personalidade e vida histórica lhe faltam. Ali existiu, por exemplo, o arraial de José Mariano, o grande abolicionista pernambucano, e de sua espôsa a caridosa dona Olegarinha. Sua velha e senhorial casa grande, junto à igreja, hoje em precárias condições e a necessitar de cuidado e atenção dos poderes públicos, era o centro nervoso da campanha abolicionista do norte do Brasil, com suas conferências políticas, conspiratas, emoções, desespêro e dores íntimas: com os

escravos escondidos em seus socavões e embarcados às caladas da noite, em ambiente saturado de perigo e aventuras, nos barcos de capim, singrando o Capibaribe, rumo a Fortaleza, no Ceará.

Palco das emoções coletivas e das loucuras populares do dia 13 de maio de 1888 e do dia da chegada de José Mariano, liberto da Ilha das Cobras. Dos momentos de tristeza, quando das chegadas da más notícias vindas da côrte e dos desesperos da família, como na ocasião da morte e do entêrro de dona Olegarinha.

Velho subúrbio, hoje sombrio, vivendo de recordações, dos tempos áureos de um Recife pitorêsco e ameno.

E bem escreveu um velho cronista do Recife, Mário Sete:

"Há mesmo um ar de saudade, de evocações, de reminiscências em tudo por ali: sai-se do presente indo-se passear no Poço da Panela de hoje..."

TÔRRE

"Há muito negro insolente,
Com êle não quero engano;
Veja lá que nós não somos
Fazenda do mesmo pano.
Disso só foram culpados
Nabuco e Zé Mariano".

As terras do arrabalde da Tôrre, distribuídas por sesmarias a doados ignotos, permaneceram em abandono até quase os fins do século XVI, quando, passando para a posse do abastado colono D. Marcos André, se fundou ali um domínio açucareiro, levantando-se um moderno engenho movido a animais, e que era conhecido pelo nome do seu proprietário, ou seja o "engenho de Marcos André".

Era êste colono um abastado, rico mesmo, português de boa estirpe e que aqui se casou duas vêzes, nascendo do segundo matrimônio os ramos principais das famílias Borges Uchoa e Barbalho Uchoa, ainda hoje firmadas em nossa sociedade.

Quando em 1633 os holandeses avançaram pelo interior de Pernambuco, a fim de levantar fortificações, o engenho de Marcos André constituiu uma ótima conquista, pois ali construíram êles uma grande fortificação, capaz de atacar a artilharia do forte real do Bom Jesus, que os nossos ainda mantinham no Arraial. E Barlaeus menciona o engenho pelo nome de Engenho Rosário, do orago de sua capela.

Caindo esta nossa fortaleza, os flamengos abandonaram, depois de completamente arrazado, aquêle parque canavieiro, enquanto o seu proprietário na época, descendente direto de Marcos André, capitão Antônio Borges Uchoa, mobilizava as fôrças restantes e, na garantia do seu patrimônio, passou a defender-se dos holandeses, então constantemente às vistas do

engenho, entrincheirados que estavam no engenho de dona Madalena, nos seus limites, até conseguir afastá-los completamente da redondeza.

Com a derrota definitiva do invasor em 1654, firmou-se Borges Uchoa na sua propriedade e restaurou o engenho, recomeçando os trabalhos de sua fábrica em 1655, enquanto que, para uma melhor comunicação, mandou construir uma ponte sôbre a altura da foz do rio Parnamirim, ligando as suas terras com a propriedade denominada Guardery, que pela tradição daquela sua inovação (construção da ponte) ficou mais conhecida como o "sítio da ponte d'Uchoa", e que ainda hoje conhecemos.

O engenho de Marcos André, quase inteiramente cercado pelo rio Capibaribe, limitava-se com as terras dos engenhos de dona Madalena Furtado e da Casa Forte. Perto estavam também as terras de Ambrósio Machado, cuja mor parte constitui hoje o subúrbio do Cordeiro. Da época de sua restauração em diante, pelo pitoresco da novidade, então, de haver uma capela, do tempo de D. Marcos André, construída junto à casa grande, em estilo unilateral, isto é, com apenas uma tôrre ao lado, ao contrário das outras capelas então existentes, de simples estilo colonial-tabique, com um ângulo ao meio, como casa comum, plana, de biqueira, passou a ser chamado de *Engenho da Tôrre,* nome que ainda conserva, na denominação simples de Tôrre, em respeito ao seu passado histórico.

Até 1715 a propriedade permaneceu nas mãos de vários descendentes de D. Marcos André, quando nesse ano o seu então proprietário, Cristóvão de Holanda Cavalcanti, casado com uma Borges Uchoa, por motivos particulares trocou-a pelo engenho Moreno, em Jaboatão.

Com tal transação passou o engenho a pertencer à família Campelo, na época representada pelo seu chefe, Antônio Rodrigues de Campelo, que em 1781, embora bem adiantado na idade, reconstruiu a casa-grande do engenho e a capela.

Em 1867 o novo proprietário, João Carneiro Rodrigues Campelo, casado com dona Maria do Carmo Carneiro Campelo, fêz nova reforma no edifício, em traços arquitetônicos quase inteiramente conservados até hoje, e também reformou a antiga capela.

Dessa data em diante esboroou-se na noite escura do passado a descendência possessória da propriedade,de modo que ela, já nos fins do século passado, estava quase inteiramente retalhada, com o surgimento já progressista do moderno su-

búrbio da Tôrre, pertencendo grande parte das terras ainda aos descendentes diretos dos Barretos Campelo, inclusive a longa extensão territorial do alto central, e onde estavam — e ainda estão — localizados a Capela da Tôrre, a casa-grande do engenho, a senzala dos escravos e o edifício da fábrica de açúcar.

Desaparecendo a escravidão e diminuindo o safrejamento, enquanto o progresso ia avançando pelo Recife a dentro, a Tôrre foi instintivamente perdendo o seu aspecto de feudo açucareiro.

E nesta altura é oportuno recordar-se que a modificação social brasileira, ocorrida com a abolição da escravatura, embora surgida após uma árdua campanha humanitária e sentimental, em a qual Pernambuco teve ação atuante e decidida, através dos seus líderes, não acabara de chôfre com o preconceito contra o escravo.

Dera-se-lhe a liberdade, mas algumas famílias mais conspícuas, meio orgulhosas, principalmente quando tinham suas origens em domínios açucareiros, continuaram tratando ainda por muito tempo o negro com certo desdém, à distância e às vêzes até com um certo ar de debique.

O subúrbio da Tôrre nesse particular teve relativa saliência nas crônicas da cidade antiga, porque ali então se reuniam famílias abastadas da província, com seus belos palacetes. E não raro havia atritos de antigos sinhozinhos com escravos metidos a salientes nas ruas escuras da Tôrre.

Há versinhos da época, em os quais se comentavam com sarcasmo a presença de "certos ex-escravos no meio das honradas e decentes famílias do arrabalde da Tôrre", e que dão sinais evidentes daquele debique:

"Há muito negro insolente,
Com êle não quero engano;
Veja lá que nós não somos
Fazenda do mesmo pano.
Disso só foram culpados
Nabuco e Zé Mariano".

Nos princípios dêste século, a maior proprietária de terras da Tôrre, senhora mesma daquelas datas ocupadas pelos imóveis históricos do antigo engenho, era a dona Laura Barreto Campelo, que, em doação pública de 19 de dezembro de 1912, fêz oferta ao cabido de Olinda e Recife do edifício da

Capela e de um trato de terras próximo, com a condição de ser ali aproveitada como a Igreja-Matriz do subúrbio, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário, que era a mesma desde a sua fundação.

Já a 17 de agôsto dêsse mesmo ano D. Luís Raimundo da Silva Brito, antístite eleito da diocese, tinha desmembrado por predicamento a freguesia religiosa da Tôrre da paróquia dos Afogados, criando uma nova freguesia com sede, contudo, na Igreja de S. Sebastião, no Cordeiro.

Seu primeiro vigário — por um mês apenas — foi o cônego Eugênio Deschamps, que a 25 de setembro passou a responsabilidade da paróquia ao padre Heliodoro Pires.

Aceitando a oferta da família Barreto Campelo, o arcebispado concordou com a imposição, e, mandando efetuar grandes reparos necessários no templo, transferiu a sede da paróquia para a igreja de Nossa Senhora do Rosário, sendo ali rezada a primeira missa paroquial a 28 de janeiro de 1913, pelo referido padre Heliodoro Pires.

Havia na entrada do templo um grande e majestoso mausoléu da família Barreto Campelo, que uma determinação do novo arcebispo, dom Miguel de Lima Valverde, fêz retirar dali em meados de 1948, guardando-se, então, os restos mortais dos antigos proprietários em uma divisão contígua à Igreja, ficando as chaves sob a responsabilidade dos atuais descendentes.

Quanto à casa-grande, passou para posse do govêrno do Estado, e hoje ali está instalado o Grupo Escolar Martins Júnior. A casa da Senzala e os salões da antiga fábrica de açúcar, desde os princípios dêste século que servem a uma olaria, pertencente ao senhor Francisco de Sá Leitão, depois transferida por compra para o Dr. Fernando Maranhão.

Todos êsses imóveis, principalmente os últimos, plantados e conservados o mais possível em sua primitiva posição e contextura, oferecem um aspecto interessante de incrível resistência histórica.

A devoção, porém, por Santa Luzia, cuja centenária e milagrosa imagem ainda faz parte do patrimônio da velha-matriz, proporciona todos os anos tão grandes festas populares e romaria ali, que chegam a empanar a referência evocativa principal da Igreja, de modo a ela ser hoje mais conhecida como Igreja de Santa Luzia, absorvendo sua invocação real de Nossa Senhora do Rosário.

É, pois, bastante interessante a recordação histórica do velho subúrbio da Tôrre.

CAMPO GRANDE

"... As chaves, não as tenho. E se as tivesse não as dava..."

CAMPO Grande não tem pròpriamente uma historiografia calcada em acontecimentos históricos de relêvo, como tantos outros arrabaldes do Recife, porque é justamente um subúrbio dos mais novos em sua efetiva projeção na área metropolitana.

É aquilo que, em estudos sociológicos, podemos determinar como uma área marginal, porque imprensada entre Recife e Olinda, no antigo escoadouro pelo lado do continente, tem se calcado nos fluxos e refluxos das fontes demográficas principais. É um subúrbio atualmente de crescida população — acentuadamente da classe média —, atingindo a sua extensão territorial desde a Encruzilhada, na altura da velha igreja de N. S. de Belém, até alcançar as terras da Tacaruna, nas fronteiras com Salgadinho, que marca precisamente o início territorial de Olinda.

Em princípios dêste século, até quase a altura de 1925, tôda a sua edificação principal era apenas marginal da linha férrea, depois a elétrica, a qual começando no Largo da Encruzilhada, tomava no lugar chamado Feitosa, nas proximimidades da então capelinha de Belém, o seu destino principal, projetando-se pela estrada que tem êste nome (Belém), até alcançar a estação de Salgadinho, ponto inicial de Olinda, como já dissemos.

Era de princípio a Estrada de Ferro de Beberibe a Olinda, no Km. 4,691 mts., e que se prolongou até as proximidades de 1915, quando foi substituída pelas linhas do bonde elétrico da *Pernambuco Tramways*.

O nome de Campo Grande advém do antigo local, que existia numa vasta planura, formando um imenso campo sem árvores, de cujo terreno se aproveitou para fazer a construção de um dos maiores estabelecimentos hípicos do Recife "O Hipódromo de Campo Grande", cuja entrada era fronteiriça à estação do Feitosa.

Desaparecido hoje o velho hipódromo, com a inauguração de outros estabelecimentos de corridas de cavalo, foi em seu lugar construído o belíssimo Grupo Escolar Clóvis Beviláqua e uma grande área residencial dos funcionários públicos do Estado.

Há na Boa Vista, à rua da Glória, o "Recolhimento de Nossa Senhora da Glória do Recife", instituição bi-centenária, iniciada em 1722 pelas piedosas irmãs religiosas da ordem da Pia União do Santíssimo Sacramento, e que tem por fim a preparação de freiras e educação de menores órfãos. O patrimônio dêsse recolhimento, que lhe proporciona a maior renda para atender às suas necessidades, é composto do aproveitamento de muitos imóveis localizados aqui e na Paraíba.

Entre êsses terrenos incluíam-se seis extensos e planos sítios existentes em Campo Grande, que se prolongavam do trecho chamado "Maduro", em Santo Amaro, até o município de Olinda, denominando-se êles de "Principal, Dr. Castro, Capitão Félix Paiva, Campelo, Olinda Pereira e Costa Soares", além de mais da metade dos mangues que se estendiam nas imediações do sítio principal, marginal a Santo Amaro.

Originàriamente êsses sítios pertenceram a dona Josefa Francisca da Fonseca e Silva, doados depois, conforme escritura pública de 16 de setembro de 1806, a D. Antônio Pio de Lucena e Castro, o qual, por sua vez, em seu testamento aberto depois da sua morte, ocorrida em 21 de novembro de 1813, transferiu a doação para as religiosas do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória.

Estava também compreendida nas terras doadas parte do trecho onde hoje está instalada a Fábrica de Tecidos da Tacaruna, ou seja a Companhia Manufatora de Tecidos do Norte, que por sua vez adquiriu a propriedade em hasta pública, como conseqüência de uma ação executiva, movida pela Fazenda Estadual contra a antiga Usina Beltrão, que ali funcionava com a indústria de açúcar, e de propriedade do coronel Delmiro Gouveia.

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Belém, sôbre a qual já nos referimos por diversas vêzes, e que marca

notadamente o início populacional de Campo Grande, tem os seus fundamentos lançados em 1709 pelo pai do padre Manuel Inácio Ribeiro de Oliveira Mendonça, que construiu ali uma capela a fim de que nela aquêle sacerdote, uma vez recebidas as ordens religiosas, rezasse a sua primeira missa.

A capela era pequena, de aparência modesta e suas dimensões não iam além de 7 metros e 70 de fundo, por 3 metros e 70 de largura.

A 15 de janeiro de 1710 foi baixada pela côrte uma carta-régia mandando que o governador da capitania "informasse sôbre um requerimento dos moradores do povoado de Belém, nas Salinas, pedindo uma ajuda para se continuar com as obras de construção de sua igreja, devendo dizer não só sôbre o estado da obra atual, como das suas necessidades".

E em 1764 João Inácio Ribeiro de Melo, herdeiro do fundador da capela, mandou proceder ali às suas custas, a grandes reformas, dando uma perspectiva mais ampla à primitiva capelinha.

A capela de N. S. da Conceição de Belém teve uma atuação histórica relevante durante a célebre revolução Praieira, de 1849.

Naquela época era ainda seu zelador um descendente do fundador, o patriota Inácio Ribeiro de Mendonça, então secretário do chamado partido praieiro. Irrompida naquele ano a dita revolução, e acontecendo morrer em combate contra as tropas do govêrno, na Soledade do Recife, a 2 de fevereiro, o chefe praieiro Joaquim Nunes Machado, alguns amigos procuraram esconder o corpo do líder, de modo a êle não cair nas mãos vingativas dos adversários.

E rumaram para a igrejinha de Belém, guiados por Inácio Ribeiro de Mendonça, com o seu precioso depósito, escondendo-o dentro do templo. O zelador, depois de trancar tôdas as portas da Igreja, procurou foragir-se, na manhã seguinte, de sua casa, situada bem junto à Igreja, temendo a chegada das fôrças Legais Vitoriosas, e ocultou-se, não sem antes entregar as chaves do templo a sua mulher dona Ana Aurora de Jesus Ribeiro.

De fato, pouco tempo depois chegaram as fôrças, tendo a frente o próprio chefe de polícia, capitão Jerônimo Martiniano Figueira de Melo. Encontrando a Igreja fechada intimou a dona Ana com violência:

— Quero as chaves, ou então mandarei passá-la pelas armas,

A brava pernambucana, que Henrique Capitulino anos depois exaltou nas páginas do seu livro "Pernambucanos Ilustres", não se intimidou ante a violência, e retrucou valorosa:

— As chaves, não as tenho. E se tivesse não as dava.

Agredida pela soldadesca a coices de armas e pancadas de sabres, caiu ensangüentada, mas não entregou as chaves.

Mandou então o chefe de polícia que se arrombassem as portas do templo e de lá retiraram o cadáver de Nunes Machado, já exalando mau cheiro. Colocaram-no em uma rêde e o levaram em triunfo para Recife. Atrás, prêsa, seviciada e em estado lastimável via-se a figura heróica de dona Ana, recolhida depois nas enxovias do quartel de Polícia.

Morreu bem velhinha, no dia 5 de julho de 1876, depois de libertada pela anistia verificada no ano de 1852.

A freguesia de N. Senhora da Conceição de Belém foi criada em 25 de fevereiro de 1911, por ato do arcebispo D. Luís Raimundo da Silva Brito, sendo desmembrada da freguesia de N. S. das Graças, e é amparada pelo orago daquela invocação.

O seu primeiro vigário foi o padre Ricardo Borges de Castro Vilaça, depois eleito, em 1918, primeiro bispo da diocese de Nazaré, em Pernambuco.

Antes de 1940 só havia na zona pròpriamente dita de Campo Grande, isto é, do trecho que vai do Hipódromo até as proximidades da Tacaruna, umas dez ruas estreitas, acanhadas, sem prédios residenciais de destaque.

Dêsse período em diante, a Procuradoria dos bens do Recolhimento da Glória determinou proceder ao loteamento dos terrenos do patrimônio, aterrando também os mangues e incentivando as construções residenciais, de modo que hoje aparecem ali alinhadas e pitorescas ruas, com um belo e moderno casario, enquanto o subúrbio toma uma feição mais atraente.

Tem hoje uma grande praça, bons cinemas, regular comércio, serviço de transporte contínuo, sendo considerado um dos subúrbios bem populosos do Recife.

ESTRADA DOS REMÉDIOS

"Sordado, cadê a roupa
Que te dei para guardá?
Seu tenente, me adiscurpe
A roupa mandei lavá...
Que inda onte eu cheguei
Das guerra dos Paraguá".

A Estrada dos Remédios, que hoje liga com patente desafôgo o trânsito inter-suburbano e os movimentos populacionais entre os bairros de Madalena, Tôrre, Prado e Afogados, sòmente em 1850, no govêrno de José Ildefonso de Sousa Ramos, foi que teve um atêrro mais cuidadoso, recebendo aí aquela denominação de Estrada dos Remédios, em atenção à capelinha, sob a invocação de Nossa Senhora dos Remédios, que ainda existe no local, próxima ao Largo da Paz, hoje com foros de Matriz, da qual, naquele tempo, a pobreza se servia para os seus misteres religiosos.

Antes o que ali havia era apenas um caminho estreito, sem alinhamento e de difícil trânsito, pois só dava passagem com a maré vazia, quando secavam, pois, os alagados, e isto mesmo com certa dificuldade.

Naquele local, depois misteriosamente destruída por um incêndio, em apenas três horas, "com tudo consumido e reduzidos os seus materiais a um cúmulo de carvão e cinzas", existiu a Estância de Sebastião de Carvalho, ou também Piranga, que teve muita atividade durante a guerra holandesa.

Dêste Sebastião de Carvalho, que foi a mais importante figura histórica a identificar o local, filho de pais portuguêses e já morador em Pernambuco muito antes de 1630, conta-se que fôra viúvo três vêzes e tivera o fôro de fidalgo, Cavaleiro da casa real, falecendo em 1660.

Foi uma figura muito discutida, de grande fortuna, e que construíra para sua residência uma espaçosa e bela casa para o tempo, com grossos pilares de alvenaria, uma escada exterior e circulante do edifício, tôda de pedra lavrada, grandes portas de madeira, também lavrada.

Fêz parte da conjura para expulsar os holandeses; mas desavindo-se com Fernandes Vieira, foi depois considerado traidor e tido como um delator dos primeiros planos para a restauração pernambucana. Tornou-se com isto um execrado durante muito tempo, e sòmente séculos depois foi que Borges da Fonseca procurou reabilitar o seu nome, escrevendo:

"Sebastião de Carvalho não quis emprêgo algum no serviço do rei e da pátria, porque a inimizade em que sempre viveu com Fernandes Vieira, por causa das terras de que eram eréos, o obrigou a não segui-lo, quando se proclamou a liberdade da pátria, o que lhe deu ocasião a que outros, que escreveram aquela história, o reputassem menos fiel, arguindo-o mesmo da sua indiferença, o que não é real, porque êle não traiu a pátria".

De fato, as terras de Vieira estendiam-se da Várzea até Tejipió, limitando-se com as de Sebastião de Carvalho, que ainda atingiam a margem direita do Capibaribe, do lado da povoação dos Afogados, na direção norte-nordeste. E dêste encontro de terras talvez tenha havido disputa entre os dois combatentes de nossa restauração.

A 6 de abril de 1677 o governador de Pernambuco, D. Pedro de Almeida, nomeando Antônio Borges "ajudante supra-numerário do têrço do mestre-de-campo João Soares de Albuquerque, da praça do Recife", refere que o nomeado tomara parte na "campanha de quatro meses na Estância de Sebastião de Carvalho" fronteira à fôrça dos Afogados, em que estava o inimigo acudindo aos continuados rebates que tocavam, e achando-se em alguns assaltos que ali se deram, sendo por muito as vêzes dos nomeados para ir de noite dar carga ao inimigo, saindo a ter-lhe o encontro, quando da mesma fôrça marchava para a próxima fronteira do Aguiar, em que um dos cujos assaltos saiu ferido com uma bala nos peitos, de que sua vida correu perigo" (Textual).

Frei Rafael de Jesus refere-se também à Estância de Sebastião de Carvalho, quando diz em seu livro que "com uma partida de índios e soldados holandeses procurou o inimigo as casas de Sebastião de Carvalho, onde os nossos tinham uma

trincheira de presídio, e só assistida por duas sentinelas, as quais os vendo tocaram armas e se retiraram. Ouviu o rebate o capitão Cosme do Rêgo, que era o que estava mais perto, e com a gente que achou pronta, saiu logo ao encontro do inimigo detendo-o até que chegaram das estâncias próximas os capitães Jerônimo da Cunha do Amaral e Sebastião Ferreira com a gente de suas companhias, que ainda pelejaram, carregando com tal sorte sôbre os flamengos, que por fugir aos golpes largaram o amparo de suas trincheiras. Perdeu o inimigo quatro mortos e nós tivemos três soldados levemente feridos".

Foi nessa mesma e histórica estância que durante muito tempo estêve aquartelado o chefe dos índios, D. Antônio de Filipe Camarão, e seu têrço de tropas, "por ser ali entre tôdas a mais arriscada, pela sua vizinhança da fortificação dos Afogados, que lhe ficava fronteiramente disposta".

Do exposto deduz-se, pois, que essa grande extensão, hoje conhecida como a Estrada dos Remédios, é uma área històricamente notável, pela situação, em local não precisado, da célebre Estância de Sebastião de Carvalho, de real atuação durante o domínio holandês, e cuja casa senhorial foi célere e misteriosamente destruída, em fins do século XVII, naturalmente pelos inimigos do seu proprietário, então considerado traidor da causa nobre, que a história pontificou como sendo a campanha da Restauração Pernambucana.

Caindo durante os fins do século passado em grande ostracismo, justamente porque os aterros levados a cabo em 1850 não foram eficientes, e, quando das marés altas, voltava novamente a estrada a ficar intransitável, aquela zona passou a ser habitada por pessoas pobres, predominando grande maioria das famílias humildes dos soldados das guarnições militares aquarteladas no Recife.

Quando dos anos da guerra do Paraguay (1865|1869) não era raro comentar-se a contribuição que "Os Remédios", como chamavam ali, dava ao esfôrço da guerra, sempre saindo dos seus humildes moradores elementos para compor as fôrças destinadas a combater os chamados "galegos".

E pela humilde posição daqueles moradores, que quase sempre se achavam andrajosos, surgiram versinhos populares, gravando no folclore tal circunstância até quase princípios do nosso século, e justificando aquela miserabilidade,

dentro da condição de simples soldados na maioria dos seus habitantes:

"Soldado, cadê a roupa
Que te dei para guardá?
Seu tenente, me adiscurpe
A roupa mandei lavá...
Que inda onte eu cheguei
Das guerra dos Paraguá..."

A denominação de Remédios, absorvendo a antiga referência de Estância de Sebastião Carvalho, vem, como vimos acima, da existência ali da antiga capelinha sob a invocação de Nossa Senhora dos Remédios, e hoje com foros de igreja-matriz.

A sua construção, segundo Pereira da Costa, vem de meados do século XVIII. Mas já Sebastião Galvão nos dá ela como fundada em 1829, pelo padre Caetano José de Sousa Antunes.

Da dúvida existente, o que se evidencia é a sua real existência nas primeiras décadas do século XIX. A igreja, mesmo nestes dias, continua pequena, paupérrima, para sua categoria de matriz, sem saliente aspecto exterior e nenhuma obra de arte digna de referência, em seu interior. Ausência quase completa de talhas e tornearia, tão profusamente usadas pelos construtores religiosos daqueles tempos.

DOIS IRMÃOS

"Viva o seu Toné,
E o seu Coló também.
Vivam os dois irmãos,
Que se querem muito bem".

O engenho Dois Irmãos, que não mais existe, foi levantado, em local que não conseguimos localizar, em terras que tinham pertencido ao engenho de Apipucos, isto nas primeiras décadas do século XIX.

Era um engenho moderno, movido sob fôrça hidráulica, cuja água caía de uma levada do rio de Apipucos, no grande trecho que passava pelas terras do engenho, indo após lançar-se na margem esquerda do rio Capibaribe, ainda dentro da propriedade.

Eram seus proprietários, no regime de conseuhoria, os irmãos Antônio Lins de Caldas e Tomás Lins de Caldas, muito amigos e unidos. O primeiro fôra capitão da fôrça de linha aquartelada no Recife, onde desenvolvia também grande atividade política, e em 1831 retirara-se para sua propriedade "acima de Apipucos e onde passou a viver ùnicamente cuidando do seu serviço das terras", conforme rezam as crônicas.

Quanto ao outro foi mais entrosado na participação política, chegando a tomar parte ativa na revolução pernambucana de 1817. Fazendo parte do grupo chefiado pelo patriota padre Antônio de Souto Maior, caiu prisioneiro das fôrças de Luís do Rêgo, após as lutas travadas em Pindoba. Remetido prêso, juntamente com outros, para a Bahia, ali permaneceu encarcerado até 1821, quando foi libertado, voltando ao Recife.

Do seu registro na Cadeia em Salvador, segundo Pereira da Costa, consta o seguinte: "É acusado de ir aos clubes, de andar com listas a granjear rebeldes, de dizer que já anda prevenido com gente para a revolução, que devia ser no dia seis de março, de ir a tôdas as batalhas do sul, de ser muito influído no serviço e partido rebelde e ser declamador".

Em sua terra natal, ao voltar foi eleito vereador da Câmara Municipal durante os anos de 1829 a 1831, e em 1834 encontramos ainda notícias suas, como escrivão da descarga da Alfândega, ainda do Recife.

Eram muito conhecidos êsses dois irmãos pernambucanos, vivendo sempre em harmonia. E a prova disto é a referência da propriedade, que passara a ser conhecida como *Engenho dos Dois Irmãos,* nome que ainda hoje dá título ao local, constituído como arrabalde.

O capitão Antônio era mais conhecido como o *Capitão Coló* e o seu irmão igualmente apelidado de *Seu Toné*. Durante as festas de botada do engenho grandes folguedos ali se realizavam, reunindo muitos amigos e vizinhos, com suas famílias, idos do Recife e de outros engenhos próximos, constando até as mesmas dos noticiários da época, inclusive do folclore:

"Viva o *seu Toné*
E o *seu Coló* também,
Vivam os dois irmãos
Que se querem muito bem".

Não conseguimos precisar a época do desaparecimento dos irmãos Lins Caldas e seu domínio sôbre a propriedade. O último elo da existência do engenho são as notícias da Revolução Praieira, que falam "de o sexto batalhão de caçadores, que acampou a 30 de novembro de 1848, sob o comando do major João Guilherme de Bruce, e desalojou a fôrça uma fôrça dos revolucionários liberais ou praieiros, que se refugiara no engenho dos Dois Irmãos. Não podendo a fôrça revolucionária resistir ao choque da tropa cede o campo e bate em retirada, tomando a direção de Pedra Mole".

O trecho chamado Pedra Mole, é o mesmo que conhecemos como o Horto Florestal de Dois Irmãos, e que ao tempo era uma reduzida povoação, em cujo lado oposto, olhando para o nascente, ficava um grande lago ou manancial, mais co-

nhecido como o *Lago de Prata,* "que vem de um riacho do mesmo nome, que nasce em um pequeno vale a 12 quilômetros ao N. O. do Recife, e tomando logo depois as suas nascentes um curso volumoso, forma aquela grande bacia ou lago, que serve hoje de contribuição para o abastecimento público d'água para o Recife".

Conta a lenda que Branca Dias, que foi algures uma rica senhora de engenho, nas terras de Camaragibe, também de Apipucos, tendo sido denunciada perante o Tribunal de Santo Ofício por crime de judaísmo, isto pelas alturas de fins do século XVII, ao ser intimada com ordem de prisão, arremessou no açude que por ali corria tôda a sua baixela riquíssima de prata, tão grande e tão rara que as águas do rio mudaram de côr e ficaram tão claras e límpidas como a prata. E estando inocente e tendo sido condenada pelo excessivo rigor da Inquisição, logo Branca Dias caiu na piedade popular e o riacho passou a ser chamado de *Riacho da Prata.*

Até onde vai a veracidade dessa lenda é impossível dedeterminar-se. Mas que Branca Dias realmente existiu e foi denunciada pelo crime de judaísmo, isto consta documentadamente no livro "Primeira Visitação do Santo Ofício ás Partes do Brasil — Denunciações de Pernambuco". Ela foi realmente remetida prêsa para Portugal, lá morrendo queimada nas *fogueiras da Santa Inquisição,* de cujo auto de fé existiu, segundo informações colhidas, até pouco tempo, "um quadro a óleo no Claustro do Convento de S. Francisco na Paraíba, representando Branca Dias com pés de cabra, em alusão ao seu delito".

Em 1847, começando a funcionar a hoje extinta Companhia do Beberibe, para fornecer água potável e encanada ao Recife, aproveitando os mananciais de Dois Irmãos (Lago da Prata e o próprio rio Apipucos), foi adquirida aos herdeiros dos Lins Caldas as duas belas casas de residências dos antigos proprietários, nelas fazendo a Companhia uma reforma, anexando-as, para instalar a usina necessária ao tratamento e impulsionamento da água sob pressão, rumo ao Recife.

Êsse edifício ainda hoje existe ali.

Dois Irmãos é um dos subúrbios mais belos e pitorescos da cidade. Tem soberbos e luxuriosos vegetais, além de disposição da natureza, com vales, montes e serpentear de açudes e do rio Apipucos.

Ali, em 1916, no govêrno do general Dantas Barreto, com a encampação pelo Estado da Companhia do Beberibe,

foi instalado o Horto Zoo-Botânico, que compreende as terras antigas de Pedra Mole e Riacho da Prata, constituindo-se hoje um dos pontos preferidos para passeios, pique-niques e festas populares.

Um pormenor interessante a observar-se na história do arrabalde de Dois Irmãos é o fato de ali não se ter levantado em nenhum período qualquer igreja ou capela. Circunstância esta que se justifica pelo aproveitamento que naturalmente faziam os moradores de Dois Irmãos, em suas necessidades religiosas, da igrejinha de Apipucos, bem próxima, e no tempo sob a invocação de Nossa Senhora da Madre de Deus, e hoje de Nossa Senhora das Dores.

CASA AMARELA

"Se tens boa saúde
E nada te leva a mal,
Não vejo porque procures
Os ermos do Arraial..."

UMA velha zona residencial suburbana do Recife é o antigo Arraial. Todavia, êsse trecho, hoje, pelo desdobramento contínuo de habitações e enrodilamento progressista com um pequeno trecho um pouco além da sua direção em profundidade territorial, teve a sua referência inicial absorvida pelo pitoresco nome daquele, transformando tôda a zona do Arraial sob a referência de Casa Amarela, precisamente o nome do referido trato de terra que lhe era próximo.

A povoação do Arraial é remotíssima, e a primeira notícia que encontramos dela vem de 1630, quando o general Matias de Albuquerque ali levantou "em um grande sítio com uma boa casa de vivenda", um Forte Real, a que chamou de Bom Jesus, como sede da defesa e resistência dos pernambucanons, na luta que se estava travando contra o holandês invasor.

E à sombra daquele distrito militar, em o qual acamparam todos os remanescentes da capitania, logo se levantou um denso núcleo populacional, composto das "gentes de Olinda e de outros pontos que abandonavam suas casas e ali se concentravam na resistência".

Naturalmente disto surgiu o nome de Arraial do Bom Jesus, ou mais simplesmente Arraial.

Era uma povoação animada, surgida quase de improviso, mas atuante, em cujo centro estava o Forte Real, sendo tôdas as raias guardadas por linhas avançadas de fortificações.

A zona periférica dêsse Arraial está hoje tombada pelo govêrno municipal do Recife, como patrimônio histórcio, tendo ali se levantado um belo parque. É o hoje conhecido *Sítio Trindade*, ao lado esquerdo de quem se dirige do centro para o subúrbio, a cêrca de dois quilometros na estrada principal.

É uma zona de valor histórico inestimável, porque ali se concentraram durante cinco anos tôdas as reservas e a maior resistência das fôrças brasileiras e portuguêsas, na luta contra o invasor flamengo, no século XVII.

Matias de Albuquerque, vendo que nada mais podia fazer em Olinda e Recife, pois que os holandeses estavam inteiramente senhores da situação, concentrou o que restava das suas tropas naquele ponto afastado, de modo a evitar que o inimigo se projetasse pelo interior, enquanto dividia suas fôrças em diversos corpos, para uma guerrilha de emboscadas. Necessitando de um quartel general, escolhera aquêle sítio e a casa, tudo pertencente ao colono Antônio de Abreu, ali instalando, como dissemos, o seu quartel general.

Não faltou quem desaprovasse a solução do general pernambucano, como informa o Marquês de Bastos, "parecendo uma temeridade o querer fortificar-se tão perto do inimigo, carecendo de tudo necessário para sustentar-se. A estas contradições respondia sempre o cabo-de-guerra que confiava em Deus e ali faria uma formidável resistência, para o que convinha dar-lhe princípio".

E, de fato, aquêle núcleo de reação armada deu grandes preocupações ao inimigo, obrigando-o a grandes esforços para conseguir desalojá-lo dali. A defesa do Arraial foi iniciada a 4 de março de 1630, apenas com quatro peças de ferro e quatro libras de bala para cada uma, salvas pelo capitão Melo e Albuquerque de um navio que tinha metido a pique, quando da defesa das barretas dos Currais e dos Afogados.

O entusiasmo contagiou os moradores mais próximos, e em pouco tempo estava levantada uma fortificação, que foi aquela batizada por Forte Real do Bom Jesus.

Os batavos resolveram dar cabo daquele núcleo organizado de resistência e logo despacharam para lá uma fôrça de mais de dois mil homens, sob o comando do tenente-coronel Adolfo Fuerlest, que saiu do Recife pouco antes do amanhecer do dia 14 de março, atingindo em poucas horas os postos avançados do Arraial.

Dado o alarme, os nossos prontamente enfrentaram o inimigo numeroso, cercando-o numa verdadeira armadilha de

emboscadas; pois que, enquanto os holandeses pelejavam de frente, descobertos, os locais, de surprêsa, surgiam de vários cantos, pela retaguarda e de lado, em vários grupos de guerrilheiros espalhados, sobressaindo os grupos de Lourenço Cavalcanti e Luís Barbalho, que faziam o serviço de avançadas do Recife, às margens do rio Beberibe.

Matias de Albuquerque e seus capitães-tenentes Martins Ferreira, Francisco Tavares e Pedro Teixeira Franco foram homéricos na defesa do Forte, e o resultado foi o inimigo recuar desmoralizado, deixando em campo 170 mortos, além de grande número de feridos e armamentos e munições. Dos nossos apenas morreram 16, ficando poucos feridos, entre os quais o célebre Domingos Calabar.

Êste feliz sucesso valeu uma grande soma de entusiasmo entre os defensores do arraial, e um grande mêdo apoderou-se do inimigo, que ficou receoso de combater em bosques e interior desconhecidos. Matias de Albuquerque determinou então, antes que os flamengos se refizessem, que se desencadeasse mais intensa a guerra das emboscadas, iniciada pelos oficiais Antônio Ribeiro de Lacerda, Luís Barbalho e Rebêlo de França, que imediatamente atacaram de surprêsa o invasor dentro do seu próprio reduto da ilha de Santo Antônio do Recife, destruindo a fortificação que ali estava sendo levantada "descavalgando as peças da mesma e arrojando-as da plataforma e muralha, por mais de duas horas, tendo degolado para mais de 200 inimigos", conforme rezam as notícias.

Regressaram ao Arraial do Bom Jesus apenas com a falta de seis homens e trazendo sòmente dez feridos, ficando os flamengos impossibilitados de perseguí-los por desconhecer o terreno que palmilhavam. Esta ação militar foi aquilo que hoje poderíamos chamar de "comandos militares", que tanto celebrizaram os inglêses, quando da última grande guerra.

E êsses ataques continuaram ainda por muito tempo, sobressaindo-se os verificados no Forte do Brum, na madrugada de 18 de julho, e as constantes emboscadas sôbre as cacimbas de Ambrósio Machado, próximas á Fortaleza das Cinco Pontas, e aonde os holandeses iam buscar água. Matias de Albuquerque centralizava, assim, no Arraial tôda a resistência contra os invasores, com uma distribuição segura de homens e movimentos militares heróicos. Ter-se-á uma idéia

segura daquele contrôle lendo-se êste depoimento de gente, que naquele tempo fazia parte dessa resistência:

"O próprio inimigo estarrecido ante esta resistência, confessava mesmo, como o general Waerdenburgh, "que combatia com um povo valoroso e ágil", ou então, "que olhava êste como um povo de soldados vivos e impetuosos, aos quais nada mais falta que boa direção e que não são de nenhum modo cordeiros".

Sòmente em meados de 1635, a seis de junho, quando já escasseavam munições, armas e a própria reserva moral, naturalmente abatida por uma resistência tão longa, foi que se verificou a rendição do Forte Real do Bom Jesus aos vitoriosos holandeses.

Àquela altura era insuportável a vida no Arraial. Os mantimentos escasseavam e a ração diária dos próprios soldados chegou a ser apenas uma *porção de açúcar, uma espiga de milho e um salamin de farinha,* e isto depois de consumidos os bois, os cavalos, cães e até gatos" e outras imundícies, até o couro das vacas que se comia cozido por não terem outra coisa para comer", como dizem as crônicas.

Dêste modo, aos perigos das lutas armadas constantes contra um inimigo cada dia mais poderoso e melhor firmado na região, juntou-se o tormento da fome, o desespêro das doenças e a fadiga enervante, abatendo a moral e embaraçando a resistência dos nossos, que não mais puderam suportar; isto depois de um cêrco intenso e porfiadas lutas diárias, durante três meses.

Conta um historiador acêrca daquela resistência dos pernambucanos:

"Não se pode conceber como êstes homens, havia pouco saídos de uma vida pacífica, e do centro da abundância, podiam suportar tantas privações e fadigas. Só o sentimento da honra nacional, levado ao maior grau, pode explicar êste fenômeno. Os vestidos entre êstes soldados cidadãos, eram ainda mais raros do que o sustento, pois que todos haviam abandonado as suas casas repentinamente. Neste estado de abatimento o que mais os constrangia era andarem descalços, confundindo-se com os escravos. Os oficiais, porém, para pouparem aos seus subordinados essa comparação humilhante, tiravam os seus sapatos e andavam também descalços! Só êste lance basta para dar uma idéia do espírito patriótico que domina os pernambucanos. Se nos soldados e seus chefes o patriotismo e espírito nacional se desenvolve de uma maneira

que nos fará sempre eterna honra; nos proprietários, cujos interêsses eram os mais feridos, não se observou menos entusiasmo. O general holandês, para ao menos pô-los indiferentes, ofereceu-lhes, em nome do príncipe de Oranje, tôdas as vantagens e proteção possíveis em um país conquistado; porém a fidelidade e honra dos pernambucanos desprezaram heròicamente os oferecimentos do inimigo, preferindo tôdas as misérias à abundância e bem estar, à custa do sacrifício de sua pátria e da sua honra".

A capitulação foi feita segundo os têrmos de um prévio entendimento, pelo qual a guarnição portuguêsa, composta de 500 soldados, sairia com tôdas as honras de guerra: *bandeiras despregadas, morrões acesos, bala em bôca, formada em esquadrão ao som de suas caixas de guerra e com tôda a sua bagagem,* e assim entraria no Recife onde embarcaria para as ilhas Terceira ou da Madeira, assim como os padres. Quanto aos soldados brasileiros, êstes se retirariam para o interior desarmados, e os moradores pagariam resgates aos holandeses para garantir a sua liberdade.

Tanto valor deram os invasores à derrota do Arraial do Bom Jesus, que decretaram a cunhagem de uma medalha comemorativa, em honra ao general Cristóvão Artichofsky, que dirigiu o assédio e foi o vencedor das batalhas finais.

Capitulado o Forte Real do Bom Jesus e entrando as coisas mais ou menos na rotina, foram regressando muitos dos moradores que dali tinham conseguido fugir nos últimos dias da derrota. E reparando as casas danificadas pelos bombardeios e levantando outras, organizando algum comércio, foram depois de algum tempo aumentando o local como povoado, contando até com uma pequena igreja, construída com contribuição popular e hoje infelizmente desaparecida.

Mas em 1645, dez anos após, segundo narra o Frei Manuel Calado, houve um sério incidente entre um holandês, que para ali se dirigira, e o colono João da Mata, estabelecido com um negócio de fazendas, sêcos e molhados.

Trazida a ocorrência, naturalmente, ao conhecimento das autoridades batavas, foi a povoação saqueada pelos flamengos "os quais, segundo ainda Frei Manuel Calado, "fizeram isto com tanto rigor e crueladde, que não sòmente roubaram tudo o que acharam nas casas, como despiram os homens de suas roupas, ofenderam mulheres e cometeram tôda a sorte de indignidades e selvageria. Na igreja do Arraial, arromba-

das as suas portas, roubaram todos os seus ornamentos e quebraram as imagens".

Caiu, assim, de certo modo a intensidade populacional do Arraial Velho, e sòmente em fins do século XVIII, com a extinção dos engenhos do Monteiro e da Casa Forte e divisão das suas terras em diversos sítios, muitos dos quais ali estavam encravados, foi que o número de habitantes voltou outra vez a crescer, bem como foram surgindo novas casas e rasgando-se pequenas ruas.

E isto também porque já se começava a divulgar a notícia de que o clima do Arraial era excelente para muitas doenças.

A estrada principal, saindo do Recife até lá, que é a mesma que ainda hoje conhecemos, dividida em duas partes na sua projeção reta: Avenida Conselheiro Rosa e Silva e Estrada do Arraial, propriamente chamada, vem de 1836.

Mas o lugarejo, mesmo com a inauguração do serviço de transportes coletivos suburbanos, pela chamada Maxombomba, ficou de certo modo desprezado e no esquecimento até as primeiras décadas do nosso século. Ninguém fazia caso do Arraial. Era longe. Fim de Linha. Para lá sòmente iam os doentes, os tísicos, "fracos do peito", convalescentes das febres infecciosas, ou aquêles que queriam insular-se do mundo... Porque, "salvo o clima para a saúde, Arraial não serve mais para nada", disse um comentarista do Diário de Pernambuco em setembro de 1902. E de fato nada ali existia de progresso: nem luz, nem água boa, nem condução. Valia apenas a amenidade da temperatura, os belos sítios, a doçura das suas jacas, das suas mangas. "Quanto ao resto", diz ainda aquele comentarista, "nada: deserto, água de cacimbas suspeitas, gás carbonico mofino, lama, muita lama pelos caminhos, ladrões de galinhas à vontade... Tudo isto é o Arraial".

E surgiram logo os versinhos populares:

"Se tens boa saúde
E nada te leva a mal,
Não vejo porque procures
Os ermos do Arraial..."

Mas um dia apareceu um português muito rico no Recife, o comendador Joaquim dos Santos Oliveira, que foi con-

siderado desenganado pelos médicos, como portador de "tísica galopante" e aconselhado a se transportar imediatamente, como terapêutica apenas para remediar um pouco o mal incurável, para o Arraial. Foi um escândalo entre os seus familiares... Logo Arraial? Houve muxôxos das môças, suas filhas, dos rapazes amigos. Mas os médicos foram intransigentes: "— Para o Arraial, e depressa, ou a sua vida estaria perdida em muito menos tempo"...

E o comendador, por milagre ou não, melhorou logo nos primeiros dias, e, com poucos meses estava completamente curado, em plena forma, talvez até mais fornido, de aspecto mais saudável, como comentavam os íntimos.

A notícia correu célebre pelo velho Recife, e o Arraial começou a ser olhado com mais respeito, a partir daquele instante. O comendador satisfeito e grato ao local, mandou construir a uns 300 metros, além do antigo Arraial do Bom Jesus, uma grande casa quadrada de dois pavimentos (hoje ela não mais existe), em meio a um extenso sítio, e mandou pintá-la bizarramente toda de ocre, vindo daí a ser conhecida como a "*Casa Amarela*". Grandes reuniões sociais começou a oferecer em sua nova e aprazível casa, para minorar o isolamento das filhas, e já eram então comentadas e conhecidas no Recife, "as alegres festas da Casa Amarela".

Pelas alturas de 1898, logo no início da projeção de Casa Amarela, um novo morador dali, que também para lá se transportara em tratamento da saúde, o major Joaquim de Gouveia Cordeiro, fêz uma promessa a Santa Isabel, e, uma vez restabelecido, mandou assentar às suas custas, em junho daquele ano, a pedra fundamental de uma igreja em invocação daquela santa, cujas obras de construção foram concluídas em princípios dêste século, com auxílio de esmolas dos moradores.

Esta igrejinha, modesta em suas proporções, ainda hoje existe aberta ao culto público, e atualmente em suas proximidades existe o largo da Feira-Livre do arrabalde. A igreja-matriz da paróquia, entretanto, é de construção bem recente, de grandes proporções, estando erguida na estrada principal, mais perto do Arraial Velho, esquina com a atual rua da Harmonia.

Com a continuidade e à sombra do prestígio do rico português e da primeira igrejinha, novas casas foram surgindo, e, em pouco tempo, um grande casario juntou-se às moradas mais modestas do Arraial, ramificando-se em todos os ângu-

los, para transformar finalmente tudo aquilo no aprazível subúrbio de Casa Amarela, que hoje conhecemos, o primeiro em densidade demográfica da cidade do Recife, de acôrdo com o recenseamento feito no ano de 1955. Tem bons cinemas, excelente calçamento, muita luz, saneamento, suntuosas residências, bastante água, grande comércio, fábricas, bancos, a maior feira-livre do Recife, cemitério público, biblioteca, hotéis, etc. Tudo enfim que se possa desejar para o conceito de um povoado próspero.

Casa Amarela é hoje nome de projeção e importância.

PINA

"Do Pina que nós vemos,
Pela distância que sai,
O lazareto nós temos
Do progresso que se vai".

NA formação histórica dêsse arrabalde praiano do Recife há uma controvérsia em tôrno dos seus antigos nomes e até da sua formação territorial: Ilha do Nogueira, também chamada do *Cheira-Dinheiro,* no tempo da invasão holandesa, e que, em princípios do século XVIII, tomou a primeira referência pelo nome do seu progressista proprietário, o alferes Antônio Nogueira de Figueiredo, e da ilha ou antigo pontal, do Pina.

Alguns estudiosos acham que ambas as ilhas são exatamente a mesma, havendo sòmente referências várias; enquanto outros, ainda sob um aspecto de pura hipótese, admitem a junção das duas ilhas em uma só, por obstrução verificada no braço do rio Capibaribe, que as separava.

Sôbre êste particular o Imperador D. Pedro II, quando visitou Pernambuco em 1859, colhendo informações a tal respeito, registou em seu "Diário" de viagem o seguinte:

"Fui às seis visitar as obras do pôrto. Segui para a ilha do Nogueira, chamada do Cheira-Dinheiro, no tempo dos holandeses, e aí vi os edifícios do Lazareto, agora ocupados pelos náufragos inglêses na costa do Rio Grande do Norte. A ilha do Pina, onde realmente está o Lazareto, já não é separada da do Nogueira, porque taparam a saída do rio do Pina, pertencendo esta aos estabelecimentos de caridade, que a arrendaram, havendo um bom viveiro de curimãs e tendo já nove mil coqueiros".

Vê-se, pois, que a hipótese aventada por alguns estudiosos pode ser real, dado que o Imperador, tendo naturalmente

colhido informações em época mais próxima da realização do fenômeno admitido, o afirmou em seu diário íntimo.

Vital de Oliveira, tratando do riacho do Pina, escreve no seu "Roteiro da Costa do Brasil", publicado em 1869:

"Êste riacho conhecido antigamente por rio da Barreta é formado pelas águas do mar e pelas do rio Jordão, que nasce nas abas do morro dos Guararapes. Tem o leito na direção SSO, suas margens são de mangues e com a enchente alta subiam outrora canoas até o lugar denominado Trapiche, meia légua acima da foz, segundo apontamentos de F. Portugal. Atualmente acha-se com sua foz obstruída. Êste riacho nos parece mais o desaguadouro dos terrenos alagados Curcuranas, ao poente do povoado da Boa Viagem, recebendo igualmente as águas do riacho Jordão".

E sôbre o Pontal do Pina, diz:

"É um ligeiro pontal de areia baixa e coberta de mato rasteiro, sem nenhuma significação mais do que a existência aí de um lazareto para quarentena dos viajantes de países estrangeiros, em tempo de peste. É o extremo norte de uma península separada da ilha do Nogueira pelo riacho do Pina, riacho que parece ser o sangradouro dos alagados das Curcuranas. A ponta do Pina é bordada por duas ordens de recifes, muito próximos um do outro, de uma restinga de pedras pouco mais fora, além dos últimos baixos, mais do mar, que distará perto de milha e meia da costa. Logo depois dêstes, nos quais se encontra 20 e 24 palmos, o fundo cresce a 48 e 54 palmos lama".

E Costa Honorato, no seu "Dicionário Topográfico", sustenta em 1863:

"*Pontal do Pina*: Aí corre o riacho do mesmo nome, onde se lança um braço da camboa de Santo Antônio, a qual foi tampada para melhoramentos do Pôrto do Recife".

Enquanto Sebastião Galvão confirma no seu "Dicionário Histórico e Geográfico", que "a ilha do Pina é junto a barra do pôrto do Recife, e separada da do Nogueira por uma camboa. Nela existe um lazareto destinado a quarentena de estrangeiros e nacionais, nas épocas epidêmicas".

São informes que se combinam no aspecto do fechamento de um canal, originando implìcitamente o ajuntamento das terras do pontal do Pina com outras vizinhas, de modo a formar um só bloco. E é claro que nessa situação a parte mais atingida foi naturalmente a ilha do Nogueira, sua vizinha

mais próxima, que informes geográficos localizavam como "situada na freguesia dos Afogados, junto a ilha do Pina e que é bela vista do mar, pelo seu extenso coqueiral".

Enquanto que, segundo Mário Melo, pela leitura do testamento de José Bento Gonçalves, datado de 4 de março de 1817, verificou-se que a ilha do Nogueira, deixada em usufruto a Antônia Felícia de Amorim, que por sua morte passaria, como passou, em 1826 ao Hospital de Caridade Santa Casa), tinha como limites: ao norte o cais em construção do Arsenal da Marinha; a leste o Atlântico; ao sul o rio que a separa da ilha do Pina; a oeste o rio Capibaribe; quinhentas e cinqüenta braças de comprimento por trezentas de largura.

E insiste o velho historiador de Pernambuco, Mário Melo:

"O que sei é que a ilha do Pina deixou de existir, absorvida pela do Nogueira e pelo continente, que também cobriu a ilha das Cobras e a da Rapôsa, mas o topônimo dominante é Pina, até as proximidades da Igrejinha da Boa Viagem. Vê-se, pois, que isso que hoje chamamos Pina não é sòmente Pina, mas também ilha do Nogueira, e que a ponte chamada Ponte do Pina é muito responsável pelo *capitis diminutio* de Nogueira".

Está provado até jurìdicamente que o que houve foi um ajuntamento das duas ilhas, pelo entulhamento do braço da camboa, ou foz do riacho do Pina, com os serviços para melhoramentos do Porto do Recife.

Senão vejamos esta sentença do Desembargador F. T. da Cunha Melo, proferida no Supremo Tribunal Federal, em uma ação promovida contra a Santa Casa de Misericórdia do Recife:

"Destroços de velhas embarcações, acumuladas durante anos, teriam obstruído o braço do rio Capibaribe e os canais acima referidos, gerando confusão quanto aos primitivos e verdadeiros limites entre Nogueira e Pina".

Porém se verificou de maneira insofismável a predominância do nome *Pina* sôbre a referência *Nogueira*, de maior amplitude histórica realmente, como iremos ver mais adiante, porém de menor fixidez popular que o outro nome, que é de aspecto curto, breve, fácil de pronunciar, e existência em seus arredores, até princípios dêste século, do chamado la-

zareto, construído em 1855, de completa integração populista, aparecendo até nas modinhas do tempo:

"Do Pina que nós vemos
Pela distância que sai,
O lazareto nós temos
Do progresso que se vai".

É um ponto de referência histórica na própria guerra holandesa, pois no limite sul da ilha, precisamente na embocadura do rio Jordão, os flamengos levantaram um fortim, de nome *Schonenburgh,* em constante luta com uma estância próxima, onde se concentrava uma grande resistência dos nossos.

Na noite de 2 de dezembro de 1645, quando já irrompida corajosamente a insurreição pernambucana contra o invasor batavo, o bravo João Tavares, natural de Muribeca, em companhia de outros heróis, conseguiu atear fogo em dois grandes navios de guerra holandeses, tendo partido daquela ilha (do Nogueira), em jangada, alta noite, munido de apetrechos incendiários, e, arriscando a própria vida, conseguiu passar desapercebido sob as baterias da fortaleza das Cinco Pontas até alcançar os navios, na entrada do pôrto, incendiando-os e retornando à ilha.

E não foi sòmente nos acontecimentos das lutas contra os holandeses, que aquela ilha se projetou:

Em 1711 a nobreza de Olinda, em choque com os burgueses do Recife, ocupou militarmente a ilha do Nogueira, ou Cheira-Dinheiro, e hoje Pina, sendo o comando entregue ao capitão-mor Antônio de Sá e Albuquerque, substituído em poucos dias pelo alferes das ordenanças de Ipojuca, Antônio Bezerra, que morreu dois dias após a sua posse, durante um ataque de vinte *mascates* contra a ilha. Contam as crônicas que a luta foi violenta "deixando o alferes a vitória aos seus bravos companheiros, que se vingaram matando sete e ferindo muitos".

Foi a 20 de dezembro de 1718 baixada a carta-régia, patenteando no pôsto de sargento-mor a Antonio Nogueira de Figueiredo, e dando-lhe como prenda tôda a ilha, que passou "então pela continuidade do nome de sua família a denominar-se "Ilha do Nogueira". Residia aquêle sargento-mor ha-

via muitos anos na ilha e reclamara da Côrte dizendo que durante a campanha da guerra dos mascates, "ter-se-ia destruído sua casa e cabedais que tinha na ilha chamada da Barreta", e recebendo da perda o melhor de 60.000 cruzados.

E Pereira da Costa ainda nos auxilia, esclarecendo que nos danos constava a "destruição do seu cortume de sola e estrago de tôda a que havia preparado e em depósito em seus armazens". Donde se deduz a importância do local, até como centro industrial da capitania.

O filho do sargento-mor, ou seja o mestre-de-campo, do têrço de infantaria dos homens pardos do Recife, Luís Nogueira de Figueiredo, foi figura de grande projeção, tendo sido até agraciado com a comenda de cavaleiro da Ordem de Cristo.

Não residia, contudo, no fim de sua vida, na ilha doada a seu pai. Mandara construir um prédio importante para moradia na altura das Cinco Pontas, junto a outras casas pequenas para aluguel, que se estendiam pela antiga rua dos Currais, também dos Coqueiros, e hoje das Calçadas, até alcançar o trecho onde atualmente encontramos a rua do Nogueira, justamente assim chamada em sua memória. Morreu pelas alturas de 1810, já com uns cem anos e bastante estimado e conhecido na capitania, contando-se até que o bispo Dom José Joaquim de Azeredo Coutinho, que estêve no Recife de 1799 a 1802, comentava sôbre a figura daquele velho de mais de noventa anos, ainda garboso e viril à frente do seu regimento da vila.

A parte do antigo pontal, ou do Pina pròpriamente dito, chamou-se de Ilha do Cheira-Dinheiro, por uma pitoresca razão: em virtude do apelido de um seu proprietário, nos fins do século XVII, "acaso por tratar-se de um sovina avarento...", como rezam algumas notícias históricas. Tanto que no testamento do general André Vidal de Negreiros, celebrado em 1678, há uma referência a um irmão do capitão André Gomes Pena, o qual tinha exatamente aquêle pitoresco apelido, possuindo terras que se precisavam exatamente no local da antiga ilha. Diz o trecho do testamento a êste respeito: "Declaro que tenho uns chãos no Recife, da banda do mar, no pontal do Pina junto as casas de Antônio Ferreira Rabelo, que comprei ao capitão André Gomes Pena e a *seu irmão o Cheira-Dinheiro, por alcunha*". (O grifo é do autor).

E, assim, o arrabalde praiano, que hoje conhecemos, com o nome de Pina compreende històricamente o conjunto das

antigas ilhas da Barreto, do Cheira Dinheiro, do Nogueira e até dos Coqueiros, referência esta última que encontramos excepcionalmente no "Diário de Viagem de Maria Graham", e do Pontal, e teve indiscutìvelmente sua história, seu nome importante, que ainda hoje exibe com certa vivacidade, pelo menos no traçado suburbano da moderna cidade do Recife.

A última notícia histórica que dêle encontramos como Ilha do Nogueira, é o aviso de leilão público de arrendamento, a que mandou proceder a Junta Administrativa da Santa Casa de Misericórdia, última herdeira e administradora por usufruto da maioria daquelas terras, segundo os têrmos do testamento a que anteriormente nos referimos, de José Bento Gonçalves, datado de 1817.

Remonta êsse Leilão Público a 3 de junho de 1874 e está concebido nos seguintes têrmos, conforme teor inserto no jornal "A Província":

"*ARREMATAÇÃO*: — Hoje, perante a Junta Administrativa da Santa Casa de Misericórdia, vai à praça por arrendamento a propriedade "Ilha do Nogueira", com um grande coqueiral, viveiro e muitas árvores, pela quantia de 1:000$000 anualmente, obrigando-se o arrematador a fazer os reparos de que precisa o viveiro. As condições especiais em que se acha esta propriedade, bem próxima da cidade, tais como: boa e abundante água potável, terreno para criação de gado, muitas árvores frutíferas, em estado de produzirem,nas proximidades da via férrea de S. Francisco e dos carris de ferro dos Afogados. A arrematação será feita por licitação no dia acima designado às 3 horas da tarde".

O Pina é hoje um centro de grande vida noturna, pela preponderância ali de muitas pensões, boites, clubes alegres do mulherio, bons restaurantes, ponto de ligação importante com as praias de Boa Viagem, Piedade, Prazeres, Venda Grande, Candeias e outras, ao sul do Recife, onde se concentram grandes núcleos residenciais de verão, com moradias suntuosas e famílias mais abastadas. Sua igreja é, porém, recente, de princípios do nosso século, e nenhum apontamento histórico oferece sôbre fundação e existência. De séculos passados nada foi localizado que esclarecesse ter havido templos religiosos coevos.

VÁRZEA

"Na Ponte de Caxangá
Fizeram uma geringonça,
Bacalhau é comer de negro
Negro é comer de onça".

As terras da Várzea remontam aos primeiros dias da colonização de Pernambuco, repartidas que foram por Duarte Coelho entre diversos colonos, pela sua excelente posição na várzea do rio Capibaribe e ótimas para a agro-indústria do açúcar.

O maior lote coube a Diogo Gonçalves, auditor-da-gente-de-guerra da capitania, que ali fundou o engenho Santo Antônio em fins do século XVI.

No govêrno do segundo donatário de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho (1560-1572), as terras da Várzea já se apresentavam como as mais prósperas e cultivadas da capitania, delas já fazendo referência o Frei Vicente do Salvador em sua coeva História do Brasil, ao tratar das forças expedicionárias daquela região, partidas sob o comando de um fidalgo alemão de nome Cristóvão Luiz, "casado com uma pernambucana de muy distinta família".

Em 1630 o marquês de Basto, nas suas "Memórias Diárias" refere-se aos 16 *moinhos* ou engenhos de açúcar que se derramavam pela extensa várzea do Capibaribe, ao longo do território torneado pelo rio. Êsses engenhos foram aos poucos cimentando e desenvolvendo prósperos povoados, habitados por moradores — aderentes ou convergentes — dos donos das fábricas de açúcar.

Mas alguns constituiram em seu conjunto um logarejo pròpriamente chamado da Várzea, sob a responsabilidade dos quais, em princípios do século XVII ali aparecia a primeira

freguesia suburbana do Recife, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário, padroeira de uma capela levantada por contribuição dos moradores, já constando, com referência exata, no "Livro que dá Razão do Estado do Brasil, em 1612".

Os engenhos que naquela altura compunham o painel inicial da florescente povoação, eram os seguintes:

Santo Antônio: Adquirido entre 1637 e 1640 por João Fernandes Vieira, por compra a dona Isabel Gonçalves Frois, herdeira do fundador, Diogo Gonçalves. Além de ter pago o valor de compra, aquêle novo proprietário ainda deu de presente a alguns co-herdeiros, para que não impugnassem a transação, o seguinte: "A dona Ana Pais, um colar no valor de duzentos mil réis; ainda a dona Isabel Fróis, dois negros pescadores que valiam duzentos mil réis; e a cada uma das seis filhas de Francisco de Brito, dois portugueses de ouro (moeda equivalente a quatro mil réis no tempo, o que era tido como bom N.A.), e uma *moleca*, com o que foi tudo achado bom e ficou aquietado e acolhido".

São João: Também pertencente a João Fernandes Vieira, por compra feita a Jaques Moca, anteriormente a 1645. Neste engenho foi que se acertaram os primeiros planos da revolta contra os flamengos.

Engenho do Meio: De cuja fundação não nos foi possível saber a origem, mas que sabemos ter sido confiscado pelos holandeses e vendido a Jacob Estacour, sendo depois vendido, como os outros, também a João Fernandes Vieira. Ali, em fins de 1645 foi levantado o Forte Real do Bom Jesus, mais vulgarmente chamado de *Arraial Novo*. Em 1686 ainda pertencia a dona Maria Cezar, viúva de Fernandes Vieira, mas de fogo morto e quasi em ruínas.

Muitos outros engenhos estendiam-se pela extensa varzea do Capibaribe, como fazendo parte mesmo da freguesia religiosa da Várzea.

Mas essencialmente aqueles que marcaram a área suburbana restrita e hoje conhecida como Várzea, são os que acima mencionamos, de propriedade de João Fernandes Vieira, o chefe da conspiração, que inspirou o movimento restaurador pernambucano contra os holandeses invasores, e que culminou com a vitória espetacular de 1654.

Homem de alentada fortuna, "de tratamento faustoso e ampla posição social", como dizem os cronistas, tinha já em 1640, para o seu serviço religioso privativo, a igreja do seu engenho São João da Várzea, e dava-se ao luxo de manter "os melhores músicos que havia, formando uma capela composta de vários instrumentos e diversos termos de charamela".

E ainda falam as notícias que em 1645, a 16 de dezembro, com grande acompanhamento, do qual faziam parte os três grandes da restauração: André Vidal de Negreiros, Martin Soares Moreno e João Fernandes Vieira, teve lugar uma procissão puxada por todas as tropas e saindo da igreja-matriz da Várzea, aquela sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário. Foi pregador o Frei Manoel Salvador, que outro não era senão o Frei Manuel Calado, cronista oficial de o *Valeroso Lucideno*, e "houve muitas lágrimas e choros".

Da Várzea, escrevia o holandês Adriano Verdonck em fins de 1630, dizendo que "dista duas a três milhas do Recife e é a melhor e mais bela moradia dentre os demais lugares de Pernambuco e de onde vem a melhor e maior parte do açúcar".

A gula, a cobiça dos invasores batavos concentrou-se em Pernambuco, principalmente sôbre a próspera e já famosa indústria do açúcar. E por isto os engenhos da Várzea sofreram de pronto todo o impacto da ferocidade flamenga, com os seus engenhos confiscados, pilhados, ofendidos, emfim.

Mas, firmado o domínio batavo na capitania, foram aos poucos se desviando as vistas dos conquistadores dali, para se concentrar no sonho de fundar-se em Pernambuco uma América Holandesa.

Fernandes Vieira de posse de grande fortuna foi, então, comprando os maiores engenhos da região e ali instalou a séde da conspiração para expulsar os invasores.

Traídos de início os patriotas conspiradores, logo sofreram um violento varejamento de suas propriedades pelos então dominadores, com o objetivo de capturar-se os moradores envolvidos, notadamente aquêle chefe João Fernandes Vieira.

Conseguiram, porém, fugir em tempo, enfrentando logo depois os holandeses no monte das Tabocas e infligindo-lhes a primeira grande derrota de toda a campanha. Furiosa, desenfreada, a soldadesca flamenga recuando, sob o comando do coronel Henrique Huss, invadiu novamente a Várzea e prendeu, conduzindo para o engenho da Casa Forte, onde se concen-

trou aguardando reforços, as seguintes matronas ilustres de Pernambuco e parentas de chefes restauradores: dona Isabel de Góis, esposa de Antônio Bezerra, dona Ana Bezerra e dona Maria Cezar, respectivamente sogra e espôsa de Fernandes Vieira, dona Luiza de Oliveira, mulher de Amaro Lopes, e muitas outras.

Levada a notícia aos nossos, que se rejubilavam, embriagados pela vitória, logo se lhes transformou a alegria em ódio e preocupação. E logo retornaram à Várzea, atravessando o rio Capibaribe cheio, durante noite tempestuosa, de violentas chuvas, até alcançar as proximidades do engenho de dona Ana Pais, onde desencandearam uma tão violenta ofensiva que os flamengos se quedaram surpresos e de pronto desnorteados. Nessa arremetida heróica, como se poderá verificar na notícia histórica que damos do subúrbio da Casa Forte, derrotaram os pernambucanos aos holandeses, libertando as matronas e regressando à Várzea, onde firmou definitivamente Fernandes Vieira, na casa-grande do seu engenho São João, o quartel-general das fôrças restauradoras, fundando aquêle chamado Arraial Novo do Bom Jesus, como centro de operações do exército, que findou conseguindo a vitória final de 1654.

No dizer de Pereira da Costa foi na Várzea, a partir de 1645 que se definiu positivamente o novo govêrno de Pernambuco, dentro das terras dominadas pelo invasor: "ali restaurou-se logo a Santa Casa de Misericórdia de Olinda e levantou-se um Hospital Militar para curativo dos soldados feridos na campanha; ali funcionou o Senado da Câmara ainda de Olinda, durante todo o tempo da luta, como consta de vários documentos que ainda existem, lavrados na Várzea da Capibaribe. Ali funcionou, enfim, toda a governança e o mecanismo oficial da capitania de Pernambuco; a povoação Várzea foi, por assim dizer, a sua capital durante o período da guerra holandesa, que se estendeu de 1645 a 1654".

Pode-se também afirmar que na Várzea, durante o curso da guerra holandesa, nunca o Recife perdeu a sua atividade peculiar de vida colonial portuguêsa. Todos os costumes e atos religiosos da capitania, por exemplo, que hìstòricamente eram os que bem definiam, caracterizavam o fundamento colonizador português e sua aparência primeira e histórica, nunca foram ali abandonados. O culto católico, parece mesmo que em acinte solene contra a heresia, o calvinismo dos invasores, era na Várzea celebrado com todo o esplendor, toda a pompa: Festas, procissões as mais concorridas, Te-Deuns e outros atos

eram ali consumados na Igreja — Matriz do Rosário, aos quais as fôrças da restauração, pelos seus comandantes, davam todo o apoio pessoal e até militar nas guardas e desfiles.

Conta mesmo Frei Manuel Calado, em seus "Valeroso Lucideno", que os atos da Semana-Santa ali eram celebrados com "tanta devoção, aparato e música, como jamais se celebrou no Estado, notando-se um suntuoso sepulcro onde esteve o Senhor exposto em Custódia".

O seu vigário naquelas alturas era o padre Francisco da Costa Galvão, tendo como coadjutor o padre Manuel Alvares, e ambos assinaram o têrmo da aclamação de Fernandes Vieira, a 7 de outubro de 1645.

Antônio Felipe Camarão, o célebre chefe índio, que pelejou ao lado do branco Fernandes Vieira e do negro Henrique Dias, foi ferido gravemente, como um herói, em plena batalha travada nos Montes Guararapes em 1648, e levado para o acampamento do Arraial Novo, ali na Várzea, vindo a falecer, sendo sepultado na Igreja-Matriz do Rosário.

Ainda, segundo notícias do autor dos "Anais Pernambucanos", em 1746 contava a freguesia da Várzea "482 fogos, 2298 habitantes, 18 capelas, 11 engenhos moentes e 4 de fogo morto, uma companhia de cavalaria com 72 praças e duas de ordenanças com 151 praças".

Quanto a Loureto Couto, em informações mais novas, de 1757, diz que "contava a povoação da Varzea 220 vizinhos e no distrito da freguesia existiam 672 moradores e 4240 almas de confissão".

É verdade que o subúrbio hoje pròpriamente conhecido como Várzea não é mais, em sua extensão e profundidade, igual à antiga freguesia, de cuja importância territorial e agrícola demos notícia acima.

Em nossos dias, autônomos, citados isoladamente do seu todo freguesional inicial, estão os subúrbios de Cordeiro, Iputinga, Engenho do Meio, Caxangá, Zumbi e Aldeia, que faziam parte daquele todo. Mas o certo é que o velho, solitário e hoje triste Largo da Várzea e suas adjacências, onde estão as velhas igrejas, representam historiogràficamente o centro nevrálgico do antigo subúrbio.

A igreja-matriz, de alicerces antiquíssimos, remontando mesmo a épocas imprecisas, sofreu a maior e última remodelação no período de 1868-1872, procedida com raro sacrifício pelo vigário João Batista da Silva. Nota-se, porém, ainda in-

ternamente nela os vestígios da sua antiga ornamentação, talhas, entalhes, etc.

Data de 1849 a criação da irmandade do SS. Sacramento, hoje responsável pela sua manutenção, que apresentou a 7 de outubro daquêle ano um pequeno patrimônio de "uma data de terra com 1217 palmos de testada, aforada à razão de cem réis por palmo".

O subúrbio tem hoje uma vida melancólica, porque, afastado que está da estrada principal, na altura de Caxangá, tem-se que enveredar um largo e longo caminho à esquerda, para se atingir sua profundidade. Sofre, por isto, os efeitos de sua inconveniente posição na geografia suburbana do Recife.

Aquela zona chamada de Caxangá, na linha principal, sòmente começou a apresentar certa projeção depois de 1843, quando construiram uma ponte pênsil sôbre o rio Capibaribe. que passa avantajado ali, de modo a proporcionar uma circulação mais íntima e pronta com o continente, no seu lado norte-oeste.

Por causa daquela ponte aparece até o local gravado no folclore:

"Na ponte de Caxangá
Fizeram uma geringonça
Bacalhau é comer de negro,
Negro é comer de onça..."

Depois, em 1854, o engenheiro francês Louis Leger Vauthier foi incumbido, pelo govêrno da província, de construir uma ponte mais sólida e moderna, tendo isto se verificado em fins daquêle ano, e, em 1859, recebeu referências especiais de D. Pedro II em seu Diário, quando esteve no Recife, em visita.

Eis, em linhas gerais, a tradição historiográfica do subúrbio da Varzea.

PONTE D'UCHÔA

O trecho do Recife conhecido como Ponte de Uchôa era originàriamente uma estrada estreita e tortuosa que, partindo do extremo oeste da Boa Vista, abria caminho para os engenhos da Casa Forte, Monteiro, Apipucos e Dois Irmãos.

A partir de 1802, com o desaparecimento daquelas tradicionais zonas açucareiras, começou a apresentar um traçado mais regular, correndo de São José do Manguinho o primeiro lanço da estrada e seguindo depois até a ponte do Uchôa, propriamente dita, para dali alcançar, ainda com aquela denominação, depois de 1843, o sítio de Parnamerim.

O nome de Ponte de Uchôa que tem aquela avenida, que hoje conhecemos larga, extensa, ladeada de importantes prédios, colégios, etc., bem construídos e de variada arquitetura, vem do apelido do senhor do Engenho da Tôrre, o capitão Antônio Borges Uchôa, que serviu na campanha da restauração pernambucana, contra o invasor batavo, e do fato de construir êle, depois de 1654, quando lhe coubera a posse daquêle engenho, uma ponte para dar passagem á margem oposta do Capibaribe, na altura da foz do rio Parnamerin, que desagua naquêle rio, afim de poder visitar mais constantemente pessoas da família de sua mulher que moravam naquele lado.

Anteriormente, porém, tinha a zona o nome de *Sítio do Gardez*, que era naturalmente o nome do proprietário das terras da localidade. Seria êsse Gardez talvez um avoengo, que fôra casado com dona Inês Gardez de Andrade, filha de Francisco Carvalho de Andrade e de sua mulher, dona Maria Tavares Gardez, que se casou depois com o fidalgo João Pais Barreto, senhor das terras do cabo de Santo Agostinho.

O que é certo é que a localidade já teve também o nome de *Sítio Gardez*, em 1633, pois Matias de Albuquerque a êle se refere em informes para o reino, logo após a invasão holandesa.

O traço mais importante daquela zona é o chamado trecho das Jaqueiras, onde está levantada a capela de N. S. da Conceição da Ponte d'Uchôa, construída em 1766 por iniciativa do capitão Henrique Martins, então dono daquelas terras, e da qual já nos ocupamos.

Tendo morrido em agôsto de 1782, envolvido com um processo de desfalque na tesouraria do bispado de Pernambuco, teve êle todos os seus bens sequestrados, inclusive aquelas terras da Ponte d'Uchôa. Indo à hasta pública foram arrematadas por Domingo Afonso Ferreira. Em 1816 aparece, porém, como o maior proprietário — visto várias terras já terem sido vendidas em tratos — o abastado comerciante português Bento José da Costa, que proporcionou uma maior importância ao local, não só pelo tratamento e luxo que deu a Capela de Nossa Senhora da Conceição, como pela fama das grandes festas que realizava em seu palacete ali, no tempo do governador Luís do Rêgo Barreto, seu particular amigo. Festas aquelas que entraram para a história pelo aspecto orgíaco que as caracterizava.

Bento José da Costa faleceu a 10 de fevereiro de 1834, sendo os seus ossos recolhidos depois em um mausoléu no altar-mór da própria igreja, e aonde ainda se acham.

Do seu palacete nenhum vestígio há mais e não sabemos mesmo onde ficava localizado. Sua última notícia vem de 1858, já em ruínas e por isto condenado à demolição, por ordem do sr. Manoel José da Costa, tutor dos órfãos do comendador José Ramos de Oliveira, último proprietário identificado daquelas terras históricas, aos poucos, depois, loteadas e vendidas entre vários donos.

TEJIPIÓ

O padre Frei Manuel Calado em seu "Valeroso Lucideno" chamava êsse velho trato suburbano do Recife de *Tajupió*. E Pereira da Costa esclarece ter visto um documento holandês datado de 1640, sôbre "um itinerário de viagem do Recife ao Rio São Francisco, indo pelo rio Tejipió, que se passava em canoa, e designado como rio *Itaipó*".

Mas a origem do nome da localidade vem do rio Tejipió, visto estar ela levantada em uma enorme estensão de sua margem esquerda. Êste rio nasce na freguesia da Várzea, seguindo pelo Cabo e fazendo uma curva para desemborcar no Motocolombó, a leste do subúrbio dos Afogados, bem em frente da antiga ilha do Nogueira (Ver subúrbio do Pina), entre mais ou menos Pina e Boa Viagem.

Segundo o linguista Teodoro Sampaio, ratificado por Mário Melo, o nome provém das corruptelas do tupi *Teyu' pióg*, que quer dizer raiz de tejú, cuja planta abundava muito naquelas redondezas.

Sua vida vem de antes da invasão holandesa, pertencente que foram as treras ao proprietário Sebastião Bezerra, que já mantinha ali um *engenho de fabricar açúcar*, na expressão corrente, e do qual mandava para Recife, em pequenos batelões rio abaixo, dentro de grandes caixas, todo o açúcar fabricado.

Depois de 1630 foi êle abandonado e confiscado pelos flamengos, sendo, então, vendido ao mestre-de-campo João Fernandes Vieira, que aparecia como o seu proprietário em 1645.

Naquele último ano, quando foi deflagrada a luta contra os invasores holandeses, ali acampou a tropa vinda da Bahia,

mandada pelo Governador-Geral, e sob o comando dos mestres-de-campo André Vidal de Negreiros e Martin Afonso Moreno, que terminaram confraternizando com os restauradores.

Já antes ali tinha se ocultado o capitão Antônio Dias Cardoso e um outro grosso de tropas, que também tinha sido remetido para Pernambuco.

Dali foi que partiram grandes contingentes dos nossos valorosos soldados, para a grande e vitoriosa jornada, que resultou na memorável batalha das Tabocas.

Eis, em linhas gerais, as únicas recordações históricas mais importantes, que conseguimos colher sôbre o atual subúrbio de Tejipió.

ORIENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

ANÔNIMO (Manoel dos Santos) — "Narração Histórica das Calamidades de Pernambuco" — Edição Especial da Revista do Instituto Arq. Hist. e Geog. de Pernambuco — Recife. (Tomo LIII — Parte II — 1890).

AULER (Guilherme) — "Igreja de Santo Amaro das Salinas" — Prospecto sem data.

BARLAEUS (Gaspar) — "História dos Feitos etc." — Rio 1940.

BAZIN (Germain) — "Originalidade da Arquitetura Barroca em Pernambuco" — In ARQUIVO — Anos 1945/1951 — Diretoria de Documentação e Cultura-Prefeitura Municipal do Recife.

CALADO (Frei Manuel) — "O Valeroso Lucideno" Edições Cultura — São Paulo — 1945.

CARVALHO (Alfredo de) — "Charles Waterton em Pernambuco" — In Revista do Inst. Arq. Hist. e Geog. de Pernambuco — Volume XI — 1904 — Recife.

CARVALHO (Alfredo de) — "Viajantes inglêses em Pernambuco" — In Revista do Inst. Arq. Hist. e Geog. de Pernambuco — Volume XIII — 1908 — Recife.

CASCUDO (Luís da Câmara) — Notas em "Travels in Brasil" — Edição da Cia. Editôra Nacional — São Paulo — 1942.

COÊLHO (Duarte de Albuquerque) — "Marquês de Basto — Memórias Diárias da Guerra do Brasil" — Edição do Governo de Pernambuco — Secret. Interior e Justiça — 1944 — Recife.

COUTO (Domingos Loureto) — "Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco" — Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro — Volumes XXIV — 1904.

DIAS MARTINS (Padre Joaquim) — "Os Mártires Pernambucanos" — Recife — 1853.

FREYRE (Gilberto) — "Guia Prático-Histórico e Sentimental da Cidade do Recife" — Recife — 1934.

GALVÃO (Sebastião) — "Dicionário Corog. Hist. e Estatístico de Pernambuco" — Rio — 1927 — 4 volumes.

GAMA (Fernandes) — "Memórias Históricas da Província de Pernambuco" — Recife.

GRAHAM (Maria) — "Diário de uma Viagem ao Brasil" — Cia. Editôra Nacional — S. Paulo — 1942.

GUERRA (Flávio) — "A Questão Religiosa do Segundo Império Brasileiro — Fundamentos Históricos" — Irmãos Pongeti Editores — Rio — 1952.

KIDDER (Daniel) — "Reminiscências de Viagens a Pernambuco" — Liv. Martins Editôra" — S. Paulo — 1951.

KOSTER (Henry) — "Viagens ao Nordeste do Brasil" — Cia. Editôra Nacional — S. Paulo — 1952.

LIMA (Oliveira) — "Pernambuco e seu Desenvolvimento Histórico" — Leipzig — 1895.

MELO (Mário) — "Igrejas do Recife" — Artigo publicado no Jornal do Comércio, do Recife — 1952.

MELO (Clóvis) — "O Triste Fim da Irmandade das Chagas", Artigo publicado na Folha Da Manhã, do Recife — D/I.

MUELLER O. F. M. (Frei Bonifácio) — "O Convento de Santo Antônio do Recife — 1606-1956" — Recife — 1960.

PEREIRA DA COSTA (F. A.) — "Anais Pernambucanos" — Vols. 1.º ao 7.º — Edição do Arquivo Público Estadual de Pernambuco — Recife — diversos anos.

PIO (Fernando) — "Igreja de São José do Manguinho" — Recife — 1938.

PIO (Fernando) — "O Convento de Santo Antônio e as Fundações Franciscanas em Pernambuco" — Recife — 1939.

PIO (Fernando) — "Igreja do Divino Espírito Santo" — Ed. do Arquivo Estadual de Pernambuco — Recife — 1960.

PIO (Fernando) — "Artistas dos Séculos Passados" — Separata da Revista da Escola de Belas Artes de Pernambuco — Ano III — Volume 2.

SCHMALZ (Alfredo Carlos) — "Os Construtores da Igreja dos Prazeres" — Artigo publicado no Diário de Pernambuco, do Recife — 1937.

SETE (Mário) — "Maxombombas e Maracatús" — Ed. Cultura Brasileira — S. Paulo — 1935.

SETE (Mário) — "Anquinhas e Bernardas" — Livraria Martins Editôra — São Paulo — 1940.

SETE (Mário) — "Arruar" — C. E. B. do Brasil — Rio — 1946.

SMITH (Robert C.) — "Décadas do Rosário dos Pretos — Documentos da Irmandade" — In ARQUIVOS años 1945/1951 — Diretoria de Documentação e Cultura-Prefeitura Municipal do Recife.

TOLLENARE (L. F.) — "Notas Dominicais" — Livraria Progresso Editôra — Salvador — 1956.

Além desta consulta Bibliográfica houve ainda — direta e indiretamente — a pesquisa pessoal em Arquivos de Irmandades, Conventos, Livros de Tombo de Sacristias, e Jornais antigos em várias coleções.

O serviço de ilustrações esteve a cargo do Pintor Hélio Feijó, tendo o Autor apenas selecionado e indicado, dentro da curiosidade histórica, os originais para transcrições.

ÍNDICE

Velhas Igrejas

Igreja de Nossa Senhora do Pilar 7
Igreja (Matriz) da Boa Vista 15
Igreja de Nossa Senhora do Livramento 21
Igreja do Espírito Santo 31
Igreja de Nossa Senhora da Assunção (Fronteiras) 39
Igreja (Basílica) de Nossa Senhora da Penha 45
Capela de Nossa Senhora da Conceição (Jaqueira) 55
Capela de Nossa Senhora da Conceição (João de Barros) 61
Igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios 65
Igreja de Santo Amaro das Salinas 69
Igreja de São José do Riba-Mar 73
Igreja de Nossa Senhora do Têrço 79
Igreja da Santa Cruz 83
Igreja da Madre de Deus 87
Capela do Morro da Conceição (Arraial) 93
Igreja de Santa Cecília 97
Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem 101
Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Bairro de Santo Antônio 105
Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares 115
Igreja-Matriz de Santo Antônio 119
Igreja de São José do Manguinho 125
Igreja (Basílica) de Nossa Senhora do Carmo 129
Igreja (Concatedral) de São Pedro dos Clérigos 137
Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Bairro da Boa Vista . 145
Igreja de Santa Teresa 149

Igreja de Santa Rita de Cassia 153
Igreja do Convento de Santo Antônio 157
Igreja de São Francisco das Chagas, da Ordem Terceira de São Francisco do Recife 167
Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres 173

Subúrbios Históricos

Monteiro 183
Apipucos 187
Passagem da Madalena 191
Casa Forte 197
Jiquiá 203
Beberibe 207
Afogados 213
Poço da Panela 219
Torre 225
Campo Grande 229
Estrada dos Remédios 233
Dois Irmãos 237
Casa Amarela 241
Pina 249
Várzea 255
Ponte d'Uchôa 261
Tejipió 263

Orientação Bibliográfica 265

3489 YA b193
7-6-95 32180 FS